



Carlos Alberto Leitão Ferraz

**A MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA
DA AGRICULTURA
NOS CERRADOS
DO OESTE DA BAHIA**

A large combine harvester is the central focus, positioned in a field of tall, golden-brown crops. The harvester is dark-colored with a prominent glass cab. In the background, another smaller combine is visible, and the sky is a mix of orange, yellow, and blue, suggesting a sunset or sunrise. The overall scene is rural and agricultural.

Carlos Alberto Leitão Ferraz

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA NOS CERRADOS DO OESTE DA BAHIA

| São Paulo | 2023 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 o autor.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimário Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabírcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Katía Bruginiski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil



Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite

Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Eliisene Borges Leal

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Samara Castro da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento

Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial Patricia Bieging
Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patricia Bieging

Coordenadora editorial Landressa Rita Schiefelbein

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Naiara Von Groll

Editoração eletrônica Peter Valmorbida
Potira Manoela de Moraes

Marketing Digital Lucas Andrius de Oliveira

Imagens da capa Aleksandarlittlewolf, Lazy_Bear - Freepik.com

Revisão Rafael Monte Gomes

Autor Carlos Alberto Leitão Ferraz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F381m

Ferraz, Carlos Alberto Leitão

A modernização conservadora da agricultura nos Cerrados do Oeste da Bahia / Carlos Alberto Leitão Ferraz. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-467-8

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.94678

1. Agricultura - Bahia - Brasil. 2. Agropecuária.
3. Internacionalização. 4. Produção agrícola. I. Ferraz, Carlos Alberto Leitão. II. Título.

CDD 338.1098142

Índice para catálogo sistemático:

I. Agricultura - Bahia - Brasil

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

ISBN da versão impressa (brochura): 978-65-5939-463-0

PIMENTA CULTURAL

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

SUMÁRIO

Prefácio	11
Introdução.....	13
Problema	15
Objetivos	16
Objetivo geral	16
Objetivos específicos	16
Concepção metodológica	17
Tipo de pesquisa.....	17
Amostra: público consultado	18
Indicadores e categorias.....	19
Geração dos instrumentos de pesquisa	21
Levantamento e análise dos dados.....	22
Justificativa	23
Plano da tese	25
Capítulo 1	
O referencial teórico da questão agrária no contexto da sociedade brasileira	29
O Referencial do debate da questão agrária	32
Principais abordagens da questão agrária no Brasil	34
As abordagens recentes da questão agrária nacional	57



Capítulo 2

**O avanço do capitalismo
no Brasil e a modernização
conservadora na agricultura 91**

As opções para a agricultura brasileira 96

Os motivos da modernização 103

A modernização conservadora no Brasil 106

Os problemas para o meio ambiente 120

Capítulo 3

**O agronegócio no contexto
internacional e no Brasil..... 125**

Origem e difusão do termo
agronegócio no mundo 127

A difusão do termo
“agronegócio” no Brasil 131

O agronegócio no Nordeste 136

O agronegócio nos cerrados
do Oeste da Bahia 144

A rede de interesse do agronegócio 147

O avanço das políticas neoliberais
no Brasil e suas implicações
para o agronegócio..... 153

Capítulo 4

**Transformações recentes na dinâmica
produtiva do cerrado do oeste baiano 159**

A região oeste da Bahia..... 162

As transformações da base técnica 168



As inovações físico-químicas.....	170
As inovações mecânicas	171
Sistema de irrigação	175
Armazens e silos	178
Difusão tecnológica e crescimento agropecuário a partir da década de 1970.....	179
Tecnologia e evolução da produção.....	183
A especialização produtiva	188
A logística de transportes	192
Os programas e políticas federais para o Centro-Oeste brasileiro.....	197
Os principais programas e políticas estaduais para o Oeste Baiano	199
O financiamento da produção agrícola	203
O Estado como principal financiador: 1960 a 1970.....	206
A redução do papel do Estado como financiador: 1980	207
As novas bases de financiamento da produção agrícola a partir dos anos 1990	208
As empresas agropecuárias na Região Oeste	210
Capítulo 5	
Seletividade territorial do capital e exclusão social	218
Estrutura fundiária	229
Dinâmica produtiva dos municípios	232
Dinâmica social.....	237
Cadeia produtiva regional	239
Concentração da renda	246



O trabalho no agronegócio regional..... 253

Migração 257

Considerações finais 264

Referências 270

Sobre o autor 285



PREFÁCIO

O livro “A modernização conservadora da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia” chega às mãos dos interessados por temas relativos às contradições do agronegócio em boa hora. Fruto da tese de doutoramento defendida por Carlos Alberto Leitão Ferraz – professor do Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, a obra é um instigante documento sobre os processos de especialização territorial produtiva que, há cerca de quatro décadas, tem gerado profundas transformações demográficas, culturais, ambientais e econômicas nos cerrados baianos, sem, no entanto, desencadear uma forma genuína de desenvolvimento.

Logo na introdução, o autor assevera que as condições para o avanço da racionalidade agrícola nos cerrados baianos foram geradas a partir de um esforço articulado de agentes econômicos, Estado e parte da sociedade regional, com vistas à criação de um ambiente político, social e econômico favorável a esse intento de modernização. Esse é o fio condutor da escrita que ora prefacio: compreender os vetores dessa modernização para, daí, caracterizar o seu alcance, extensão e efeitos no território.

Na obra, Carlos expõe uma pesquisa densa e metódica na abordagem das transformações decorrentes da modernização da dinâmica produtiva dos cerrados baianos como parte intrínseca do capitalismo conservador brasileiro, a partir da análise da implantação de novos elementos que passam a compor aquilo que Milton Santos denomina de psicofera e tecnofera no Oeste da Bahia, considerando, ainda, o caráter seletivo dessas inovações no território. Dessa forma, o autor desvela o caráter contraditório de um modelo de desenvolvimento desigual e

excludente que, no caso analisado, se materializa na conformação perversa da estrutura fundiária, concentração da renda, dinâmicas sociodemográficas e transformações nas formas de consumo.

Vale salientar, ainda, que este é um texto com acento no campo da Economia, ciência de ofício do autor, mas francamente plural quanto ao acolhimento de contribuições de outras áreas do conhecimento, algo que fica patente na rica e diversa bibliografia consultada, resultando em um diálogo interdisciplinar bastante consistente, que contempla os interesses de economistas, mas também de geógrafos, historiadores, cientistas sociais, ambientalistas e demais estudiosos dos temas abordados nesta obra.

Por tudo isso, nunca é demais enfatizar que o livro de Carlos é uma contribuição necessária ao avanço das reflexões sobre os (des) caminhos da relação dialética entre economia e sociedade nos cerrados baianos, especialmente ao tratar-se de um território onde a pesquisa científica é essencial para reforçar aspectos da realidade que os agentes hegemônicos teimam em desconsiderar.

Paulo Roberto Baqueiro Brandão
Universidade Federal do Oeste da Bahia

INTRODUÇÃO

Para analisar a formação socioespacial brasileira, nos dias atuais, é necessário resgatar elementos pretéritos que demonstrem, com clareza, os caminhos seguidos pela nação pátria, ao longo da sua evolução. O Brasil, a exemplo de outros países que passaram pelo processo de colonização, insere-se na dinâmica de expansão do capital como produtor e exportador de mercadorias para os países centrais da economia mundial. Os espaços modernizados para suprir o centro do sistema capitalista são caracterizados por crises no seu processo de evolução social e espacial.

No período do Brasil colônia, o poder político e repressivo da metrópole portuguesa impõe o que a colônia produzirá. Ao evoluir para o Estado-nação, são os determinantes externos, ou seja, a demanda externa, que irá impulsionar e moldar a organização da produção nacional de mercadorias. Como Estado-nação independente, intensifica-se o processo de formatação de uma estrutura social e econômica, para dar sustentabilidade às instituições necessárias à produção de mercadorias e atender à demanda do exterior. Este cenário econômico, em que a produção e os tipos de mercadorias a produzir são determinados a partir do ambiente externo, implicou, para os territórios em formação, mudanças em suas estruturas para atender à demanda do capital, de modo que a dinâmica territorial muda de acordo com a maior ou menor demanda externa das mercadorias nacionais.

Dessa forma, as transformações econômicas, espaciais e sociais que ocorreram no rural brasileiro, particularmente, nos cerrados do Oeste baiano, referenciam-se no paradigma da modernização conservadora. Esta modernização do campo pautou-se pela implementação de novas formas de produzir, com utilização mais intensiva de capital, de tecnologias e de modernas técnicas de produção.

Para o avanço da “racionalidade agrícola” nos cerrados do Oeste da Bahia foi necessária a construção articulada de diversas ações: políticas (planejamento econômico), sociais (suporte de infraestrutura), econômicas (aporte de capital privado e estatal) e culturais (retirar a região do isolamento, chegada do progresso). Além disso, diversos fatores estimularam os investimentos agrícolas nesta região: topografia plana dos gerais, clima favorável com períodos bem delineados de chuvas, incentivos fiscais e creditícios, disponibilidade de recursos hídricos, construção de infraestrutura pelo Estado, tanto no âmbito federal como no estadual, e vários programas estatais para a agricultura.

A introdução da modernização conservadora nos cerrados do Oeste da Bahia transformou esta região. Tanto em termos econômicos, como também, em termos sociais e ambientais. Houve alterações nas relações de produção no mundo do trabalho: flexibilização, precarização, sazonalidade etc. No âmbito social as mudanças, também, foram profundas: migração inter e intrarregional, concentração da riqueza, concentração produtiva e espacial, entre outros fatores de exclusão social. No plano ambiental, as modificações no meio ambiente foram impactantes com o desmatamento, a erosão do solo, a degradação dos recursos hídricos etc. Por outro lado, quando se analisa, apenas, a dimensão econômica da moderna agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia, os resultados são bastante significativos, em termos de produção, produtividade e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional.

Além disso, a modernização agrícola inverte os papéis dos polos dos Vales e dos Gerais. Com a agricultura modernizada, o polo dinâmico passa a ser a região dos Gerais, enquanto a região dos Vales conserva uma maior estrutura espacial e social, sem profundas alterações.

Assim, uma nova realidade produtiva agrícola emerge nos cerrados do Oeste da Bahia, desde as décadas de 1970/1980, com a modernização da agricultura nesta região. A partir de então, implanta-se um conjunto de políticas governamentais direcionadas à implantação

de uma agricultura de bases técnicas modernas. Ocorrem grandes transformações não só produtivas, como também sociais, inicialmente, com mais intensidade nos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério. Nesse modelo de desenvolvimento agrário regional, desencadeiam-se mudanças que o tornam mais excludente, desigual e pouco civilizado, violento.

Desta forma, considerando a importância que o agronegócio da região Oeste assume na agricultura do Estado baiano, onde já é responsável por 34,2% do PIB agropecuário do Estado, (BAHIA, 2014), levando em conta a relevância econômica que esta região assume em termos de espaço agrícola modernizado no Nordeste, e, ainda, as implicações sociais e ambientais desse processo, esta tese segue um percurso de análise da agricultura modernizada, procurando entender como esse processo se materializa, nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, nos cerrados do Oeste da Bahia. Assim, esta pesquisa tem como objetivo responder ao problema apresentado a seguir.

PROBLEMA

A expansão recente do agronegócio nos cerrados do Oeste baiano, sobretudo com a soja, inseriu novas formas de reprodução ampliada do capital e conseqüentemente a territorialização seletiva do espaço intrarregional e o agravamento das desigualdades sociais?

Para que este problema de pesquisa se torne possível de análise, desta realidade dos cerrados do Oeste da Bahia, como propõe estudar este trabalho, são necessárias a elaboração de algumas questões que servirão de fio condutor para o autor desta tese. Diante disso, busca-se entender essa nova realidade agrícola do Oeste da Bahia:

- a. como o processo de modernização da agricultura atingiu o Centro-Oeste do Brasil?

- b. como a modernização conservadora da agricultura se estruturou na região Oeste da Bahia?
- c. como o capital agroindustrial se expandiu seletivamente nos cerrados do Oeste baiano? e por último
- d. como se deu a contextualização dessas mudanças?

OBJETIVOS

A presente pesquisa visa a analisar o avanço da modernização da agricultura brasileira, em especial, a dos cerrados do Oeste da Bahia, na área delimitada de estudo, inseridos nessa dinâmica.

Objetivo geral

Analisar a expansão e consolidação da agricultura empresarial nos cerrados do Oeste baiano, decorrente do processo de internacionalização e reorganização do sistema produtivo agrícola.

Objetivos específicos

- a. Caracterizar as transformações do sistema produtivo agropecuário com a opção pela modernização conservadora, contextualizando-a, principalmente, em relação ao advento da Revolução Verde e seus desdobramentos no rural brasileiro;
- b. caracterizar a dinâmica seletiva da expansão do capital no Oeste da Bahia.

CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Tipo de pesquisa

Para se alcançarem os objetivos propostos nesta pesquisa, o geral e os específicos, foi preciso elaborar e seguir um esquema de trabalho subdividido em:

- a. tipo de pesquisa;
- b. espaço a ser pesquisado;
- c. indicadores;
- d. elaboração dos instrumentos de pesquisa;
- e. pesquisa bibliográfica, além da observação e vivência deste pesquisador sobre a realidade regional.

A partir desses procedimentos, o interesse em pesquisar, conhecer e analisar as transformações que ocorreram na agricultura dos cerrados do Oeste da Bahia nas últimas décadas, direcionou este trabalho para a metodologia do Estudo de Caso. Segundo Edivaldo Boaventura (2012, p. 55), se o trabalho acadêmico se refere ao presente, o Estudo de Caso é uma opção metodológica que pode ser utilizada. Gil, por sua vez, considera que este delineamento de pesquisa se constitui em instrumental adequado para diferentes modalidades de pesquisa, pois constata-se que este método tanto pode ser empregado em pesquisas quantitativas como qualitativas. (GIL, 2002, p. 125).

Neste sentido, a modalidade investigativa foi escolhida por permitir uma análise detalhada do fenômeno pesquisado dentro de uma contextualização mais ampla que permite compreender as relações gerais que envolvem o objeto estudado.

Quanto à sua natureza esta pesquisa situa-se como quantitativa e qualitativa, uma vez que utiliza medidas estatísticas para analisar e quantificar o fenômeno investigado e, ao mesmo tempo, faz uso de pesquisa qualitativa que, ao definir o território de investigação, pode defrontar-se com determinados problemas e certas situações em que o estudo pode se dar, sem que se precise quantificá-los.

Quanto aos objetivos gerais, este trabalho se enquadra como pesquisa exploratório-descritiva. Exploratória, na medida em que busca analisar, com maior critério o problema e, conseqüentemente, torná-lo mais compreensível, já que pretende considerar os diversos aspectos relativos ao processo de modernização conservadora da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia. Concomitantemente, esta investigação é descritiva, ao considerar características relevantes do fenômeno pesquisado e identificar possíveis relações entre variáveis.

Amostra: público consultado

A amostra escolhida recaiu sobre técnicos que trabalham, direta ou indiretamente, com o agronegócio regional, e, também, que têm vínculos com Instituições de referência, no que diz respeito ao conhecimento da realidade local. Além disso, são profissionais bem conceituados pelo desenvolvimento de suas atividades profissionais, e incluem agrônomos, engenheiros agrônomos, produtores rurais, sociólogo, professor universitário, geólogo, diretor da Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia (AIBA), técnico da área rural do Banco do Brasil. Assim, 11 personalidades compuseram o quadro amostral deste estudo.

Parte-se de um recorte espacial prévio do Oeste da Bahia, no bioma cerrado em 04 municípios, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério. Estes subespaços foram definidos com base na vivência do pesquisador na área de estudo

e nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nestes municípios selecionados, área empírica da pesquisa, estão situados os territórios onde o agronegócio, desde o início, apresentou seu maior dinamismo.

Indicadores e categorias

Os indicadores apresentados neste estudo sintetizam informações e comportamentos de curto, médio e longo prazo e servem para identificar comportamentos, processos, variações e tendências, além de facultar estabelecer comparações. Devido à sua capacidade de síntese, tais indicadores possibilitam fácil entendimento sobre as questões em análise. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b).

Neste sentido, foram utilizados indicadores para demonstrar as transformações que ocorreram na base técnica da produção agrícola da região, como também os índices que evidenciassem mudanças sociais, de modo que a análise desses elementos, em conjunto, proporcionasse uma visão ampla do processo de modernização da agricultura, nos cerrados da região Oeste da Bahia.

No entanto, para compreender o processo de reestruturação produtiva da agricultura dos cerrados do Oeste baiano, a partir das mudanças na base técnica da produção agrícola, neste espaço, foi necessária uma consistente base teórico-metodológica. Dessa forma, dentre os principais conceitos e as categorias que sustentaram esta pesquisa estão:

- a. região;

Para compreender a dimensão espacial das transformações que ocorreram na agricultura do Oeste da Bahia, recorreu-se ao conceito de região, no sentido de solidariedade organizacional que lhe

atribui Elias. (ELIAS, 2003, p. 20). Tenta-se compreender a nova realidade regional, a partir da sua inserção na nova divisão do trabalho, nos âmbitos interno e externo.

b. modernização conservadora da agricultura;

A categoria modernização conservadora da agricultura brasileira compreende a conservação, ao longo da história agrícola, da preservação da estrutura fundiária concentrada, principalmente, com a média e grande propriedade rural.

c. modernização da agricultura;

A categoria modernização da agricultura é utilizada no transcorrer deste trabalho, conforme a compreende Francisco Graziano Neto (1988, p. 26): Não apenas as mudanças na base técnica com a evolução dos índices de uso das máquinas e dos diversos insumos agrários, mas também as relações sociais de produção.

d. cerrado;

Utiliza-se a categoria cerrado, tipo de vegetação composta por árvores de pequeno porte espaçadas e gramíneas. (BRASIL, 2015). Pois, é no espaço geográfico desse bioma no Oeste da Bahia, principalmente, que se desenvolve a pesquisa.

e. exclusão social;

A categoria de análise exclusão social é utilizada como falta de acesso aos recursos materiais e imateriais da sociedade, ou seja, a vulnerabilidade.

f. seletividade territorial;

Para investigar a expansão geográfica do capital na região de pesquisa, fez-se uso da categoria seletividade territorial. No sistema de produção capitalista, são escolhidos determinados espaços que detêm

condições prévias favoráveis ao avanço desse modo de produção e direcionados os investimentos de capital público e privado na infraestrutura técnica desses territórios, de modo que a expansão do capital não se dá de forma uniforme no espaço geográfico, mas, em determinadas áreas.

g. agronegócio;

A categoria agronegócio é considerada como o conjunto de atividades efetivadas pela agropecuária e pelos setores vinculados a ela, no processo de produção e transformação de seus produtos (BACHA, 2004, p. 22).

h. questão agrária

A categoria questão agrária é considerada conjuntamente com a questão agrícola, devido ao fato de que ambas estão relacionadas e são interdependentes. Daí, sua abordagem simultânea, neste trabalho.

Dessa forma, acredita-se que os conceitos e as categorias selecionados sejam essenciais para orientar as reflexões no decorrer deste estudo e para contribuir com novos elementos à compreensão da dinâmica analisada nos cerrados do Oeste da Bahia.

As categorias de análise deste trabalho estão ancoradas nos escritos dos autores a serem analisados no capítulo 2, principalmente, em Francisco Graziano Neto, na sua análise crítica da moderna agricultura.

Geração dos instrumentos de pesquisa

A segunda etapa do estudo consistiu nos dados primários, logo após a definição do painel de entrevistados, em que foi elaborado o questionário para a pesquisa de campo, tendo em vista a possibilidade de obter, como de fato se obteve, mais informações e dados, a partir das experiências, percepções e posicionamentos dos entrevistados.

Os procedimentos em relação à pesquisa de campo foram os seguintes:

- a. contato inicial com os entrevistados via telefone, apresentando os objetivos da pesquisa e solicitando sua colaboração:
 - envio do questionário via E-mail;
 - novos contatos via telefone ou E-mail, para sondar sobre alguma dificuldade para responder ao questionário; e
 - nos casos em que houve atraso no envio dos formulários, o autor desta pesquisa, dirigiu-se, pessoalmente, ao local de trabalho ou à residência do entrevistado, para fazer a pesquisa.

Levantamento e análise dos dados

Os dados coletados na pesquisa foram de fontes primárias e secundárias. Os primários foram obtidos por meio da técnica de entrevista semiestruturada. A opção por este tipo de entrevista decorreu da necessidade de se obter um grande número de dados que contemplassem toda a área geográfica objeto da pesquisa. Neste sentido, teve-se o cuidado de selecionar entrevistados que, além da sua capacidade técnica nas funções que exercem, tivessem uma visão macro da realidade do agronegócio regional, procedimento essencial para a interpretação socioeconômica dessa realidade e para confrontá-la com a bibliografia referenciada sobre o tema.

Esta pesquisa foi então conduzida a partir de:

- a. dados dos censos agropecuários do IBGE realizados no período de análise do estudo;
- b. pesquisa bibliográfica com vistas a conhecer e analisar as contribuições científicas relevantes sobre a temática;

- c. pesquisa documental objetivando sistematizar e analisar possíveis registros e marcos normativos para entender a penetração e expansão do capital na região pesquisada;
- d. pesquisa de campo com entrevistas e visitas a dirigentes, técnicos e instituições relacionadas, direta ou indiretamente, ao agronegócio do Oeste baiano.

Assim, definida a metodologia, os instrumentos teóricos de análise de interpretação estão vinculados à maneira de pensar e à visão do mundo deste pesquisador. Sob o paradigma da modernização conservadora da agricultura, ou seja, conforme a visão da realidade rural brasileira desse observador, analisam-se as diversas políticas estatais direcionadas à agricultura da região central do país, em particular os cerrados do Oeste baiano e as contradições sociais geradas nesse processo.

JUSTIFICATIVA

O tema modernização conservadora, na agricultura, tem relevância histórica, em razão de estar inserido nas discussões acerca do processo de desenvolvimento econômico e regional e suas consequências para a sociedade e a economia, como a exclusão social, a concentração fundiária, a modernização agrícola, a produção e a produtividade.

Nesse sentido, o papel da agricultura no desenvolvimento econômico toma relevo a partir da grande Depressão de 1929, com o avanço dos estudos macroeconômicos e o surgimento de diversas abordagens que viam o crescimento econômico sustentado pela agricultura.

Outro motivo que torna relevante este estudo é a incipiência de pesquisas criteriosas/detalhadas sobre as mudanças nas bases técnicas da agricultura e seu caráter conservador. Embora se encontrem

estudos sobre a região Oeste da Bahia, como Ilario (2011), com ênfase na competitividade e na sua estrutura logística, como faz Sanches (2008) que analisa o desenvolvimento dos cerrados do Oeste baiano e a agroindústria da soja, entre outros, mas, não enfatiza o aspecto conservador da nova agricultura dos Cerrados do Oeste.

Desse modo, este trabalho se concentra nas discussões de como ocorre o desenvolvimento agrícola, via modernização conservadora, e suas consequências econômicas, sociais, ambientais e espaciais.

A realização desta pesquisa se justifica, ainda, pelo fato de ser o Estado da Bahia, principalmente, na sua região dos cerrados, no Oeste, destacado nas três últimas décadas, como um dos principais produtores de grãos do Brasil. Este desempenho incentivou a instalação de diversas empresas processadoras e esmagadoras de grãos, de laticínios e frigoríficos, entre outras.

Não bastassem os motivos expostos, os quais, sem dúvida, já justificariam a elaboração desta tese, há ainda, outros aspectos relevantes no que diz respeito à principal cultura dessa região, a soja.

No mercado internacional, a soja, *commodity* agrícola, é um dos produtos mais comercializados. E, nesse âmbito externo, o Brasil, na safra 2012/2013, tornou-se o maior exportador mundial de soja com vendas externas correspondentes a quase 42 milhões de toneladas. (DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2013).

No âmbito interno, a produção de soja atingiu 85,656 milhões de toneladas para uma área plantada de 30,135 milhões de hectares, na safra 2013/2014 conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (2014). A Bahia, no ciclo 2014/2015, a produção de soja deverá atingir 4.066.900 toneladas, segundo 1º levantamento de safra. (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2015), o que corresponde a uma participação de 4,2% da produção nacional. Na Bahia, entre os principais produtores de soja, estão Formosa do Rio Preto

(1ª posição), São Desidério (2ª posição), Luis Eduardo Magalhães (3ª posição) e Barreiras (4ª posição), municípios situados no Oeste do Estado. Eles responderam por 77,53% da quantidade de soja produzida na safra 2013, nesta região. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). A evolução e o impulso da agropecuária desses municípios ficam mais evidentes, quando se constata que o Oeste da Bahia é responsável por 34,2% do PIB agropecuário do Estado.

Assim, dada a importância que o agronegócio assumiu na economia baiana, torna-se relevante avançar nas investigações sobre a expansão do produtivismo agrícola, em particular da soja, na estrutura econômica e social regional. Atualmente, a soja, principal produto cultivado no Oeste da Bahia, representa a maior área plantada de grãos no Nordeste brasileiro.

Neste contexto do Oeste da Bahia foram Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério, inicialmente, os subespaços mais expostos ao processo de modernização da agricultura. Por essas razões, justifica-se a escolha dos três municípios citados anteriormente, e mais o de Luis Eduardo Magalhães, como espaço para o estudo empírico desta pesquisa acadêmica, por terem sido estes subespaços, da região Oeste, o local onde o agronegócio mais se expandiu. O que pode ser constatado em termos de produção agropecuária, tanto no que se refere à soja, principal cultivo dos cerrados, quanto de outras culturas inseridas no cultivo regional como o algodão, o milho e a cana-de-açúcar, principalmente.

PLANO DA TESE

Na introdução desta pesquisa, são apresentados o tema, a área de delimitação da pesquisa, a relevância do estudo, a problemática da pesquisa, o problema, os objetivos geral e específicos, a concepção metodológica: tipo de pesquisa, amostra, indicadores e categorias,

geração de instrumentos de pesquisa, levantamento e análise dos dados, justificativa e plano da tese.

Este trabalho está estruturado em sete capítulos, incluindo o capítulo 1, esta introdução.

O segundo capítulo intitulado **O referencial teórico da questão agrária no contexto da sociedade brasileira**, analisa o significado da questão agrária no Brasil, a partir das principais contribuições de autores brasileiros como:

- a. Alberto Passos Guimarães (1969);
- b. Caio Prado Júnior (1976, 1979);
- c. Celso Furtado (1967, 1976, 1981);
- d. Claus Magno Germer (2007, 2013);
- e. Francisco Graziano Neto (1988, 2013);
- f. Gilberto Paim (1957);
- g. Geraldo Muller (1989a, 1989b);
- h. Ignacio Rangel (1981, 2004);
- i. João Pedro Stédile (2011, 2013);
- j. José Eli da Veiga (2000, 2013);
- k. José Graziano da Silva (1981a, 1981b, 2013);
- l. Ricardo Abramovay (2005, 2013); e
- m. Ruy Muller Paiva (1967).

O enfoque da pesquisa é o econômico e o histórico. Os referenciais teóricos sustentam-se nos escritos dos principais autores que pesquisaram a questão agrária brasileira.

O terceiro capítulo intitulado **O avanço do capitalismo no Brasil e a modernização conservadora na agricultura** trata das transformações no sistema produtivo do campo decorrentes da opção político-econômica dos governantes da época. Parte-se de uma visão abrangente das diversas fases das agriculturas, destacando as principais transformações que ocorreram neste setor produtivo e as influências desses processos, principalmente, a partir da Revolução Verde, na agricultura brasileira.

O quarto capítulo, **O agronegócio no contexto internacional e no Brasil**, trata da expansão da moderna agricultura nos países avançados e como este modelo se disseminou em várias regiões do rural brasileiro, em particular no Nordeste e nos cerrados do Oeste da Bahia. Assim, inicia-se uma discussão sobre a origem e difusão do termo “agronegócio”, no contexto internacional, sua abrangência no Brasil e as estratégias políticas implementadas por este segmento agrícola.

Transformações recentes na dinâmica produtiva do cerrado do Oeste baiano, o quinto capítulo, analisa as mudanças nas bases técnicas produtivas do sistema agrícola dos cerrados Oestinos e o avanço territorial do capital decorrente da expansão da agricultura moderna neste espaço. Demonstra, ainda, como o caminho escolhido pelo governo brasileiro para o crescimento da agricultura, a modernização conservadora, em detrimento de uma democratização da terra, expandiu-se e se consolidou nos cerrados do Oeste da Bahia.

O sexto capítulo, **Seletividade territorial do capital e exclusão social**, analisa como o agronegócio privilegiou, durante seu processo de expansão, determinadas áreas geográficas dentro dos cerrados e, como isso acarretou implicações para o agravamento da exclusão social regional. O capítulo enfatiza que o crescimento da produção moderna de grãos não ocorreu de maneira linear por todo o território dos cerrados baianos, mas, seletivamente, em determinadas áreas geográficas, dentre as quais se incluem os municípios de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério e Formosa do Rio Preto.

No sétimo capítulo, **Conclusões**, apresentam-se as considerações finais percebidas e analisadas a partir dos objetivos que nortearam a pesquisa, buscando resgatar a relação entre os resultados encontrados, o problema e a tese formulada. Neste sentido, na construção da estrutura deste trabalho acadêmico procurou-se articular os diversos capítulos entre si, tendo como componente central a questão agrária e a modernização conservadora da agricultura.

O capítulo 2, a seguir, discorre o referencial teórico sobre o debate da questão agrária no contexto da sociedade brasileira, de modo a discutir as principais contribuições teóricas sobre o tema.

A combine harvester is shown from a low angle, pouring a large quantity of golden-brown grain into a large, dark container. The grain is captured mid-air, creating a dense, cascading stream. The background is a vast, flat agricultural field under a clear sky. A bright yellow vertical bar is positioned on the right side of the image, partially overlapping the harvester's body.

**○ REFERENCIAL TEÓRICO
DA QUESTÃO AGRÁRIA
NO CONTEXTO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA**

Este capítulo trata do significado da questão agrária no Brasil. O enfoque se posta no campo da economia e da história, tendo como referencial teórico os escritos dos principais autores que trabalharam sobre a questão agrária brasileira: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Clovis Magno Gemer, Francisco Graziano Neto, Gilberto Paim, Geraldo Muller, Ignácio Rangel, João Pedro Stédile, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay e Rui Muller Paiva.

A questão agrícola e a questão agrária, embora muitas vezes apartadas como método analítico, estão endogenamente relacionadas. A questão agrícola enfatiza, na sua análise, as alterações que ocorrem na produção como: O que se produz? Onde se produz? e Quanto se produz? Os indicadores relevantes, segundo esta visão, são os preços dos bens produzidos e as suas respectivas quantidades. (SILVA, 1981a, p. 5).

A questão agrária, por sua vez, centra sua análise nas relações trabalhistas e sociais, ou seja, no Como se produz? e De que forma se produz? Assim, as principais variáveis são a forma de organização do trabalho e da produção; a qualidade do trabalho e da renda dos trabalhadores do campo e o nível de pessoas dedicadas à labuta rural. (SILVA, 1981a, p. 5).

Deste modo, a análise do conceito de questão agrária, pode ser interpretada sob diversos ângulos. Na visão política, está relacionada à análise dos problemas decorrentes da concentração fundiária no desenvolvimento das forças de produção de uma dada sociedade e a sua expressão no poder político. Sob o prisma da sociologia, configura-se no estudo das formas como ocorrem as relações sociais em termos de organização do processo de produção. No âmbito da geografia, centraliza-se na análise do modo como a sociedade e as pessoas se apropriam da terra e como se dá esse processo de territorialização do espaço geográfico. E, sob o ângulo da história, o conceito de questão agrária é empregado para explicar a dinâmica da luta de classes, no âmbito da luta política, para dominar e controlar a posse fundiária e o território. (STÉDILE, 2011, p.15).

João Pedro Stédile (2011) considera que os estudos sobre a questão agrária brasileira não são recentes, pois, no seu entender, os que surgiram antes dos anos de 1960 apresentavam uma visão de história econômica. Sob este viés econômico, ele destaca o trabalho de Roberto Simonsem sobre a história econômica do Brasil, no qual este autor analisa a evolução da questão agrária nacional, advogando a tese do predomínio contínuo de relações capitalistas de produção, no desenvolvimento da agricultura no Brasil. (STÉDILE, 2011, p.16).

Entretanto, é na obra de Jacob Gorender, **O escravismo colonial**, na década de 1970, que há uma análise do processo evolutivo da posse, do uso e da propriedade do solo dos primórdios da colonização até os anos de 1970. É a partir dessa visão mais abrangente da questão agrária e não, apenas, do ponto de vista da história econômica, que se utiliza o conceito de questão agrária como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso da terra e a organização da atividade agrícola no Brasil.” (STÉDILE, 2011, p.16).

Jose Graziano da Silva (1981), por sua vez, assinala que a realidade dos fatos torna metodologicamente inadequada a separação, em compartimentos estanques, da questão agrícola e questão agrária, pois a questão agrária se encontra presente nas crises agrícolas, como também a questão agrícola tem suas origens na crise agrária. Dessa forma, a crise agrícola e a crise agrária estão intimamente relacionadas e tendem a ocorrer concomitantemente, porque, os problemas agrícolas e agrários ocorrem associada e simultaneamente. Na realidade, como se observa, a dimensão política e econômica incorporada pela categoria agricultura ampliou sua extensão, tomando a forma de questão agrária. (SILVA, 1981a, p. 5).

Nessa nova perspectiva de análise, faz-se necessária a distinção conceitual em relação à questão agrícola. Mesmo considerando que estão inter-relacionadas, elas formam perspectivas teóricas e analíticas diversas e, muitas vezes, conflitantes.

O REFERENCIAL DO DEBATE DA QUESTÃO AGRÁRIA

Na década de 1930, o debate sobre a questão agrária, no Brasil, já polarizava as discussões econômicas. Naquele decênio, as polêmicas giravam em torno da crise do café e da grande depressão capitalista de 1929. Mas, a rápida industrialização, a crescente urbanização, tendo como corolário a passagem de uma economia agroexportadora para uma economia de industrialização retardatária levaram a constituição de uma agricultura heterogênea em termos sociais e regionais. Com todas estas mudanças na indústria e na agricultura, uma contradição permaneceu imutável, embora tenha se integrado à dinâmica da mercantilização: a estrutura da propriedade fundiária. (DELGADO, 1985, p.25).

Conforme se assinala nas páginas seguintes, o golpe civil-militar perpetrado em 1964 optou, em termos de política rural, pelo processo de modernização conservadora da agricultura, na qual ocorre a modernização da base técnica da agropecuária concomitante à continuidade e ao aprofundamento da estrutura concentrada da propriedade fundiária. (DELGADO, 2005, p. 34).

Na política agropecuária vigente até então, o crédito rural tinha como meta mediar os interesses das oligarquias rurais e os interesses dos setores industriais e urbanos. Nesta política, contemplavam-se, em termos creditícios, as atividades específicas monocultoras, como fazia o Instituto Brasileiro do Café (IBC), ao mesmo tempo em que se materializava uma política de desvalorização cambial. (DELGADO, 2005, p. 20).

A partir de 1965, adotam-se mecanismos de subsídios aos produtos exportáveis, entre os quais se incluía o café, como isenções, taxas de juros favorecidas e créditos fiscais, além de portarias e decretos versando sobre as exportações. É neste período, ainda, que o sistema de câmbio fixo vigente, que implicava desvalorizações em

intervalos de tempo amplos, é substituído pelo sistema de minidesvalorizações com uma valorização cambial relativamente mais rápida e estável. (DELGADO, 2013, p. 65).

Contudo, o movimento de integração técnica da agricultura com a indústria, no Brasil, se inicia nas décadas de 1960 e 1970, embora o Estado de São Paulo tenha precedido esta dinâmica com a mudança na sua base técnica agrícola, na década de 1950, mas é na estruturação oficial do Sistema Nacional de Crédito Rural, (SNCR), em 1965, que as políticas agrícolas são redirecionadas em institutos por produtos, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC), entre outros e ocorre o fortalecimento de estruturas indutoras da produtividade capitalista no campo. (DELGADO, 1985, p. 7).

Neste processo de modernização da agricultura brasileira, evidenciam-se os fartos incentivos fiscais, como as desonerações do Imposto Territorial Rural e do Imposto de Renda; a abundância dos créditos rurais; e o significativo direcionamento direto do gasto do Estado na implementação de políticas incentivadoras do crescimento da produção e da comercialização destinadas aos participantes das instituições criadas ou remodeladas nesta etapa: Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), entre outras. (DELGADO, 2005, p. 97).

Pode-se concluir que, nessa dinâmica de modernização da agricultura brasileira, preservou-se, e até aprofundou-se, a heterogeneidade rural brasileira, em termos social, técnico e regional. Ao mesmo tempo, consolida-se um pacto de classe moderno e conservador que alberga as oligarquias rurais do capital comercial e da grande propriedade rural.

No período de 1967 a 1973, o Brasil passa por uma fase de crescimento econômico, quando a questão agrária deixa de ser relevante. Contudo, nos anos seguintes, a partir de 1974, com o arrefecimento da

expansão econômica e a relativa abertura política, muitos temas voltam ao centro da discussão, entre eles, o da questão agrária.

PRINCIPAIS ABORDAGENS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Na análise da dinâmica agrícola, o tema central da questão agrária girava em torno da reforma agrária. Nesse debate, ocorre a polarização entre dois grupos sociais: um, favorável à reforma agrária, compreendia o operariado industrial, a burguesia e os segmentos populares urbanos como estudantes, bancários e intelectuais; o outro, o latifúndio e o imperialismo (CARVALHO, 1979, p.170). Deste ambiente, emerge o quadro social do Nordeste, com o aparecimento das ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, e a seca de 1958.

As Ligas camponesas surgem no final da década de 1950, nesta região, sendo o primeiro grande movimento social camponês que se insurge de maneira consciente para lutar pela posse da terra. O evento mais significativo das Ligas Camponesas pela redistribuição de terras se dá no seu congresso, em Belo Horizonte, onde se define a Reforma Agrária como sua luta principal.

Por sua vez, a seca que assolou o Nordeste, em 1958, desnuda para o restante do país a situação de ampla camada da sua população em estado de miséria, de mortalidade infantil, de atraso econômico e em uma estrutura rural arcaica. Assim, o país passa a perceber esta região como privada de seus direitos, colonizada e subdesenvolvida como se fosse uma região apartada do Brasil. Não se percebem, agora, os problemas do Nordeste, apenas, como decorrentes das intempéries climáticas, mas também, do quadro social dessa região. Neste contexto social, passa-se a contestar a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)

que era aparelhado pelos grandes proprietários de terras para direcionar recursos financeiros para seus açudes e servir de instrumento de manipulação ideológica e política. (CARVALHO, 1979, p. 171).

Neste cenário de luta pela execução da reforma agrária, este movimento se atrelará à necessidade de reforma da Constituição de 1946, no seu artigo 141, parágrafo 16, o qual determinava que a desapropriação de terras só se realizaria por interesse social e prévia e justa indenização em dinheiro. A consequência foi que a questão da reforma constitucional se sobrepôs à da reforma agrária. Direciona-se a polêmica do debate para os significados de 'justa' e "prévia" indenização. (CARVALHO, 1979, p.174).

No quadro político daquele momento e no contexto das correlações de forças políticas e sociais, os segmentos sociais das classes dominantes contrários à reforma agrária vão defender a preservação da Constituição, não apenas em relação à reforma agrária, como também na questão das reformas de base, pois, a alteração constitucional representaria um avanço político para as forças sociais populares que já reivindicavam o direito de voto aos soldados e analfabetos. Sentindo-se fragilizada na correlação de forças naquele momento, as forças conservadoras, principalmente, os seus representantes no Congresso Nacional, irão fechar questão contra a reforma constitucional. (CARVALHO, 1979, p.174).

No âmbito do poder executivo, o presidente da República, João Goulart, no início dos trabalhos parlamentares, em março de 1963, faz um anexo à sua mensagem de início dos trabalhos do parlamento, um anteprojeto de redistribuição de terras. Neste anteprojeto presidencial, a desapropriação por interesse social dar-se-ia com o ônus da indenização dos bens desapropriados, sendo esses pagos em títulos da dívida pública pelo seu valor nominal. Esta iniciativa encerra a especulação sobre seu interesse em realizar a reforma agrária.

Neste contexto de crise, dos anos de 1950 a 1960, ficam claros 02 (dois) caminhos propostos para a agricultura: o primeiro caminho era a modernização conservadora da agricultura, com a transformação das técnicas produtivas da agricultura com a incorporação de máquinas, equipamentos modernos, insumos e novas técnicas estimuladoras da produtividade do solo e do trabalho. O segundo caminho compreendia mudanças na estrutura de posse da terra com a reforma agrária, expansão da legislação trabalhista no campo, melhoria na renda dos pequenos agricultores, etc.

Assim, os anos 1950 vivenciam profundas discussões acerca do rumo que a agricultura brasileira deveria seguir. Já a década de 1960 é marcada pelo predomínio dos debates sobre a questão agrária, tendo como ponto central o descompasso entre indústria e agricultura, no âmbito da análise do processo de crescimento econômico da época. A importância da questão agrária no espaço intelectual é estimulada pela enorme desigualdade entre uma minoria privilegiada detentora de vastas extensões de terra, os latifundiários, e uma grande maioria de trabalhadores rurais excluídos do acesso à posse de terras. Nesse debate, se destacaram os autores clássicos como Celso Furtado (1967, 1976, 1981), Alberto Passos Guimarães (1969), Caio Prado Júnior (1976, 1979) e Ignácio Rangel (1981, 2004). No campo conservador, sobressaíram os trabalhos de Gilberto Paim (1957) e Ruy Miller Paiva (1967).

Alberto Passos Guimarães - iniciou sua atuação política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no início da década de 1930. O pensamento apresentado na sua principal obra “Quatro séculos de latifúndio”, trata da questão agrária. Publicado em 1969, expressou, naquela década, a visão de parte significativa das forças sociais que defendiam a reforma agrária. Para este autor, o fundamental em uma estrutura econômica é o modo de produção, ou seja, como os homens obtêm os meios de sua sobrevivência, como produzem os bens e serviços de que precisam. É este elemento básico, o modo

de produção, que determina as dinâmicas sociais, distributivas e econômicas da sociedade. Para Guimarães, o elemento dominante, que permeou a economia do Brasil Colônia, subordinando as demais relações da economia colonial, foi a propriedade feudal, na qual a terra era o principal fator de produção, sobrepondo-se, inclusive, aos demais fatores do processo produtivo. (GONÇALVES, 1999, p. 37).

Para Guimarães (1969), o problema agrário brasileiro decorria dos óbices à transformação, frutos da herança latifundiária e colonial, de uma economia de subsistência a uma economia voltada para o mercado. Dessa contradição, emerge a dualidade da estrutura agrícola brasileira: uma agricultura de subsistência e uma agricultura voltada para os produtos de exportação. A matriz de análise de Guimarães alicerça-se no caráter feudal do sistema econômico brasileiro do período colonial, embora apresentasse nuances diferentes do feudalismo na sua forma clássica: o escravismo e a produção comercial para o mercado internacional. (GUIMARÃES, 1969, p. 144). Assim, vai buscar as raízes do latifúndio brasileiro na dinâmica da colonização portuguesa das áreas indígenas, no século XVI.

Na Europa, ocorria a transição do feudalismo para o capitalismo e Portugal, desejando assegurar o domínio sobre a nova colônia, transplanta para o Brasil relações econômicas e instituições feudais já decadentes e arcaicas no velho continente, ou seja, uma estrutura de nobreza e de poder feudal. Esta ordem feudal estabelecida no novo território submeteu os demais fatores de produção na colonização perpetrada por Portugal. A propriedade fundiária tornou-se monopólio feudal e colonial capaz de impedir os avanços democráticos e capitalistas no decorrer do tempo. Tanto foi assim que, até o século XX, a classe latifundiária, alicerçada na grande propriedade rural, conseguiu manter seu domínio sobre a população do campo. (GUIMARÃES, 1969, p. 21).

Fica evidente, na sua análise, que a classe latifundiária teve sua origem no processo de colonização portuguesa. O controle do novo

território, a estrutura e as relações decorrentes perpetuaram o poder nas mãos da nobreza portuguesa que, assegurando seus privilégios, concordou em migrar para a colônia recém-descoberta. A situação de monopólio da terra, em tempos pré-capitalistas, conferiu à classe latifundiária um poder extra econômico o qual só teve as primeiras fissuras com o avanço, embora gradual, do capitalismo no campo, no transcorrer do século XX. A formação da aristocracia rural nacional, com a posse da terra e as riquezas resultantes, não ocorreu com base na origem do sangue, mas em decorrência das doações de grandes extensões de terras pela coroa portuguesa. (GUIMARÃES, 1969, p. 32).

Nesta dinâmica de dominação dos grandes proprietários de terras, o segmento de resistência foi o camponês. Esse contraponto remonta ao processo de invasão e colonização das áreas indígenas e se amplia com a tentativa de escravizar os silvícolas. Além disso, aparecem novos atores sociais no campo. Da ocupação de terras devolutas emergem os posseiros e intrusos que serão as bases para o surgimento da propriedade camponesa e capitalista no território nacional. A ocupação ilegal do solo permitiu a criação de propriedades agrícolas menores trabalhadas por camponeses e seus familiares. Ao mesmo tempo, as transformações capitalistas, no transcorrer do século XX proporcionaram o surgimento de uma burguesia rural, com base na propriedade capitalista no campo. (GUIMARÃES, 1969, p. 102).

Esse autor critica a visão dos que acreditam no desenvolvimento sem mudanças, com a manutenção da estrutura agrária adicionando-se alguns componentes como adubação, mecanização avançada, ou seja, mais capital no campo, de forma a alcançar ampliadamente o progresso da agricultura, sem a necessidade de mudanças nas bases que alicerçam o modelo vigente, pois, na concepção dele, sendo a terra o meio de produção dominante e essencial na produção rural, caracteriza um patamar inferior do processo produtivo capitalista, isto é, pré-capitalista. (GUIMARÃES, 1969, p. 105).

Ainda, em decorrência do monopólio da propriedade da terra, resulta o poder extraeconômico que se materializa na governabilidade que o latifúndio exerce sobre as coisas e as pessoas, não somente internamente, mas também, ao redor da grande propriedade rural. São relações coercitivas que os latifundiários exercem sobre os moradores, colonos agregados, meeiros, assalariados e os pequenos e médios produtores da vizinhança. Este poder extraeconômico é o responsável pelo fato de milhões de trabalhadores rurais brasileiros viverem à margem das garantias trabalhistas e sociais constantes na Carta Magna Nacional. (GUIMARÃES, 1969, p. 33).

A partir dessa análise, é necessário a extinção do latifúndio como instituição e, não apenas, a simples redistribuição das terras latifundiárias, mas, uma reforma agrária democrática, que rompa pela base, ao mesmo tempo, as relações de dependência colonial ao imperialismo e as conexões quase feudais de dependência ao poder extraeconômico, tanto jurídico quanto político, da classe latifundiária. (GUIMARÃES, 1969).

A reflexão do pesquisador Alberto Passos Guimarães, ocorre a partir da matriz marxista, portanto, destacando a ação política da metrópole portuguesa no processo de colonização nacional. Desta ação política decorreu a distribuição de vastas áreas territoriais à nobreza fiel à coroa e a estruturação de relações sociais feudais que perpetuaram a concentração fundiária no transcorrer do tempo. Assim, as reflexões de Guimarães sobre a sociedade brasileira, em particular acerca do rural brasileiro, permitiram-lhe perceber as possibilidades de ação política para sua transformação. Não por acaso, foi militante do PCB.

Caio Prado Júnior notabilizou-se por suas pesquisas sobre a sociedade brasileira. Nos primórdios da década de 1960, escreveu para a Revista Brasileira diversos artigos sobre a questão agrária.

Para este escritor, a grande propriedade rural surge integrada a um extenso empreendimento mercantil, com a finalidade de explorar

os recursos da natureza de um território ainda por se explorar, em benefício do comércio da Europa. O surgimento da grande propriedade da terra esteve atrelado ao comércio imposto pelos colonizadores europeus nas novas terras, já no final do século XV. Dessa forma, os proprietários das vastas extensões de terras da colônia seriam homens de negócios, para os quais a terra era utilizada e vista como um negócio como qualquer outro, não tendo a aristocracia rural brasileira, assim, característica nobiliárquica decorrente de poder econômico. (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 16).

A análise da questão agrária em Caio Prado Junior apresenta duas matrizes teóricas ao longo do tempo. Uma, antes de 1964, na qual aponta a concentração fundiária e o monopólio da terra como causas da miséria em que vivia a população do campo brasileiro, pois, impediam a população rural de exercer livremente suas atividades rurais. Assim, os mecanismos propulsores da atividade comercial do setor agrícola, como disponibilidade de terras e mão-de-obra, são determinantes para o baixo nível de vida da população rural brasileira. Nesse período, a questão agrária e a concentração da posse da terra se equivaliam, em Caio Prado Junior, ou seja, a concentração fundiária é a própria questão agrária. (KAGEYAMA, 1993, p. 9).

Caio Prado Júnior (1979) não via na agricultura brasileira, na forma de exploração da população rural brasileira, “restos feudais”. Em um primeiro aspecto, devido à existência do trabalho escravo e à característica mercantil da economia, rompia com os fundamentos econômicos do sistema feudal, e os arranjos nas relações de trabalho em prática vigentes naquele período, como a meação e o salário (embora, às vezes, pago em produto) não caracterizavam qualquer espécie de instituição feudal. Um segundo aspecto, constituía um erro político, pois, ao empunhar a bandeira da reforma agrária na luta contra “os restos feudais” e o latifúndio improdutivo, diluía-se o ponto central da questão agrária, a saber, a concentração da posse da terra, a superexploração dos trabalhadores do campo, o desamparo por

parte da legislação e os baixíssimos níveis de renda que lhes eram impostos, fatores inerentes ao sistema capitalista. E, sendo assim, era dentro dos marcos legais do capitalismo que a luta por mudanças deveria ocorrer. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 9).

Portanto, o desfecho da questão agrária deveria se dar por via de instâncias jurídicas, reforma e fiscalização dos marcos legais relativos aos direitos de propriedade e das relações de trabalho, dentro dos parâmetros do capitalismo. As forças sociais em prol da reforma agrária deveriam lutar pela desconcentração da posse da terra, principalmente, naquelas situações em que a propriedade já se achasse dividida em parcerias; e nas mudanças nas relações de trabalho, tornando-as essencialmente mercantis, excluindo de seu âmbito relações extraeconômicas entre empregado e empregador. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 91).

Ao analisar a economia brasileira com o método do materialismo histórico, dentro de uma visão marxista, Caio Prado Júnior coloca no centro da análise as relações sociais de produção, que determinarão as características fundamentais do sistema da economia. A ênfase nas relações de produção, nas relações de trabalho, irá deslocar a questão agrária em 03 aspectos.

O primeiro, o avanço do capitalismo no campo, com as mudanças decorrentes nas relações de produção e de trabalho e, ao mesmo tempo, a privação dos trabalhadores rurais da posse da terra, ao intensificar o nível de trabalho, ao não estabelecer marcos legais e jurídicos para a nova situação rural, que contribuiu para rebaixar as condições de vida da população rural brasileira. O segundo, a deterioração das condições materiais dos trabalhadores rurais, em uma sociedade capitalista que condiciona a expansão do mercado interno e obstaculiza o processo de crescimento da industrialização do país. O terceiro aspecto, que decorre dos anteriores, é que a solução da problemática agrária estava no interior do sistema capitalista e nas contradições geradas por este sistema econômico, já que é no capitalismo e em suas contradições internas que

se encontram os mecanismos que impedem a eliminação dos vestígios do colonialismo nas relações de produção, de trabalho e no estatuto do trabalhador rural na economia nacional. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 10).

O ambiente histórico e econômico em que transcorreram as atividades agropecuárias, alicerçado na grande propriedade fundiária, desestimulava e tornava descontínuos e irregulares os contatos humanos e o convívio social, contribuindo para a prática de arbitrariedades dos senhores da terra, transformando o grande proprietário fundiário em “senhor” de seus empregados e, inclusive, estendendo o direito privado da propriedade para além dela. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 13).

Ricardo Oliveira Silva (2007, p. 122) assinala que, para Caio Prado Junior, o uso da terra para beneficiar uma minoria foi determinante para a construção de um padrão de existência precário, nas dimensões materiais e culturais, para a população do campo brasileiro.

Neste sentido, como fica evidente na análise de Caio Prado Júnior, o Brasil não apresenta sinal algum de resquícios feudais, consequentemente, uma revolução agrária antifeudal seria extemporânea, de modo que a extensão das grandes propriedades rurais não seria um empecilho ao avanço do capitalismo no campo. Pois, a agricultura industrializada já se expandia, modernizando as grandes unidades agrícolas açucareiras. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 171).

Assim, o problema fundamental da questão agrária brasileira não se postava na grande propriedade fundiária, em decorrência de sua extensão, porque, na evolução histórica das relações sociais do campo, o latifúndio perpetuava um elevado nível de exploração dos trabalhadores rurais. A contradição fundamental centrava-se na relação entre trabalhadores rurais e grandes produtores, o que implicava, para o autor, resolver esta questão central na generalização das lutas pelos direitos trabalhistas no campo. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 172).

Nesse processo, uma parcela considerável das grandes propriedades agrárias viabilizava-se, em decorrência do baixo custo da mão-de-obra, explorada intensivamente, no trabalho agrícola. A crescente generalização da luta por melhores condições de trabalho e emprego levará à eliminação das grandes propriedades no campo que não se adaptarem, principalmente, à elevação da produtividade, ao novo ambiente trabalhista criado pela luta reivindicatória dos trabalhadores rurais. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 154).

Celso Furtado foi um grande pensador da corrente econômica desenvolvimentista e nacionalista. Ajudou a elaborar e a implementar, no Brasil, as teses estruturalistas. Conseguiu estruturar e sintetizar o pensamento de parte considerável dos economistas e técnicos governamentais comprometidos com o projeto de industrialização nacional. Tornou-se o economista mais importante do estruturalismo no Brasil. Esse fato, segundo Ricardo Bielschowsky (2000, p.133), decorre da obra de Celso Furtado apresentar consistente e claramente 03 três características singulares que a diferencia de outras correntes do pensamento desenvolvimentista. A primeira consiste no papel de liderança do Estado no incentivo ao desenvolvimento; a segunda é a subordinação da política monetária e cambial às políticas desenvolvimentistas; e a terceira é a defesa intransigente de reformas sociais.

Embora defendendo a liderança do Estado como articulador do desenvolvimento econômico, Celso Furtado não excluía a participação do capital estrangeiro, condicionado às atividades não estratégicas e ao controle legal. Considerava que a coordenação do Estado era fundamental para que as decisões sobre os rumos da economia brasileira ocorressem internamente e não a partir dos países desenvolvidos. (FURTADO, 1981, p. 46).

Contrapunha-se, também, em uma visão nacionalista, aos programas de estabilização propostos pelo FMI. Além disso, no transcorrer do desenvolvimento de sua análise, observava-se uma preocupação

crescente com a questão social, a partir da proposição de um sistema tributário progressivo, avançando na proposta de desconcentração regional da renda e no apoio a reforma agrária. (FURTADO, (1976, p. 119).

A orientação teórica de Celso Furtado vinha do estruturalismo e do keynesianismo. A corrente econômica estruturalista tinha três 03 elementos fundamentais:

- a. o conceito de subdesenvolvimento periférico - Em decorrência das relações econômicas internacionais com os países desenvolvidos, existem, nas nações periféricas, economias heterogêneas. Esta heterogeneidade constitui-se pela existência paralela de setores econômicos modernos voltados ao atendimento da demanda internacional, às exportações; e aos setores econômicos voltados para o mercado interno de subsistência, com baixos níveis de produtividade em relação ao setor exportador;
- b. industrialização: a dinâmica do novo polo - Na questão da industrialização, Celso Furtado enfatizou o estudo da dinâmica de industrialização que ocorria no Brasil. Para este autor, o Brasil, entre os países latino-americanos, era aquele onde se encontravam claras evidências do dinamismo de um sistema econômico em pleno crescimento. Esta dinâmica tem seu marco em 1929, quando os investimentos se deslocam do setor exportador para o setor voltado para o mercado interno. A mudança decorreu da necessidade de se produzirem internamente produtos similares aos importados, para reduzir os gastos com as importações. No deslocamento do centro dinâmico, dois (02) fatores foram determinantes e convergentes:
 - a diminuição do coeficiente de importação das classes de rendas média e alta; e

- a incapacidade de manter o mesmo nível de investimento no segmento de economia colonial; (FURTADO, 1950 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.141);
- c. a industrialização periférica: atípica e problemática - A dinâmica de industrialização brasileira diferiu da industrialização clássica. Nesta última, o processo se realizou em um ambiente econômico no qual a composição da demanda e o movimento de crescimento decorreram, fundamentalmente, do progresso técnico e de fatores limitativos do sistema de produção. A estrutura de industrialização dos países periféricos emerge associada a um modelo de demanda moderno, e sobrepondo-se a um padrão de produção pouco diversificado e de raro nível de integração, tanto vertical como horizontal. Nesse contexto, a industrialização por substituição de importação encontrava-se condicionada pelo baixo nível de poupança e insuficiente capacidade de importação. No entanto, o impulso da industrialização por substituição de importações decorreu da manutenção da demanda agregada que é a soma de três componentes: consumo mais investimentos mais gastos do governo. Para que a demanda agregada não declinasse foram decisivos os seguintes fatores: a) a elevação dos preços dos produtos importados e a ausência de divisas para compra-los; e b) compras estatais de café para ser estocado e posteriormente queimado. (PEREIRA, 1991, p. 42).

Este processo de evolução da industrialização periférica caracterizou-se, também, como problemático, em decorrência de seu caráter dual originário da fase de especialização produtiva destinada à exportação e da necessidade de homogeneizar a dualidade das estruturas econômicas. (FURTADO, 1976, p. 13).

A orientação analítica de Celso Furtado, segundo Ricardo Bielschowsky (2000, p.135), baseada no estruturalismo, se complementa com o Keynesianismo. Como se pode observar na sua análise da história econômica brasileira na qual enfatiza a importância da constituição

de um mercado interno na expansão da produção e da renda nacional, revelando ponto de semelhança com o multiplicador da teoria de Keynes, embora de efeito negativo, quando analisa que o incremento da renda da economia escravista exportadora era obstaculizado, devido a um conjunto de fatores que diluíam os estímulos externos, no âmbito do mesmo setor de exportação. Além disso, o princípio do multiplicador foi usado, agora de forma positiva, quando afirma que o advento do assalariamento na economia cafeeira foi essencial e básico para que os estímulos externos colocassem em movimento uma resultante cumulativa de crescimento da renda e da produção. É ainda de orientação Keynesiana, a defesa de Celso Furtado sobre a questão do planejamento.

Como se observa, a obra de Celso Furtado (1967), profunda e vasta, analisa o processo de formação da economia brasileira, não tratando, especificamente da questão agrária. Contudo, muitos dos temas abordados sobre a economia brasileira e seus problemas estruturais relacionam-se à agricultura sendo perfeitamente possível extrair desses textos análises sobre o problema rural nacional, tendo como instrumentos de análise os conceitos básicos macroeconômicos, como os macroagregados e a importância do viés monetário para a economia capitalista, cujos fluxos são vitais para o seu funcionamento.

A análise de Celso Furtado (1967) parte da tese de que o Brasil foi formado, desde sua descoberta, pelo capitalismo comercial, tendo à frente a empresa agrícola. Como a instalação da empresa agromercantil no território brasileiro necessitava de recursos financeiros, as concessões iniciais foram destinadas aos homens que dispunham de capital para o estabelecimento do empreendimento rural. Decorre disso, que desde os seus primórdios, a classe dirigente agrária será constituída por homens de posses econômicas significativas. (FURTADO, 1967, p. 10).

A empresa agromercantil constituída encontrou na escravidão e no monopólio da posse da terra os mecanismos necessários ao domínio da vida agrária nacional, na qual se destacam os traços autoritários

e o obstáculo à posse da terra, sempre concentrada nas mãos de poucos. (FURTADO, 1967, p. 15).

Contudo, ao analisar o processo de formação dos mercados de trabalho, tanto para o setor agrário como para o industrial, observa-se que as raízes da pobreza rural estão fincadas nas atividades rurais, emergindo daí o ponto central da questão agrária.

Celso Furtado, ainda, coloca, como elemento central, a resolução da problemática rural, pois, seu não equacionamento implicaria a construção de uma sociedade crescentemente excludente socialmente, ao afirmar que a constituição de um sistema de privilégios à empresa agromercantil, inicialmente baseado na escravidão e no monopólio da terra, foram dois dos fatores principais da extrema concentração de renda em nosso país. (CARVALHO, 1979, p.141).

O pensador Gilberto Paim (1957) constrói sua concepção teórica a partir da relação do Brasil colônia com Portugal e da relação de subserviência da Coroa portuguesa à Inglaterra. Foram essas relações que determinaram o modo de produção implantado no Brasil. Para ele a origem da questão agrária brasileira reside na constituição de um complexo rural formando uma unidade econômica independente em relação ao mercado nacional. (PAIM, 1957, 15).

O complexo rural é uma unidade de produção agrícola com o predomínio de atividades econômicas e produtivas primárias com baixa produtividade e autossuficiência e pequena geração de renda. A reduzida geração de renda desse complexo decorria da insuficiente capacidade de importar seus bens e, também, da incapacidade do mercado interno de absorver os produtos manufaturados. Estas unidades de produção agrícola eram quase autossuficientes em relação aos demais setores econômicos da sociedade. Bastavam-se. As relações econômicas e comerciais com seu entorno eram mínimas, não gerando, portanto, um efeito dinamizador das atividades econômicas.

Esta autossuficiência só era quebrada nas relações econômicas com o exterior, para a aquisição de bens suntuários para os segmentos proprietários e na comercialização de seus produtos agrícolas para o exterior. (PAIM, 1957, p. 16).

Este conjunto de características da economia natural, constituiu uma trava para a efetivação plena do potencial de desenvolvimento da economia. Assim, as atividades econômicas do campo não criam efeito multiplicador para o conjunto da economia, pois sua produção não se direciona ao mercado interno, não gera poder aquisitivo no território e não estimula o crescimento da demanda nacional. Desta forma, a inexistência de um mercado interno com demanda adequada, vai inviabilizar o processo de industrialização brasileiro. (PAIM, 1957, p. 32).

O desenvolvimento de um mercado interno só aconteceria com a mudança da economia rural, com a divisão da agricultura e da indústria e a consequente especialização produtiva desses setores. Para Gilberto Paim (1957) a agricultura possuía desvantagens em relação ao setor industrial. Contudo, devido à sua articulação com o mercado exterior a estrutura fundiária brasileira não necessitava de intervenção alguma para alterar o contexto fundiário nacional, como a reforma agrária. A questão principal da agricultura brasileira estava no atendimento de pontos como a disponibilidade de crédito, o avanço tecnológico e o estímulo à mecanização da atividade primária. Esses pontos seriam cruciais para travar a autonomia e autossuficiência do complexo agrícola. (PAIM, 1957, p. 95).

A sociedade industrial e urbana eram elementos inerentes ao progresso. Nesta dinâmica, o desenvolvimento industrial se inicia com a permutação de mão-de-obra entre a indústria e a agricultura, o que estimula o aumento da demanda por produtos do campo na economia urbana. Ainda, segundo este autor, a industrialização brasileira constitui-se em atividade externa ao rural e elemento de equilíbrio no emprego da mão-de-obra e da demanda por bens agrícolas. Desta forma, a

questão agrária decorre do setor externo, necessitando de ações e de mudanças nas relações com o exterior. (PAIM, 1957, p. 91).

A concepção teórica liberal de Gilberto Paim considera que o complexo rural se torna um fator impeditivo ao processo de industrialização e de expansão do mercado interno. Decorre, daí a necessidade de desenvolvimento desse mercado e da separação entre agricultura de mercado e indústria, expandindo toda a potencialidade produtiva das forças de produção. (PAIM, 1957, 35).

A análise do pesquisador Ignácio Rangel no início dos anos de 1960, trata, essencialmente, da dinâmica de industrialização brasileira, no contexto de uma sociedade rural com estrutura arcaica, com reforma agrária ainda por fazer, que dificultava a eliminação dos pontos de estrangulamento e, conseqüentemente, contribuía para a manutenção de problemas crônicos. Sua interpretação analítica consistiu na teoria do desenvolvimento e na história da economia e da política brasileira que emergiu com esta dualidade. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.210).

A teoria da dualidade brasileira de Ignacio Rangel consiste na tese da existência de dois modos de produção simultâneos, no decorrer de toda a história do Brasil e da transformação não radical desses modos de produção decorrentes das contradições entre a evolução das forças de produção e as relações produtivas internas e externas. A natureza dessa dualidade se expressava no latifúndio que, internamente, seria uma unidade agrícola feudal e, externamente, uma unidade produtiva capitalista. (RANGEL, 1981, p. 10).

A tese da dualidade é o componente fundamental e articulador da obra de Ignácio Rangel, segundo Ricardo Bielschowsky (2000, p. 211). Ele entendia o processo histórico sob a concepção do materialismo marxista, como uma evolução de etapas correspondendo cada uma a um modo de produção respectivo. Nessa dinâmica, cada modo de produção dá origem a outro mais avançado, contudo, a seqüência histórica mundial: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo,

capitalismo e socialismo, se deu de forma diferenciada no processo de inserção do Brasil na economia internacional, devido ao país ter se constituído em uma economia complementar e periférica. Assim, a evolução histórica do Brasil não acompanha o processo de evolução histórica universal, ou melhor, o europeu. (RANGEL, 1981, p. 11).

A singularidade conceitual de Ignácio Rangel (1981) em relação à dualidade ocorre, quando desdobra o conceito marxista de “relações de produção em dois: ‘relações internas’ e ‘relações externas.’” Ao inovar conceitualmente, ele analisa a história do Brasil como uma seqüência dual e simultânea de pares de modos de produção. O processo histórico brasileiro é singular, porque as dinâmicas evolutivas sociais, políticas e econômicas decorrem das relações mútuas entre desenvolvimento das forças de produção e das relações produtivas internas, como também, da dinâmica que o Brasil mantém com os países centrais. São essas relações externas que determinam o desenvolvimento das forças de produção internas e, em decorrência, das relações produtivas internas. A dupla determinação assinalada, evolução das relações internas e externas, trouxe como consequência o caráter dual das instituições econômicas brasileiras, como o latifúndio, as empresas comerciais, as empresas industriais, entre outras, e a dualidade do conjunto da economia brasileira. (RANGEL, 1981, p. 10).

A teoria do desenvolvimento de Ignácio Rangel, segundo Ricardo Bielschowsky (2000, p. 229), utiliza os ciclos de Kondratieff, pois Rangel foi um dos pioneiros, entre os economistas brasileiros, a estudar a relação entre a teoria dos ciclos e a evolução econômica do Brasil. Para este autor, o problema do campo brasileiro se expressava por um excedente de bens agrícolas produzidos, basicamente, na região sul e, ao mesmo tempo, um excedente de mão-de-obra liberado do setor agrícola de Minas Gerais e do Nordeste. Desta forma, o problema agrário brasileiro era o excesso de mão-de-obra rural e o excedente de produção agrícola. O problema demográfico, por sua vez, decorria de um excesso de oferta de força de trabalho rural, que

subjugado aos domínios das grandes propriedades, migra em busca de empregos nas indústrias localizadas nos grandes centros urbanos. Contudo, o setor industrial não consegue gerar empregos suficientes para absorver esta mão-de-obra disponível, pois, a indústria que se expande é poupadora de mão-de-obra e intensiva em capital e, conseqüentemente, haveria um deslocamento espacial do problema do campo para as cidades, gerando grandes contingentes de desempregados e subempregados, não se alcançando o equacionamento da desigualdade estrutural. (RANGEL, 2004, p. 49).

Já a questão produtiva decorria de um problema de mercado: as oscilações do comércio internacional. Neste caso, a formação de um excesso de estoque de produtos agrícolas é influenciada pelo processo externo de determinação dos preços desses produtos, levando-se em conta que o mercado interno, por questões relacionadas ao nível de renda, não tem condições de absorver esta produção, dada a baixa capacidade de consumo da população. (RANGEL, 1981, p. 13).

Estes seriam os dois problemas fundamentais da questão agrária, inerentes à agricultura. Contudo, no transcorrer da sua análise, Rangel, adiciona outro: o regional. A crescente industrialização em um país já desigual regionalmente, com níveis de renda concentrados, aprofundou os desequilíbrios entre as regiões do país. A industrialização, não sendo acompanhada por um processo de reforma agrária, produziu uma sociedade excludente socialmente, baseada nos baixos salários.

A concepção do pensador Rui Miller Paiva (1967), no final da década de 1960, representa uma defesa sólida da modernização da agricultura brasileira nos parâmetros da visão clássica de desenvolvimento econômico, a partir da premissa da homogeneização das estruturas econômicas pela industrialização. Desta forma, a restrição básica a ser eliminada era a dualidade tecnológica, com o incentivo à modernização da agricultura.

O autor, acima citado, parte da seguinte linha de raciocínio para a formulação de sua teoria sobre a questão agrária: o Brasil detém na atividade rural uma parcela considerável de sua população, a qual não encontra mecanismos facilitadores para serem absorvidas em atividades não agrícolas. Com a evolução das melhorias nas técnicas e na produtividade avançando sobre um contingente maior de produtores haverá um incremento na quantidade produzida que tanto o mercado interno como o mercado externo serão incapazes de absorver, resultando no declínio dos preços dos produtos agrícolas, no arrefecimento da expansão da produção dos bens agrícolas e no desestímulo a introdução de novas melhorias técnicas. Esta sequência de acontecimentos, iniciada com a expansão das técnicas de produção agrícola, pressionará para baixo os preços dos produtos da agricultura, desestimulando novos avanços nas técnicas de produção no campo. (PAIVA, 1967, p.5).

Assim, o avanço tecnológico no campo brasileiro encontra-se condicionado, principalmente, pela flutuação dos preços dos bens agrícolas que como um mecanismo de autocontrole impeditivo da generalização da modernização técnica da agricultura. Nos países subdesenvolvidos, o mecanismo de autocontrole, representado pela flutuação dos preços, torna-se mais constante e, em decorrência, a agricultura, de uma maneira quase generalizada, encontra-se em nível técnico atrasado e com um percentual considerável de mão-de-obra empregado nas atividades rurais. Estes fatores fazem com que haja um incremento maior na produção devido às novas técnicas e, ao mesmo tempo, menor capacidade de absorção da produção adicional pelos mercados. Acresça-se a isso, a resistência dos agricultores para adotarem novas técnicas produtivas, o que implica que o mecanismo de autocontrole, muitas vezes, produz seus efeitos antes que o avanço das novas técnicas se generalize e traga benefícios duradouros na forma de uma oferta agrícola com um custo menor. (PAIVA, 1967, p. 6).

O modelo básico da análise de Paiva considera que o nível de expansão das técnicas agrícolas depende dos seguintes fatores:

- a. viabilidade econômica da utilização de melhorias nas técnicas e o interesse cultural de efetivar as mudanças no seu ambiente de trabalho;
- b. possibilidade de o mercado interno absorver maior quantidade de produtos agrícolas e de escoá-los competitivamente para o mercado externo; e
- c. capacidade de transferir mão-de-obra da agricultura para as atividades não agrícolas. (PAIVA, 1967, p.8).

Em relação à possibilidade econômica, a adoção de novas técnicas modernas, no âmbito econômico, depende, essencialmente, da relação entre a quantidade de insumos gasto com a utilização da nova técnica e, também, da relação entre preços dos insumos gastos com a inovação técnica e o preço das mercadorias geradas com o novo processo produtivo. A interação entre essas duas relações irá determinar a relação benefício/custo que expressará o nível de lucratividade alcançado com a introdução da nova técnica, conforme a equação, a seguir. (PAIVA, 1967, p. 10).

Quantidade produzida	X	Preço do produto = Benefício
Quantidade dos insumos	X	Preço dos insumos = Custo

A equação acima, evidencia dois fatos: o primeiro, que a viabilidade da introdução de uma nova técnica depende, principalmente, dos preços dos produtos obtidos, ou seja, há uma correlação entre queda dos preços dos produtos agrícolas e desestímulo à introdução de novas técnicas. Em segundo, não é suficiente que uma nação seja, de um modo geral, atrasada nas técnicas agrícolas para que possa generalizar a adoção de novas técnicas mais modernas. (PAIVA, 1967. p. 10).

No que se refere ao Brasil, a adoção de novas técnicas de produção na agricultura não são estimuladas em decorrência de alguns fatores como:

- a. os preços dos fatores de produção modernos, como adubos, inseticidas, pesticidas, máquinas, tratores, entre outros, são relativamente mais dispendiosos, quando comparados com outras nações em decorrência, principalmente, da excessiva proteção ao parque industrial nacional e às falhas nos mecanismos de comercialização;
- b. os preços dos produtos agrícolas tradicionais são, geralmente, insuficientes para viabilizar economicamente o emprego das novas técnicas, pois parte considerável da produção agrícola é realizada em regiões novas de terras férteis com baixos custos de produção. Desta forma, o preço de mercado continua a refletir essa condição favorável do lado da oferta. Já com os produtos modernos esta situação altera-se, haja vista a necessidade de se produzir com o emprego das novas técnicas o que pressiona os preços para cima:
 - a produtividade física com a utilização de insumos modernos não atinge níveis mais vantajosos em decorrência da inexistência de experimentos agrícolas capazes de disponibilizarem informações sobre o uso mais produtivos desses elementos;
 - as oscilações dos preços dos produtos agrícolas no Brasil eleva o risco financeiro das atividades rurais, o que desestimula os agricultores a investirem em novas técnicas produtivas. (PAIVA, 1967, p. 11).

Além dos fatores listados acima, o emprego de novas técnicas pelos agricultores não alcança, apenas, os aspectos favoráveis em termos financeiros e contábeis de custo e benefício. É necessário que o

nível de lucratividade alcance um patamar que estimule os agricultores a enfrentarem os riscos da introdução das novas técnicas, o que dependerá do conhecimento técnico de que dispõem (PAIVA, 1967, p. 12).

Em uma análise, estritamente econômica, o mercado interno para os produtos agrícolas encontra-se regularmente abastecido pela oferta interna. Sendo assim, a produção adicional pelo emprego de modernas técnicas produtivas no campo elevará a oferta e deprimirá os preços dos bens rurais. A outra alternativa para escoar a produção adicional seria o mercado externo. A exportação dos bens agrícolas depende essencialmente do nível de preço do mercado interno, do custo de exportação, da taxa de câmbio e do preço do mercado externo. Assim, generalizando, pode-se afirmar que o volume exportável será crescente, desde que o preço interno, mais as despesas de exportação até os portos importadores sejam inferiores aos preços dos produtos similares no mercado internacional. As exportações brasileiras de seus produtos tradicionais mostram-se irregulares ao longo do tempo, demonstrando que um ou mais dos fatores apontados têm desempenhos desfavoráveis. (PAIVA, 1967, p. 13).

Por sua vez, a transferência de mão-de-obra do setor agrícola para as atividades não agrícolas, como forma de expandir a adoção das novas técnicas com a elevação da produtividade e, ao mesmo tempo, com a produção incrementada sendo absorvida pelo mercado interno apresenta condicionantes. Há fatores restritivos a essa absorção, como a dependência do nível de crescimento da economia, não sendo essa transferência realizável se não ocorrer expansão econômica, e, também, devido ao nível de crescimento da economia ser insuficiente para absorver toda a mão-de-obra disponível. (PAIVA, 1967, p. 31).

Da análise da obra de Rui Miller Paiva depreende-se que para ele a limitação fundamental a ser enfrentada era o dualismo tecnológico. Para isso, era necessário combater o excedente demográfico e estimular a modernização do campo, pois o excedente populacional se

constituía, para ele, em um mecanismo de autocontrole da modernização rural. Ao assumir a dualidade técnica como fundamento central da análise da agricultura brasileira ele não leva em consideração os problemas estruturais como a formação da agricultura brasileira e os fatores políticos dessa formação, restringindo sua abordagem, apenas, a aspectos eminentemente técnicos. (PAIVA, 1967, p. 33).

Para os autores mencionados, até aqui, o ponto comum em suas análises é que a história econômica e colonial brasileira influenciou, significativamente, a escolha do caminho a ser seguido para o desenvolvimento do agrário nacional. Nesta perspectiva, convergiram de um lado que a determinação do tipo de desenvolvimento a ser seguido decorreu de uma vinculação forçada da relação subserviente da Colônia com a Coroa portuguesa e, de outro o modelo de desenvolvimento escolhido teve como prioridade a questão agrícola. Vale assinalar, ainda, que a identificação do problema agrário brasileiro e as propostas de ações são constantes nas obras dos autores estudados neste período.

Como se observa nas obras dos autores analisados, embora o tema da questão agrária brasileira já estivesse presente nas discussões desde os anos da década de 1950, somente a partir dos anos de 1960 é que o debate sobre esta questão se ampliou consideravelmente, trazendo em seu bojo outras questões como a política, a econômica e a social. O debate político já ocorria em torno de como a agricultura poderia contribuir ou não, ou mesmo dificultar, o processo de industrialização do país.

O caminho seguido pelo processo industrial brasileiro, as opções para o incremento das exportações de produtos agrícolas, especialmente de grãos, conduziram a modernização da agricultura nacional, demonstrando que as prioridades políticas assumidas visavam à solução da questão agrícola, ou seja, da expansão da produção, em detrimento da questão da estrutura da propriedade da terra no campo.

AS ABORDAGENS RECENTES DA QUESTÃO AGRÁRIA NACIONAL

A discussão sobre a questão agrária nos anos recentes tem, assim como antes, se pautado por um rico arco de concepções sobre a realidade desigual e heterogênea do campo brasileiro. A necessidade de mapear os componentes essenciais do quadro agrário revela a importância de se definirem os aspectos pontuais mais controversos desta realidade agrária.

Neste contexto, a concepção de questão agrária defende que ela é estrutural e gerada pela expansão do capital na agricultura. Sendo intrínseca ao avanço do capitalismo no campo, ela não pode ser resolvida dentro dos limites do capitalismo. Sua superação só ocorrerá com a construção de uma nova sociedade. Nesta visão, situam-se o proletariado e o campesinato.

Já a concepção do capitalismo agrário postula que os problemas agrários decorrentes do modo de produção capitalista podem ser resolvidos pelo próprio sistema capitalista. Não há, portanto, uma questão agrária na perspectiva de um novo modo de produção, destacando-se no âmbito desta concepção a agricultura familiar e o agronegócio.

Em debate mais recente sobre a questão agrária alguns autores se destacaram pela importância de suas obras na análise desta questão.

Claus Magno Germer (2007). A concepção teórica desse autor é de caráter marxista, em um contexto de avanço do capitalismo no campo e da predominância do trabalho assalariado. Na visão desse pesquisador, a agricultura brasileira apresentava as seguintes características no seu conjunto:

- a. passou e ainda passa por um amplo movimento de transformação capitalista;

- b. a expansão do capitalismo no campo brasileiro sem que tivesse precedido de uma reforma agrária; e
- c. compreende um conjunto de ramos produtivos integrados e subordinados às leis da economia capitalista. (GERMER, 2007a, p. 171).

Embora haja certa convergência de opiniões em relação às proposições acima, as mesmas apresentam distinções, segundo Claus Magno Germer (2013, p. 312), que emergem ao se definirem seus conteúdos, entre os quais se incluem a interpretação essencialmente economicista das transformações que ocorrem na agricultura, enfatizando os fatores econômicos e tecnológicos, secundarizando, para o autor, o que é essencial: a transformação da estrutura de classe e a identificação dessa nova estrutura. Outro ponto de interpretação distinta diz respeito ao caráter capitalista da agricultura brasileira que, embora seja essencialmente capitalista, não significa que o seja plenamente.

Para este pesquisador, a agricultura brasileira possui uma estrutura de classe essencialmente capitalista composta por uma burguesia agrária e considerável contingente proletário. Por sua vez, estas duas classes sociais básicas se desdobram em burguesia (grande e média), as camadas intermediárias (pequena burguesia e produtores simples) e força de trabalho (semi-assalariados e proletários). (GERMER, 2007a, p. 172).

A burguesia é a classe social rural que possui os maiores estabelecimentos rurais do país, detêm os meios de produção instalados nestas unidades agrícolas que são, também, grande parte dos meios de produção relevantes do rural nacional. Ao mesmo tempo detêm reservas de terras não exploradas para expansão ou valorização futura. Claus Magno Germer, prosseguindo na sua análise dos censos agropecuários de 1985 e de 1995-6, no que se refere à distribuição das propriedades agropecuárias, em termos de classes de área total, assinala

que, em 1995-1996, do montante de terras no interior dos estabelecimentos agrícola, 80% pertenciam a 10% dos estabelecimentos do país que se caracterizavam por serem os maiores, e que se constituíam, também, na maior parcela dos meios de produção da agricultura nacional. Além disso, encontravam-se terras produtivas não exploradas, reservadas para utilização futura. (GERMER, 2007a, p. 322).

A pequena burguesia rural constitui-se, geralmente, por pequenos agricultores em estado de estagnação ou de decadência. Seu declínio foi determinado, entre outros fatores, pela ocorrência de custos unitários superiores aos dos grandes produtores, pois, o seu sistema de produção era de capital de pequena escala, utilização parcial ou mesmo ultrapassada de processos tecnológicos avançados. Para tornar mais séria esta situação, não contavam com reservas de terras importantes que pudessem ser cultivadas no futuro. Esta pequena burguesia, por sua vez, em sua maioria, tendia à sua inviabilização econômica e uma parte menor constituiu-se em unidades capitalistas capazes de se viabilizarem. Havia, ainda, uma camada de proletários com lote ou semiassalariados, essencialmente, vendedores da sua força de trabalho, embora, muitas vezes, obtivessem uma pequena parcela da sua renda da comercialização de produtos agrícolas. Instalavam-se, geralmente, em terras de terceiros e de má qualidade. (GERMER, 2007 b, p. 323).

A partir da consideração dessa estrutura social do campo brasileiro, utilizando dados dos censos de 1985 e 1995/96, Claus Magno Germer conclui pelo caráter capitalista das propriedades agrícolas. Pois, as terras já pertenciam à burguesia rural com alto nível de centralização e força de trabalho assalariada. Desta forma, o caráter da reforma agrária não é burguesa, uma vez que a burguesia agrária já detinha a propriedade da terra. O sentido da questão agrária no Brasil é a superação da propriedade privada da terra e dos meios de produção. (GERMER, 2007a, p. 45).

A partir dessas considerações, a política de reforma agrária deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

- a. redistribuição da posse da terra, principalmente, na forma associativa e coletiva;
- b. a reforma agrária não deve ocorrer em terras ociosas ou improdutivas, geralmente, de qualidade inferior, o que implicaria em ônus adicional aos assentados;
- c. o aumento da produtividade não deve ser o objetivo principal da redistribuição da posse da terra, mas sua compatibilização com a função social da propriedade agrária;
- d. os assentamentos de colonização, efetivados em áreas subpovoadas, preponderantemente, no norte do país, não caracterizam assentamentos de reforma agrária, portanto não devem ser implementados;
- e. ampliação dos espaços geográficos de assentamentos em áreas tecnicamente avançadas providas de infraestrutura; e
- f. assentamentos não devem ocorrer em áreas que, devido às suas características, tornem inviáveis a produção agrícola em condições adequadas. (GERMER, 2007b, p. 51).

Sendo assim, e de acordo com as diretrizes propostas acima, uma política governamental realmente comprometida com a reforma agrária deve se pautar pelos seguintes pressupostos:

- a. reafirmar o caráter econômico e social da reforma agrária, com vistas à redistribuição da riqueza no ambiente rural;
- b. reorientar as políticas agrárias para contemplar, principalmente, as necessidades das parcelas majoritárias da população do campo;

- c. estabelecer canais institucionais eficientes para avaliar os assentamentos efetivados, com a participação dos movimentos sociais do campo e assentados, visando a compatibilizar os objetivos dos assentados com os objetivos redistributivos;
- d. constituir, com base nos procedimentos avaliativos e em conjunto com os interessados, formas de gestão e de propriedade dos assentamentos rurais que adaptem a realidade da moderna estrutura da produção agrícola às condições dos assentados. (GERMER, 2007a, p. 54).

Na visão da estrutura de classe do rural brasileiro, Claus Magno Germer considera que o fato mais relevante é a presença de estruturas classistas capitalistas, nas quais há uma clara polarização econômica de grande parte dos meios de produção existente e da força de trabalho proletarizada entre a burguesia detentora e concentradora. Esta dinâmica de classes está avançada, porém, não conclusa, na medida em que há uma camada considerável de trabalhadores semiassalariados disponível para o capital, como força de trabalho, para a sua expansão.

Na concepção de Germer, o cenário de classes sociais no rural brasileiro demonstra que a classe dos trabalhadores do campo encontra-se à frente de vários e profundos dilemas no plano organizacional, na definição do objeto político geral, do objetivo estratégico e da articulação das lutas imediatas a esta dinâmica. Neste momento, é clara a superioridade da classe dominante rural em decorrência, em parte, dos impasses organizacionais, ideológicos e políticos não resolvidos, ainda, pela classe trabalhadora rural, neste processo de mudança incompleta. (GERMER, 2013, p.50).

Dessa forma, fica evidente que a evolução das lutas dos trabalhadores do campo irá depender da aproximação entre o proletariado e o semiproletariado, pois, é da extinção desta distância, que os separa, que seus movimentos de luta se interligarão, o que exigirá mudanças das concepções político-ideológicas vigentes. (GERMER, 2013).

Falta, ainda, a explicitação da contradição fundamental entre burguesia agrária e proletariado rural. Para isso, é necessário o amadurecimento político e ideológico do proletariado rural, de tal modo que ele se identifique como proletário e assume integralmente, na esfera política, o papel que já detém no âmbito econômico, porque a burguesia agrária, enquanto classe dominante, já concluiu o seu processo de auto identificação política e ideológica como classe dos empresários rurais ou classe dos capitalistas, detentora de recursos produtivos e de terras produtoras geradoras de lucros. (GERMER, 2013, p. 178).

Na análise da obra de Francisco Graziano Neto enfatizam-se as transformações que ocorreram no campo em decorrência da modernização da agricultura brasileira e relativiza-se os possíveis efeitos estruturantes que poderiam resultar da efetivação de uma reforma agrária distributivista. Na realidade do campo nacional, a abordagem da questão agrária deve considerar que não é o latifúndio o elemento dominante do rural brasileiro, assinala esse autor, uma vez que a nova dinâmica aponta para uma economia industrial e internacionalizada, ou seja, é nesta visão que se deve buscar as repostas para o combate à miséria no campo. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 28).

Para Francisco Graziano Neto (1988), a questão agrária e a questão agrícola estão associadas e se entrelaçam, não sendo possível dissociar uma da outra. Sendo assim, ele destaca aspectos considerados relevantes da questão agrária. O primeiro aspecto é o caráter parcial da modernização da agricultura brasileira no qual ele ressalta que um primeiro fator de parcialidade ocorre entre regiões: o Sul e o Sudeste são as regiões que mais modernizaram a agricultura. Ele comprova este argumento com dados do índice de tratorização que, em 1975, ano no qual 85,8% dos tratores agrícolas se encontravam nestas duas regiões, com o uso de fertilizantes por cultura que, em 1978, no Brasil era de 73,6 kg por hectare, enquanto, em São Paulo, correspondia a 180 kg por hectare; e com o crédito rural recebido por essas regiões que correspondia a 78% do crédito agrícola total em 1977. (GRAZIANO NETO, 1988, p.45).

O segundo aspecto é a parcialidade em nível de produtos agropecuários. Afirma Francisco Graziano Neto, que o uso de fertilizantes, para o ano de 1977, concentrou-se nos produtos destinados à exportação. Café, cana-de-açúcar e soja foram responsáveis por 46,8% do consumo de fertilizantes do país, mesmo representando apenas 23,9% da área colhida nacional. Esta diferença na utilização concentrada de fertilizantes por cultura, também ocorria entre regiões. Nas regiões Norte e Nordeste, a cana-de-açúcar consumia 85% e o cacau, 10% do total de fertilizantes. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 47).

Estima que, apenas, 20% dos agricultores nacionais receberam os benefícios da política de crédito rural. E, ao mesmo tempo, o crédito rural concentrou-se entre os seus beneficiários. Além disso, constatou-se a profunda correlação entre a dimensão da propriedade rural e a quantidade de contratos de crédito, evidenciando que são, principalmente, os proprietários das grandes propriedades os beneficiários do crédito para o campo. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 48).

O Brasil sempre privilegiou os produtos exportáveis com créditos, políticas governamentais incentivadoras e pesquisa, entre outras medidas. Por outro lado, as condições de rentabilidade desses produtos agrícolas sempre superaram a dos bens rurais destinados ao mercado interno e, por consequência, já que o objetivo do capitalista é a maximização do lucro, os grandes capitais se destinaram aos bens exportáveis. Por isso, a produção de alimentos para o mercado interno sempre foi secundarizada nas políticas oficiais, o que levava a crises na oferta desses produtos. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 48).

A incorporação das propriedades dos pequenos sítiantes pelos grandes usineiros, nas regiões em que a monocultura da cana-de-açúcar se expandia provoca uma retração na oferta de arroz, feijão, mandioca, entre outros produtos alimentícios; a desapropriação de pequenos produtores rurais e posseiros, em regiões de recente desbravamento com a substituição da agricultura de subsistência por pasto

e cabeças de gado implica, mais uma vez, a redução da produção de alimentos básicos para a população. Nesta dinâmica, há um desequilíbrio na oferta e na demanda de alimentos básicos. Do lado da oferta, a produção, em decorrência dos fatores assinalados, decresce e, paralelamente, demanda a transformação dos pequenos produtores e assalariados em desempregados nos grandes centros urbanos e eleva a demanda por produtos agrícolas. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 49).

O terceiro aspecto engloba a dependência da agricultura ao setor industrial. Na evolução do capitalismo, as primeiras atividades a serem incorporadas ao sistema de produção capitalista são as fabris e, de maneira crescente, as rurais. A reprodução ampliada do capital se inicia no domínio da agricultura com a eliminação do processo produtivo independente, a monetização das relações de troca e a consolidação do livre mercado. Nesta linha dinâmica, a agricultura, antes auto suficiente, deixa de sê-lo. Os capitais concentrados e oligopolizados, polos dinâmicos do setor industrial, tendem a comandar a economia. O controle político do sistema de produção do campo (o que, o quanto e como produzir?) se localiza em fatores externos à agricultura. Este comando externo ao setor agrícola é exercido por empresas produtoras de máquinas, implementos, tecnologias, insumos, processadoras de matérias-primas e alimentos que decidem os caminhos da modernização agrícola brasileira. Esta situação de dependência da agricultura reflete-se na sua taxa de lucro, pois, em geral, ela é inferior à do setor industrial. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 49).

O quarto e último aspecto se dá no plano da vida dos trabalhadores. O processo de modernização da agricultura brasileira não se refletiu na melhoria de vida da classe trabalhadora rural, ao contrário, ela declinou. Nas regiões onde o avanço do capitalismo no campo mais se expandiu, o que se observa é uma mudança no uso e na composição da mão-de-obra, como a transformação do colono em trabalhador volante no Sul e Sudeste do país. O progresso técnico no campo diminuiu o uso de mão-de-obra em determinadas etapas do ciclo da lavoura,

como o plantio e tratos culturais e, em outras etapas como a colheita de produtos como café, laranja, cana-de-açúcar, entre outros, a utilização da força de trabalho aumentou. Este processo produtivo faz com que a demanda pela força de trabalho não seja constante ao longo do ano, com períodos de baixa procura de mão-de-obra, caracterizando a sazonalidade do trabalho. Assim, ao analisar o processo de modernização da agricultura brasileira o autor conclui que ela tornou mais evidente o paradoxo entre “a opulência e a desgraça”. (GRAZIANO NETO, 1988, p.75).

Dessa maneira, as mudanças econômicas modificaram profundamente o campo brasileiro. Quem controla a produção agropecuária, agora, é a grande propriedade capitalista que determina a forma produtiva rural. A propriedade latifundiária existente e a pequena produção tradicional subordinam-se a essa nova lógica de estrutura produtiva capitalista. Neste movimento, parcela significativa dos proprietários rurais capitalistas é, ao mesmo tempo, proprietário de grandes áreas agrícolas retidas como reserva de valor, a constituir um entrelaçamento que entrava a evolução do agrário brasileiro. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 57).

Neste sentido, o desenvolvimento da nação brasileira, afirma Graziano Neto, impõe a diminuição das desigualdades sociais para a construção de um país livre da miséria. Para isso, são necessárias a implementação de diversas medidas, entre as quais a reforma agrária. Francisco Graziano Neto defende a utilização uniforme e simultânea das diversas políticas fundiárias, com vistas à democratização da posse da terra, quebrando a estrutura de poder dos grandes proprietários de terras, para combater a miséria no Brasil. Além disso, devem-se apoiar e fortalecer os pequenos produtores rurais e/ou os agricultores familiares. Neste sentido, o pensador considera que a política de apoio aos agricultores familiares torna-se até mais eficiente do que a reforma agrária. Embora não se furte a assinalar a importância da redistribuição da posse da terra. (GRAZIANO NETO, 2013, p. 280).

A reforma agrária distributivista pode diminuir a violência no campo e proporcionar trabalho ao contingente de famílias rurais que não conseguem trabalho no mercado de mão-de-obra capitalista. Ela precisa, também, estender seus benefícios aos filhos dos pequenos agricultores. (GRAZIANO NETO, 2013).

A abordagem da agricultura de Geraldo Muller (1989) traz uma visão abrangente que ele situa como o complexo agroindustrial brasileiro. Nesta perspectiva, compreende que a produção rural não depende somente das demandas do comércio e que há um setor industrial cujos mercados dependem das atividades do campo. Este setor industrial tem a agricultura, tanto como mercado ofertador, como mercado demandador. Esta dupla dependência configurou um novo padrão agrário distinto do anterior latifúndio-minifúndio, em que a agricultura dependia da circulação em geral. (MULLER, 1989a, p. 5).

Este autor apresenta um quadro que esquematiza as transformações ocorridas no campo nacional, a partir de 1880, por períodos históricos, associando padrão de acumulação de capital e padrão agrário. O Quadro 1 a seguir, relaciona as atividades agropecuárias e florestais com a indústria, periodizando tais relações, em 04 períodos históricos, em termos de acumulação de capital e modelo agrário.

Quadro 1 – Associação padrão de acumulação de capital e padrão agrário

Períodos	Padrão de acumulação de capital	Padrão agrário
1880-1920/30	Agroexportador Manufatura	Latifúndio-minifúndio
1930 - 1964	Substituição de importações (1ª fase) Manufatura/indústria	Crise do latifúndio/ minifúndio
1965 - 1980/83	Substituição de importações (2ª fase) Mercado interno/externo Indústria	Moderno
1983 - 1986	Industrial com diversificação e intensificação tecnológicas	Intensificação e diversificação

Fonte: Muller (1989a, p. 28).

No primeiro período histórico, que se estende de 1880 a 1920/1930, o investimento industrial foi induzido pelo crescimento das exportações. A produção industrial alcançava, além dos bens de consumo, insumos, bens de capital leves destinados ao segmento exportador e ao setor de transportes e processamento de produtos exportáveis. Ao mesmo tempo, ampliou-se o beneficiamento e o processamento do algodão, da cana-de-açúcar, do couro, da juta, da lã e do trigo. Nesta fase, de crescimento do setor industrial, o predomínio da estrutura na agricultura, ainda é do latifúndio-minifúndio. (MULLER, 1989a, p. 28).

O segundo período, que se inicia em 1930 e termina em 1964, é de transição para uma economia industrial em diversificação. O comando e o domínio do sistema econômico couberam ao capital industrial, tanto no processo de acumulação quanto no de participação para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB). Situou-se, nesta fase, a perda do predomínio do latifúndio-minifúndio no campo, principalmente, em áreas importantes das regiões Sul e Sudeste, embora persistisse na região Nordeste. (MULLER, 1989a, p.28).

Entre as empresas que surgem nesta fase estavam fábricas de máquinas e implementos agrícolas leves, como as de beneficiamento de arroz, moendas para cana-de-açúcar e para grãos, entre outras; e as máquinas e implementos pesados para o campo, como arados, grades de disco, maquinário e peças completas para as usinas de açúcar.

Na década de 1950, o Brasil se desloca de uma economia agrária exportadora para uma economia industrial, em que se combinam e se fundem os interesses tanto internos como externos e ampliam-se o poder político e econômico do Estado. A agricultura, por sua vez, não sofreu grandes transformações no seu modo essencial de produzir. Contudo, foi nas décadas de 1960 e 1970 que se completou o processo de substituição de importações iniciado há cinco décadas atrás. (MULLER, 1989b, p. 29).

No terceiro período que se inicia em 1965 e vai até 1980-83, ocorre a incorporação da agricultura à cadeia econômica intersetorial. Há uma transformação profunda na maneira de produzir, com a aplicação das novas técnicas, interligando a agricultura e a indústria. No que se refere à comercialização dos produtos agrícolas, avançam as formas modernas de comercialização capitalista dos bens agropecuários. (MULLER, 1989a, p. 29).

O quarto período compreende os anos de 1983 a 1986 e caracteriza-se por um padrão agrário moderno, intensivo e diversificado. A industrialização da agricultura, via pacote tecnológico desenvolvido pelos EUA, foi intensiva na mecanização e quimificação do processo produtivo rural brasileiro, com a expansão, quase generalizada, de elementos químicos, mecânicos e sementes selecionadas. (MULLER, 1989a, p. 31).

Deste novo padrão agrário, emerge o complexo agroindustrial que compreende o universo de relações que ocorre entre a indústria e a agricultura, nas quais esta última mantém conexões intensas com a indústria e com as agroindústrias e outras unidades intermediárias que causam impactos no processo agrário. Nesta dinâmica, o complexo agroindustrial forma um núcleo aglutinador técnico e econômico que estrutura o complexo e controla seu crescimento e sua lucratividade. (MULLER, 1989a, p. 32).

O processo de produção da agricultura não se situa, agora, apenas, na propriedade da terra e na generosidade da natureza, embora elas sejam essenciais, mas dependem, também, do produzir rural, de insumos da produção industrial. Esta é a nova base material da agricultura moderna.

Para a sociedade brasileira, as transformações na agricultura criaram uma nova estrutura de produção e de distribuição que dificultaram a inserção da grande massa dos produtores rurais e dos trabalhadores, aprofundando as desigualdades econômicas e sociais. Esta restrição de acesso à ampla parcela de produtores rurais e trabalhadores deve-se:

- a. à incorporação da agricultura aos mercados administrados e oligopolizados;
- b. à transformação da agricultura em mercados para as indústrias de bens de capital e de insumos industriais, para as novas formas de estruturas agroindustriais e de organizações de comércio, tanto internas como externas;
- c. ao movimento dos mercados internos sob forte influência dos padrões produtivos e comerciais internacionais;
- d. ao poder dos grupos agrários e não agrários, embora com interesses nas atividades rurais, em aglutinar recursos políticos e públicos, com vistas ao seu crescimento nos padrões da modernização; e
- e. ao processo histórico de distribuição da renda nacional. (MULLER, 1989b p. 35).

Neste processo, a agricultura do Brasil deixou de ser um conglomerado de plantações e se constituiu em um expressivo parque industrial e de serviços (MULLER, 1989a, p.2).

Na dinâmica evolutiva da modernização da agricultura brasileira, a questão agrária não foi solucionada, mas recolocada em termos de renda da terra, propriedade fundiária produtiva e especulativa, preços mínimos de garantia, relações intersetoriais com agroindústrias, intermediários, entre outros, em um contexto espacial nacional, regional e local. Nesta dinâmica, o debate, que se trava sobre a questão da reforma agrária, baseia-se em premissas falsas, a saber:

- a. a terra tem a finalidade de produzir, gerar renda e emprego;
- b. o crescimento econômico no conjunto não disponibiliza emprego urbano seguro e renda.

Na primeira premissa, não se considera que a agricultura moderna se tornou relativamente independente dos fatores naturais. (MULLER, 2013, p. 373). A segunda premissa revaloriza a terra rural na organização social, considerando o trabalho na terra mais seguro do que o emprego nos centros urbanos.

Esta visão da realidade econômica é simplista, porque não considera que o sistema de produção agrícola moderno é poupador de mão-de-obra. A reforma agrária, nos moldes tradicionais, como desejam os movimentos favoráveis à sua realização, está extemporânea no plano econômico e político. Este deslocamento da reforma agrária ocorre, devido à sua não inserção no contexto rural contemporâneo. A redistribuição da posse da terra não é o instrumento atual para resolver os problemas gerados, para os pequenos produtores e trabalhadores rurais, pela modernização da agricultura. Portanto, apenas, o desenvolvimento comercial, industrial e de serviços será capaz de redirecionar o destino dessa parcela da população do campo, e isso dependerá da sua capacidade de organização e articulação política e social. Nessas circunstâncias, a reforma agrária tradicional não deixa de ser uma maneira de recolocar e de refletir o modelo de desenvolvimento do país. (MULLER, 1989b, p. 136).

João Pedro Stédile (2011) vai buscar na evolução da agricultura brasileira, desde os seus primórdios na fase pré-colonial, os elementos principais para a contextualização e interpretação da questão agrária nacional. Assim, afirma que há 50 mil anos atrás já havia evidências de vida humana e localização de diversos instrumentos no território brasileiro, onde se situa o atual Estado do Piauí. Desde este período inicial, até 1500, há registro de que os povos que habitavam nosso espaço geográfico viviam em grupos sociais, tribos, clãs, famílias, geralmente nômades. (STÉDILE, 2011, p.18).

Esta população dedicava-se à caça, extração de frutas e pesca, além de dominar, embora de maneira parcial, a agricultura. A natureza

era pródiga na oferta de alimentos necessários à sobrevivência desses grupos humanos, porém, a oferta abundante de víveres alimentícios não estimulou o desenvolvimento pleno da agricultura.

O período que se estende de 1500 até 1850, se inicia com a chegada e invasão dos portugueses ao território brasileiro. Subjugando a população nativa por meio de duas táticas de dominação: cooptação e repressão, instrumentos táticos de poder com os quais dominaram todo o espaço geográfico do Brasil colônia e impuseram aos povos nativos seu modo de produzir, sua estrutura legal e sua cultura. Todo esse processo de descoberta e dominação da nova colônia portuguesa foi financiado pelo capital comercial europeu nascente. A forma de organizar a produção e a apropriação dos bens ofertados pela natureza no território recém-descoberto deu-se de acordo com as leis do capital mercantil que dominava o cenário econômico da Europa, à época. As atividades econômicas, tanto as extrativas como as produtivas, cujo produto era enviado à metrópole, visavam ao lucro. (STÉDILE, 2011, p.19).

Os colonizadores organizaram o espaço geográfico da colônia para produzir bens agrícolas tropicais para atender à demanda europeia. Entre estes produtos agrícolas, estavam a cana-de-açúcar, o algodão, o café, a pimenta do reino e a criação de gado bovino. Este modo de produção imposto à colônia pela metrópole ficou conhecido como modelo agroexportador e sua forma de organizar as unidades produtivas do campo foi a *plantation* modelo de produzir que se caracterizava, além da produção de produtos agrícolas destinados ao mercado externo, por unidades de produção rurais de grandes extensões de terras contínuas e monocultoras. Em virtude do destino da produção agrícola ser o mercado externo, as unidades produtivas do campo situavam-se próximas aos portos para diminuir os custos de transporte. (STÉDILE, 2011, p. 20).

O modelo agroexportador e a unidade de produção *plantation* necessitavam, ainda, de uma estrutura de propriedade da terra que

se adaptasse a esta nova organização da produção. A forma de propriedade fundiária escolhida pela Coroa portuguesa foi o monopólio da propriedade da terra, pela metrópole portuguesa, o que inseria um elemento não capitalista no sistema produtivo da colônia. Para implantar o modelo agroexportador e incentivar as inversões dos capitalistas na produção de bens agrícolas exportáveis era preciso neutralizar este componente contraditório do modo de produção a ser instituído no Brasil colônia (STÉDILE, 2011, p. 21).

A alternativa encontrada pela metrópole portuguesa foi a concessão de uso de direito hereditário, as Capitánias Hereditárias. Neste sistema, a monarquia de Portugal entregava a capitalistas colonizadores vastas extensões fundiárias delimitadas, geralmente, por acidentes geográficos, as quais seus herdeiros tinham direito de sucessão com a posse e a exploração da sua área herdada. Contudo, lhes era vetado vender a terra ou comprar terras em seu entorno. (STÉDILE, 2011, p. 21).

O terceiro período compreende os anos entre 1850 e 1930. O início desta fase será marcado pelas pressões da Inglaterra, para que fosse instituído o trabalho assalariado e, conseqüentemente, abolida a escravidão. Em resposta de Portugal a essa pressão inglesa e diante do receio de que com a futura libertação dos escravos eles se apossassem das terras, a Coroa portuguesa promulga em 1850 a lei nº 601, marco jurídico que dá o fundamento legal para a transformação da terra em mercadoria negociável, precificável, ou seja, normatiza a apropriação do solo. Além disso, esta lei institucionaliza que cidadãos brasileiros poderiam se tornar proprietários privados de terras, inclusive, transformando a concessão de uso recebida da Coroa em propriedade privada, passível de compra e venda, desde que pagassem determinado valor à metrópole portuguesa. (STÉDILE, 2011, p. 21).

Este mecanismo da lei, na prática, impedia que os ex-escravos e futuros trabalhadores libertos se transformassem em pequenos proprietários de terras, em camponeses, em decorrência de não possuírem

bem algum não dispendo, portanto, de recursos para quitar a compra com a Coroa. Desta maneira, a Lei nº 601 institucionalizou e consolidou a estrutura fundiária da grande propriedade no Brasil, que perdura até os dias atuais. (STÉDILE, 2011, p. 22).

Quando em 1888 é finalmente promulgada a Lei Aurea, os escravos libertos se encontravam de fato, embora não legalmente, impedidos de serem, ao menos, pequenos proprietários de terras. (STÉDILE, 2011, p. 23).

Os anos que se estendem de 1930 a 1964, configuram uma nova etapa da economia brasileira e, em especial, da questão agrária nacional, com a subordinação econômica e política da agricultura à indústria. Neste período, no plano geral da economia, emerge o modelo de industrialização dependente, consequência da nova correlação de forças políticas, tendo à frente a nascente burguesia industrial. Este modelo de industrialização era dependente, por se efetivar sem a ruptura da dependência econômica aos países capitalistas centrais e sem romper com a classe oligárquica rural. A manutenção da aliança com a classe oligárquica decorreu de dois fatores fundamentais:

- a. a burguesia industrial brasileira teve suas raízes na oligarquia agrícola e na acumulação de capital decorrente das exportações da cana-de-açúcar e do café; e
- b. a dependência do setor industrial para importar máquinas, o que só seria possível com o prosseguimento das exportações que gerariam as divisas necessárias às importações da indústria. Nesta dinâmica, as oligarquias agrárias permaneceram proprietárias das terras, latifundiárias e produzindo bens exportáveis. Contudo, deixam de ter o comando político do país. (STÉDILE, 2011, p. 27).

Neste contexto econômico, social e político, expande-se um segmento industrial associado à agricultura, às unidades fabris produtoras de insumos para o campo, entre os quais máquinas, ferramentas,

venenos, adubos químicos etc., e outro segmento responsável pelo beneficiamento dos produtos agrícolas, o agroindustrial.

Emerge da sociedade brasileira uma burguesia agrária, composta de grandes proprietários de terras, que passa a modernizar seu processo produtivo e a produzir bens destinados ao mercado interno. (STÉDILE, 2011, p. 28).

Neste processo de evolução histórica da economia brasileira, a agricultura já completou seu processo de industrialização e integração ao capital multinacional nos parâmetros do capitalismo. Este modo de produção capitalista já solucionou a questão agrária de três formas. A primeira pelo processo de acumulação dos proprietários rurais estimulados pelo Estado, via crédito e preços subsidiados, facilidades que acabaram por concentrar a riqueza nas mãos dos grandes proprietários agrícola. A segunda, a concentração decorrente do processo de acumulação, pois, tendo recursos, o grande proprietário rural adquire mais terras e amplia seu capital e poder. A terceira trata do movimento de centralização, com a expansão das atividades rurais para outros segmentos da economia, como os setores industriais e financeiros. Este processo de avanço do capitalismo no território rural brasileiro concretizou-se por meio da agroindustrialização e da premência da modernização da agricultura voltada para as exportações. (STÉDILE, 2013, p. 373).

Neste sentido, uma reforma agrária dentro dos parâmetros capitalista não irá solucionar o problema rural brasileiro, pois, seu advento viria apenas a reproduzir as atuais relações sociais do modo de produção capitalista, sem alterar o processo de concentração da propriedade fundiária, que continua em decorrência do capital financeiro e do fato de multinacionais entrarem na disputa da terra, da água, das sementes, contribuindo para a hegemonia do agronegócio no campo brasileiro. (STÉDILE, 2013, p. 374).

Para o pensador José Eli da Veiga (2000) a grande questão agrária brasileira se posta na pobreza rural. E, na sua visão, o caminho a se seguir, para combater esta situação, consiste na adoção de políticas orientadas para o crescimento da agricultura familiar. No Brasil, a agropecuária é predominantemente patronal (com exceção do fluxo de colonização iniciado no extremo sul e que se estendeu até o sudoeste do Paraná) e decorreu da evolução histórica marcada, no campo, pela intolerância das classes dominantes pela estrutura da propriedade rural familiar. No campo das ideias, desde o século passado, quando o Brasil fez a opção pela agricultura patronal que as elites rurais ecoaram na sociedade, que o caminho para o desenvolvimento rural está na grande propriedade com mão-de-obra assalariada. Decorridos, quase dois séculos de políticas consagradas à agropecuária patronal, ela só se mostra mais competitiva que a agricultura familiar em produtos como arroz, cana-de-açúcar, soja e a produção de carne bovina, enquanto em outros produtos, como banana, batata, cacau, carnes de aves e suínas, leite e ovos a superioridade da agropecuária patronal é questionável, apesar da condicionante de 20 hectares para a agricultura familiar. (VEIGA, 2000, p.4).

O autor, apoiado em dados do PNAD de 1990 (2000, P. 4), demonstra que a pobreza no meio rural brasileiro é proporcionalmente maior do que no ambiente urbano, em todas as regiões do país. E, mesmo considerando que o Brasil teve, ao longo de sua história, fluxos migratórios constantes do campo para as cidades, a pobreza, ainda é proporcionalmente maior no meio rural. Quando o autor analisa as regiões mais desenvolvidas do país, o Sul e o Sudeste, constata que, nestas regiões, a pobreza rural mantém estreita relação com a agropecuária. Os setores rurais que se dedicam a outras atividades econômicas sempre conseguem uma renda média superior àqueles que se ocupam com atividades agrícolas. (VEIGA, 2000, p.4).

Estas distorções no rural brasileiro refletem a forma como as classes dominantes brasileiras aboliram o trabalho escravo, mas importaram

colonos para o trabalho nos cafezais, importação de mão de obra cujo sentido era impedir a posse da terra a negros e imigrantes. Só com o advento da maior crise do sistema capitalista, em 1929 (Crack da Bolsa de Nova York), a Grande Depressão, é que se permitiu aos colonos adquirirem, dos fazendeiros arruinados, terras postas à venda. Ao mesmo tempo, gera-se uma população excedente que passa a pressionar para ter acesso à propriedade fundiária. (VEIGA, 2000, p.4).

O debate sobre a persistência da pobreza rural brasileira passa, necessariamente, pela análise das peculiaridades de nossa agropecuária, que tem, entre suas características marcantes, um contraste em termos de estrutura ocupacional, se comparada aos países que alcançaram elevados índices de desenvolvimento humano. Ainda, segundo Veiga, a pobreza rural brasileira, decorrente da desigualdade, dificulta o processo de crescimento econômico do país. Ainda, segundo o referido autor, o crescimento econômico gerado por um determinado setor da economia só é durável, se os benefícios alavancados inicialmente forem repartidos de forma igualitária, proporcionando crescimento dos mercados em bases mais sólidas (VEIGA, 2000, p.30).

Nesta dinâmica, o autor citado acima, analisa a reforma agrária, dado o seu caráter de possibilitar a desconcentração da propriedade da terra, como essencial para se alcançar o desenvolvimento econômico, ou seja, o crescimento sustentado. Mesmo que seja parcial, a redistribuição de terras tem o efeito de redistribuir riquezas. O sentido estratégico da reforma agrária, na atualidade, é proporcionar a expansão da agricultura familiar com seus efeitos produtivos e distributivos, ao mesmo tempo em que se implante políticas públicas articuladas socialmente com o desenvolvimento das unidades agrícolas familiares. (VEIGA, 2000, p.11).

Nos anos que precederam o golpe civil-militar de 1964 considerava-se que a reforma agrária se constituía em elemento fundamental para o desenvolvimento nacional. Contudo, a política imposta pela ditadura civil-militar ao campo demonstrou o contrário, ou seja, que

o crescimento econômico poderia ocorrer sem a necessidade de se alterar a estrutura de concentração fundiária rural.

No entanto, a reforma agrária é capaz de produzir mudanças econômicas e sociais nos países que a efetivaram, como o Japão e o México, entre outros. (VEIGA, 2000, p.11). As reformas agrárias implementadas ao longo do século XX, em diversos países, demonstraram que, de um modo geral, elas impactaram as economias dessas nações de dois modos: no produtivo, com o aumento da produção rural, e no distributivo, com o impacto redistribuidor no processo de transferência da terra.

Portanto, a reforma agrária é uma necessidade para que o capitalismo no Brasil entre em uma etapa articulada socialmente e intensiva, através da qual a agricultura familiar será a forma de organização predominante do processo produtivo agropecuário. Isto não quer dizer que a reforma agrária seja inevitável, porque a sociedade brasileira pode optar por continuar no tradicionalismo do crescimento extensivo e desarticulado socialmente, ou seja, que o Brasil, simplesmente, nunca alcance o nível de país realmente desenvolvido. (VEIGA, 2013, p. 357).

Neste sentido, a possibilidade de efetivação de uma mudança na estrutura de concentração da posse da terra no campo só ocorrerá com uma profunda ruptura nas classes hegemônicas, o que, historicamente, nunca aconteceu. Os blocos dominantes de poder sempre encontraram uma forma de preservar as alianças entre as elites agrárias e as elites industriais.

Por outro lado, ao analisar a opção seguida pelo agro brasileiro em termos do modo de produzir na agricultura, José Eli da Veiga, (2013) ressalta que não há superioridade inerente a uma forma específica de produção que estivesse relacionada às características da estrutura de trabalho na agricultura, ou seja, o processo produtivo não seria determinado pela generalização do uso de insumos químicos e máquinas. O caminho seguido pela agricultura nacional não decorreu

da superioridade da agricultura “moderna” em relação à familiar, pois, na fase de expansão do capitalismo, o maior ou menor incremento da agricultura familiar esteve relacionado ao modo de intervenção do Estado nos mercados agrícolas. (VEIGA, 2013, p.103).

Para este autor é necessária uma estratégia com vistas ao desenvolvimento rural brasileiro. Ele propõe três diretrizes para a efetivação de uma política agrária nacional:

- a. criar um novo ambiente educacional – As mudanças decorrentes da globalização, dos novos problemas ambientais exigem mudanças radicais nos elementos básicos do processo educacional:
 - oferta regular de ensino básico nas escolas rurais;
 - formação profissional adequada; e
 - interagir os dois elementos anteriores com a ciência, a tecnologia e a extensão.
- b. diversificar as ações fundiárias – Não basta, como política fundiária, o programa de assentamentos. É necessário um programa amplo de ordenamento do solo rural, em que as ações normativas fiquem a cargo dos governos federal e estaduais, enquanto as ações operacionais ficariam a cargo dos governos (inter)municipais, estimulando a acumulação de capital social no ambiente local.
- c. expandir o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Reformular este programa com vistas a corrigir alguns equívocos na sua formulação inicial e ampliar suas linhas de ações. Para isso, o Pronaf deve alcançar outros mecanismos de consolidação da agricultura familiar não contemplados, por não fazerem parte da política agrícola. E, além disso, deve-se alterar sua concepção original e incentivar a exploração de oportunidades não agrícolas de geração de renda. (VEIGA, 2000, p. 29).

Com uma política agrária que incrementa o potencial econômico dos agricultores familiares que conseguiram ultrapassar a fronteira do declínio, mesmo que não tenham ultrapassado os limites do empobrecimento. Uma política agrária de investimento no capital social e conclui:

Cedo ou tarde, as elites modernizantes perceberão que o preço da conciliação com o patronato rural é a carestia alimentar, e que isto entra em choque com seu projeto desenvolvimentista. Estará aberta, então, a possibilidade de uma revisão do pacto que conseguiram manter até o momento. (VEIGA, 2000, p. 36).

Assim, é possível estabelecer uma nova linha de ação que contemple a redução da pobreza e da desigualdade no campo. (VEIGA 2000, p. 35).

Para o pesquisador José Graziano da Silva (1981) as mudanças que ocorreram na agricultura brasileira, a partir dos anos 1960, agravaram a questão agrária nacional. Segundo ele, um fator foi crucial nesta dinâmica de crescente miséria da população rural: o fechamento das fronteiras agrárias. Tradicionalmente, o padrão de crescimento da agricultura brasileira sempre teve como variável preponderante a incorporação de novas terras e a produção agropecuária. A fronteira agrícola não é um elemento externo ao modelo de produção agrícola brasileiro. Ela é, ao mesmo tempo, condicionante e resultado da dinâmica de desenvolvimento do agro brasileiro. Funciona como mecanismo de regulação da intensificação do capital na agricultura e da sua expansão extensiva ou intensiva. (SILVA, 1981b, p. 18).

Esta expansão da fronteira agrícola desempenhava três funções fundamentais:

- a. no plano econômico, a fronteira operava como um depósito de produtos alimentícios básicos como arroz e feijão, além de outros. Quando, por qualquer motivo (preço, intempérie climática etc.), a produção diminuía, havia um estoque para suprir o mercado nacional por meio do direcionamento da produção

excedente do pequeno produtor, o que estabilizava os preços. Quando não há a disponibilidade de produção das áreas de fronteira, a estabilização dos preços só ocorre pelo tabelamento de preços ou pela importação;

- b. no plano social, a fronteira direciona os fluxos migratórios das famílias camponesas expropriadas e dos excedentes de população. Quando não há mais espaços ocupáveis pelos produtores de subsistência, gera-se uma multiplicação de pequenos fluxos de migração e de contingente demográfico a percorrer o país sem destino certo;
- c. no plano político, a fronteira servia como amortecimento das tensões sociais na zona rural. Todas as vezes que as tensões sociais, os conflitos potenciais, as pressões econômicas e políticas se agudizavam, a fronteira surgia como a alternativa ideal para os pequenos agricultores. (SILVA, 1981b, p. 18).

No aspecto da intensificação do capital no campo, a modernização da agricultura no centro-sul do Brasil se deu de forma parcial, privilegiando produtos e regiões. Os produtos favorecidos neste processo foram, principalmente, cana-de-açúcar, café, soja e trigo. A concentração produtiva em bases modernas, por sua vez, ocorreu, como assinala o referido autor, na região centro-sul do país. (SILVA, 1981, p. 19).

A concentração da modernização parcial da agricultura no centro-sul do país implicou três condicionantes, em relação ao seu desempenho futuro:

- a. agravamento dos desequilíbrios regionais e intrarregionais, visto que a região centro-sul respondia, em 1980, por 80% das máquinas, equipamentos, defensivos e dos fertilizantes utilizados no agro brasileiro. Além disso, as disparidades dentro das próprias regiões aumentaram, em virtude da especialização produtiva de algumas localidades que se tornaram monocultoras favorecidas

por economias externas, rede de armazenagem, transporte, processamento de produtos, entre outros facilitadores e, também, o fato de o ritmo do progresso técnico não se difundir como estimavam aqueles que partiam da suposição de um modelo de mercado de concorrência perfeita no campo;

- b. a expansão da sazonalidade do trabalho no campo. O processo de modernização agrícola não alcançou todas as etapas do ciclo de produção, em particular, a etapa de colheita que requer grande quantidade de mão-de-obra e, também, devido ao fato de o progresso técnico atingir mais intensivamente áreas monocultoras, delimitando, ainda mais, as flutuações sazonais inerentes ao calendário agropecuário. Nesta dinâmica, em algumas localidades, e em determinados períodos do ano, ocorre escassez temporária de mão-de-obra e em outros períodos do ano, nestas mesmas localidades, há excesso de mão-de-obra disponível; e
- c. tendência à unificação do mercado de trabalho não qualificado. Esta tendência se dá, principalmente, nas regiões em que a modernização do campo mais se acentuou. As variações dos salários da mão-de-obra rural acompanham as oscilações salariais da mão-de-obra urbana, especialmente, a da parcela dos trabalhadores urbanos dos quais se exige pouca qualificação, a exemplo dos trabalhadores da construção civil. (SILVA, 1981, p.20).

Para José Graziano Silva (1981) há o domínio crescente do capital monopolista na agricultura. Esta presença predominante do capital no rural, tanto na venda dos insumos, como na compra da produção agropecuária, implica a dupla pressão sobre a renda do agricultor, principalmente, o pequeno produtor. Na aquisição dos insumos agrícolas, defronta-se com um mercado oligopolizado formado por poucos, mas poderosos vendedores com poder na formação do preço de venda, que fará parte dos custos do agricultor. Na venda de seu produto, defronta-se com um mercado oligopsônico ou monopsônico onde há poucos ou um

único comprador. Neste cenário de mercado, a articulação entre pequenos produtores, vendedores de insumos e grandes compradores dos bens agrícolas acontece das mais variadas formas. (SILVA, 1981, p.22).

Conforme demonstra o desenvolvimento do capitalismo no campo aconteceu de uma forma que gerou, ao mesmo tempo, além de riquezas e da sua concentração, a ampliação do quadro de miséria rural (SILVA, 2013, p. 165). Assim, ele aponta que, nos anos de 1980, três tendências surgiram. A primeira foi a constituição dos complexos agroindustriais: não há mais uma separação entre os capitais agrários, comerciais e industriais, mas um entrelaçamento deles na agricultura. Desta forma, não faria mais sentido falar-se em uma burguesia agrária, mas, sim, de uma burguesia brasileira, internacionalizada, com interesses recíprocos.

A segunda consistiu na redução do papel da pequena produção na dinâmica da expansão capitalista no campo: a pequena produção camponesa ou familiar vem perdendo, desde os anos de 1970, em especial a partir de 1975, espaço como produtora de bens e como reserva de mão-de-obra. A pequena produção foi reduzida a duas funções que contribuíram, essencialmente, para o desenvolvimento do capitalismo: a produção de produtos alimentícios e a produção de mão-de-obra. No primeiro caso, as produções formaram-se no entorno das cidades grandes, com contingentes populacionais de mão-de-obra temporária vindas do campo, o que tornou desnecessária a reserva da força de trabalho da pequena produção. Perde, também, sua importância no conjunto da produção agrícola, pois, além de haver uma concentração da produção decorrente do avanço do capitalismo na agricultura, houve também uma mudança no padrão de consumo da população, já que um conjunto de produtos típicos da cesta de consumo da população brasileira vem decrescendo sua preferência no consumo popular.

A terceira tendência é a diminuição da sazonalidade do trabalho temporário. No período que compreende os anos entre as décadas de 1960 e 1970, a agricultura brasileira apresentou crescente elevação

da sazonalidade da mão-de-obra temporária, ou seja, os picos de demanda de mão-de-obra atingiam níveis máximos nos períodos de colheitas. Contudo, a partir de 1982 há um decréscimo radical nos picos de procura pela mão-de-obra, impactada pela substituição de lavouras por outras de intensa mecanização, pela utilização da mecanização em lavouras que, até então, tinham níveis menores de mecanização e, ainda, decorrentes de um processo interno de combinação de culturas que demandam contratação de mão-de-obra permanente, em vários estabelecimentos agropecuários.

Em função das tendências apontadas, José Graziano da Silva (2013) se posiciona em relação à reforma agrária, no contexto do desenvolvimento capitalista. Para este autor o debate sobre a necessidade ou não de uma reforma agrária não é recente, porque ele já ocorria, nos anos anteriores a 1960, porém, centrava-se, no plano mais geral, nos caminhos da industrialização nacional. Receava-se que a agricultura se transformasse em obstáculo ao avanço da indústria brasileira, principalmente, por não elevar a produtividade do trabalho no campo. Observava-se que havia dois entraves: um que decorria do setor agrícola não ter capacidade para atender às necessidades crescentes de alimentos e matérias-primas que o processo de industrialização requeria. E o outro se referia à estagnação do nível de renda da população rural, aspecto que não estimularia a demanda necessária para a formação de um mercado interno para adquirir os bens industriais elaborados. (SILVA 2013, p. 167).

Nesta visão, a reforma agrária surgia como um fator capaz de superar tanto a crise agrícola quanto a agrária que o campo vivenciava. Ao transformar a estrutura de posse e de uso do solo agrário, haveria um crescimento mais dinâmico das forças de produção rurais, ou seja, se incrementaria a penetração das forças produtivas capitalistas no rural brasileiro. (SILVA, 2013, p. 169).

Contudo, a reforma agrária não se concretizou. A expansão da fronteira agrícola, a industrialização da agricultura e a crescente urbanização proporcionaram, simultaneamente, a criação da oferta e da demanda que a industrialização precisava. Pode-se dizer que a expansão das relações produtivas capitalistas no agro brasileiro imprimiu grandes avanços na resolução dos problemas relacionados à produção, no entanto, sem resolver, e o que pior, aumentando o grau de miséria da população agrária nacional. (SILVA, 1981, p. 41).

É neste novo cenário agrário brasileiro que ressurge a reforma agrária com um novo conteúdo, como o equacionamento democrático possível, embora existam outros de caráter excludentes, para a questão agrária. Assim, a reestruturação da posse do solo torna-se, na atualidade, uma questão, preponderantemente, política. Não se restringe, apenas, a elevar a produção, mesmo sendo esta desejável e possível. Seu sentido é mais amplo, na medida em que ela expressa a luta dos trabalhadores do campo para se apropriarem dos resultados do seu trabalho. A reivindicação da reforma agrária ultrapassa a “legalidade” do sistema capitalista, para se inserir, no direito dos trabalhadores, os frutos da sua produção. (SILVA 1981, p. 41).

Para o pesquisador Ricardo Abramovay (2013) a questão agrária requer uma abordagem teórica precisa, que evite dubiedades, principalmente de ordem conceitual. O autor afirma que:

Em minha opinião, a definição da questão agrária está longe de ser uma expressão mais ou menos geral, universal, de um determinado corpo teórico da teoria marxista, por exemplo; muito mais que isso, é a expressão de conflitos políticos e só pode ser explicada no seu contexto político. Nesse sentido, compreender a questão agrária exige um trabalho de história das ideias e de sociologia do conhecimento. Por que cada época produz certas visões a respeito do que é a questão agrária. (ABRAMOVAY, 2013, p. 112).

A partir desse tratamento teórico da questão agrária, Abramovay analisa as transformações que esta questão sofreu no Brasil, nas últimas três décadas.

No período que compreende o final dos anos 1950 e princípio da década de 1960, o pensamento dominante que a agricultura era um entrave ao desenvolvimento econômico. Em síntese, tratava-se do seguinte: a agricultura dominada pelo latifúndio não era capaz de se expandir tecnicamente e de contribuir para o aumento contínuo da produção. Como a maior parcela dos trabalhadores rurais não têm acesso à terra, ficam excluídos da dinâmica social do progresso técnico e à margem do mercado. Por isso, produzem e consomem pouco. (ABRAMOVAY, 2013, p.113).

Este cenário agrário impede a generalização do desenvolvimento econômico, pois, caso os trabalhadores do campo tivessem acesso à terra, gerariam renda e, conseqüentemente, se integrariam ao mercado interno brasileiro, estimulando o desenvolvimento capitalista nacional. É esse o caráter feudal para a maioria dos pesquisadores à esquerda do aspecto político brasileiro neste período. No entanto, quando os defensores dessa tese falam em feudalismo, não querem dizer que é exatamente igual ao que ocorreu na Europa, mas, que tinha duas características básicas daquele sistema agrário europeu: a primeira consistia no elo entre o homem e a terra que eram os vínculos pessoais clientelistas como moradias, cambão, barracão, entre outros. A segunda era a não integração ao mercado capitalista de produtos, de consumo, de crédito etc. (ABRAMOVAY, 2013, p.113).

Na década de 1970, conforme Abramovay (2013, p.114), irá predominar, na discussão sobre a questão agrária, o papel do pequeno produtor na determinação da estrutura social da agricultura e como elemento da consolidação do desenvolvimento capitalista. Neste processo, o pequeno produtor não tinha como objetivo principal, na sua reprodução social, auferir a taxa média de lucro. Assim

sendo, a pequena produção chegava ao mercado com preços inferiores àqueles das empresas capitalistas. (ABRAMOVAY, 2013, p.114).

Na década seguinte, 1980, emergem os complexos agroindustriais. Neste período, a análise da questão agrária nacional centrava-se em cinco temas: a importância e declínio da pequena produção na oferta de alimentos. O principal defensor desse ponto de vista foi José Graziano Silva (1990), demonstrando que ao tempo que a pequena produção declinava na oferta de produtos agrícolas, a reforma agrária perdia sentido como indispensável ao aumento da produção agrícola e, desta forma, o problema da oferta de alimentos para a população brasileira deixava de se relacionar com a estrutura fundiária para relacionar-se, agora, à questão da renda. (ABRAMOVAY, 2013, p.116).

O segundo tema do período postulava que a perda de relevância do pequeno agricultor correlaciona-se ao declínio da importância da agricultura e à sua substituição, como unidade de análise central, pelo complexo agroindustrial. Ou seja, não é, apenas, a pequena produção que perde peso econômico, mas a própria agricultura. Disto decorrem dois efeitos: não é possível defender qualquer ação redistributiva de renda que tenha como base a agricultura e o segundo: não existe mais economia agrícola, ou sociologia agrícola etc., mas sim, uma economia política do complexo agroindustrial.

A terceira vertente do período reside na relevância do trabalho assalariado no campo, considerado como a expressão maior e generalizada do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

O quarto tema da questão agrária refere-se à industrialização da agricultura. A agricultura constitui-se em atividade industrial como resultado de dois processos: o primeiro resulta das transformações na base técnica e na destinação dos bens agrícolas e, no segundo, a industrialização do campo decorre de trabalho coletivo.

A maturidade do setor agrário se constitui no quinto tema. Nos anos 1980, a agricultura conseguiu índices de desenvolvimento superiores a outros setores econômicos, mesmo com a diminuição das intervenções estatais, ou seja, o Estado foi crucial na formatação do modelo agrário e, depois, pode se retirar. No contexto dessas diversas teses, as que predominaram foram as do trabalhador para o capital, da industrialização da agricultura e do complexo agroindustrial.

Neste sentido, o pensamento econômico da década de 1990 foi fértil na quantidade de pesquisas, demonstrando que a força do crescimento econômico na redução da miséria é proporcionalmente menor quanto mais desigual for a sociedade. A imensa desigualdade social de renda, de poder e de oportunidades gera efeitos extremamente inquietantes. Prejudica a coesão social, pode comprometer o crescimento econômico, em virtude da baixa qualidade da educação ofertada aos mais pobres que não detêm ativos necessários à sua participação de maneira ativa na geração da riqueza da sociedade. Além disso, a maior desigualdade social para uma dada taxa de incremento médio dos rendimentos implica uma menor taxa de diminuição da pobreza. (ABRAMOVAY, 2005, p. 356).

Apresentando o quadro síntese das discussões da questão agrária no Brasil, a partir dos anos de 1950, Ricardo Abramovay (2013) passa a analisar a evolução da agropecuária, nos países capitalistas avançados como EUA, Grã-Bretanha e nos da Europa Continental. Nos EUA, de acordo com o censo de 1987, em termos globais, dos 7,7 milhões de trabalhadores do campo, 2,8 milhões eram responsáveis pelas unidades agrícolas, 2,5 milhões constituíam os assalariados e 3,6 milhões eram membros da família não remunerados. Os trabalhadores assalariados concentravam-se nos grandes estabelecimentos que se estendiam da Flórida à Costa Oeste e produziam, principalmente, legumes e frutas. (ABRAMOVAY, 2013, p. 118).

Na Grã-Bretanha, os dados referentes ao ano de 1986 mostram que, apenas, 18% dos trabalhadores do campo eram assalariados. Para o ano de 1983, somente 3,2% dos estabelecimentos empregavam mais de cinco trabalhadores assalariados permanentes; apenas, 0,8% das unidades agrícolas contavam com mais de dez assalariados permanentes. (ABRAMOVAY, 2013, p. 119).

Na Europa Continental, a França, em 1936, tinha 1.879 mil assalariados, em 1954 este número decresceu para 1.154 mil e em 1985 baixou para 166 mil. No caso da Dinamarca, em 1940 havia 300 mil assalariados permanentes na agricultura e, em 1967, este número decaiu para 50 mil. (ABRAMOVAY, 2013, p. 120).

Após estas considerações, o autor conclui que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas centrais contradiz o processo de modernização da agricultura nacional, demonstrando que, nos três casos analisados, a importância da agricultura familiar foi fundamental para a própria dinâmica da modernização rural. (ABRAMOVAY, 2013, p. 120).

A contribuição da análise da questão agrária de Ricardo Abramovay (2013) se posta no papel da agricultura familiar. Para ele as transformações da agricultura, no processo de desenvolvimento capitalista, mostram o fortalecimento e a consolidação da estrutura de produção agropecuária familiar não, como pontuam outros, significando a superioridade da grande propriedade capitalista. Quanto às peculiaridades da agropecuária familiar, ele a diferencia da pequena produção e do campesinato, porque a mão-de-obra torna-se menos importante, devido à base técnica do sistema produtivo e, também, devido à diferenciação de mercado em relação ao mercado do campesinato. Ao fazer esta diferenciação entre os estabelecimentos da pequena produção e aqueles da agricultura familiar, o pesquisador compreende que esta última tem um caráter essencialmente empresarial, tornando-a capaz de se integrar ao mercado, de incorporar os avanços da

base técnica de produção e de responder, positivamente, às diretrizes políticas governamentais. (ABRAMOVAY, 2013, p. 120).

Por fim, conclui que, no âmbito dos países desenvolvidos, constatou-se uma outra nuance relevante: a transformação da agricultura familiar em agricultura de responsabilidade pessoal ou individual. (ABRAMOVAY, 2013, p. 120).

No debate posterior à década de 1960 e nos anos mais recentes, a maioria dos pesquisadores da questão agrária brasileira concordavam que o modelo de desenvolvimento da agricultura implementado não conseguiu resolver o problema do acesso aos direitos básicos de milhões de brasileiros, tanto no campo, como na cidade, no que diz respeito à moradia, alimentação, educação e saúde, entre outros.

Como fica evidente, no transcorrer deste capítulo, o debate sobre a questão agrária brasileira foi rico em contribuições de diversos pesquisadores nacionais. No entanto, dois dos autores mencionados neste trabalho foram fundamentais para se entender a questão agrária brasileira, no seu aspecto evolutivo e nas transformações que ocorreram neste setor produtivo, nas últimas 05 décadas: Caio Prado Junior (1976, 1979) e Francisco Graziano Neto (1988, 2013). Na realidade, eles se completam em suas análises.

No entanto, entre as diversas obras e autores discutidos neste capítulo, destaca-se a contribuição de Francisco Graziano Neto, quando faz a análise crítica sobre a modernização conservadora da agricultura, por serem suas ideias a que mais se aproximam do pensamento do elaborador desta tese, principalmente, no que tange ao processo de modernização da base técnica produtiva do campo. A sistematização da análise de Francisco Graziano Neto sobre esta dinâmica encontra-se no seu livro **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura de 1988**, quando ele trata dos temas modernização da agricultura e questão agrária. O livro, em sua primeira

parte, está dividido em três tópicos. O primeiro, a formação histórica da agricultura brasileira, discorre a ocupação e a exploração dessa agricultura, procurando desenhar os traços essenciais de sua evolução, como o uso da terra e as relações de produção no campo. Enfatiza a existência de um setor de subsistência concomitante à expansão de um setor exportador agrário que se consolida a partir do século XIX. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 17).

No tópico seguinte, trata da modernização da agricultura brasileira. Inicialmente, discute o conceito de modernização que, segundo ele, é o processo de transformação capitalista da agricultura. Ainda neste mesmo tópico, o autor caracteriza as transformações que ocorreram na base técnica da agricultura, por meio da análise de alguns índices de modernização. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 26).

No terceiro e último tópico, ele discorre a questão agrária. Começa discutindo a diferença entre questão agrária e questão agrícola e conclui que, na realidade, uma e outra estão interligadas, não sendo possível analisá-las separadamente. Prossegue, mostrando o caráter parcial da modernização, a concentração fundiária, a crise da produção de alimentos, a dependência da agricultura ao setor industrial e conclui esta parte com a situação de miséria do trabalhador rural. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 44).

Embora tendo sua primeira edição publicada em 1982, o livro de Francisco Graziano Neto mantém, ainda, atualidade na abordagem sobre a modernização da agricultura brasileira.

O capítulo 3, a seguir, analisa a questão agrária, a partir do avanço do capitalismo e das principais mudanças que ocorreram na agricultura.



2

**O AVANÇO
DO CAPITALISMO
NO BRASIL
E A MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA
NA AGRICULTURA**

Neste capítulo, investigam-se as transformações no sistema produtivo agrícola decorrentes da opção escolhida: a modernização conservadora, a partir da evolução da agricultura, na qual se apresenta a contextualização desse processo em nível geral e seus desdobramentos, no território nacional.

Para tanto, parte-se dos principais aspectos da evolução da atividade agrária, no sentido de apresentar, embora de forma sucinta, as principais mudanças que ocorreram na agricultura, no transcorrer da sua trajetória, principalmente, a partir da Revolução Verde.

Com o surgimento da agricultura, o homem, que até então era nômade, torna-se sedentário, compreende melhor a natureza e passa a produzir os alimentos necessários à sua sobrevivência. A agricultura, desde seu período inicial, no Neolítico até os dias atuais, sofreu diversas mudanças em seu processo produtivo. Os seus principais instrumentos de trabalho evoluíram, desde o início, com a utilização do machado e do fogo para o desmatamento de florestas e continuaram avançando com o arado escarificador, a pá, a enxada, os instrumentos de tração pesada, como o arado de charrua, o alfanje, e carroças com rodas movidas a tração de bois, cavalos e mulas, entre outros meios de transporte. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 431).

No entanto, para que o ciclo do processo de evolução da agricultura continuasse, foi necessária a introdução de um novo componente: a seleção das plantas cultivadas. Assim, procede-se à pesquisa de seleção de variedades de cultivares mais reprodutivas e capazes de absorverem as quantidades de adubos produzidos pelas indústrias, como também, tornarem rentável economicamente o emprego dos adubos na produção agrícola. No processo de seleção das plantas, havia, sem dúvida, o objetivo da utilização crescente dos adubos disponíveis nas indústrias e da adaptação dos novos cultivares ao novo modo de produção mecanizado, de modo que estes cultivares fossem homogêneos em termos de maturação e de colheita. Mas, essencialmente, a seleção

de novas plantas se dava para atender às novas demandas da indústria. (MAZOYER; OUDART, 2010, p. 431).

A combinação da utilização de adubos, a seleção de plantas e a mecanização da agricultura proporcionaram a produção crescente de cereais e legumes. Este excedente produtivo pode ter uma parte destinada à alimentação de animais criados nas propriedades agrícolas. Assim, uma parcela da produção foi utilizada como matéria-prima na elaboração industrial de variadas rações para aves, porcos, cabras, ovelhas, gados bovinos etc., processo que resultou no aumento da quantidade de animais de criação. Como já havia acontecido no processo seletivo das plantas, houve a necessidade da seleção de raças de animais que se pudessem consumir e de tornar rentável os gastos com as novas rações. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p 435).

A partir da Segunda Guerra Mundial, a agricultura apresenta um ritmo acelerado de desenvolvimento e se expande por diversos países, pois, no transcurso do conflito bélico mundial, algumas instituições privadas, entre as quais a Rockfeller e a Ford, vislumbraram, no setor agrícola, a oportunidade para a reprodução ampliada do capital. Estas entidades iniciam, então, pesquisas visando ao melhoramento de sementes, principalmente, trigo, milho e arroz, que já faziam parte da dieta alimentar de boa parte da população mundial. Ao mesmo tempo, havia a necessidade de prover os exércitos e a população de alimentos, o que estimulou setores industriais a desenvolverem novas técnicas de produção agrícola. (ANDRADES; GANINI, 2007, p.45).

Após o término deste conflito bélico mundial, a indústria de armamentos das nações capitalistas vitoriosas, visando a manter as taxas de lucros auferidas durante a guerra, direciona toda a sua tecnologia para as atividades agrícolas. A indústria química, cuja produção era escoada para abastecer os países aliados, inicia a produção de agrotóxicos para a agricultura. A indústria mecânica, também voltada para o suprimento bélico, passa a produzir, em larga escala, máquinas

e implementos utilizados nas diversas fases do processo produtivo agrícola. Assim, estavam postas as bases tecnológicas da Revolução Verde. (ANDRADES; GANINI, 2007, p.45).

Porém, para completar o processo de expansão capitalista no campo, era necessário consolidar os aspectos políticos, sociais e econômicos. Para isso, o cenário político pós Segunda Guerra Mundial iria contribuir: a guerra fria. O mundo vivenciava mais um período de tensões, com duas nações disputando a hegemonia mundial. A ex- URSS liderando o bloco dos países socialistas e, no campo oposto, os EUA a guiar as nações capitalistas. Havia também um terceiro grupo de países não alinhados. Assim, eram necessárias ações e investimentos para manter e conquistar outros países para o bloco capitalista. Havia o consenso, entre as nações líderes do capitalismo, que o crescimento demográfico e a distribuição irregular e insuficiente de alimentos eram os principais motivos da fome e, conseqüentemente, da instabilidade política dos países subdesenvolvidos. Desta forma, a implantação da Revolução Verde era fundamental para exterminar a fome no mundo e evitar que países migrassem para o bloco socialista. Completava-se, assim, a estrutura da Revolução Verde. A partir daí, as técnicas e os métodos da modernização agrícola são espalhados pelo mundo. (ANDRADES; GANINI, 2007, p.45).

Conforme assinalam Deo et al. (1990):

As nações desenvolvidas e as agências internacionais falsamente imaginaram que a instabilidade rural poderia ser controlada via o uso da produção de alimentos como uma nova arma (new food weapon). Sendo assim, as tecnologias da Revolução Verde poderiam ser utilizadas para: (1) conter os comunistas que estavam ativos no meio rural, explorando politicamente a escassez de alimentos; (2) absorver a super produção de alimentos dos países do norte, estabelecendo novos mercados e fazendo com que os países em desenvolvimento se tornassem dependentes das importações de alimentos; e (3) alimentar o contingente de pessoas que estavam migrando para as regiões urbanas, para trabalhar nas indústrias. (DEO *et al.*, 1990 *apud* MARCATTO, 2013, p. 2).

Neste ambiente político-ideológico, os países desenvolvidos continuaram a investir, significativamente, nas novas tecnologias e técnicas agrícolas, disponibilizando financiamento para a pesquisa do uso e técnicas da modernização agrícola. Estas nações financiaram a generalização da pesquisa pública decorrente da Revolução Verde. Paralelamente, os países subdesenvolvidos se integraram a essa articulação.

As ideias da Revolução Verde influenciaram uma parcela significativa de pesquisadores brasileiros na interpretação da questão agrária nacional. Os autores nacionais, adeptos da experiência norte-americana de modernização agrícola, compartilhavam com seus colegas estrangeiros experiências, teorias, valores e objetivos políticos. Desta forma, as repercussões do novo projeto produtivo para a agricultura, decorrentes da Revolução Verde, chegavam ao território nacional, onde se travava o debate dos caminhos que a agricultura brasileira deveria seguir.

Assim, no território nacional a modernização da agricultura, também se materializou na transformação dessa atividade econômica em um processo crescentemente empresarial no qual os produtos do campo são cada vez mais processados industrialmente, antes de chegarem ao consumidor final e, ao mesmo tempo, a agricultura torna-se, gradativamente, mais consumidora de máquinas e insumos. (BRUM, 1988, p. 62).

A modernização da agricultura, no Brasil, se inicia com a cultura do arroz, na parte norte do Rio Grande do Sul, em áreas de várzeas. Esta nova dinâmica produtiva só pode ser viabilizada, devido à política governamental protecionista do governo brasileiro e de outros fatores fundamentais como:

- a. áreas de várzeas em grande quantidade, nas bacias dos cursos dos rios Jacuí e Guaíba e margens de lagoas;
- b. disponibilidade de capital nas mãos de profissionais liberais (advogados e médicos) e comerciantes; e

- c. disponibilidade de mão-de-obra para uma cultura que requer força de trabalho em todas as etapas do seu processo de produção.

Desta forma, estavam postas as condições necessárias para o despontar de uma lavoura de arroz em base capitalista moderna (BRUM, 1988, p. 65). No entanto, no âmbito dos debates da questão agrária nacional, travava-se o confronto de ideias entre os que defendiam este processo de modernização, já iniciante, e aqueles que propunham mudanças na estrutura agrária brasileira.

AS OPÇÕES PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

Os segmentos sociais que lutavam pela melhoria das condições de trabalho no campo e pela posse da terra menos concentrada, que compunham a Frente pela Reforma Agrária, encontraram respaldo nos governos de Getúlio Vargas e, principalmente, no de João Goulart, para atingirem esses objetivos, mas foi durante o governo deste último que o Congresso Nacional colocou maior resistência ao processo da reforma agrária. Esta resistência concentrou-se no dispositivo constitucional de 1946 que tratava da desapropriação de terras.

Neste contexto de crise nos anos entre 1950 e 1962, ficam claros dois (02) caminhos propostos para a agricultura: a modernização conservadora da agricultura, com a transformação das técnicas produtivas da agricultura, por via da incorporação de máquinas, equipamentos modernos, insumos e novas técnicas estimuladoras da produtividade do solo e do trabalho; o segundo caminho compreendia mudanças na estrutura de posse da terra com a reforma agrária, expansão da legislação trabalhista no campo, melhoria na renda dos pequenos agricultores etc.

Os Quadros 2 e 3 apresentam, de maneira sucinta, a relação das principais manifestações sobre a reforma agrária, no período que

antecede o fim deste debate, com a eclosão do golpe civil-militar. Nela é possível observar que a implementação da reforma agrária não ocorreu pela falta de projetos ou de pressão social, pois foram apresentados não apenas vários projetos visando à sua execução, mas também posicionamentos de parlamentares e Partidos Políticos que se pronunciaram favoravelmente, ou não, à reforma agrária.

Embora não constem nos Quadros 2 e 3, que se referem apenas aos anos de 1963-1964, destaque-se a proposta pioneira de reforma agrária apresentada ao Congresso Nacional pelo então deputado federal baiano e um dos precursores da sociologia política no Brasil, Nestor Duarte, em abril de 1947. Embora esta questão da terra já viesse sendo objeto de debates em nível estadual, o projeto de Nestor Duarte amplia o âmbito das discussões para o cenário político nacional.

O Quadro 2 mostra, no ano de 1963, as principais manifestações de Instituições e personalidade acerca da reforma agrária. Observa-se que 53,57% são favoráveis à reforma agrária, 42,86% contrários e 3,57% preferem uma consulta à população por meio de um plebiscito popular. Os dados do Quadro 2 evidenciam a polarização que ocorria sobre a temática fundiária do campo, com o predomínio daquelas Instituições e personalidades favoráveis à reforma agrária.

Quadro 2 – Principais manifestações de personalidades e Instituições sobre a reforma agrária no Brasil, 1963

Data	Personalidade/Instituição	Manifestação
02 de abril	Deputado federal Plínio Salgado, em nome do PRP	Pronuncia-se contra a reforma constitucional
04 de abril	Ação Democrática Parlamentar	Posiciona-se contra a reforma da constituição
17 de abril	Deputado federal Leonel Brizola	Apresenta projeto sobre a reforma agrária e estabelece as condições para a sua realização
17 de abril	Deputado federal Marcial Terra	Apresenta projeto sobre a reformulação agrária e a reforma da produção nacional

18 de abril	Presidente da Sociedade Rural Brasileira	Faz discurso contra a reforma constitucional
19 de abril	Governador de São Paulo Ademar de Barros	Envia carta ao Congresso Nacional se manifestando contrário à reforma constitucional
18 de abril	Presidente da Sociedade Rural Brasileira	Faz discurso contra a reforma constitucional
19 de abril	Governador de São Paulo Ademar de Barros	Envia carta ao Congresso Nacional se manifestando contrário à reforma constitucional
22 de abril	Arcebispo de Diamantina	Escreve carta circular aos párocos incentivando-os a se mobilizarem contrariamente a reforma constitucional
23 de abril	Deputado federal Herbert Levy	Apresenta projeto estabelecendo normas para a reforma agrária
26 de abril	Bancada do PRP	Apresenta projeto dispendo sobre a nova estrutura agropecuária
02 de maio	Deputado federal Cunha Bueno	Apresenta projeto sobre distribuição de terras e cria o Fundo Agrário Nacional
02 de maio	Deputado federal Adauto Lucio Cardoso	Afirma que a UDN é contrária à reforma da constituição
02 de maio	Deputado federal Cunha Bueno	Apresenta projeto sobre distribuição de terras e cria o Fundo Agrário Nacional
08 de maio	Assembléia Legislativa de Minas Gerais	Envia ofício à Câmara dos Deputados contrária à reforma da constituição
10 de maio	Deputado federal Peixoto da Silveira	Apresenta projeto propondo a realização de um plebiscito sobre a reforma agrária
17 de maio	Ordem dos Advogados do Brasil	Manifesta-se contrária a reforma constitucional
24 de maio	Deputado federal Clovis Pestana	Lê na Câmara os 05 itens fundamentais da reforma agrária defendida pelo PSD
27 de maio	Ala de vanguarda da UDN	Defende a reforma agrária e a reforma constitucional
30 de maio	Frente Agrária Gaúcha	Lança manifesto em favor da reforma agrária
30 de maio	Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	“A desapropriação por interesse social[...] é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura, a função social da propriedade rural”.

05 de junho	Deputado federal Plínio Sampaio	Apresenta emenda à constituição propondo a desapropriação por interesse e a indenização mediante títulos da dívida pública da União resgatáveis em prestações
30 de maio	Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	“A desapropriação por interesse social[...] é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura, a função social da propriedade rural”.
05 de junho	Deputado federal Plínio Sampaio	Apresenta emenda à constituição propondo a desapropriação por interesse e a indenização mediante títulos da dívida pública da União resgatáveis em prestações
05 de junho	Confederação Geral dos Trabalhadores	Entrega manifesto aos presidentes da República, da Câmara e do Senado favorável à aprovação da emenda constitucional necessária a execução da reforma agrária
05 de junho	Partido Democrata Cristão	Posiciona-se favorável à reforma agrária e à reforma constitucional
10 de junho	Federação das Indústrias do Espírito Santo	Posiciona-se contrária à reforma constitucional
15 de junho	Câmara Municipal de Nova Iguaçu	Defende a reforma agrária e a reforma constitucional
20 de junho	Ruralistas de Sete Lagoas	4 mil ruralistas assinam manifesto contrário à reforma constitucional
25 de junho	Câmara Municipal de Blumenau	Manifesto contrário à reforma constitucional
06 de agosto	Concentração ruralista em Montes Claros, presente o bispo católico Dom Sigaud	Manifesto contra a reforma constitucional.
27 de agosto	Classes produtoras de Goiás	Lança carta favorável à reforma agrária democrática e cristã
14 de outubro	Frente de Mobilização popular	Manifesto exigindo a imediata aprovação da reforma agrária

Fonte: Carvalho (1979, p. 177).

O Quadro 3 apresenta as manifestações, que ocorreram nos três primeiros meses de 1964, interrompidas pelo golpe civil-militar ocorrido naquele ano. É possível observar que tanto o decreto presidencial como o manifesto e o pronunciamento são favoráveis à implementação da

reforma agrária, fato que, no entanto, não foi suficiente para arrefecer o movimento ditatorial que se fortalecia. Abdias Vilar de Carvalho (1979, p.180) assinala que, naquele momento, a burguesia industrial, objetivando a dominação econômica, necessitou de um Estado autoritário para pôr em prática novos mecanismos de acumulação de capital.

Quadro 3 – Principais manifestações de personalidades e Instituições sobre a Reforma Agrária no Brasil, 1964

Data	Personalidade/Instituição	Manifestação
13/03/1964	Presidente João Goulart - Comício Central do Brasil	Assina decreto desapropriando terras às margens das rodovias
23/03/1964	Central Geral dos Trabalhadores (CGT)	Lança manifesto e exige medidas para a efetivação do decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA)
31/03/1964	Deputado federal Francisco Julião	Pronunciamento na Câmara dos deputados afirmando a disponibilidade de 500 mil camponeses para resistirem em favor da reforma agrária.

Fonte: Carvalho (1979, p.179).

Desta forma, ao proceder à análise dos principais autores que deram sua contribuição ao estudo das mudanças que ocorreram na agricultura brasileira, nas últimas seis décadas, foi possível destacar duas visões acerca da necessidade ou não da efetivação de uma reforma agrária no país, embora nestas duas correntes se encontrem ênfases diferentes, em relação aos principais entraves ao desenvolvimento rural nacional.

Das interpretações desses autores mencionados sobre a agricultura nacional, depreende-se que havia duas alternativas para o desenvolvimento do rural brasileiro: a modernização conservadora e a reforma agrária. Com a consolidação do golpe civil-militar de 1964, derrotam-se as forças sociais pela reforma agrária e opta-se pela modernização conservadora do campo brasileiro. Esta modernização caracterizou-se pelas transformações na base técnica do sistema de

produção da agricultura, com a crescente incorporação de insumos e máquinas industriais; e pela integração, em níveis variáveis, entre produção primária de matérias-primas e alimentos e diversos ramos industriais. O Quadro 4 procura sintetizar as principais contribuições dos pesquisadores mencionados.

Quadro 4 – Síntese das visões dos principais autores sobre a reforma agrária no Brasil

Autores	Posição	Defende
Alberto Passos Guimarães	Favorável	Eliminar o latifúndio e a produção monocultora
Caio Prado Júnior	Favorável	Eliminar as grandes explorações e regular as relações trabalhistas
Celso Furtado	Favorável	Mudança qualitativa no desenvolvimento nacional
Gilberto Paim	Contrário	Eliminar a autossuficiência do complexo rural
Ignacio Rangel	Favorável	Preparar o processo de industrialização
Ruy Miller Payva	Contrário	Enfrentar o dualismo tecnológico
Claus Germer	Favorável	Retomar a função social da terra.
Francisco Graziano Neto	Contrário	Implantação de projetos e de produção de alimentos no entorno verde das principais cidades brasileiras
Geraldo Muller	Contrário	Desenvolvimento industrial, comercial e do setor de serviços
João Pedro Stédile	Favorável	Reforma agrária socialista
José Eli da Veiga	Favorável	Desenvolver a agricultura familiar e campo
José Graziano da Silva	Favorável	Necessidade social
Ricardo Abramovay	Favorável	Expandir a agricultura familiar e favorecer o desenvolvimento agrário

Fonte: Elaborado pelo autor.

A concentração da estrutura fundiária brasileira não foi obstáculo à modernização do campo, porque a crescente integração tecnológica efetivou-se, sem a realização da reforma agrária. O rural foi palco

de transformações significativas que implicaram a elevação contínua da produção agrícola.

A questão agrária, e de forma especial, a necessidade ou não de uma reforma agrária, era o centro dos debates partidários e acadêmicos, em uma fase de nossa história econômica e política na qual dois projetos estavam postos para o futuro do Brasil e em especial para a agricultura nacional. A estratégia vencedora com o golpe de 1964, como vimos, foi a modernização conservadora da agricultura brasileira. As forças sociais que assumiram o poder em 1964, o impuseram pela força bruta do seu aparelho repressivo militar e civil.

Esta política de modernização do campo implicou ganhos extraordinários de produção. Em 1975, foram colhidos 45 milhões de toneladas de grãos, em 1990 este número elevou-se para 58 milhões e em 2013 atingiu 187 milhões. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRO-NEGÓCIOS, 2014). Esse crescimento da produção foi acompanhado pelos ganhos de produtividade das principais culturas. Ao mesmo tempo, houve a expansão da cadeia produtiva agrícola e dos vínculos com as indústrias de processamento, de fornecimento e de serviços de experimentos, pesquisa e difusão tecnológica, entre outros.

No entanto, este modelo agrícola adotado aprofundou e consolidou um padrão capitalista dependente, concentrador, excludente e exportador. Neste novo contexto, podem-se distinguir duas consequências em relação ao caminho seguido pela agricultura brasileira no seu processo de modernização. Uma está associada aos impactos no meio ambiente, sendo mais observados entre eles a erosão do Solo, a contaminação dos mananciais, a contaminação dos alimentos, a destruição das florestas e o aniquilamento da biodiversidade genética. A outra diz respeito aos impactos econômicos e sociais, entre os quais se inserem a persistência e o aprofundamento da concentração fundiária, da expansão do trabalho temporário, da seletividade produtiva e diferenças estruturais do espaço geográfico do campo.

OS MOTIVOS DA MODERNIZAÇÃO

A introdução de novas técnicas na agricultura, tais como: uso intensivo de insumos industriais, mecanização, irrigação, entre outros processos modernos, contribui diretamente para a elevação da produtividade do trabalho agrícola. Este fato reveste-se de grande importância, por ser a agricultura um dos setores principais na oferta de alimentos e matérias-primas que compõem os itens básicos da cesta alimentar para a reprodução do trabalhador. (SILVA, 1990, p.21).

Paralelamente à inserção dessas tecnologias no mundo do campo, ocorreram mudanças, também, nas relações sociais do trabalho: maior eficiência na divisão e execução das tarefas. Desta forma, a partir da introdução das novas tecnologias e técnicas na agricultura, dá-se o aumento da produtividade agrícola que irá gerar aumento do trabalho excedente na agricultura e, como consequência, rebaixar o valor da mão-de-obra em toda a sociedade. (SILVA, 1990, p.21).

Para Argemiro Jacob Brum (1988), as razões da modernização da agropecuária brasileira, a partir do período pós Segunda Guerra Mundial, estariam no:

- a. crescimento da produtividade do trabalho, para elevar a geração da mais valia – A força fundamental que move o modo de produção capitalista é o lucro. O lucro originava-se do valor excedente, não pago, que o trabalhador gera durante sua jornada de trabalho: a mais-valia, apropriada pelo capitalista. Este excedente gerado pela força de trabalho, e não remunerado, pode se constituir através, por exemplo, do aumento da jornada de trabalho. Um exemplo: digamos que um trabalhador em uma jornada de trabalho de 8 horas conseguisse colher 40 sacos de feijão. Mas, o capitalista, dono da propriedade, decide aumentar a jornada de trabalho do trabalhador para 10 horas diárias, sem alteração no

seu salário. Com isso, este trabalhador passa, agora, a colher 50 sacos de feijão ao dia. Este acréscimo no excedente gerado pelo aumento da jornada de trabalho não remunerado é a mais-valia absoluta. Este procedimento de apropriação do excedente do trabalho era comum nos primórdios do capitalismo.

Contudo, com a evolução do sistema capitalista, o progresso técnico assume um papel crucial na geração da mais-valia. Suponhamos que o proprietário da empresa agrícola introduza a colheita mecanizada com um número menor de trabalhadores. Como resultado, a propriedade passa a colher 70 sacos de feijão ao dia, com um número menor de trabalhadores. A nova tecnologia irá proporcionar o aumento da produtividade. A produção por trabalhador se eleva, sem o aumento das horas de trabalho e do salário, mas aumentando o lucro do capitalista. É esse o motivo do progresso técnico no capitalismo, que irá gerar a mais-valia relativa.

- b. diminuição dos custos unitários de produção para vencer os concorrentes, **outra** razão para o progresso técnico no capitalismo. O sistema capitalista, inclusive na agricultura, é constituído por diversos produtores individuais que concorrem entre si. Cada capitalista visando a vencer seu concorrente, na busca por uma parcela maior do mercado, procura adotar as novas técnicas produtivas que lhe permitam produzir, por um custo por unidade menor do que os demais concorrentes, reduzindo os custos e aumentando os lucros. Contudo, a diminuição dos custos unitários de produção pode ocorrer por meio da elevação da produtividade do trabalho na qual ocorre um aumento da quantidade produzida por trabalhador ou, então, via aumento da produtividade por área, o que se dá com a elevação da quantidade produzida por área trabalhada. Ao se introduzirem novas técnicas, como as químicas e biológicas nas atividades agrícolas, o interesse do agricultor está no aumento da produtividade por área cultivada,

ao passo que a introdução da mecanização da agricultura, por exemplo, elevará o lucro do empresário rural, desde que o custo da introdução das novas máquinas seja inferior aos custos dos trabalhadores liberados. Em síntese, pode-se ver o progresso técnico no capitalismo atuando no âmbito do capitalista individual, quando ele diminui os custos unitários de produção.

- c. minimizar os conflitos entre o capital e o latifúndio – Ao longo da evolução econômica do Brasil, desde as sesmarias, a terra era considerada como reserva de valor. De acordo com esta posição, as grandes extensões de terras, as grandes propriedades improdutivas, não eram consideradas capazes de produzir. Contudo, com o advento da modernização das atividades agropecuárias, esta posição começa a ruir, dando lugar a uma outra, empresarial, na qual a terra passa a ser vista como um fator de produção essencial. O avanço do capitalismo no campo contribuirá, decisivamente, para a transição do latifúndio improdutivo para empresa rural. Contudo, este processo não se deu de forma linear e total, uma vez que, mesmo com a modernização agropecuária, permaneceram várias deformações do sistema antigo, como as parcerias, as relações de dominação e, ainda, muitos latifúndios improdutivos. O latifúndio, através das oligarquias rurais tradicionais, que comandava a forma do produzir no campo, perde essa posição para as grandes empresas capitalistas rurais, associadas às agroindústrias, que passam a comandar a produção capitalista no campo. Neste contexto, o latifúndio e a pequena produção tradicional passam a ser subordinados à lógica da empresa capitalista rural.
- d. atender aos interesses da agroindústria – A modernização das atividades agropecuárias era de grande interesse para o processo de acumulação ampliada do capital industrial. Para atingir seus objetivos, as indústrias atuavam diretamente com portentosos programas de propaganda das novas técnicas e tecnologias

aplicáveis ao sistema produtivo do campo; e indiretamente sobre a política agrícola do governo, em especial, no crédito agropecuário. Esta atuação interna inseria-se, em nível global, na estratégia de ampliação dos oligopólios de capital internacional. As transformações da base produtiva da agropecuária nacional abriam mercado para o setor industrial com a integração da agricultura ao circuito de reprodução ampliada do capital. De um lado, cria-se um setor industrial produtor de bens de produção para a agropecuária, no qual se incluem corretivos do solo, fertilizantes, defensivos, equipamentos para irrigação, tratores implementos agrícolas, colheitadeiras, entre outros produtos. Por outro lado, há a integração das indústrias processadoras de alimentos e matérias-primas de origem agrícola como laticínios, abates de animais, madeira, papel, couros, além de outras mercadorias agropecuárias. Assim, cresce e materializa-se a integração da agricultura subordinada ao capital industrial. (BRUM, 1988, p. 62).

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL

Ao se falar em modernização, principalmente, na agricultura brasileira, vislumbra-se um cenário de substituição de instrumentos de trabalho agrícola tradicionais como enxadas, pás, animais etc., por novas máquinas e técnicas de produção como o trator, o arado, o adubo químico, entre outras. A modernização, assim, seria apenas decorrente da introdução de novas tecnologias. Paralelamente, ao se mensurar os resultados da modernização, restringe-se tal análise aos índices de mecanização e de insumos aplicados à agropecuária. Para Francisco Graziano Neto (1988, p. 26), há aqueles autores que restringem sua análise da modernização agrícola à produção intensiva no uso de máquinas e insumos modernos; outros autores

consideram, além das modificações na base técnica de produção, as alterações que ocorrem nas relações sociais de produção.

Contudo, o termo modernização não configura, apenas, mudanças nas técnicas produtivas. Ao mesmo tempo em que se introduzem as técnicas modernas na agricultura, ocorrem mudanças nas relações sociais de produção. O trabalho assalariado se amplia, intensifica-se o trabalho volante, os pequenos proprietários são substituídos pela produção empresarial, de maneira que os agricultores de subsistência, cuja produção visa ao autoconsumo e, quando ocorre um excedente, destina-o ao mercado, vão perdendo espaço para as empresas rurais capitalistas (GRAZIANO NETO, 1988, p. 27). Compreende-se, desta forma, que o processo de modernização da agricultura brasileira teve um caráter mais amplo que não se resumiu apenas aos ganhos de produção e ao aumento da produtividade.

No Brasil a modernização conservadora da agricultura, no plano interno, tem sua origem na década de 1950, com o processo de industrialização extensiva que visava a intensificar o modelo de substituições de importações. Contudo, foi apenas no período pós 1964, que este novo modelo de produção agrícola é efetivamente implantado. No plano externo, sua origem repousa na Revolução Verde, na década de 1960, com a disseminação de seu pacote tecnológico por diversos países, incluído o Brasil. (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 20).

Segundo João Pedro Stédile e Sergio Frei (1993) este processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira caracterizou-se por:

- a. mecanização intensiva de todas as etapas da produção agropecuária;
- b. crescente uso da informática nas atividades empresariais do campo;

- c. predominância do uso de insumos originários da indústria: adubos químicos, agrotóxicos, venenos, entre outros;
- d. expansão das cooperativas empresariais de comercialização agrícola;
- e. maior integração com a agroindústria, principalmente, a avicultura, a processadora de sucos de frutas e a suinocultura;
- f. difusão da produção e utilização de mudas e sementes melhoradas, de matrizes de animais, bem como a ampliação e utilização da genética animal e vegetal pelas grandes empresas;
- g. ampliação das lavouras de monoculturas destinadas à exportação, entre as quais, a soja, a cana de açúcar, a laranja, o café, algodão e o fumo;
- h. maior aporte do crédito rural tanto para o investimento como para o custeio agrícolas;
- i. crescimento do plantio de florestas monocultoras de eucalipto, com finalidades industriais e de exportação;
- j. utilização insustentável dos recursos naturais.

(STÉDILE; SERGIO, 1993, p. 95).

A mecanização da produção agrícola brasileira permitiu reduzir a utilização das forças de trabalho humana e animal, pelo uso crescente da força mecânica. As inovações mecânicas de máquinas e equipamentos como arados, pulverizadores, tratores, colheitadeiras, entre outros, passam a ser empregadas em todas as atividades da produção agrícola.

Por sua vez, o avanço da indústria química permitiu a crescente utilização de materiais sintéticos, por exemplo, de adubos, rações, corretivos, defensivos animais e vegetais, de modo que proporcionou

à agricultura diminuir sua dependência das matérias-primas originadas da natureza. (VIEIRA FILHO, 2014, p. 398).

No que diz respeito às cooperativas, até a década de 1970, predominavam, no segmento agropecuário, as cooperativas comerciais, embora não alcançassem todo o território agrícola nacional. Contudo, com a emergência da modernização agrícola, ainda na década de 1970, surgem as cooperativas empresariais de comercialização de produtos oriundos das atividades agropecuárias. Conforme assinala Guilherme da Costa Delgado, (1985, p.165), tais cooperativas caracterizavam-se por realizar operações econômicas diversificadas em termos setoriais e espaciais.

A integração da agricultura com a agroindústria decorreu das mudanças ocorridas no sistema capitalista, após a Segunda Guerra Mundial, período no qual passa a predominar intenso processo de concentração e centralização de capitais. Neste novo cenário econômico, a atividade agrícola teve que se integrar ao ambiente econômico monopolista. Porém, esta integração ocorre de forma dependente. A agricultura dependerá à montante das empresas fornecedoras de tecnologias e insumos básicos e à jusante, das indústrias de transformação. (DELGADO, 1985, p.165).

As inovações na biotecnologia, entre as quais, a engenharia genética, permitiram a introdução de plantas e animais melhorados geneticamente: plantas mais resistentes às mudanças de clima, às doenças, às pragas. Além disso, reduziu-se o ciclo produtivo de algumas culturas, o que ensejou um número maior de safras e tornou possível a utilização de determinados solos a novas lavouras. Assim, a produção agrícola passou a ser, cada vez mais, próxima da produção industrial. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 37).

As transformações ocorridas na agricultura brasileira levaram à reorganização da produção e ao redirecionamento para determinadas

variedades de produtos agrícolas. Surgem a especialização da produção e a monocultura. Priorizaram-se culturas de maior rentabilidade financeira que atendessem à demanda das agroindústrias como a soja, o açúcar, a laranja, o café e o fumo. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 37).

A capitalização do campo trouxe o plantio de florestas homogêneas de eucalipto, com o objetivo de exploração econômica. Assim, esta cultura torna-se um investimento financeiro, de acordo com a lógica de acumulação do capital na agricultura, pois, ela é a principal matéria-prima da indústria de celulose.

Outra característica fundamental do período agrícola em análise foi o grande volume de crédito agrícola disponibilizado, tanto para investimento, como para custeio. A assistência creditícia dava-se com juros favorecidos e, em um primeiro momento, beneficiou a cultura do trigo, posteriormente, a soja e, a seguir as demais culturas. O crédito direcionado implicou a compulsoriedade da fiscalização e da assistência técnica, facilitando a introdução e aplicação, em larga escala, do pacote tecnológico, elemento fundamental do processo de modernização em curso. (GRAZIANO NETO, 1988, p.96).

Quanto ao meio ambiente, as agressões aos recursos naturais já ocorriam no território brasileiro, muito antes do advento da modernização da agricultura. No entanto, com a moderna agricultura, os problemas ecológicos acontecem de forma mais acentuada, crescente e continuada. Entre os principais problemas ambientais destacam-se, a destruição do solo, a falta de controle de doenças e pragas, redução da qualidade biológica dos alimentos, contaminação alimentar e humana, o consumo de energia fóssil e poluição. (GRAZIANO NETO, 1988, p.96).

Estas características da modernização agrícola no Brasil decorreram de fatores que estimularam sua consolidação. Para Silvia Maria Almeida Lima Costa e Bernardo Celso de Rezende Gonzales (1990, p.13) os principais elementos indutores foram:

- a. a vontade política;
- b. o sistema de crédito rural; e
- c. a agroindustrialização.

A vontade política expressa nos planos de desenvolvimento - Desde o início do século passado que já havia ações governamentais direcionadas à agricultura, principalmente, à cafeicultura. No entanto, estas ações se restringiam, apenas, às políticas fiscal e cambial para o café. Só após a Segunda Guerra Mundial, é que o governo começa a adotar medidas destinadas à agropecuária como um todo. (COSTA; GONZALES, 1990, p. 14).

Durante o governo Eurico Dutra, 1946 a 1950, no seu início, estabeleceu-se uma política econômica de caráter ortodoxo liberal, caracterizada pela busca do orçamento equilibrado, da redução do déficit público e por uma política cambial liberal que visava a facilitar e diminuir os preços dos produtos importados, reduzindo, assim, a pressão inflacionária. Após as mudanças que ocorreram no governo, vai-se, gradualmente, substituindo a política econômica de matiz liberal-ortodoxa por uma política mais forte de regulação da economia. Assim, são tomadas medidas como as licenças prévias para importação e o controle cambial. (BESKOW, 1999, p. 56).

No segundo governo de Getúlio Vargas, 1951-1954, há uma mudança na estratégia da política agrícola. O Estado intensifica sua intervenção no setor agropecuário. Deram-se, neste período, a aprovação das novas regras da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), o início efetivo da política de preços mínimos no país e criação da Comissão Nacional de Política Agrária (BESKOW, 1999, p. 56).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) teve como características relevantes a sobrevalorização cambial, a expansão da indústria automobilística e o incremento da malha rodoviária. O Plano de

Metas de Juscelino tratava de forma secundária o setor agropecuário, como também, os segmentos industriais, associados à agricultura, fornecedores e processadores de produtos agrícolas. Contudo, alguns programas constantes do plano de metas impactaram indiretamente a produção agropecuária: a expansão da produção de ônibus e caminhões e o aumento da malha rodoviária. (BESKOW, 1999, p.61).

Pode-se assinalar que este período, que abrange o final da Segunda Guerra Mundial e vai até meados da década de 1960, destacou-se pela crescente urbanização, intensificação da industrialização e expansão da integração agricultura-indústria.

O Plano Trienal (1963-1965), elaborado na curta presidência de João Goulart, tinha um matiz social. Considerava que a concentração fundiária era o principal entrave à modernização da agropecuária, que deveria destravar com a reforma agrária. Estabelecia entre os seus objetivos o incremento da produção de alimentos, a correção das deficiências e/ou pontos de estrangulamentos do setor agrícola produtor de bens exportáveis e de matérias-primas destinadas ao exterior.

No período posterior a 1964, na presidência de Costa e Silva, é lançado o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento), no qual se observa mudança na visão dos formuladores da política econômica em relação à agricultura. (BELIK, 2007, p. 154). O enfoque principal da política agrícola passa a ser a estratégia de agroindustrialização. Para isso, elabora-se um amplo programa de abastecimento interno, de substituição de produtos importados e de geração de divisas. (BESKOW, 1999, p. 75).

A Estratégia Econômica Externa, durante o governo ditatorial militar de Garrastazu Médici, tinha, entre seus objetivos destinados ao campo, a expansão das exportações, principalmente, de manufaturados, minérios e mercadorias agrícolas não tradicionais. Além disso, outras medidas, também, foram explicitadas: construção de Centrais

de Abastecimentos (CEASAs), crédito para armazéns e o Programa de Corredores de Exportação (COREX). (BELIK, 2007, p. 154).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) para o período 1974 – 1975, lançado durante o governo militar de Ernesto Geisel, traz implícita a tentativa de maior integração agricultura-indústria. Neste sentido, são incentivadas a agricultura e a agroindústria de exportação, como também, o crescimento dos complexos agroindustriais. (BELIK, 2007, p. 160).

Mesmo na estratégia industrial, constante do II PND, há 05 prioridades que se relacionam com a agroindústria processadora de alimentos:

- a. desenvolvimento dos segmentos industriais de base;
- b. abertura de novos campos de exportação de manufaturados;
- c. desenvolvimento tecnológico industrial;
- d. estímulo ao desenvolvimento da indústria alimentar;
- e. atenção aos desníveis regionais de desenvolvimento da indústria.

Todas estas prioridades ao setor industrial estavam correlacionadas à agricultura, principalmente ao segmento da indústria de base agropecuária.

No III PND, já sob a gestão João Batista Figueiredo, são enfatizadas a modernização do abastecimento e a integração da produção de alimentos, desde o campo até a comercialização. A agricultura, em decorrência do caráter recessivo da economia brasileira à época, passa a ser considerada como a alternativa real de geração de emprego e renda e com perspectivas de crescimento econômico (BELIK, 2007, p. 154).

No entanto, o grande balizador das mudanças ocorridas na agricultura brasileira se firma com a institucionalização do crédito rural no

Brasil, com a Lei 4.829, de 05 de novembro de 1965, a qual estabelece entre seus objetivos específicos:

- I. estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II. favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III. possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV. incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo; (BRASIL, 1965).

Contudo, a regulamentação do crédito rural se dá com o Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966 (BRASIL, 1966), que estabelece a estrutura do crédito, define os integrantes do sistema de crédito rural, as fontes de recursos e conceitua as garantias e os instrumentos das operações de crédito rural. Assim, o arcabouço jurídico necessário completava-se. Para se compreender a importância do novo sistema de crédito rural para o estímulo do processo de modernização da agricultura, é necessário demonstrar de forma mais detalhada as especificidades que atingem este segmento produtivo. (DELGADO, 1985, p. 45).

As atividades agrícolas apresentam, no seu período de produção, determinadas características, uma das quais é a descontinuidade que ocorre dentro do período de produção, com a suspensão temporária das operações de trabalho e, como consequência, um giro mais lento do capital; a outra descontinuidade, se processa entre períodos de produção, pois, encerrado o processo produtivo de uma determinada cultura, há um intervalo para o reinício da lavoura, em decorrência

do calendário agrícola, com datas anuais previamente definidas em função do tipo de produto e clima. (DELGADO, 1985, p. 117).

A agricultura defronta-se com a descontinuidade do processo de produção e com o contínuo consumo de seus produtos. Essa dicotomia entre produção e consumo agrícolas proporciona as bases necessárias para o fluxo comercial de seus produtos, por meio das bolsas de mercadorias e do mercado a termo.

O capital investido no processo produtivo das atividades agrárias é de difícil liquidez, até que se complete a produção e se tenha o estoque dos produtos colhidos, não havendo, durante o processo de produção, produtos semielaborados, como ocorre, por exemplo, na pecuária. Desta forma, a modernização da agricultura, com a crescente demanda por crédito, insere o capital financeiro com função relevante, no circuito da produção agrícola, ou seja, quanto mais desenvolvida se encontra a agricultura, maior é sua dependência de crédito das instituições bancárias. O crédito agrícola tornou-se, assim, o principal instrumento para a implantação do novo modelo de produção agrícola, no território nacional. (DELGADO, 1985, p. 117).

A assistência creditícia, com juros subsidiados, proporcionou a convergência de segmentos sociais, entre eles, os grandes proprietários rurais, as industriais fornecedoras e processadoras da produção agrícola, os capitais urbanos com interesses na agricultura, o Estado e o sistema bancário. Paralelamente a este processo, o crédito subsidiado desempenhou funções desestabilizadora e concentradora. A prática das operações de empréstimos bancário lastreava-se, geralmente, no oferecimento de garantias por parte do tomador, no caso da agricultura, em que, comumente, é hipotecada a terra, desde que devidamente titulada. Além disso, os bancos preferem as operações de crédito de maior montante, que apresentam um custo operacional menor. Estas peculiaridades do sistema bancário terminaram por direcionar o crédito rural, preponderantemente, para as regiões sul e

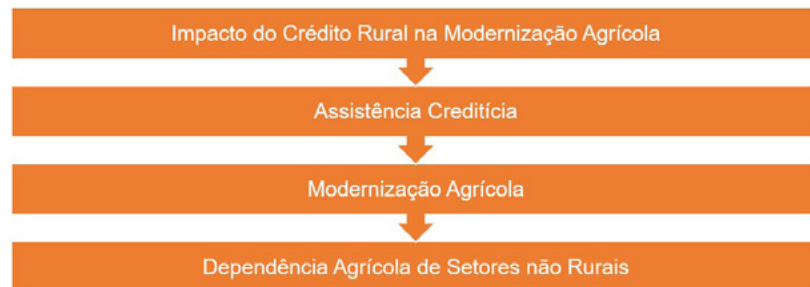
sudeste, para determinados produtos e para um número restrito de agricultores. (DELGADO, 1985, p. 118).

A transformação tecnológica da agricultura, que teve no sistema de crédito rural seu principal instrumento, corresponde, assim, à utilização intensiva das novas técnicas e mecanização no setor agrícola, com o objetivo de lucro. À medida que este novo modelo avança, no campo se dá, paralelamente, a expansão das atividades empresariais.

O processo de transformação tecnológica agrícola aprofundou a dependência do setor agrícola aos setores não rurais. O avanço do capitalismo se dá, inicialmente, nos setores manufatureiros e, gradualmente, alcança as atividades agrárias. Nesta dinâmica, a agricultura que era autossuficiente, torna-se crescentemente subordinada ao mercado econômico e, conseqüentemente, à reprodução ampliada do capital. A resolução dos problemas econômicos da produção na agricultura – o que produzir, como produzir e quanto produzir – passa a ser definido pelas empresas produtoras de tecnologias, processadoras de alimentos e de matérias-primas. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 68). Exemplo desse processo de subordinação/dependência da agricultura é o da produção de frangos. A indústria avícola, que abate e comercializa o frango, determina, contratualmente, aos criadores a raça a ser criada, o porte dos frangos, quantidades e prazos de abates, cuidados sanitários e preço de compra do produto. Conforme afirma Francisco Graziano Neto (1988, p.69), “da indústria só não são a terra e o risco da produção.”

Com a institucionalização da base legal, Lei 4.829, de 05 de novembro de 1965 e do Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, estavam prontas as bases fundamentais para a execução do novo modelo de crescimento agrícola. A assistência creditícia, por meio da fiscalização e da assistência técnica, direcionava os agricultores para a adoção das novas técnicas e tecnologias, o chamado “pacote tecnológico”. A Figura 1, a seguir, apresenta o papel do crédito rural no processo de modernização da agricultura.

Figura 1 – Fluxograma do impacto do crédito rural na modernização agrícola brasileira



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Delgado (1985, p. 118).

O complexo agroindustrial brasileiro emerge, inicialmente, no planalto do Rio Grande do Sul, após a Segunda Guerra Mundial, paralelamente ao processo de modernização das atividades rurais. As transformações tecnológicas e técnicas que se iniciam nesta região proporcionam as condições necessárias ao surgimento das agroindústrias, pois, cria-se uma demanda por insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Além disso, uma série de medidas governamentais facilitou a agroindustrialização. (BRUM, 1988, p.107).

Estas medidas consistiram, em um primeiro momento, na desoneração fiscal sobre a importação de produtos industriais destinados ao processo produtivo agrícola, concomitante à concessão aos produtores de trigo de subsídios à compra de máquinas e equipamentos importados. Posteriormente, implantam-se a suspensão dos recursos subsidiados destinados à importação de máquinas e equipamentos agrários, como, também, inicia-se a abertura da economia brasileira à entrada e instalação de empresas multinacionais. Desta forma, ocorre o processo de substituições de importações, com a produção em território nacional de máquinas, equipamentos e insumos agropecuários. (BRUM, 1988, p.107).

Já, do lado da oferta, as vendas do setor agropecuário, de maneira geral, são realizadas, segundo Tamás Szmrecsányi (1990), a:

- a. outros estabelecimentos agropecuários;
- b. estabelecimentos industriais ou comerciais; e
- c. consumidores finais. (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 59).

Neste processo moderno, as entregas para os estabelecimentos industriais cresceram significativamente. São estas unidades industriais, as agroindústrias, que adquirem os produtos agrícolas para transformá-los em mercadorias industrializadas. Contudo, essa dinâmica agroindustrial, embora tenha se acentuado no período de 1930 a 1970, não se deu repentinamente, porque, muito antes desse período, já havia “manufaturas” associadas à agropecuária que operavam, às vezes, no próprio estabelecimento agropecuário ou, então, próximas a ele, como as casas de farinha, unidades de fabricação de aguardente, a produção de queijos e doces, além de outros produtos processados ou transformados de origem agrícola. A agroindústria, que se expande posteriormente, se diferencia da anterior na forma como ocorre o processo produtivo e pelo fato de esta situar-se externa ao setor agropecuário. (BELIK, 1999, p 27).

Culturas como a laranja, a cana-de-açúcar e a soja, nas décadas de 1960 e 1970, com a sua evolução, passaram a ter uma integração crescente com o setor industrial, induzindo à agroindustrialização das atividades agropecuárias no território nacional. A especialização da produção desses produtos tinha a finalidade principal de exportá-los e de criação de maior valor agregado para eles. Por outro lado, o esgotamento do consumo de produtos alimentares industrializados nos mercados dos países capitalistas centrais redireciona o fluxo de investimentos das empresas multinacionais de alimentos para os países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil. (BELIK, 1999, p 27).

Ao longo da evolução humana observa-se a homogeneização do padrão alimentar que se intensifica, após a Segunda Guerra Mundial. Este assemelhamento na demanda de alimentos ocorreu, inicialmente, baseado no padrão alimentar dos EUA, onde predominam os produtos enlatados e semielaborados, que se disseminam por outros países. Concomitante a este processo, ocorre o crescimento do consumo de alimentos fora da residência que se reflete na elevação da renda gasta pelas famílias com alimentação extra domicílio e na expansão e consolidação das redes de *fast food*. Estas mudanças estimularam a integração crescente entre agricultura e indústria.

A Figura 2, a seguir, evidencia algumas das transformações relevantes que contribuiram, direta ou indiretamente, para a expansão das multinacionais agroalimentares no Brasil.

Figura 2 – Agroindustrialização do campo brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Belik, (1999, p. 27).

OS PROBLEMAS PARA O MEIO AMBIENTE

Desde os períodos primitivos da humanidade, até a época atual de modernização agrícola, com o uso intensivo de novas técnicas e tecnologias, que o ser humano explora os recursos naturais. Contudo, é com o advento do modo de produção capitalista que o nível de exploração dos bens naturais ocorre de maneira insustentável.

Neste sentido, o processo de modernização agropecuária que ocorre no mundo, a partir dos países capitalistas centrais, após a Segunda Guerra Mundial, e depois amplia-se para as demais nações, irá trazer impactos profundos no equilíbrio da natureza.

O avanço do modo de produção capitalista, no qual os progressos tecnológicos na agropecuária são apenas, uma das faces, irá determinar nova forma de relacionamento do homem com o meio ambiente. Neste sentido, o centro da questão ambiental está no objetivo do capitalismo: a maximização do lucro. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 82).

As fontes primárias do lucro capitalista, aquelas que geram mais-valia no âmbito da produção, decorrem do trabalho humano que gera a mais-valia do trabalho e do trabalho da natureza que gera a mais-valia natural, que é o trabalho da natureza não pago. Assim, a produção capitalista avança sobre o campo, gera danos ambientais que não são assumidos pelo capital, ou seja, trabalhos da natureza não pagos e geração de lucro. Mas, por apresentar certas características, os efeitos desse processo na agricultura têm implicado na destruição do ambiente natural. (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 193).

O caso da expansão de novas áreas para a sua incorporação ao moderno sistema de produção agropecuária, como ocorreu com os cerrados do Oeste da Bahia, é um exemplo típico desse processo de impactos negativos ao meio ambiente.

Contudo, com o avanço do capitalismo na agricultura, via modernização das técnicas e tecnologias agropecuárias, há a tentativa de inserir o processo produtivo em série no campo, pois, à medida que a modernização se amplia, ocorre a redução do ciclo produtivo das criações e das lavouras, ao mesmo tempo, que se espalha a produção, ao longo dos meses do ano. Eleva-se a produtividade do trabalho e a rotação do capital e, em decorrência, a taxa de lucro do capital. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 37).

Esta tentativa do capital de dominar o processo natural tem resultado na própria destruição do meio ambiente. À medida que se intensifica a inserção de processos artificiais de produção agropecuária se incorre em maiores gastos e, também, em graves problemas ambientais. Pois, no ambiente natural há um inter-relacionamento entre todos os seus componentes e alterações em alguns deles poderão modificar o conjunto do ecossistema. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 96).

Embora hegemônicas, as implicações do modelo produtivista do agronegócio, inclusive, as relativas ao meio ambiente, não deixaram de ser combatidas por movimentos sociais associados ao agrário nacional, uma vez que as transformações econômicas, sociais e técnicas da modernização agrícola, além de outras consequências assinaladas no transcorrer desta pesquisa, levaram à substituição dos cultivos de culturas locais e à expulsão de significativas parcelas de pequenos agricultores.

A Figura 3, a seguir, apresenta os desdobramentos iniciais da modernização agropecuária para o ambiente natural então prevalecentes em uma região ainda não inserida na moderna produção agropecuária, ou seja, uma região de expansão de fronteira agrícola. Inicialmente, ocorre o desmatamento de vastas áreas para aproveitamento agropecuário. Nesta etapa, ocorre o primeiro desequilíbrio natural, com a destruição dos predadores naturais, criando-se condições ambientais favoráveis à reprodução de pragas. Mas, a proliferação das pragas exige a aplicação

de agrotóxicos para seu extermínio, as quais tornam-se mais resistentes, conseqüentemente, exigindo doses maiores de praguicidas, e essa dinâmica se reproduz com agressões cada vez maiores a natureza.

Figura 3 – Fluxograma dos efeitos ambientais da expansão agrícola nos cerrados da Bahia



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Graziano Neto (1988, p. 93).

Neste contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), inicialmente nos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que terá uma dimensão política importante nas lutas pela terra, pela reforma agrária e pelo meio ambiente. O MST nasce desvinculado do modelo do agronegócio, da monocultura, da produção de transgênicos e do uso intensivo de agroquímicos. (MEDEIROS, 2009, p.8)

Nesta perspectiva, o MST adota a opção de uma produção agrícola ambientalmente sustentável. Nos seus assentamentos procura desenvolver um padrão produtivo de matiz cooperativo e agroecológico e, concomitantemente, um modo alternativo de produção, para atender a subsistência dos trabalhadores. A dinâmica de sustentabilidade para o MST não se condiciona, somente, ao aspecto material, como a

corrente ecológica, ela se estende à luta pela terra. Na materialização dessa nova relação homem-natureza, o processo educativo tem sido fundamental para a articulação das ações políticas desse movimento com o trabalho produtivo. (KULESZA, 2008, p. 285).

Desta forma, o MST tem contribuído para a construção da via agroecológica e da alimentação saudável. Para tanto, a identidade territorial camponesa desse movimento contempla a diversidade agropecuária, o trabalho familiar, a produção em pequena escala e uso de tecnologias adequadas a esse padrão de desenvolvimento. Portanto, o desafio do MST, das instituições e pessoas que decidem por uma alimentação saudável, não industrializada, é ampliar a agroecologia na pressão pela terra e contra o agronegócio. (KULESZA, 2008, p. 286).

Por outro lado, vale salientar que os problemas ambientais decorrentes da agricultura moderna, também ocorreram nos países desenvolvidos que implantaram este modelo, após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, as questões do meio ambiente no campo começaram a ser tratadas com mais critério e atenção pelos países da União Europeia (UE), a partir de meados de 1980. É quando se torna difícil gerir os excedentes da produção agrícola decorrentes dos novos processos da modernização da agricultura, e os gastos necessários para sua sustentação (ABRAMOVAY, 1994, p. 174).

Além disso, a agricultura produtivista na UE, os prejuízos que causavam ao meio ambiente rural, principalmente, em relação à oferta e à qualidade da água, do ar e dos alimentos. E, a cada ano, surgiam novos problemas fitossanitários decorrentes do desequilíbrio ecológico provocado pelo crescente uso de inseticidas e fungicidas na agricultura dos países desenvolvidos. (NUNES, 2007, p. 2).

Estes fatos fizeram com que diversas nações capitalistas avançadas adotassem políticas pró-ambientais. Em 1994, na França 155 mil agricultores receberam prêmios para diminuir o rebanho e a pressão

em áreas sensíveis ecologicamente. Na Holanda, em 1995, estima-se que houve uma redução na utilização de pesticidas e fungicidas entre 30% e 35% e em 2000 de 50%. Este país pretende no futuro, fazer com que os criadores de porcos mantenham uma contabilidade mineral para o controle da quantidade e da composição do esterco na sua forma líquida. (ABRAMOVAY, 1994, p. 159).

Outras medidas ambientais foram efetivadas pela Alemanha, Dinamarca e pelo Reino Unido, além da Holanda, em suas áreas sensíveis ambientalmente onde adotam a agricultura produtivista, com a realização de diversos programas nos quais os agricultores ganham incentivos para não adotarem práticas nocivas ao meio ambiente ou, então, para realizarem atividades de manutenção e preservação de paisagens (ABRAMOVAY, 1994, p. 160). Observa-se, assim, na maioria dos países europeus a adoção de políticas ambientais que diminuem as externalidades negativas da agricultura produtivista sobre o meio ambiente. (ABRAMOVAY, 1994, p. 160).

O próximo capítulo analisará a inserção do agronegócio no território nacional em áreas do Nordeste, em especial, nos cerrados do Oeste da Bahia, apresentando as características relevantes desse processo.



3

○ AGRONEGÓCIO
NO CONTEXTO
INTERNACIONAL
E NO BRASIL

Este capítulo trata da expansão da moderna agricultura, após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados. E, como este modelo de agronegócio se disseminou em várias regiões do rural brasileiro, em particular no Nordeste e nos cerrados do Oeste da Bahia. Para tanto, analisa-se o novo modelo das atividades rurais, a partir das conceituações pioneiras do termo agronegócio de John Davis e Ray Goldberg, formuladas, em 1957.

No período pós Segunda Guerra Mundial, a agricultura passa por profundas transformações e, entre as principais, estão:

- a. uma parcela considerável da força de trabalho empregada na agricultura e na pecuária se transfere para outros setores de atividades;
- b. o crescimento da agricultura foi mais lento do que o crescimento industrial;
- c. a agricultura incorpora, parcialmente, os avanços tecnológicos;
- d. a produção agrícola global apresenta um crescimento maior do que o crescimento populacional;
- e. exportação do padrão de produção agrícola e de consumo dos EUA para outras nações (BRUM, 1988, p. 32).

Dessas transformações que ocorreram na produção e no consumo de produtos agrícolas, uma foi fundamental para a expansão do agronegócio em nível global: a mudança no padrão de consumo, que consistiu na substituição, na alimentação humana, da proteína vegetal pela proteína animal. Neste processo, o óleo extraído da soja e de outros vegetais substituiu a gordura animal na alimentação humana, enquanto o farelo, abundante em proteínas, passa a ser usado de forma crescente na alimentação das aves e do gado. O milho e a soja são dois alimentos essenciais na ração das aves e dos animais criados em regime de confinamento. (BRUM, 1988, p. 34).

Este novo padrão de produção e consumo se consolida nos EUA. Posteriormente, o governo e corporações norte-americanas exportam este modelo para a Europa, combatida pela Segunda Guerra Mundial, e para os demais países, inclusive, o Brasil. É dentro desse novo contexto, que o agronegócio, tendo como principal *commodity* a soja, se expande e se consolida em nível global. (BRUM, 1988, p. 35).

Esta dinâmica expansiva foi tão consistente que, já na safra 2014-2015, a produção mundial de soja está estimada em 305 milhões de toneladas, com elevação de 26,8%, em relação à safra 2004-2005. Ao mesmo tempo, a produção dessa oleaginosa se concentrará em três países (EUA, Brasil e Argentina), que serão responsáveis por 75% da produção mundial. (GASQUES; LEONARDI; BASTOS, 2006, p. 47).

Todas essas mudanças no cenário agrícola das nações capitalistas, em um período relativamente curto, despertaram o interesse de vários pesquisadores em estudar essa nova dinâmica produtiva agrícola. Assim, irão surgir diversas contribuições ao entendimento dessa realidade, como se observará na seção seguinte.

ORIGEM E DIFUSÃO DO TERMO AGRONEGÓCIO NO MUNDO

O termo agronegócio surge na literatura econômica, em 1957, na obra “Concept of Agribusiness” dos autores Jonh Davis e Ray Goldberg, docentes da Universidade de Harvard (EUA). Eles foram os pioneiros na análise das transformações da agropecuária moderna dos Estados Unidos da América, a partir de uma visão mais abrangente do processo produtivo rural. Neste estudo, evidenciam a crescente inter-relação entre o setor agrário e os demais setores econômicos da sociedade, em um movimento que ultrapassa o âmbito da propriedade rural. Assim, na concepção dos autores, o agribusiness (agronegócio)

se constituía no conjunto das operações relacionadas à produção e à distribuição de bens e serviços agrícolas, aos processos de produção nas propriedades agrícolas, às operações de armazenamento, ao beneficiamento dos produtos agropecuários e de seus derivados. Ainda, neste estudo de Jonh Davis e Ray Goldberg (1957), assinalam Decio Zylbersztajn e Marcos Fava Neves (2005, p.4), os autores norte-americanos apontam, na análise que fazem da evolução histórica do agrobusiness (agronegócio), o conflito entre a crescente especialização do sistema produtivo agrícola e pecuário e, por outro lado, a contínua e persistente atividade da unidade produtiva diversificada.

Posteriormente, esta análise da agricultura é ampliada com a publicação da obra de Ray Goldberg “*Commodity System*” (1968), novo trabalho no qual amplia seu modo de ver a agricultura. Goldberg reúne todos aqueles envolvidos na escala produtiva, no beneficiamento e no marketing de um bem agrícola, como também, as instituições que coordenam as diversas fases do fluxo de *commodities*, entre as quais o governo, as associações comerciais e os mercados futuros.

Neste novo ângulo de análise, a pesquisa é realizada a partir de três sistemas de produção agrícola: a laranja da Flórida, a soja e o trigo. O marco conceitual empregado é o paradigma de estrutura-conduta-desempenho de sistemas industriais. Neste paradigma, os sistemas são analisados do ponto de vista da lucratividade, da estabilidade de preços, da estratégia corporativa e da adaptabilidade. Paralelamente, são inseridos elementos dinâmicos, com a finalidade de identificar as alterações mais relevantes que impactam determinado sistema, com destaque para as mudanças tecnológicas, que sempre exerceram papel relevante nos trabalhos de Golberg, assinalam Zylbersztajn e Neves (2005, p. 7).

No contexto desse novo estudo de Ray Goldberg, datado de 1968, Decio Zylbersztajn e Marcos Fava Neves (2005) destacam os seguintes aspectos:

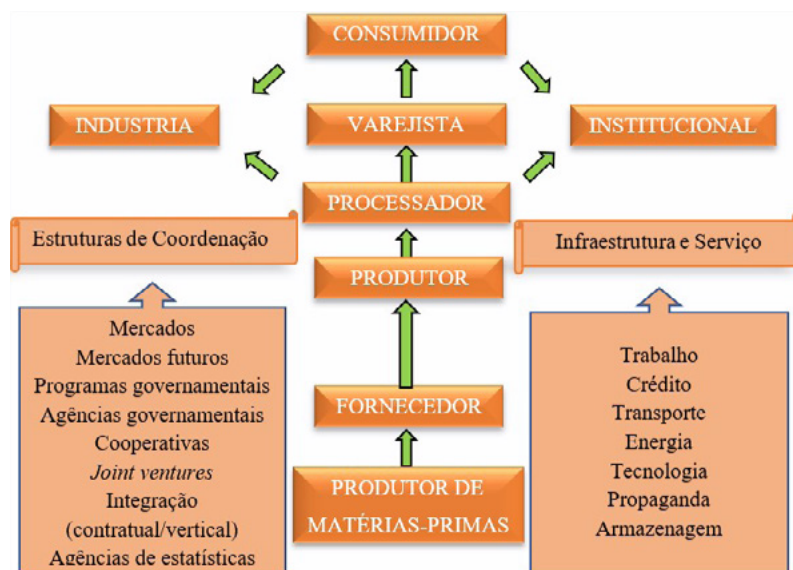
- a. análise direcionada a um sistema de um único produto.
- b. delimitação do campo de análise (espaço geográfico).
- c. ênfase sobre o conceito de coordenação.
- d. foco nas diferenças entre o sistema de agrobusiness e outros sistemas industriais, destacando os fatores que afetam as oscilações da renda agrícola. (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2005, p. 8).

Desta forma, pode-se perceber, que Goldberg (1968) aborda diversas variáveis não tradicionais, ao analisar o sistema de *commodities*, entre as quais a inclusão de variáveis institucionais como explicativas da dinâmica de coordenação, como também, a inserção de relações contratuais.

A Figura 4 apresenta uma síntese da concepção de *agrobusiness* que compreende todos os participantes do processo de produção, beneficiamento e/ou processamento de um produto. Há as estruturas de coordenação desse sistema compostas pelos mercados futuros, programas governamentais, agências governamentais, órgãos estatísticos, firmas individuais, integração contratual/vertical. E paralelamente, há infraestrutura e serviços que englobam trabalho, crédito, transporte, energia, tecnologia, propaganda, armazenagem, além de outros serviços. Este fluxograma proposto por Sherman (1991) citado por José Fernandes (1998) visava dar uma melhor visualização da estrutura da cadeia agroalimentar.

Ressalte-se que no cenário econômico pós segundo conflito bélico mundial, a produção de gêneros alimentícios passou a depender, cada vez mais, de insumos provenientes da indústria, de modo que estes insumos industrializados não eram mais adquiridos no local da produção agrícola e pecuária, mas comprados no mercado.

Figura 4 – A concepção do sistema de agribusiness



Fonte: Shelman (1991) citado por Fernandes (1998, p.28).

Nos anos seguintes, à publicação do trabalho de Goldberg sobre agrobusiness, surgem outras concepções acerca do sistema agroindustrial, entre elas a cadeia agroalimentar (filière) da escola de economia industrial francesa.

O conceito de cadeia agroalimentar compreende o conjunto de operações sequenciais que transformam uma *commodity* agropecuária em um produto pronto para o consumo final. Tem como características relevantes o enfoque nos fatores distributivos do produto industrial, baseia-se nas relações intersetoriais e nas relações entre os agentes interdependentes e complementares determinadas por mecanismos hierárquicos.

Na análise da cadeia agroalimentar, Zylbersztajn e Neves (2005, p.10) destacam a variável tecnológica, principalmente, na

sua capacidade de alterar o produto e, em consequência, sua estrutura de mercado. Além disso, há os aspectos da instabilidade e porosidade associados às interações de produtos de vertentes diferentes de cadeias produtivas.

Este novo modo de ver a agropecuária de forma mais integrada, com uma visão sistêmica, refletia as mudanças que se processavam no sistema produtivo rural, já que os autores incorporam, na sua análise, a coordenação entre agentes dos sistemas e as variáveis distributivas do produto industrial. A agricultura praticada, desde o século anterior, vinha deixando de ser uma atividade produtiva concentrada no interior da propriedade agrícola, em todas as suas fases de produção dos insumos e da comercialização dos bens. Naquele sistema concentrado, efetivava-se a exploração de culturas agrícolas variadas, além da pecuária, de modo que, na unidade produtiva rural, ocorria, também, a produção e adequação de implementos agrícolas e recursos básicos, processavam-se alimentos, ainda que de maneira rústica, efetivava-se a armazenagem e os procedimentos de comercialização para o consumidor final. (FERNANDES, 1998, p. 24).

A DIFUSÃO DO TERMO “AGRONEGÓCIO” NO BRASIL

No contexto dessas transformações que ocorriam no campo, o conceito de *agrobusiness* se difundiu por diversos países. No Brasil, começou a ser incorporado às análises de vários autores, a partir dos anos de 1980, em complemento a concepção de Complexo Agroindustrial. Nesse sentido, ocorre a fundação da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e a criação do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA), da Universidade de São Paulo (USP). (RAMOS, 2007, p. 42).

O PENSA foi criado em 17 de junho de 1990 atrelado ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. É um centro avançado, dedicado à gestão e à coordenação de agronegócios, atua em nível nacional e internacional, que desenvolve atividades de pesquisas acadêmicas aplicadas ao ensino. Sua estrutura é em forma de rede, abrangendo várias instituições de pesquisa e ensino, pesquisadores, produtores rurais, industriais e executivos. O centro de sua análise está no estudo e pesquisa dos Sistemas Agroindustriais e das organizações que interagem neste ambiente, tendo como vertentes conceituais a organização industrial, a economia de custos de transações entre atores do sistema e o ambiente institucional dos negócios. Com base nestes marcos conceituais, o PENSA desenvolve ações em três áreas de atuação: Educação continuada, pesquisas e projetos aplicados.

Após três anos da fundação do PENSA, surge em 10 de março de 1993, a ABAG, tendo como principal meta conseguir o equilíbrio nas cadeias de produção do agronegócio, ressaltando sua relevância para o crescimento do Brasil. Na visão de seu fundador, Ney Bittencourt de Araújo, esta nova Instituição do agronegócio poderia contribuir para a solução do que ele considerava os quatro grandes problemas do país: integração do agronegócio à economia internacional, respeito ao meio ambiente, erradicação das desigualdades de renda e extinção dos bolsões de miséria. A ABAG, desde então, tem atuado junto a governos, iniciativa privada, entidades de classe e universidades, para destacar a relevância da gestão e do gerenciamento do complexo agroindustrial e pressionado para a adoção de medidas que o fortaleçam. (RAMOS, 2007, p. 43).

Desta forma, a década de 1990 viu surgir duas Instituições importantes para a consolidação do agronegócio no Brasil, uma Instituição em nível de excelência voltada para o ensino e para a pesquisa, e, paralelamente, a constituição de uma entidade representativa dos interesses

do agronegócio. Estavam postas, portanto, no plano das instituições, as bases necessárias, em termos de pesquisa e representação política, para a expansão e consolidação do *agribusiness* no país.

Contudo, no plano das mudanças na base técnica produtiva, no Brasil, elas precederam a constituição dessas entidades do agronegócio, pois, já vinham se processando desde a década de 1950, quando a agricultura inicia a adoção de um novo padrão tecnológico para seu sistema produtivo, calcado na importação de instrumentos de produção industriais. Posteriormente, no final desta década, dá-se, no território nacional, a instalação dos setores de bens de produção industriais e de insumos básicos destinados à agricultura. Além dos estímulos financeiros do Estado, há a utilização desses novos instrumentos no processo produtivo rural. (DELGADO, 1985, p.34).

Assim, as mudanças na agricultura brasileira continuaram, agora, nas relações agricultura e indústria, com integração e fusão de capitais de diferentes setores. Mas, o processo de modernização da agricultura brasileira só assumirá um ritmo mais dinâmico e abrangente, nas décadas de 1960 e 1970. Essas transformações do rural brasileiro fazem com que, a partir da década de 1970, ela passe a ser analisada a partir dos complexos agroindustriais. Até então, os termos agricultura e agropecuária eram utilizados indistintamente, como sinônimos, no ambiente acadêmico. (DELGADO, 1985, p.34).

Neste cenário, impulsionado pelas políticas de crédito do governo, o qual direcionou fartos recursos financeiros ao setor agropecuário, privilegiando as culturas de exportação, o agronegócio se expandiu e se consolidou econômica e politicamente. Inicialmente, eram utilizados pelos analistas de economia, pesquisadores, profissionais especializados, indistintamente os termos sistema agroindustrial, sistema agroalimentar, rede, cadeia, complexos agroindustriais. No entanto, o termo agronegócio predominou e predomina nos meios de comunicação,

nos ambientes acadêmicos, empresariais e políticos. Desta forma, a concepção de agronegócio e a repercussão na imprensa de notícias informando sobre recordes de produção, produtividade e volume de exportação da agropecuária transmitem a ideia de que o agronegócio é um super setor, fonte principal de geração de riqueza para o país, vetor da modernidade e do progresso rural.

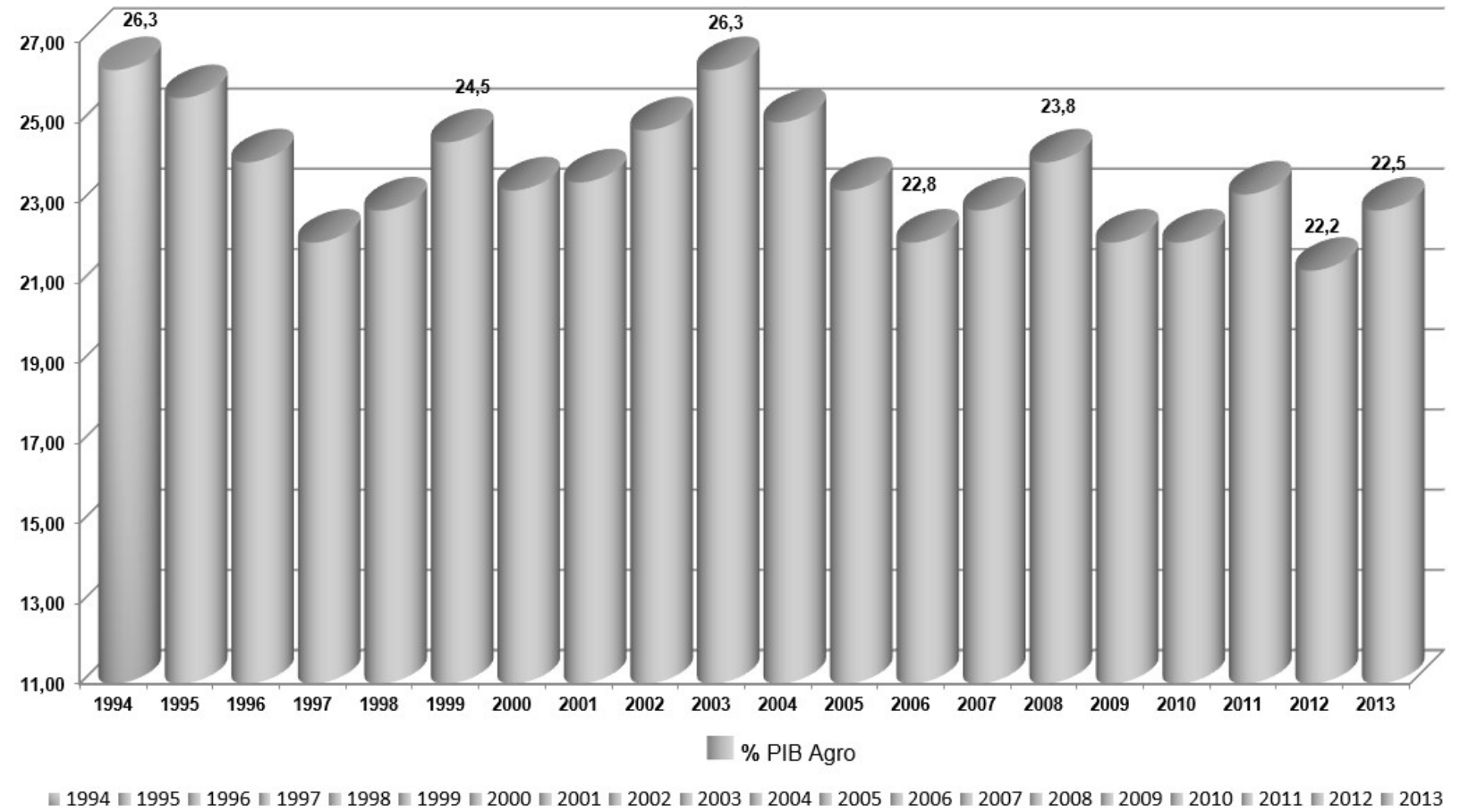
No que se refere à quantificação da dimensão do agronegócio na economia nacional, o cálculo do PIB do agronegócio é realizado pela metodologia do valor adicionado, a preços de mercado, mensurando-se os impostos indiretos líquidos, ou seja, descontando-se os subsídios. No cômputo do PIB do agronegócio, considera-se o crescimento da quantidade produzida e os respectivos preços deflacionados. (BRASIL, 2014, p. 2).

A metodologia, para o cálculo do PIB do agronegócio do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), computa os seguintes segmentos:

- a. insumos produzidos para a agropecuária;
- b. produção agropecuária primária;
- c. agroindústria; e
- d. distribuição. (BRASIL, 2014, p. 2).

A Figura 5 apresenta a evolução do PIB agropecuário brasileiro de 1994 a 2013. Mostra o desempenho do setor em termos de renda constante. Nos anos de 1994 e 2003, o PIB do agronegócio alcançou sua maior participação percentual no PIB do Brasil, com 26,3%, contrastando com o ano de 2012, que teve a menor participação, nessa série histórica, 22,2%.

Figura 5 – Evolução do PIB do agronegócio no PIB Brasil – 1994 / 2013



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de CEPEA e IBGE.

Em 1994, com a adoção do Plano Real e a desindexação da economia, o processo de elevação dos preços fica controlado, reduzindo-se a inflação. O governo adota, também, uma política cambial de desvalorização do real, o que estimulou as exportações brasileiras, incluindo os produtos do agronegócio.

Em 2003, o agronegócio teve um desempenho significativo no saldo positivo da balança comercial brasileira. Esta performance decorreu, não apenas do câmbio desvalorizado, mas do aumento da demanda externa pelos produtos da agropecuária nacional.

Para o ano de 2012 os fatores climáticos adversos contribuíram para essa redução da participação do PIB do agronegócio. As lavouras de milho e soja, principalmente, foram as mais impactadas nas regiões Sul, Sudoeste do Mato Grosso e parte da Sudeste.

O AGRONEGÓCIO NO NORDESTE

A região Nordeste, segundo o último censo de 2010 do IBGE, possui uma população de 53.081.950 habitantes, o que representa 27,83% da população do Brasil. Em uma década, de 2000 a 2010, a população nordestina cresceu 11,19%, crescimento um pouco inferior à média nacional que, neste mesmo período, aumentou 12,34%. Em termos de exportações, o Nordeste, entre 2000 e 2010, teve um crescimento superior ao nacional. Enquanto o volume das exportações brasileiras apresentou um crescimento relativo de 266,3% de 2000 a 2010, as exportações nordestinas tiveram um incremento de 294,1%, portanto, superior em 27,8 pontos percentuais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

O agronegócio, a partir da década de 1980, começa a ocupar e a se expandir neste território com a moderna agropecuária. Estas novas

áreas de reestruturação produtiva são ocupadas seletiva e pontualmente, privilegiando atividades e espaços que proporcionassem, de forma contínua, maiores taxas de lucratividade no segmento. Pois, faz parte da natureza do capital a sua expansão para novos territórios. Esta disseminação geográfica provoca desdobramentos espaciais, sociais, ambientais e econômicos, entre outros. Este modelo de reprodução ampliada do capital, nesta região, a insere no processo econômico internacional.

No campo da disseminação das ideias, no discurso oficial, o agronegócio surge na região como símbolo da ruptura com o atraso, representado pela agricultura de subsistência. Assim, o agronegócio aparece no Nordeste como a modernidade da sua agricultura que promoverá a redenção econômica regional, gerando empregos no campo e divisas com as exportações agrícolas. Como resultado desta territorialização do capital, emerge na agropecuária nordestina, até então sem significativas transformações, novos espaços ocupados pelo agronegócio internacionalizado.

O Quadro 5 sintetiza os novos espaços de produção do agronegócio na região nordestina. Estes polos, em sua maioria, surgem amparados em financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Paralelamente, o governo implanta uma política de gestão de bacias hidrográficas, com o objetivo de disponibilizar uma adequada oferta de água para suprir os novos investimentos agropecuários. Insere-se nesta perspectiva o projeto, já em implantação, de transposição do rio São Francisco para canalizar recursos hídricos aos Estados semiáridos nordestinos. Desta forma, o principal entrave ao desenvolvimento da agropecuária no Nordeste, o acesso a água, estaria solucionado.

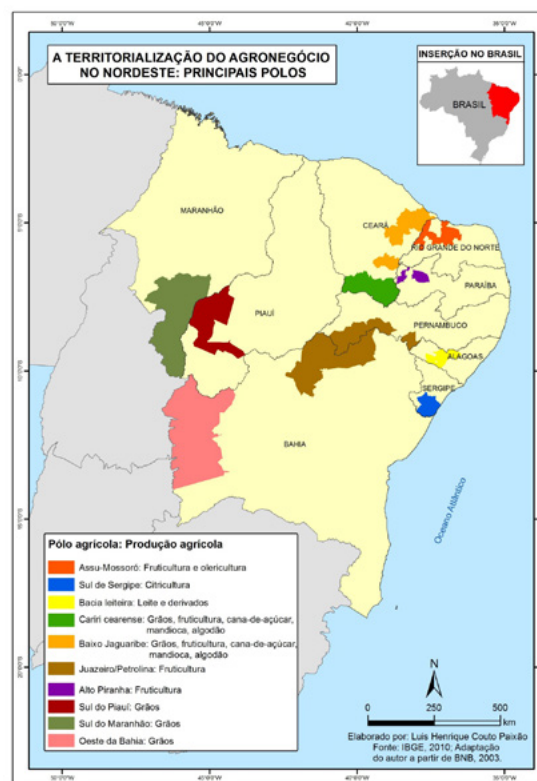
Quadro 5 – A territorialização do agronegócio no Nordeste: principais polos

Pólo agrícola	Produção agrícola	Estado
Oeste da Bahia	Grãos	Bahia
Sul do Maranhão	Grãos	Maranhão
Sul do Piauí	Grãos	Piauí

Alto Piranhas	Fruticultura e olericultura	Paraíba
Juazeiro/Petrolina	Fruticultura	Bahia e Pernambuco
Baixo e médio Jaguaribe	Grãos, fruticultura, cana-de-açúcar, mandioca, algodão	Ceará
Cariri cearense	Grãos, fruticultura, cana-de-açúcar, mandioca, algodão	Ceará
Bacia leiteira	Leite e derivados	Alagoas
Pólo agrícola	Produção agrícola	Estado
Sul de Sergipe	Citricultura	Sergipe
Assu-Mossoró	Fruticultura e olericultura	Rio Grande do Norte

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de BNB (2014).

Figura 6 - A territorialização do agronegócio



Fonte: Adaptado pelo autor com dados extraídos de BNB (2003).

Estes novos arranjos de produção agrícola do agronegócio no Nordeste diferenciam-se entre si em três, de acordo com o predomínio do produto agrícola. Na microrregião de Mossoró (RN), Vale do Açu (RN) e Baixo Jaguaribe (CE) a produção agrícola dominante é a fruticultura tropical. Uma segunda microrregião compreende Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) com a produção frutícola intensiva. E a terceira microrregião destaca-se pela produção de soja, abrangendo Barreiras (BA), Alto Parnaíba Piauiense (PI) e Gerais de Balsas (MA). (ELIAS, 2011, p. 157).

Estes novos espaços não são autônomos, isolados em si mesmos, mas interagem com a economia do mundo, seja na implementação de novas tecnologias, seja na complementação do processo produtivo comandado pela soja, ou seja, na acumulação ampliada do capital associado ao agronegócio. Estabelece, portanto, suas próprias necessidades em termos de serviços, insumos agroquímicos, mão-de-obra capital, maquinário etc.

No entanto, esses novos territórios produtivos apresentam características distintas. Nos espaços agrícolas em que predominam a produção e transformação da soja, o crescimento do mercado de trabalho formal é menor, se comparado aos territórios da produção de frutas, pois, no caso da sojicultura, o processo de produção é quase todo mecanizado. Já a fruticultura tem uma demanda maior de força de trabalho, principalmente, em algumas fases do processo produtivo.

Ao analisar o agronegócio no Nordeste brasileiro, algumas características evidenciam-se. Uma delas é a preponderância das culturas destinadas às exportações, o que estabelece relações econômicas importantes com o mercado internacional. A soja produzida no Oeste da Bahia, no Sul do Maranhão e Sul do Piauí é escoada, em grande parte, para o mercado externo. Assim, esses novos lugares são incorporados aos circuitos de produção internacionalizados, por meio de empresas nacionais e internacionais de grande porte econômico.

No que diz respeito à expansão contínua do agronegócio, o fator terra não constitui um entrave a esse crescimento. Como se observa na Tabela 1, há, ainda, um grande potencial de áreas disponíveis para a expansão do agronegócio, em todo território nacional. Ao contrário do que ocorre com grandes potências agrícolas mundiais, como os Estados Unidos e a China, a produção agropecuária do Brasil, ainda, tem um espaço considerável para se expandir. A área disponível para a agricultura brasileira supera a de diversos países importantes na produção agrícola mundial.

Tabela 1 – O diferencial do Brasil: a disponibilidade de terra

País	Área ocupada pela agricultura (Em milhões de ha)	Área disponível para a agricultura (Em milhões de ha)
Brasil	66	394
EUA	188	269
Federação Russa	132	220
União européia	116	176
Índia	169	-
China	96	138
Canadá	45	76
Argentina	27	71

Fonte: Salomão e Seibel (2005).

No processo de expansão do agronegócio, Denise Elias (2011, p.160) identifica diversas cidades, em várias partes do território nacional, cuja criação, existência, crescimento econômico e urbanização crescente decorreram, diretamente, da expansão do agronegócio em seu território. Estão neste caso, cidades como Açu (RN), Balsas (MA), Luis Eduardo Magalhães (BA), Uruçuí (PI), Dourados (MS), Juazeiro (BA), Limoeiro do Norte (CE), Luis Eduardo Magalhães (BA), Lucas do Rio verde (MT), Petrolina (PE), Primavera do Leste (MT), Rio Verde (GO), Sorriso (MT), entre outras.

Nestes novos arranjos produtivos, surgem as cidades do agronegócio, espaços urbanos voltados à gestão local e regional do agronegócio mundializado. Desta forma, na cidade do agronegócio, há hegemonia no atendimento das demandas do agronegócio globalizado em relação às demais demandas, ou seja, a economia urbana depende de algum produto agrícola ou de seu beneficiamento industrial. (ELIAS, 2011, p. 162).

A expansão da soja nos cerrados do Nordeste está ocasionando transformações econômicas nestas áreas da região. O Quadro 6, a seguir, mostra a relevância que a produção de soja assumiu em diversos municípios nordestinos. Segundo dados do IBGE, por meio da Produção Agrícola Municipal, em 2010, 97,05% da produção de soja no Nordeste estava concentrada em 03 Estados: a Bahia que respondia por 56,9% da produção de soja regional, o Maranhão por 24,2% e o Piauí por 15,95. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

Quadro 6 - Os quinze municípios do Nordeste com maior produção de soja em 2010

Estado	Município	Produção de soja (t)
Bahia	Formosa do Rio Preto	889.958
Bahia	São Desidério	738.990
Bahia	Luis Eduardo Magalhães	400.554
Estado	Município	Produção de soja (t)
Maranhão	Balsas	376.524
Bahia	Barreiras	352.206
Bahia	Correntina	309.060
Maranhão	Tasso Fragoso	265.878
Piauí	Uruçuí	237.977
Piauí	Baixa Grande do Ribeiro	201.385
Bahia	Riachão das Neves	196.434
Bahia	Jaborandi	153.000
Maranhão	Sambaíba	111.332

Piauí	Ribeiro Gonçalves	101.619
Maranhão	Riachão	89.540
Maranhão	Alto Parnaíba	82.413

Fonte: Lima, Monte e Militão (2012, p.44).

O Quadro 6 apresenta os maiores municípios produtores de soja, distribuídos por estes 3 Estados nordestinos. Entre esses municípios maiores produtores da oleaginosa, destacam-se Formosa do Rio Preto, São Desidério, Luis Eduardo Magalhães e Barreiras, situados no Oeste baiano e Balsas na região Sul do Maranhão. Estes municípios em conjunto responderam por 61,20% da produção de soja em 2010, no Nordeste. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

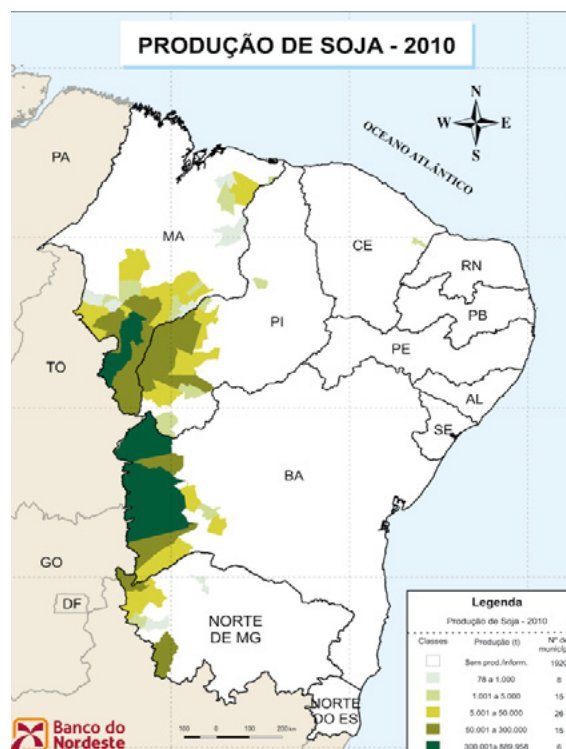
Portanto, esta reestruturação produtiva do agronegócio na região nordestina, com a inserção e expansão da agricultura em bases científicas, a exemplo do que ocorreu em outras regiões, manteve seu caráter seletivo. Esta seletividade se realizou em termos de espaços regionais, na região Nordeste materializando-se nos cerrados e vales úmidos; e em termos inter-regionais, no caso do Oeste baiano, direcionou-se, inicialmente, a determinadas áreas como os municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério.

Paralelamente, privilegiou macro espaços territoriais que proporcionassem com rapidez a reprodução ampliada do capital, bem como, segmentos sociais e econômicos. Neste sentido, vários espaços na região Nordeste foram inseridos na moderna produção agrícola nas últimas décadas. O semiárido e os cerrados nordestinos, antes tratados como “exército de lugares de reserva” transformam-se em atrativos para o agronegócio, principalmente os vales úmidos com a fruticultura (Açu, Jaguaribe, São Francisco) e os cerrados com os grãos (Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí). (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 4).

Na Figura 7, a seguir, visualiza-se a territorialização da sojicultura no Nordeste brasileiro, inclusive, no Norte de Minas Gerais. Esta

expansão territorial da soja para o Nordeste provocou, também, a desconcentração regional das atividades relacionadas com a produção de óleo e farelo de soja. As unidades de esmagamento, antes concentradas na região Sul do país, deslocam-se para as regiões Centro-Oeste e Nordeste, refletindo no aumento da capacidade de processamento dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Piauí e Bahia. Ao mesmo tempo, o arranjo produtivo estimulou e consolidou, nestes territórios, a avicultura e a suinocultura. (WESZ JUNIOR, 2011, p.60).

Figura 7 – Distribuição da produção de soja no Nordeste, inclusive Norte de Minas Gerais em 2010



Fonte: BNB/ETENE/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados do IBGE (2011).

Pode-se assinalar, assim, que caminharam, passo a passo, a modernização e a conservação da agricultura tradicional nordestina, mesmo porque elas não se excluem, apesar de cada uma possuir uma dinâmica própria. Neste contexto, as políticas governamentais foram direcionadas para estes novos espaços seletivos, dotando-os das condições necessárias para torná-los territórios modernizados, efetivamente produtivos. (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 4).

O AGRONEGÓCIO NOS CERRADOS DO OESTE DA BAHIA

O Oeste baiano é a maior região do Estado da Bahia e a maior parte do seu território está situado no bioma cerrado, que tem sofrido as consequências do avanço da modernização da agricultura neste espaço geográfico. A expansão da modernização da agricultura de grãos nos cerrados do Oeste da Bahia se iniciou em meados da década de 1970. No entanto, o marco que a consolidará está no ano de 1985, quando o PRODECER II alcança esta região baiana.

Nas últimas três décadas, o crescimento do agronegócio resultou em uma maior competitividade regional. Nesse contexto, municípios como Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério apresentaram, desde o começo do processo, resultados relevantes de produção, produtividade e atraíram diversos e significativos estabelecimentos associados à cadeia produtiva da moderna agricultura em bases empresariais.

No entanto, para esse novo arranjo produtivo e espacial, contribuíram três características regionais: amplas áreas disponíveis para ocupação; terras planas que facilitavam a mecanização; e solos potencialmente produtivos, desde que corrigidos com diferentes combinações de adubos, calcários e fertilizantes. (ILARIO, 2011, p. 36).

Paralelos aos impulsos atrativos da região, acima assinalados, Clayton Gomes Ilario (2011), pontua três eventos significativos para o novo cenário produtivo e espacial da região:

- a. a instalação de projetos de colonização e irrigação nos municípios da região;
- b. as pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA; e
- c. os investimentos em uma infraestrutura de circulação. (ILARIO, 2011, p. 18).

Assim, observa-se que as características regionais conjugadas com as políticas estatais foram essenciais para o avanço do agronegócio no Oeste da Bahia. Neste sentido, as diversas políticas que foram direcionadas a esta região injetaram volumes financeiros significativos que, sem dúvida, foram determinantes para a estruturação e consolidação do novo cenário econômico regional. E esta canalização de investimentos, com o conseqüente aporte financeiro, continua na atualidade. A construção da FIOL, só na sua parte no território baiano demandará inversões que somam 4,6 bilhões de reais, para um custo total estimado em 6 bilhões.

A região Oeste da Bahia, embora se destaque pelo seu dinamismo agrícola com elevados índices de produção e produtividade, apresenta duas morfologias geográficas distintas: os cerrados e os vales.

Os cerrados ou gerais, como costumam chamar os locais, foi onde se deu a reestruturação produtiva da agricultura em bases modernas e intensiva em capital. Caracterizado por chapadões planos, que facilitam a mecanização agrícola, foi no espaço desse bioma que o agronegócio avançou e se consolidou no Oeste baiano. Este ambiente agrário caracteriza-se pela grande propriedade capitalizada, produção de *commodities*, associações setoriais do agronegócio fortes, sistema produtivo intensivo em mecanização e emprego de tecnologias, facilidades creditícias de financiamentos e alta rentabilidade.

As áreas dos vales situadas às margens do rio Grande, por sua vez, apresentam relevos variados com depressões e saliências. Predomina a pequena produção de subsistência de arroz, feijão, mandioca, milho e a pecuária com o excedente produtivo destinado ao mercado local, sistema produtivo pouco mecanizado e com baixo nível tecnológico, dificuldades creditícias para financiamentos e baixa rentabilidade.¹

A nova dinâmica produtiva da agricultura dos cerrados do Oeste da Bahia tem levado a região a se destacar no cenário agrícola nacional, como uma das principais regiões, em termos de produção e produtividade, de culturas como algodão, milho e soja. Esta parte do território baiano adquire uma importância econômica relevante, pois a produção de bens agrícolas destinados ao mercado exterior, como é o caso dos cerrados do Oeste baiano, proporciona a geração de significativo volume de divisas para a balança comercial do país. (ILARIO, 2011, p. 7).

A expansão do agronegócio, nesta região, tem atraído investimentos de grandes empresas nacionais e internacionais. Esse aporte de inversões de capitais financeiros tem destinos variados, vão do processamento de bens “in natura” à geração de energia, por meio da biomassa. Paralelamente, a região tem despertado o interesse de instituições bancárias estrangeiras que disponibilizam financiamento a produtores de dentro da porteira. Os agricultores são selecionados pela própria Instituição bancária que põe à sua disposição maior acesso a crédito aos agricultores de menor risco. Portanto, o Oeste da Bahia se insere neste novo contexto de heterogeneidade do rural nordestino, onde convivem, lado a lado, áreas rurais com agriculturas modernas e áreas com agriculturas tradicionais. São, também, as áreas de modernização agrícola nordestina, as que sofrem, com mais intensidade, as pressões sociais e ambientais decorrentes desse modelo de agricultura.

1 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

A REDE DE INTERESSE DO AGRONEGÓCIO

As transformações por que passou a agricultura brasileira, nas últimas décadas, entre as quais as mudanças na forma de produzir por meio da mecanização das atividades agrícolas, do melhoramento genético, da incorporação de sementes selecionadas e de fertilizantes, ampliaram, consideravelmente, seu processo de industrialização e de integração de capitais, emergindo os complexos agroindustriais. A Figura 8 mostra a configuração de uma rede de interesse territorial. As relações de trabalho, a organização da produção, a matriz técnica decorrem, preponderantemente, de decisões políticas dos variados atores envolvidos no processo, em escalas diferentes, que constroem e reconfiguram o espaço. Desta forma, o espaço agroindustrial reflete os conflitos na sociedade e se materializam com seus fixos (rodovias, ferrovias, banco, portos etc.). (SILVA; NASCIMENTO, 2010, p.23).

Esta nova configuração do território agroindustrial, com fluxos interdependentes de produção e de tecnologia, por sua vez, tende a estimular a constituição de alianças políticas. A dependência que ocorre em torno dos recursos de poder, ou melhor, do Estado em torno da cadeia de produção, expandem-se na formação de redes políticas.

A constituição dessa rede política regional exercerá um grande papel no processo de transformações que se constituiu nos cerrados do Oeste da Bahia. Na agropecuária modernizada e globalizada, a produção rural, principalmente a agricultura, é coordenada a partir da associação dos capitais industrial e financeiro das corporações, bancos e *tradings* direcionados ao agronegócio. Nesta dinâmica, se consolida, no novo território, o domínio do capital industrial, materializado em máquinas, implementos agrícolas, insumos etc, em articulação com o capital financeiro via políticas de crédito, em uma lógica dual que lhe garante o domínio do território nas esferas mercantil e financeira em nível nacional e mundial e, paralelamente, a exclusão dos produtores descapitalizados e a concentração de renda.

Figura 8 – Rede de interesse territorial



Fonte: Elaborada pelo autor.

Nesta dinâmica regional do agronegócio, os principais participantes da movimentação econômica regional do agronegócio, nos cerrados do Oeste da Bahia, conforme pesquisa de campo deste pesquisador através de entrevistas com diversos agentes, são:

- a. produtores de insumos agroquímicos;
- b. produtores de soja;
- c. produtores de sementes;
- d. indústria esmagadora;
- e. instituições de inovação tecnológica;
- f. cooperativas;
- g. sindicatos; e
- h. associações.

Os produtores de insumos agroquímicos – Indústria de agroquímicos: compreende os produtores de fertilizantes, fabricantes de máquinas, de implementos agrícolas, defensivos e sementes, entre outros similares.

Na região Oeste da Bahia, no município de Luis Eduardo Magalhães, destacam-se a Bunge Fertilizantes e a Galvani Fertilizantes da Bahia.

Os produtores de grãos – Os principais grãos produzidos, na região Oeste da Bahia, são a soja e o milho. A produção de soja, nesta região, na safra 2010/2011, alcançou 3.696.000 toneladas de grãos, representando um incremento de 12,92%, em relação à safra 2009/2010.

A soja produzida no Estado é quase toda processada pelas agroindústrias situadas na região Oeste, particularmente, nos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães. Desta forma, agrega-se valor ao produto, na própria região produtiva. (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES IRRIGANTES DA BAHIA, 2014a).

O milho produzido, também, nesta região, atingiu, na safra 2010/2011, a marca de 1.496.340 toneladas, o que significou um crescimento de 1,17% em comparação com a safra 2009/2010. Essa produção de milho é direcionada para a região Nordeste, principalmente, para os Estados de Pernambuco e Ceará, que possuem significativa avicultura, mas são deficitários na produção deste grão.

Os produtores de sementes – A região Oeste se destaca na produção de sementes. Na safra 2012/2013, 100 mil hectares foram utilizados na produção de sementes de soja, 8 mil hectares dedicados à produção de sementes de milho, além disso, 30 mil hectares foram direcionados às sementes de forrageira brachiária. As sementes de soja e de milho atendem ao mercado regional e aos Estados de Tocantins, Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso. Já as forrageiras brachiária são direcionadas ao mercado latino-americano. (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES IRRIGANTES DA BAHIA, 2012/2013).

As indústrias esmagadoras, refinadoras e de derivados de óleo – No município de Barreiras está instalada a Cargill Agrícola S/A, onde se concentra a maioria das suas atividades econômicas, que compreendem a produção de farelo de soja a granel, a produção de óleos vegetais

brutos: óleos de soja degomado a granel e óleo de soja refinado enlatado a granel. Tem capacidade de esmagamento de 500 mil toneladas/ano de soja. Outra grande empresa esmagadora de soja, na região, é a Bunge Alimentos S/A Divisão Ceval, que centraliza suas atividades econômicas no município de Luis Eduardo Magalhães, onde está instalada grande parte de seus armazéns, como também duas plantas industriais. Tem capacidade de esmagamento de 1,15 milhão de toneladas/ano de soja. No município de São Desidério, localiza-se a Agrícola Xingu que tem como atividade econômica a preparação e fiação das fibras do algodão.²

As instituições de inovação tecnologia – A principal entidade de inovação tecnológica e pesquisa é a fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (Fundação Bahia). Criada em 1997 que mantém parceria com o Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia (CPTO), em Luis Eduardo Magalhães. Este Centro, devido à sua estrutura, permite a efetivação de diversos trabalhos de interesse do agronegócio, em termos de produtividade e qualidade das culturas agrícolas da região.

A Fundação possui em desenvolvimento, diversos projetos de pesquisa agrícola e de transferência de tecnologias como melhora-mento genético, em parceria com a EMBRAPA Cerrados e a EMBRAPA Algodão, manejo e rotação de culturas, ensaio de Mofo em algodão, milho e soja, manejo de cultura e irrigação do café, entre outros. A Fundação Bahia também sedia eventos importantes para a transferência de tecnologias, como o Dia de campo do algodão, a Passarela da Soja e do Milho, *Workshop* dos resultados das pesquisas. Sua estrutura física e áreas demonstrativas servem para treinamento e aperfeiçoamento de profissionais relacionados à área agrícola e estudantes de escolas técnicas, como também, para a realização de seminários e palestras para a difusão dos trabalhos realizados por esta entidade.³

2 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

3 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

As entidades setoriais, como sindicatos associações e cooperativas, desempenham papel importante na articulação dos interesses de seus representados. Elas formam uma rede de parcerias com entidades privadas e, também públicas, em nível municipal, estadual e federal. Localizam-se, principalmente, nos municípios de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério.⁴

Além das associações e entidades setoriais que atuam no Oeste da Bahia, há outros atores importantes que fazem parte da cadeia produtiva do agronegócio, entre os quais os originadores, os distribuidores e os consumidores finais.

Originadores – Compreendem aquelas empresas que atuam na coordenação do fornecimento de matérias-primas. São cooperativas, *tradings* corretoras, armazenadores que estão ligados diretamente aos produtores na compra, estocagem e distribuição do produto. Neste processo, as *Tradings* exercem uma função essencial, na medida em que fazem a coordenação da transferência física e a distribuição das mercadorias, tanto em nível nacional, como internacional. Realiza, pois, transações com produtores e/ou cooperativas para a aquisição de matérias-primas e as vendas para o mercado, como também, prestação de serviços às indústrias esmagadoras e cooperativas, nas vendas para o exterior. Por sua vez, armazenadores e corretoras exercem atividades, preponderantemente, de prestação de serviços às indústrias esmagadoras, formando lotes de matérias-primas agrícolas para a comercialização.

Os distribuidores – Formados pelos setores atacadistas e varejistas promovem o contato entre a indústria de esmagamento e de derivados de soja e, de outro lado, os consumidores finais, recebendo, ainda, indiretamente, outros produtos derivados de soja.

Os consumidores finais – Compreendem os compradores das indústrias nas vendas para o exterior das *tradings*, as indústrias de processamento e os consumidores do mercado interno, de óleos e carnes.

4 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

Entre as Entidades setoriais do agronegócio regional está a AIBA principal entidade representativa do agronegócio do Oeste da Bahia. Fundada em 1990, com a participação inicial de 16 sócios-fundadores e sediada no município de Barreiras, nasceu da necessidade que os agricultores irrigantes sentiam de ter uma instituição para representá-los. Esta entidade representativa do agronegócio regional, ao longo dos seus 24 anos de existência, construiu uma sólida reputação na defesa intransigente dos interesses do agronegócio do cerrado do Oeste baiano. O poder de representatividade da AIBA acompanhou o crescimento econômico do agronegócio da região.

Esta associação não se restringe, apenas, a disponibilizar o suporte necessário de pesquisa e tecnologia aos seus associados. Procura se inserir na formulação das diversas políticas governamentais para a agricultura, viabilizando ações e convênios diversos que venham a beneficiar, de forma direta ou indireta, o setor de produção de seus associados.

As ações efetivadas pela AIBA se caracterizam por sua abrangência, cujo objetivo é dar o suporte necessário aos seus associados e, ao mesmo tempo, efetivar a conexão institucional e produtiva do agronegócio. Na atualidade, a área de abrangência, como o seu quadro social, continuam a crescer. Possui mais de 1.300 associados, representa 95% da força produtiva em 2,25 milhões de hectares cultivados. (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES IRRIGANTES DA BAHIA, 2014b).

Assim, o novo padrão de atuação dessas instituições representativas do agronegócio reflete as mudanças que ocorreram no modelo de representação dos interesses do grande empresariado rural, que passam a atuar no plano setorial e regional (municipal, estadual e nacional). (IGLECIAS, 2007, p. 79).

Essas instituições atuam coordenadamente na articulação de estratégias políticas e econômicas para atender aos interesses do agronegócio. Nesta dinâmica, o Estado se constitui em um espaço privilegiado para a materialização das diversas ações direcionadas a este segmento

rural, através das políticas públicas que se incorporam às estratégias das diversas entidades atuantes e vinculadas ao agronegócio:

- a. políticas de reordenamento territorial;
- b. políticas das relações de trabalho;
- c. política ambientais;
- d. política de crédito e financiamento e seus condicionantes financeiros, tecnológicos e institucionais; e
- e. políticas de infraestrutura. (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 166).

Ainda, em relação, às políticas públicas, como se observou, elas deixaram de se ater comumente às demandas por mais crédito, para incorporarem outras reivindicações mais amplas, como subsídios à comercialização de produtos do agronegócio, incentivos fiscais estaduais e municipais, neste último caso como ocorreu em Luis Eduardo Magalhães, com a estruturação do distrito (agro)industrial, causando, neste município, um reordenamento espacial dos setores produtivos (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 166).

O AVANÇO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO

No final da década de 1990, o Brasil passa por uma crise cambial que faz o governante da época, Fernando Henrique Cardoso (FHC), reorientar sua política econômica externa, com vistas a gerar superávits de divisas. Esta reorganização da política externa brasileira terá efeitos na estrutura da economia do agronegócio, com a expansão

das exportações de *commodities*. O resultado imediato dessa reestruturação é, que no período de 1999 a 2012, o Brasil quintuplica sua receita de exportação em dólares, saindo de um patamar de 50 bilhões para 250 bilhões. Nesta nova pauta exportadora, os produtos primários básicos e semielaborados ganham relevância, enquanto os produtos manufaturados vão perdendo importância.

Neste contexto de política neoliberal hegemônica em nível mundial e, também, seguida pelo governo de FHC, a economia do agronegócio encontrou campo fértil para se expandir. Essa nova estratégia econômica e política redirecionou a atuação do Estado brasileiro em relação a vários setores da economia. Assim, foram efetivadas diversas medidas que beneficiaram o agronegócio:

- a. priorização do programa de investimentos em infraestrutura territorial, constando “eixos de desenvolvimento” para a criação de economias externas, incorporando novos territórios, sistemas de transportes e corredores comerciais destinados ao agronegócio;
- b. direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária para atuar em sintonia com as empresas multinacionais do agronegócio;
- c. mudança na política de câmbio, eliminando a sobrevalorização do real, de modo a tornar o agronegócio competitivo no comércio internacional;
- d. regulação maleável do mercado de terras, não contemplando o controle público das “terras devolutas”, das que não cumpriam a função social e daquelas declaradas produtivas. (DELGADO, 2005, p. 67).

Neste processo de acumulação de capital, forja-se a nova dinâmica do capitalismo no campo, que irá criar toda uma estrutura adequada ao seu crescimento e estabilização.

Para consolidação dessa nova dinâmica, a sustentação política foi fundamental. Segundo Nelson Giordano Delgado (2013, p. 64), a organização da estrutura ideológica da economia do Agronegócio se concretizou por meio de:

- a. uma ativa bancada ruralista no Congresso Nacional (Frente Parlamentar da Agropecuária);
- b. meios de comunicação (imprensa, rádio, TVs nacionais e locais) alinhados com as ideias e os interesses do agronegócio;
- c. forte influência nos círculos acadêmicos;
- d. associação de Agrobusiness ativa para ideologizar, favoravelmente, o agronegócio na percepção popular;
- e. desempenho passivo de Instituições de regulação fundiária como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- f. captação da burocracia do SNCR, responsável pela expansão do crédito público produtivo e comercial;
- g. ações específicas com Instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para elevar e centralizar capitais destinados às cadeias do agronegócio.

Nesse novo cenário do agrário nacional, emerge a face política do agronegócio, nas três esferas de poder. Assim, nos últimos anos, principalmente, a partir dos anos de 1990, o parlamento brasileiro perpetrou diversas mudanças importantes na legislação, para dar a base jurídica necessária à penetração das políticas neoliberais na agricultura nacional, entre as quais se encontram a legislação sobre o seguro rural, a produção, o cultivo e a comercialização de organismos geneticamente modificados, Lei de Sementes e Mudas, Lei de cultivares, novo código florestal, além das renegociações sucessivas das dívidas rurais.

Nesse ambiente do poder legislativo, há forte atuação e pressão das entidades que representam as classes sociais rurais, no sentido de se obter uma legislação favorável ao agronegócio. Destaca-se, neste contexto, a atuação da bancada ruralista, ou melhor, da Frente Parlamentar Agropecuária. Em termos formais, apenas as agremiações partidárias representadas no Congresso Nacional têm a prerrogativa de formar bancadas, que são representações numéricas dos parlamentares eleitos por cada partido. Elas permitem, ainda, a participação partidária nas instâncias decisórias e a intervenção e influência na produção legislativa. (INTINI; FERNANDES, 2013, p. 87).

Os diversos grupos de pressão que representam interesses conjunturais ou permanentes podem se constituir, institucionalmente, em Frentes Parlamentares. As Frentes Parlamentares são associações suprapartidárias compostas de, pelo menos, um terço de membros do legislativo federal, com a finalidade de aprimorar a legislação federal que trata de determinado segmento da sociedade ou de tema considerado relevante. É nesta estrutura do poder legislativo federal que se dá a articulação política do agronegócio, com a formação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Segundo informações disponibilizadas pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, assinalam João Marcelo Intini e Uelton Francisco Fernandes (2013, p. 88), a Frente Parlamentar da Agropecuária tem como participantes 161 deputados e 11 senadores, na atual legislatura 2011-2014, número que pode ultrapassar os 200 parlamentares, caso se incluam outros critérios, como as votações no plenário e a defesa dos interesses do agronegócio, nas diversas comissões legislativas. Além disso, na defesa da propriedade privada e da expansão do capitalismo, o movimento parlamentar ruralista é expandido com a incorporação dos setores empresariais industriais. Desta forma, o que se observa é a perpetuação e o fortalecimento da representação ruralista no parlamento brasileiro, evidenciado pelo êxito dos seus membros nas urnas, com uma taxa de reeleição de 79%, como ocorreu em 2010,

e com a ampliação do número de votos em relação à eleição anterior. Desse conjunto de parlamentares que participam da FPA, emerge um núcleo, com aproximadamente 20 participantes, bastante atuante e influente, que é o porta-voz de temas de interesse do agronegócio. A partir desse núcleo, são estabelecidas as diretrizes políticas para os demais membros da FPA e das Instituições representativas do setor, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Dessa maneira, do entendimento do grupo operativo com as entidades do setor, definem-se as diretrizes de atuação dos parlamentares ruralistas.

Nessa articulação política, conforme a Figura 9, os parlamentares ruralistas se distribuem nas esferas de poder do legislativo, exercendo atribuições no âmbito de suas respectivas bancadas e orientando as negociações de questões que serão colocadas em pauta no Congresso Nacional.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, a bancada ruralista, representa e expressa os interesses dos grandes proprietários rurais e de setores capitalistas com vínculos econômicos com a agropecuária, ou seja, o agronegócio.

Figura 9 – Articulação política dos ruralistas



Fonte: Elaborada pelo autor com dados extraídos de Intini e Fernandes (2013, p.90).

Neste processo, a bancada ruralista controla diversos espaços de poder: no judiciário, nas representações da sociedade, nas instituições financeiras públicas e no poder executivo. De uma agenda reativa no Congresso Nacional contrária à reforma agrária e às reivindicações sociais dos movimentos rurais passou a uma agenda

proativa de alterações na legislação que favoreçam o avanço e a consolidação do agronegócio brasileiro.

O próximo capítulo discorre as mudanças recentes que se processaram na agricultura dos cerrados da Bahia. Apresenta um quadro geral da área de pesquisa e analisa as transformações que ocorreram na base técnica da agricultura e o processo de territorialização agroindustrial nos cerrados da região Oestina da Bahia, demonstrando como a opção escolhida pelo governo brasileiro para a agricultura, a modernização conservadora, se constituiu, se expandiu e se consolidou.

A large yellow number '4' is positioned in the upper right quadrant of the image. The background shows a combine harvester's chute pouring a stream of soybeans into a field of harvested crops under a cloudy sky.

4

**TRANSFORMAÇÕES
RECENTES NA DINÂMICA
PRODUTIVA DO CERRADO
DO OESTE BAIANO**

Desde o início do seu processo de colonização, a produção agrícola do Brasil era voltada para atender ao mercado externo. A dinâmica produtiva agropecuária, durante todo este período, assentou-se sobre os fatores de produção tradicionais: terra, capital e trabalho. A expansão da produção agrícola dava-se, principalmente, pela incorporação de novas áreas aos cultivos e, de maneira secundária e lentamente, pelos ganhos de produtividade do trabalho no campo.

Contudo, esse processo produtivo agropecuário tradicional iria sofrer profundas alterações na região dos cerrados, a partir da década de 1970, em decorrência, como de costume, de fatores externos. Assim, a crise das economias capitalistas de 1973 estimula diversos países e governos, inclusive o brasileiro, a investirem em programas de pesquisa, com vistas à autossuficiência em proteínas e, ao mesmo tempo, encontrar novas fontes de abastecimento de grãos. É neste cenário que o Brasil, cuja produção de soja já ultrapassara os 4 milhões de toneladas de grãos, torna-se atraente para parcerias. (SCHLESINGER, 2006, p. 14).

Os japoneses foram os primeiros a vislumbrarem esse potencial. E já, em 1973, enviam missões ao Brasil para analisarem a possibilidade de aquisição de soja em grande quantidade. Posteriormente, as conversas evoluíram para a elaboração de convênios e programas destinados à ampliação da área plantada de grãos em território brasileiro, principalmente, soja e milho. Emergem, pois, programas como o PRODECER I, PRODECER II e PRODECER III, entre outros, que iriam alterar, além de outras coisas, a dinâmica espacial das regiões onde foram executados. (ARACRI; AMARAL; LOURENÇO, 2011, p. 3).

Assim, como resultados desse processo de tecnificação da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia, ocorreram profundas transformações nos municípios desta região, adequando-os ao novo tipo de processo produtivo agrícola. A reordenação desse sistema produtivo da agricultura dos cerrados do Oeste da Bahia, a partir da década de 1970, marca o começo de um ciclo de crescimento econômico regional.

Este ciclo de expansão econômica implicará várias transformações nos cerrados do oeste baiano, entre elas, o fluxo migratório proveniente, principalmente, do sul do país, que iria ocupar os cerrados da região, aproveitando as vantagens naturais desse bioma, para implantar uma agricultura moderna e, posteriormente, o estabelecimento de diversas agroindústrias ao longo desse processo. (SANTOS, 2008, p. 72).

No aspecto demográfico, a nova dinâmica produtiva implicou transformações relevantes, tanto em termos de expansão do contingente populacional, como na forma como este se distribuiu neste espaço geográfico. No ano de 1980, a população do Oeste da Bahia era de 336.816 habitantes, enquanto no ano de 2010, o contingente demográfico alcança 579.253 pessoas, ou seja, houve um incremento de 242.437 habitantes ou, em termos relativos, um crescimento de 71,98%. Além disso, houve uma redistribuição da população para o município de Barreiras, cidade que, desde o início, assumiu a centralidade regional dessa nova dinâmica produtiva. Nesta nova configuração Barreiras e, posteriormente, Luis Eduardo Magalhães, tornaram-se cidades essencialmente de populações urbanas, refletindo a crescente incorporação da agropecuária à economia urbana. (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 8).

As transformações alcançariam, ainda, o mercado de trabalho. A modernização da agricultura, ao transformar o sistema técnico de produção regional, imprimiu novas funcionalidades às estruturas econômicas, sociais e culturais. Nesse contexto, o trabalho foi reorganizado, de acordo com o novo padrão social que a agricultura capitalista difundiu na região. Assim, o mercado de trabalho se adaptou para atender às novas demandas do processo de acumulação capitalista. Diversificaram-se, em torno das atividades relacionadas ao agronegócio, embora muitas vezes não associadas diretamente à produção agropecuária, as atividades de comunicação, de logística e de comércio, o que demandou profissionais de qualificações variadas. (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 12).

Essa nova dinâmica regional ocorreu com a intervenção de diversos agentes: governo federal, governo estadual, municípios locais, investidores estrangeiros, migrantes sulistas e migrantes nordestinos.

Neste movimento do capital, os cerrados Oestinos da Bahia, com suas características naturais, como a maior acidez do solo, seriam, com o uso da tecnologia, modificados para a expansão de uma agricultura intensiva e densa em capital. (SANTOS, 2008, p. 63).

Assim, nos cerrados do Oeste da Bahia, como em outras regiões do território nacional, a modernização da agricultura brasileira trouxe consigo a ampliação das relações mercantis e o emprego de inovações técnicas.

No plano nacional, evidencia-se, também, que a modernização da agropecuária brasileira decorreu da subordinação desse segmento à lógica do capital internacional. Ela refletiu a inserção da agropecuária brasileira no sistema produtivo mundial. Está relacionada ao processo de acumulação de capital internacional e às transformações que aconteceram, no Brasil, na década de 1960. Com efeito, a criação da EMBRAPA se processa em um contexto de vinculação da agricultura aos interesses do capitalismo internacional. Desta forma, a nova Instituição de pesquisa é condicionada a desenvolver, inicialmente, uma tecnologia agrícola pré-definida, o pacote tecnológico, estimulando o emprego de insumos inovadores como fertilizantes químicos, defensivos, sementes, entre outros. (AGUIAR, 1986, p. 16).

A REGIÃO OESTE DA BAHIA

Esta mesorregião situa-se à margem esquerda do rio São Francisco, onde estão localizadas as bacias dos rios Carinhanha, Corrente, Grande e Preto, as quais se compõem de 29 rios perenes, permitindo banhar 62.400 km², ou em torno de 82% dos cerrados, o que faz do extremo Oeste baiano a região mais rica, em termos de recursos hídricos, do Nordeste brasileiro. (BAHIA, 1997).

A dotação de fatores naturais privilegiados como bacias hidrográficas, terras planas e clima com períodos chuvosos bem delineados permitiram a expansão da agricultura empresarial com lavouras irrigadas

e de sequeiro. Assim, nas últimas três décadas, assistiu-se a uma nova dinâmica da economia regional, principalmente, com o cultivo de grãos e a pecuária impulsionando o crescimento econômico desta região baiana. Estas potencialidades ambientais de relevo plano a suave plano, latossolos vermelho-amarelos e o clima estimularam e interligaram os principais municípios do agronegócio aos circuitos da produção globalizado. (FONTES *et al.*, 2012, p.619).

Este território, conforme se observa na Figura 9, insere-se no raio de influência comercial de Brasília e de Goiás e, mais recentemente, no Estado de Tocantins. Esta posição geográfica implicou que a região estabelecesse, mais tardiamente, relações comerciais consistentes com as demais regiões do Estado baiano, principalmente, com as áreas litorâneas. Embora possuindo uma vasta extensão territorial, os 24 municípios que compõem o extremo Oeste da Bahia representam, apenas, 5,76% dos municípios da Bahia. A densidade demográfica dessa região, na atualidade, é de 4,97 hab/km², inferior a do Estado que alcança 24,82 hab/km². (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

É no século XVI, no entanto, que esta região baiana começa a ser povoada em decorrência da captura de indígenas para o trabalho escravo nos canaviais. Contudo, esse processo de povoamento declina com a introdução do escravo africano às terras brasileiras. Paralelamente, a concessão de sesmarias originam as primeiras propriedades locais que têm como atividade econômica preponderante a pecuária. No século XVII, a região já conta com diversos currais às margens dos rios. Até 1827, as terras situadas nas margens esquerda do Rio São Francisco pertenciam à província de Pernambuco, sendo, então, incorporadas à província da Bahia como também, outros tantos povoados de pequenas dimensões. (BRANDÃO, 2009, p. 52).

No século XIX o processo de expansão, embora moderado, prossegue, com o surgimento de outras vilas, povoados e freguesias. As trocas comerciais expandem-se entre os pequenos núcleos

populacionais do Vale do São Francisco, porém, restritas aos cursos navegáveis dos rios da região. Mais à frente, na segunda metade desse mesmo século, a expansão da navegação fluvial de longa distância irá estimular o intercâmbio comercial. (BRANDÃO, 2009, p. 51).

Observa-se, pois, que a formação territorial do Oeste da Bahia, no período que vai dos anos 1501 a 1827, ocorreu linearmente, pois, a ocupação humana do território e as atividades econômicas decorrentes seguiam os cursos dos rios e os caminhos terrestres em expansão. Desta forma, continua Brandão, os povoados maiores situavam-se, em sua maioria, nas margens dos principais rios como o Corrente, o Preto e o Grande e, também, ao longo das estradas, facilitando o alcance da área do litoral do Estado. Nesta dinâmica, o rio São Francisco e seus afluentes foram fundamentais para povoar esse território, pois era através desses mananciais que se transportavam pessoas e mercadorias naquela, então, longínqua região. (BRANDÃO, 2009, p. 52).

Assim, até o final dos anos 1950, esta região continuava apartada do processo econômico do Estado baiano, e, não era, por acaso, que este território era chamado de “além São Francisco”. As atividades comerciais Oestinas privilegiavam as cidades dos Estados de Goiás e Minas Gerais. As ligações comerciais com o restante da Bahia davam-se de maneira tênue, com Juazeiro. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1997, p. 34).

Contudo, nos anos de 1960, a região Oeste da Bahia entra em uma nova dinâmica com a criação de Brasília, pois, localiza-se na área de influência da nova capital do Brasil. A região passa a ter rodovias que a ligam à Brasília e às demais localidades do Centro-Oeste brasileiro. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1997, p. 35).

Mas, é na década de 1970 que a região passa por transformações significativas. São implantados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) os projetos de Colonização e irrigação em Barreiras e São Desidério. Canalizam-se incentivos creditícios do

governo federal para programas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Paralelamente, dá-se a expansão da fronteira agrícola regional com a introdução da cultura da soja em bases técnicas modernas, o que implicou aportes significativos de investimentos, grande quantidade de produção e concentração fundiária. (BAHIA, 2003a, p. 64).

Foram estas transformações, que ocorreram nesta região, que direcionaram esta pesquisa para este espaço geográfico. No entanto, dada a sua dimensão territorial, selecionou-se, apenas, quatro municípios dessa região. A Figura 10 apresenta a região Oeste da Bahia, destacando os municípios locus deste estudo.

Figura 10 – Localização da área de pesquisa no extremo Oeste da Bahia



Fonte: IBGE (2010a).

A Tabela 2 apresenta uma síntese da região Oeste, onde se situam os municípios selecionados para a pesquisa. Nela, pode-se observar que os municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério se destacam pela extensão territorial. Formosa do Rio Preto tem uma superfície que corresponde a 21,52% do total da superfície do locus selecionado para este estudo, enquanto São Desidério representa 20,01% da área deste mesmo espaço de pesquisa. No outro extremo, em termos territoriais, encontra-se o município de Catolândia, com uma superfície que representa, apenas, 0,85% do território.

Em termos de distribuição da população, nota-se que o município de Luis Eduardo Magalhães é o que possui maior concentração de população urbana: 91,31%, seguido por Barreiras que concentra 90,04% da sua população na zona urbana. Por outro lado, Brejolândia, Cristópolis, Baianópolis e São Desidério encontram-se com parcelas significativas de suas populações residindo na área rural: 82,09%, 76,41%, 74,86% e 68,79%, respectivamente. As maiores densidades demográficas estão em Canápolis 21,52 hab/km², Santa Maria da Vitória 20,49%, Barreiras 17,49 hab/km² e Luis Eduardo Magalhães 15,25 hab/km.

Pode-se afirmar que ocorre, na área de pesquisa dos quatro municípios, um movimento de concentração urbana da população, ao qual o município de Barreiras responde por 34,72% de todo o contingente urbano da área de estudo.

Tabela 2 – Área de pesquisa, municípios, superfície, população e biomas - 2010

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE (KM2)	ÁREA %	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM2)	BIOMA*
Angical	1.528,277	1,311	6.531	7.542	14.073	9,21	Cerrado
Baianópolis	3.342,561	2,866	3.482	10.368	13.850	4,14	Caatinga
Barreiras	7.859,225	6,739	123.741	13.686	137.427	17,49	Cerrado

Brejolândia	2.744,724	2,354	1.984	9.093	11.077	4,04	Caatinga- floresta
Canápolis	437,218	0,375	3.225	6.185	9.410	21,52	Cerrado
Cocos	10.227,365	8,770	8.572	9.581	18.153	1,77	Cerrado
Coribe	2.478,506	2,125	6.141	8.166	14.307	5,77	Cerrado
Correntina	11.921,676	10,223	12.604	18.645	31.249	2,62	Cerrado
Catolandia	643,568	0,552	967	1.645	2.612	4,06	Cerrado
Cotegipe	4.195,827	3,598	6.648	6.988	13.636	3,25	Caatinga- floresta
Cristópolis	1.043,109	0,894	3.133	10.147	13.280	12,73	Cerrado
Formosa do Rio Preto	16.303,864	13,981	13.647	8.881	22.528	1,38	Cerrado
Jaborandi	9.545,130	8,185	3.040	5.933	8.973	0,94	Cerrado
Luis Eduardo Maga- lhães	3.941,069	3,338	54.881	5.224	60.105	15,25	Cerrado
Mansidão	3.177,430	2,725	4.782	7.810	12.592	3,96	Cerrado- caatinga
Riachão das Neves	5.673,018	4,865	10.744	11.193	21.937	3,87	Cerrado
Santa Maria da Vitória	1.966,842	1,687	28.816	11.493	40.309	20,49	Cerrado
Santana	1.820,165	1,561	13.483	11.267	24.750	13,60	Caatinga- floresta
Santa Rita de Cássia	5.977,768	5,126	14.907	11.343	26.250	4,39	Cerrado
São Félix do Coribe	949,335	0,814	10.587	2.461	13.048	13,74	Floresta estacional
São Desiderio	15.157,005	12,997	8.633	19.026	27.659	1,82	Cerrado
Serra Dourada	1.346,632	1,155	6.002	12.110	18.112	13,45	Floresta estacional
Tabocas do Brejo Velho	1.375,740	1,180	3.932	7.499	11.431	8,31	Cerrado

Wanderley	2.959,513	2,538	5.878	6.607	12.485	4,21	Floresta estacional
Total	116.615,567	100%	356.360	222.893	579.253	4,97	-

Fonte: Adaptação do autor, a partir de IBGE (2010a).

* A vegetação predominante ou bioma da maioria dos municípios deste território é composta por cerrado arbóreo aberto, com exceção do município de Jaborandí que é de cerrado arbóreo. Em Mansidão, a vegetação predominante consiste em contato cerrado-caatinga-floresta estacional; já em, Santana, contato caatinga floresta estacional. Por sua vez, os municípios de Serra Dourada, São Félix do Coribe e Wanderley apresentam a floresta estacional decidual.

AS TRANSFORMAÇÕES DA BASE TÉCNICA

As transformações da base técnica da agropecuária da região Oeste da Bahia envolveram o uso intensivo de capital, informação e tecnologia. Assim, aumenta-se a intensidade e o ritmo de trabalho e as empresas agrícolas e agroindustriais, em decorrência, conseguem elevar a velocidade de rotação dos seus capitais. O progresso técnico, que avança sobre a agricultura, torna possível minimizar as incertezas da natureza, no resultado da atividade agropecuária.

As mudanças na base técnica da produção agropecuária permitem que as condições naturais, como a fertilidade do solo, as águas das chuvas, a terra, como meios de produção essenciais, sejam postas à disposição da acumulação do capital. A agricultura passa, gradativamente, a subordinar-se aos interesses do capital. Desta forma, os meios de produção artificiais, obra do homem, progressivamente, vão adquirindo importância maior do que aqueles disponibilizados pela natureza.

A modernização da agropecuária implicou a redução da dependência que este setor tinha com relação à natureza. As inovações introduzidas no seu processo de produção, com as mudanças das bases técnicas decorrentes, levaram a uma maior utilização de produtos de origem industrial.

Esta incorporação da agricultura à indústria transcorreu, historicamente, por meio de um conjunto de apropriações descontínuas e incompletas tanto do trabalho rural como dos mecanismos biológicos do sistema produtivo: fertilizantes, sementes híbridas, biotecnologias, produtos químicos, máquinas e, paralelamente, da nova disponibilidade de substitutos artificiais para os produtos da natureza. (GOODMAN; SORI; WILKINSON, 1990, p. 2).

A expansão do capitalismo na agricultura ocorre basicamente com a introdução e disseminação de três tipos de inovações:

a. Inovações químicas:

- intensifica a produção em uma determinada área com aumento da produtividade e, em decorrência, elevando a taxa de lucro do empreendimento agrícola;

b. inovações mecânicas:

- expandem as áreas de cultivo ou ampliam a escala produtiva, implicando na elevação da massa de lucro agrícola;

c. inovações biológicas:

- uso de variedades selecionadas geneticamente com práticas de cultivos que reduzem o tempo do processo de produção da agricultura, conseqüentemente ampliando a rotação do capital e a lucratividade. (GRAZIANO NETO, 1988, p. 37).

Porém, Jose Graziano da Silva (1981) acrescenta um quarto tipo: as inovações físicas: práticas que visam a melhorar ou preservar as condições ambientais de uma determinada área do desgaste do processo produtivo ou das alterações climáticas. (SILVA, 1981b, p. 33).

Das inovações decorrentes da expansão do capitalismo no campo, as biológicas são aquelas que permitem ultrapassar os obstáculos naturais à ampliação do capital na agropecuária, pois,

este tipo de inovações adapta a natureza ao capital, inserindo a atividade agrícola como um segmento da indústria.

Neste novo ambiente do campo, a região dos cerrados do Oeste da Bahia mostrou-se adequada ao processo de modernização de sua base produtiva agropecuária, até então prevalecente, no transcorrer de 03 décadas. A década de 1980 é significativa para se analisarem as transformações na sua base técnica, como também as implicações econômicas, sociais e ambientais na região, pois, é no transcorrer desta década que surgem projetos e programas, como o PRODECER, que irão impactar, profundamente, a região com a disseminação das inovações físico-químicas, biológicas e mecânicas.

As inovações físico-químicas

Até a metade do século XX, as inovações físicas, químicas e mecânicas eram utilizadas parcialmente na agropecuária brasileira. Mas, ao final dos anos de 1960, iniciam-se, de maneira consistente, as mudanças na base técnica do processo produtivo rural, com o uso intensivo das inovações físico-químicas. As atividades agrícolas e pecuárias passam a depender, cada vez menos, da dotação dos recursos naturais utilizados no seu processo de produção e, concomitantemente, passam a usar, em escala crescente, meios de produção originados da indústria: fertilizantes, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas, equipamentos, entre outros. Dentre os recursos industrializados mais difundidos aplicados à agricultura, neste processo, estão os fertilizantes e os agrotóxicos. (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2011).

No que diz respeito aos agroquímicos, desde 2008, que o Brasil ocupa a primeira posição no consumo mundial. Os dados daquele ano mostram que as principais lavouras que utilizavam este defensivo agrícola eram soja, milho e cana-de-açúcar, que já representavam

70% do consumo total. Estima-se que há no Brasil mais de 1.000 (mil) diferentes tipos de agrotóxicos comercializados. (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2011).

A Bahia detém o primeiro lugar no Nordeste na utilização de agroquímicos e situa-se entre os 08 (oito) maiores consumidores do país, conforme censo 2006 do IBGE. Entre as regiões do Estado que mais consomem agrotóxicos, destaca-se o Oeste, onde predomina o agronegócio. O Estado possui 07 (sete) Centrais de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos situadas nos municípios de Barreiras, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Irecê, Bom Jesus da Lapa e Feira de Santana. (BAHIA, 2007).

Outro importante indicador do grau de modernização da agropecuária é o consumo de fertilizantes, na Bahia, que em 2007, já representava 54,5% do consumo do Nordeste e 6% no consumo do país. (BAHIA, 2007). No período 1989 a 2011, enquanto o Brasil apresentou uma taxa média de crescimento anual no consumo de adubo de 5,8%, a Bahia teve um crescimento de consumo de 10%. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS, 2013). Também, neste indicador, a região Oeste, com as lavouras de soja, milho e algodão, é uma das principais consumidoras de fertilizantes no Estado.

As inovações mecânicas

A modernização da agropecuária tem entre suas características principais, além das inovações físico-químicas, a utilização crescente, e em larga escala, da força mecânica como substituta da força animal e humana. A mecanização das atividades rurais compreende um vasto elenco de máquinas e equipamentos como arados, roçadeiras, semeadeiras, plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores, adubadeiras, ceifeadeiras, distribuidoras, tratores, veículos utilitários e a lista não se exaure.

A Bahia é líder nas regiões Norte e Nordeste em vendas de máquinas e implementos agrícolas, como os cultivadores motorizados, tratores de esteira, tratores de rodas, as colheitadeiras, retroescavadeiras, entre outros. Destaque-se, aqui, a região Oeste que apresenta elevados índices de vendas no mercado brasileiro de maquinário agrícola. Isso reflete o grau de modernização da agropecuária, nesta região, em especial, o seu sistema tecnológico de irrigação, com modernos equipamentos, e o desempenho de outros segmentos do agronegócio como a cotonicultura, a fruticultura e a cafeicultura.

Programas federais como o Programa de Modernização da Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas (MODERFROTA), com a concessão de financiamentos, impulsionaram a comercialização de máquinas e equipamentos para a agropecuária, nesta região.

A Bahia lidera a utilização, tanto de máquinas, como de implementos agrícolas nos estabelecimentos rurais nordestinos. O Estado possui cerca de um terço dos arados, pulverizadores e semeadeiras da região. Além disso, concentra um quarto das grades e/ou enxadas rotativas e metade das colheitadeiras da região. Isso ocorre, devido à Bahia possuir uma agricultura mais moderna do que os demais Estados do Nordeste, em algumas de suas regiões, como é o caso do Oeste baiano. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010c.). Outro implemento agrícola que se difundiu na região foi o arado mecânico que substituiu o arado movido à tração animal. Segundo o Censo agropecuário 2006, (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006) 14 municípios da região Oeste concentravam 1.865 arados de tração mecânica.

Em relação, ainda, às transformações da base produtiva da agricultura, um dos indicadores mais importantes para se avaliar o grau de modernização da agropecuária é a utilização de tratores. Para Francisco Graziano Neto (1988, p. 28), a importância do uso de tratores para o progresso da agropecuária reside no fato de que ele permite o uso de diversos implementos como arados, grades, pulverizadores etc., e estimula o uso dos novos processos tecnológicos no campo.

A Tabela 3 apresenta a evolução da tratorização nos municípios do Oeste. Conforme pode-se observar, no período de 1996 a 2006, ou seja, em 10 anos, houve um crescimento de 54,08% no uso de tratores. Dos 14 municípios que compõem o Oeste, apenas, 03 tiveram variação negativa no percentual de tratorização: Barreiras, Catolândia e Cristópolis. Os dois últimos são espaços rurais nos quais a agricultura moderna, ainda, não é predominante. Já a má atuação de Barreiras se explica, por sua divisão territorial, em 2000, para a criação do município de Luis Eduardo Magalhães, em que uma parcela significativa do território produtivo do agronegócio ficou com o novo município.

Tabela 3 – Tratores 1995-2006

Censo - número de tratores			
Município	1995	2006	Variação (%)
Angical	30	151	403,33
Baianópolis	130	154	18,46
Brejolândia	44	47	6,82%
Barreiras	1.182	748	-36,72
Canápolis	-	-	-
Catolândia	21	9	-57,14
Cocos	56	145	158,93%
Coribe	19	58	205,26%
Correntina	366	560	53,01%
Cotegipe	73	158	116,44
Cristópolis	33	21	-36,36
Município	1995	2006	Variação (%)
Formosa do Rio Preto	527	953	80,83
Jaborandi	162	341	110,49%
Luis Eduardo Magalhães*	-	771	-
Mansidão	7	19	171,43
Riachão das Neves	197	325	64,97

Santa Maria da Vitória	30	33	10,00%
Santana	66	63	- 4,55%
Santa Rita de Cassia	91	100	9,89
São Félix do Coribe	60	58	- 3,33%
São Desiderio	854	1.452	70,02%
Serra Dourada	25	29	16,00%
Tabocas do Brejo Velho	16	23	43,75%
Wanderley	80	100	25,00%
Oeste	4.069	6.319	55,30%

Fonte: IBGE, 2014.

*Não foram encontrados dados disponíveis para este período, pois o município de Luis Eduardo Magalhães obteve sua emancipação político-administrativa em 30 de março de 2000.

Assim como a modernização da agropecuária brasileira não se deu de forma linear por todo o território nacional, os implementos mecânicos, as máquinas agrícolas e as colheitadeiras, no conjunto dos processos produtivos do campo, não se difundiram com a mesma intensidade em diferentes culturas e áreas do rural brasileiro. Contudo, no caso da soja, principal produto de expansão da fronteira agrícola dos cerrados do Oeste baiano, se caracteriza pela facilidade de mecanização, do plantio à colheita. As áreas vastas e planas da região contribuem, ainda mais, para sua mecanização, tornando a cultura da soja cada vez mais intensiva em capital. Esses fatores, conforme a Tabela 4, têm estimulado a incorporação de modernas colheitadeiras ao processo de produção dos cerrados da região Oeste da Bahia.

A Tabela 4 mostra as vendas internas para o ano de 2010. Por ela, é possível observar a incipiente participação do Nordeste nas vendas nacionais e o significativo desempenho da Bahia em relação ao Nordeste, detendo 60,95% das vendas totais da região.

Tabela 4 – Vendas internas no atacado de colheitadeiras – 2010

Territórios	2010	(%)
Bahia	167	3,67
Nordeste	274	6,02
Territórios	2010	(%)
Brasil	4.549	100

Fonte: ANFAVEA (2012, p. 128).

SISTEMA DE IRRIGAÇÃO

Na fase atual, a modernização das atividades agropecuárias processa a incorporação crescente do capital intelectual que abrange um conjunto de habilidades, conhecimentos, informações, procedimentos técnicos, competências e bancos de dados. O consumo de capital intelectual, no Oeste baiano, tem ocorrido através da aplicação de um conjunto de técnicas e inovações, entre as quais sobressai a irrigação.

A Bahia possui 352.000 ha de área irrigada. Deste total, o Oeste concentra 31,89% da superfície irrigada do Estado, conforme demonstra a Tabela 5, o que evidencia a importância da agricultura irrigada para a economia agrícola regional.

Tabela 5 – Área irrigada – 2010

Território	Área (há)	(%)
Bahia	352.000 ha	100%
Oeste	112.250 ha	31,89%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 6 demonstra que a implantação do sistema de irrigação desempenhou um papel regional importante para expandir as áreas plantadas de lavouras, como também, a diversificação

produtiva. O algodão é o cultivo que possui a maior área irrigada, seguido pelo café, feijão e milho.

Tabela 6 – Distribuição da área irrigada no Oeste da Bahia – 2010

Finalidade	Área (ha)	(%)
Café	15.650	13,94%
Feijão	15.000	13,36%
Frutas	2.200	1,96%
Capim (semente)	10.000	8,91%
Algodão	17.400	15,50%
Milho	15.000	13,36%
Arroz	10.000	8,91%
CODEVASF	27.000	24,05%
Total	112.250	100%

Fonte: IBGE (2010a).

Observa-se, ao se comparar os dados das Tabelas 6 e 7, que a área irrigada do Oeste baiano, de 2006 a 2010, ou seja, em um intervalo de 04 anos, cresceu 37,86%, enquanto a Bahia, neste mesmo período, aumentou 12,58%. Assim, o índice de incremento da superfície agrícola irrigada do Oeste superou a estadual praticamente 03 vezes.

Tabela 7 – Irrigação agropecuária territórios – 2006

Territórios	Área irrigada (ha)
Brasil	4.535.768,00
Nordeste	998.985,00
Bahia	312.668,00
Oeste	81.424,00

Fonte: IBGE (2006).

De acordo com os dados da Tabela 8, o sistema de irrigação por pivô central, embora mais caro, é o mais econômico em termos de custos de mão-de-obra. É o método de irrigação mais comum na região,

seguido por outros sistemas de aspersão. Do total da área irrigada no Oeste da Bahia, para o ano de 2006, 87,09% utilizavam os métodos de pivô central e outros sistemas de aspersão.

Tabela 8 – Área irrigada (ha) na agropecuária: Oeste da Bahia, 2006

Município	Inundação	Sulcos	Aspersão (pivô central)	Aspersão (outros Métodos)	Localizado	Outros métodos
Angical	95	39	-	-	-	13
Baianópolis	52	65	-	-	-	14
Barreiras	290	1.506	15.490	4.832	177	151
Brejolândia	-	-	-	-	-	2
Canápolis	32	1.632	-	28	-	217
Catolândia	5	37	-	-	29	65
Cocos	78	388	1.704	80	38	136
Coribe	-	289	-	43	13	44
Correntina	858	564	2.076	953	44	93
Cotegipe	-	-	-	86	42	11
Cristópolis	-	7	-	85	-	2
Formosa do Rio Preto	-	6	-	18.885	-	6
Jaborandi	85	162	-	2.256	75	120
Luis Eduardo Magalhães	-	-	7.553	691	488	30
Mansidão	-	-	-	2	-	39
Riachão das Neves	3	5	970	972	304	7
Santa M ^a da Vitória	383	263	-	2.256	75	120
Santana	79	346	-	125	424	119
Santa Rita de Cássia	-	-	-	2	7	10
São Desidério	1.086	822	17.442	8.781		20

São Félix do Coribe	5	41	881	327	396	14
Serra Dourada	15	8	-	24	6	24
Tabocas do Brejo Velho	-	-	-	-	-	33
Wanderley	-	-	-	1	3	165
Total	3.066	6.182	46.116	40.429	2.121	1.455

Fonte: IBGE (2006).

ARMAZENS E SILOS

A modernização da agropecuária se dá, concomitantemente, com a necessidade de criação e/ou ampliação da infraestrutura de produção, como transportes, saneamento urbano, armazenagens, silos, entre outros insumos logísticos. A Tabela 9 mostra que, nesta região de fronteira agrícola, no período de 1995 a 2006, os silos e depósitos existentes saíram, em um intervalo de 11 anos, de 2.980, para 3.156 unidades, representando um crescimento de 5,91%, superior ao conjunto do Estado que teve um desempenho negativo de - 2,71%.

Tabela 9 – Oeste da Bahia – Armazéns e silos

Armazéns e silos	1995	2006	(%)
Bahia	89.980	87.544	- 2,71%
Oeste/Bahia	2.980	3.156	+ 5,91%

Fonte: IBGE (2006).

Esta dinâmica dos silos e armazéns é, apenas, uma das formas que assume a territorialização do capital agrícola e agroindustrial, neste espaço regional intensivo com novas tecnologias produtivas rurais.

Mas, como se deu a difusão dessas novas técnicas no processo produtivo da agricultura nos cerrados do Oeste baiano? É possível estabelecer o início desse processo, nesta região, na década de 1970, decorrente de diversas políticas oficiais, tanto na esfera federal, como na estadual.

DIFUSÃO TECNOLÓGICA E CRESCIMENTO AGROPECUÁRIO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

É na década de 1970 que a pesquisa agropecuária brasileira toma novos contornos. A nova estrutura de pesquisa agropecuária começa a ser sistematizada com a portaria ministerial nº 143, de 18 de abril de 1972, a qual estabelece objetivos e funções da pesquisa agrícola, com vistas a adequá-las ao desenvolvimento econômico do país. Neste sentido, o grupo de trabalho constituído por esta portaria, inicialmente, faz uma análise do estado da pesquisa agrícola no Brasil, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA) e dos institutos vinculados a este departamento distribuídos pelo território nacional. O estudo prosseguia com a explicitação e proposição de conceitos e o delineamento de fluxos fundamentais ao desenvolvimento, em bases modernas, da pesquisa agropecuária nacional. Concomitantemente, sugeria este mesmo grupo de trabalho, a transformação do DNPEA e a criação de uma nova estrutura organizacional de pesquisa agropecuária. Este novo modelo setorial seria constituído de uma instituição central pública vinculada à administração indireta. Entre as principais funções desta nova instituição estavam as de formulação, execução, programação, coordenação e avaliação das atividades e das Políticas de pesquisa agropecuária no território nacional. (AGUIAR, 1986, p. 21).

É neste contexto que, em 07 de dezembro de 1972, por meio da Lei nº 5.851, o poder executivo federal cria a Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) atrelada ao Ministério da Agricultura. Posteriormente, o Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973, referendou os estatutos da empresa e fixou a sua data de instalação.

No final de 1973, o poder executivo federal encerra as atividades do DNPEA responsável por coordenar todas as instituições de pesquisa existentes, e esta coordenação passa a ser feita pela EMBRAPA. Desde então, a nova empresa entra na fase operativa, administrando, em âmbito federal, o sistema de pesquisa agropecuária.

No ano seguinte, em 1974, são instituídos os primeiros Centros Nacionais de Pesquisa por Produtos:

- a. arroz e feijão, em Goiânia (GO);
- b. gado de corte, em Campo Grande (MS);
- c. seringueira, em Manaus (AM); e Trigo, em Passo Fundo (RS). (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2014).

No ano de 1975, é criada a EMBRAPA Cerrados com a missão de “gerar e viabilizar soluções por meio de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade do Bioma Cerrado, atendendo às necessidades da sociedade brasileira”. (EMBRAPA, 2012). Esta unidade de pesquisa agropecuária tem se pautado pela geração de tecnologias e conhecimentos que permitam a exploração e ocupação racional deste bioma.

A Figura 11 apresenta o processo de difusão tecnológica da pesquisa agropecuária no Brasil. Pode-se considerar a data de constituição da EMBRAPA, 07 de dezembro de 1972, como o marco inicial do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Contudo, a constituição deste sistema de pesquisa e, conseqüentemente, da modernização do campo, decorreu de estímulos externos que subordinaram a agricultura aos mecanismos do capitalismo internacional, tendo como resultado, em termos espaciais, a territorialização da modernização agrícola

nos Estados e municípios. É desta forma que os cerrados da Bahia se inserem neste contexto. Nas décadas de 1970 e 1980, se dá a integração da Bahia com as políticas e diretrizes formuladas na esfera federal.

Figura 11 – Instrumentos de pesquisa agropecuária no Brasil



Fonte: Adaptado de Aguiar (1986, p. 17).

Assim, a política de modernização do espaço rural baiano tem sua base de formulação alterada. Passa a ser implementada, de acordo com as diretrizes do governo federal. Evidencia-se seu processo dependente, entre outros instrumentos, pelo controle administrativo das empresas estaduais por parte das similares federais. (SANTOS; OLIVEIRA, 1988, p.67).

No caso da difusão do conhecimento tecnológico aplicado à agropecuária, nos cerrados do Oeste da Bahia, a pesquisa de campo demonstrou que alguns órgãos se destacam na disseminação do saber tecnológico. Como se observa na Tabela 10, as instituições públicas e as instituições privadas são as entidades que mais difundem o conhecimento agrícola na região e há, também, outros órgãos como AIBA, Associação Baiana dos produtores de Algodão (ABAPA), Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (ABACAFE), e eventos como encontros

técnicos, dia de campo, conversa com outros produtores, canais específicos de TV, convivência com técnicos que atuam junto aos produtores responsáveis pela propagação do saber tecnológico agropecuário.

Tabela 10 – Principais órgãos de difusão do conhecimento técnico-científica na agropecuária regional

Órgãos difusores do conhecimento agropecuário	Quantidade de eventos	Participação %
Instituições públicas	5	29,41
Instituições privadas	5	29,41
Cooperativas	1	5,88
Sindicatos	-	0
Outros	6	35,29
Total	17	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além dos órgãos difusores do conhecimento tecnológico, a pesquisa de campo, conforme Tabela 11, evidenciou os principais canais de acesso ao conhecimento, nos quais as pesquisas na Internet e as palestras técnicas são as fontes mais citadas de acesso ao saber do agronegócio regional, além de conversas e consultas a agrônomos, convivência com técnicos que elaboram projetos agrícolas, entre outros.

Tabela 11 – Meios considerados mais importantes para adquirir o conhecimento agropecuário

Meios de acesso importantes ao conhecimento	Quantidade	Participação %
Técnicos da área agrícola na TV	4	12,90
Pesquisa internet	7	22,58
Livro, revista, jornal, folheto técnico.	4	12,90
Cursos de curta duração	3	9,68
Dia de campo	4	12,90

Palestra técnica	6	19,35
Vendedor de produto agropecuário	1	3,23
Outros	2	6,45
Total	31	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tecnologia e evolução da produção

Ao se fazer o recorte temporal da evolução da produção das principais culturas no Oeste da Bahia, nos últimos 10 anos, safras 2003/2004 e 2013/2014, observa-se que a produção das principais culturas regionais cresceu 67,50%, enquanto a área plantada teve um incremento de 61,84%. Fica evidente que o aumento da produção decorreu, principalmente, da produtividade originada do elevado grau da difusão tecnológica desenvolvida em parâmetros empresariais, utilizada no processo produtivo agrícola dos cerrados do Oeste baiano.

Na análise dos resultados⁵ sobre o nível tecnológico da cultura da soja na região, a ampla maioria (90,91%) dos entrevistados consideraram de alta ou de muito alta tecnologia. Esta cultura é a lavoura líder na região cultivada com investimentos em tecnologia de ponta, para obter elevadas produtividades. Para que esta alta tecnologia prosperasse, ao longo dos últimos 30 anos, aprendeu-se pela pesquisa científica que os solos necessitam de correção, em termos de calcário e demais insumos, em doses maiores que as recomendadas, normalmente, pelos órgãos de pesquisa. Fez-se necessária, então, a utilização de máquinas e implementos potentes para poder misturar o calcário em profundidades maiores, permitindo a expansão radicular. Assim, as raízes se expandiram por um maior volume de solos, tornando as plantas mais resistentes aos veranicos e/ou estiagens. O avanço tecnológico permitiu vencer os obstáculos do clima e solo adversos para a agricultura

5 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

na região. Porém, parcialmente, as estiagens e veranicos prolongados, principalmente, na fase em que as culturas demandam grande quantidade de recursos hídricos, na floração e no enchimento de grãos, a tecnologia não conseguiu, ainda, atender satisfatoriamente.

Na Tabela 12, em relação à tecnologia utilizada na produção de arroz regional, a maioria dos entrevistados (54,55%) consideraram de média tecnologia e outra parte (18,18%) pontuaram como alta e muito alta tecnologia, enquanto, (27,27%) acham de baixo nível tecnológico. Essa não intensidade tecnológica decorre de ser uma lavoura de alto risco, em decorrência dos veranicos e das estiagens frequentes nessa região, de ela não ser objeto das *tradings*, de seu preço estar sujeito às oscilações do mercado interno e o fato de ela não ter liquidez. Além disso, não se planta mais esta cultura em áreas de abertura.⁶

Tabela 12 – Percepção dos entrevistados para os níveis tecnológicos utilizados nas principais culturas do agronegócio regional

Nível tecnológico	Soja	Arroz	Milho	Feijão	Café	Algodão
Nenhum	-	-	-	-	-	-
Baixo	-	3	-	1	-	-
Médio	1	6	1	3	-	-
Alto	4	1	3	3	5	2
Muito alto	6	1	7	4	6	9
Total de respostas	11	11	11	11	11	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para 63,63% dos pesquisados o sistema de produção do feijão caracteriza-se pelo emprego de alta (27,27%) e muito alta (36,36%) tecnologia. Este produto apresenta cultivos diferenciados na região.

O feijão *Phaseoluss*, ou carioca de sequeiro, é cultivado na lavoura de verão, no mesmo período da soja. É uma lavoura reduzida para os padrões da região, em virtude de ser um cultivo mais oneroso que a soja,

6 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

produção irregular influenciada pelo clima e pela má distribuição das chuvas, ao longo do ano. Além disso, muitas vezes, apresenta baixa rentabilidade e seu processo de armazenagem é difícil, ocorrendo perda rápida da qualidade, de modo que seu cultivo fica reduzido a poucos produtores.

O feijão *Phaseolus*, ou carioca irrigado, tem sua lavoura cultivada na 3ª safra, de inverno, com plena irrigação por meio de pivots centrais. É plantado entre os meses de maio e julho, em que as temperaturas nos cerrados é mais amena, e é colhido em outubro do mesmo ano. Por ser uma cultura irrigada, seu sistema de produção é de alta tecnologia.

O feijão *Vigna/caupi* sequeiro safrinha é cultivado como cultura principal, após a colheita da soja precoce ou média, do final de fevereiro ao final de março. Geralmente, não se usam adubos e aproveita-se a sobra da adubação da soja. Seu armazenamento não é viável, devido aos altos investimentos que seriam necessários. Portanto, se na época da colheita não ocorrer bons preços para o produto, a rentabilidade do produtor fica comprometida.

A produção de café na região adota um sistema de produção de alta e muito alta tecnologia.⁷ A produção é totalmente irrigada na quase totalidade com pivô central e uma parte reduzida pelo sistema de gotejamento, com uso intensivo de insumos e mecanização. No início de sua implantação, de 1994 até 2000, a colheita e a catação foram totalmente manuais, posteriormente, passou a ter um percentual crescente de colheita mecanizada e catação manual e, atualmente, o processo se dá com a colheita e a catação, em sua totalidade, mecanizadas. O sistema de plantio é superadensado com, aproximadamente, 5.500 plantas por hectare. Mesmo com o elevado índice de mecanização, ocorrem problemas, em virtude desse adensamento, pois há a necessidade de intensa mão-de-obra para a amarração dos pés de cafés que se vergam com a carga. Após cinco anos, o café

7 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

crescendo e sombreando, provoca a necessidade de podas para o revigoramento. As podas, por sua vez, reduzem ou zeram a produção do ano seguinte, mas, os custos de irrigação e manutenção permanecem elevados e isso leva a descapitalização do produtor.

O algodão é uma cultura com sistema de produção de alta e muito alta tecnologia, o que requer grandes investimentos e altos índices de mecanização. Conforme afirmaram os entrevistados, trata-se de uma cultura própria para os grandes produtores da região, com infraestrutura completa: máquinas, equipamentos, sistema de beneficiamento da produção. Esta lavoura tornou-se bastante onerosa nas últimas safras, devido às produtividades variáveis, aos preços não remuneradores e ao agravamento do problema do bicudo. Para o grande produtor há a possibilidade de vender, antecipadamente, cerca de 70% da produção, o que lhe garante o ponto de equilíbrio entre custos de produção e receitas, garante a produção restante, cerca de 30%, para vender, quando o preço de mercado estiver em patamar melhor. Mas, isso só é possível, se ele possuir depósito de caroço de algodão para segurar o produto, até os preços reagirem e lhe proporcionar uma rentabilidade melhor. Para o médio produtor, muito dos quais deixaram estas culturas nas safras recentes, as dificuldades passam pelo alto custo da produção, pela logística produtiva inadequada, pela falta de acesso à compra de produtos diretamente das multinacionais, além de não fecharem bons contratos de vendas antecipadas e intercâmbio de insumos com as empresas multinacionais.⁸

No âmbito da expansão da soja no Oeste baiano, destaca-se a crescente área destinada à produção de sementes. Na safra 2013/2014, 160mil hectares foram direcionados ao cultivo de sementes que proporcionaram uma produção de 290 mil toneladas, das quais 30% ficaram na região e o restante foi comercializado em outras regiões. (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES IRRIGANTES DA BAHIA, 2014a).

8 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

Da soja comercializada na região, em 2013, 58% foram para o exterior, principalmente, para a China com 58% do volume exportado, tornando-se este país, desde 2009, o principal comprador externo desse grão baiano, vindo em seguida os Países Baixos europeus, com 8,3% e a Espanha com 8,2%. Desde os anos iniciais da inserção da agricultura moderna no Oeste da Bahia, que a soja lidera a produção agrícola regional. Nesta última década, não foi diferente; ela manteve a expansão da área cultivada, registrando um avanço de 59,76% e de 40,52% na produção. (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES IRRIGANTES DA BAHIA, 2014a).

Na década, em análise, conforme a Tabela 13, o milho teve um incremento produtivo na região de 105,19%. Além de atender a demanda regional para a fabricação de rações para animais e para a alimentação humana, a oferta regional do cereal atende a outros Estados do Nordeste brasileiro. No entanto, nas últimas safras, parte da produção regional tem se destinado à exportação, sendo que, em 2013, foram exportadas 166 mil toneladas. A área com este cultivo também se expandiu no último decênio, em 47,22%, enquanto a produtividade tem alcançado índices expressivos, atingindo o patamar de 8.860 kg por hectare, na safra 2013/2014, superior a nacional. Este incremento, nos 10 anos precedentes, significou um acréscimo de 2.500 quilogramas por hectare plantados de milho.

Tabela 13 – Evolução da produção de milho no Oeste da Bahia 2003/2004 – 2013/2014

Safra	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
2003/2004	180.000	1.144.800	6,36
2004/2005	129.500	823.600	6,36
2012/2013	248.000	1.968.900	7,94
2013/2014	265.000	2.349.000	8,86

Fonte: AIBA (2013/2014a).

Os expressivos indicadores produtivos assinalados, também nesta cultura na região, resultam do elevado nível tecnológico utilizado no processo produtivo. Neste aspecto, evidenciam-se o manejo do solo, as sementes selecionadas, máquinas de precisão e a mão-de-obra mais qualificada, na agropecuária regional.

O algodão cultivado no Oeste da Bahia é reconhecido nacional e internacionalmente por sua qualidade. De acordo com a Tabela 14, as produtividades das safras 2003/2004 e 2013/2014 cresceram 6,32%, ou o equivalente a uma produção adicional de 240 quilogramas por hectare. No mesmo período, a produção teve um incremento de 100,51% e a área plantada no decênio expandiu em 88,38%.

Além de atender ao mercado interno, o algodão é também direcionado ao mercado exterior. Em 2013, 46% da pluma do Oeste baiano foi exportada, e os principais países compradores foram a China, Coreia do Sul e Indonésia.

Tabela 14 – Evolução da produção de algodão (capulho) no Oeste da Bahia 2003/2004 - 2013/2014

Safra	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
2003/2004	163.500	625.500	3,83
2004/2005	209.000	807.300	3,86
2012/2013	253.500	872.700	3,44
2013/2014	308.000	1.254.200	4,07

Fonte: Fonte: AIBA (2013/2014⁹).

A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

O avanço rápido das transformações técnicas e econômicas decorrentes da modernização da agropecuária na produção dos cerrados do Oeste da Bahia levou a que, em pouco mais de três décadas, toda

9 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

a sua atividade produtiva rural se reorganizasse. Até então, predominava, nos Vales deste espaço geográfico, a agricultura de subsistência com as culturas de arroz, feijão e milho, nos Gerais, complementadas por uma pecuária extensiva. No entanto, a partir da década de 1980, nova dinâmica produtiva atinge o Oeste do Estado. A região passa a produzir, principalmente, soja. Especializa-se na produção de culturas com possibilidades de maior rentabilidade financeira e de integração ao segmento agroindustrial.

As consequências regionais desse processo foram transformações na ocupação e utilização do solo. E, no plano estadual, transformou a Bahia em relevante produtor de grãos, além de frutas, café, carnes e fibras.

O início dos anos 1990, já se observava o avanço, em bases produtivas modernas, de culturas como a soja com uma produção de 220.402 toneladas, o algodão com 50.603 t. o milho com 28.330 t. e o arroz com 18.349 t. (MENDONÇA, 2006, p. 39).

Duas décadas depois, Tabela 16, a soja atinge uma produção de 3.696.000 t. com crescimento de mais 1.576,94%, o algodão chega a 1.501.922 t. com incremento de mais 2.968,05%, o milho alcança 1.496.340 t. crescendo mais 5.181,82% e o arroz que produz 28.380 t., tem uma elevação de 54,67%. Estes dados de produção refletem tanto a expansão da área plantada como o incremento da produtividade agrícola. Ambos, crescimento da superfície cultivada e maior rendimento agrícola decorreram da modernização das atividades do campo, neste espaço.

A incorporação desta fronteira agrícola à moderna agricultura, com bases empresariais, teve como cultura líder a soja, que se expandiu, rapidamente, neste território. Nos períodos entre 1995-1996 e 2010-2011, ou seja, no transcurso de quinze anos, a área plantada com a soja passou de 433,20 ha para 1.100.000 há, com a adição de 1.099.566,80 ha.

Com base nos dados de produção constantes nas Tabelas 16 e 17, pode-se inferir que a moderna agricultura praticada no Oeste da Bahia apresenta-se tecnicamente superior se comparada com outras áreas. Segundo dados do 4º Levantamento do Conselho Técnico da AIBA referente à safra 2010/2011, enquanto o Brasil detém a maior produtividade média de soja do mundo, com um rendimento de 51,8 sacas por ha, na Bahia o rendimento médio dessa cultura atinge 56 sacas por hectare. No que tange a cultura do milho, o desempenho do Oeste do Estado alcança o primeiro lugar em termos mundiais, com um rendimento médio de 163 sacas por hectare, na safra 2010/2011, superando os EUA que vem em seguida, com 159. Em relação à lavoura do algodão, a região, com um rendimento médio de 270@/ha, ultrapassa a produtividade média nacional de 250,8@/ha e em nível mundial ocupa a segunda posição, perdendo, apenas, para a Austrália que produz 271 @/ha.

A participação do milho na matriz produtiva agrícola da região, na safra 2010/2011, conforme mostra a Tabela 15, ficou em 8,26% da área plantada total, percentual muito aquém do que recomenda a assistência técnica, no uso deste grão na rotação de culturas. A rotação de cultura com a soja e o milho, por exemplo, proporciona redução de pragas e doenças, além de tornar melhor as condições físicas da terra para o plantio da cultura seguinte. Em nível nacional, esta cultura detém mais de 20% da área total plantada.

Tabela 15 – Matriz produtiva agrícola do Oeste da Bahia safra 2010/2011

Produtos	Área (ha)	Produção (ton)	Produtividade (kg/ha)	Área %
Soja	1.100.000.	3.696.000	3.360	59,38%
Milho	153.000	1.496.340	9.780	8,26%
Arroz	11.000	28.380	2.580	0,56%
Feijão	15.000	40.500	2.700	0,81%

Capim *	40.000	18.000	450	2,16%
Sorgo	13.000	23.400	1.800	0,70%
Algodão **	370.845	1.501.922	4.050	20,02%
Produtos	Área (ha)	Produção (ton)	Produtividade (kg/ha)	Área %
Café	11.523	28.347	2.460	0,66%
Outras culturas ***	138.024	-	-	7,45%
Total	1.852.392	6.832.889	-	100%

Fonte: AIBA (2013a).

* Produção de semente

** Capulho

*** Eucalipto (48.500 há), frutas, pastagens, pousio.

Os dados da Tabela 16 demonstram que, no período em análise, 1995-96 a 2010-11, a cultura da soja nos cerrados da região Oeste da Bahia teve um incremento de + 149,31% na área cultivada, um aumento de 418,40% na produção e uma elevação de 107,95% na produtividade.

Tabela 16 – Evolução da soja no Oeste da Bahia – 1995/2011

Safra	Área (mil ha)	Produção (mil ton)	Produtividade (sc/ha)	Variação % área
1995/96	433,20	700,00	26,93	-
1996/97	456,50	1.013,70	37,01	5,38%
1997/98	554,00	1.188,90	35,77	21,36%
1998/99	580,00	1.150,00	33,05	4,69%
1999/00	628,40	1.512,00	40,10	8,34%
2000/01	690,00	1.550,00	37,44	9,80%
2001/02	800,00	1.464,00	30,50	15,94%
2002/03	850,00	1.555,50	30,50	6,25%
2003/04	820,00	2.361,60	48,00	- 3,53%
2004/05	870,00	2.505,60	48,00	6,10%

2005/06	870,00	1.983,60	38,00	0%
2006/07	850,00	2.295,00	45,00	- 2,30%
2007/08	935,00	2.838,60	50,60	10%
2008/09	982,90	2.506,40	42,50	5,12%
2009/10	1.050,00	3.213,00	51,00	6,83%
2010/11	1.100,00	3.696,00	56,00	4,76%

Fonte: AIBA (2013b).

A Tabela 17 evidencia que a produção de soja, mesmo distribuída por quase toda a região dos cerrados do Oeste, concentra-se em alguns municípios como Formosa do Rio Preto, São Desidério, Luis Eduardo Magalhães e Barreiras, que produziram, na safra 2011/2012, 84,08% de toda a soja regional, que foi de 3.320.625 toneladas.

Tabela 17 – Principais municípios produtores de soja do Oeste da Bahia – 2011/2012

Municípios	Área (ha)	Produção (ton)	Posição produção	Participação % na região
Formosa do Rio Preto	328.55	1.064.518	1º	28,57
São Desidério	271.630	782.294	2º	23,62
Luis Eduardo Magalhães	145.705	507.053	3º	12,67
Barreiras	128.110	438.136	4º	11,14

Fonte: AIBA (2012).

A LOGÍSTICA DE TRANSPORTES

O Oeste da Bahia compreende uma vastar extensão territorial superior a alguns Estados brasileiros, o que demanda grandes investimentos em infraestrutura de transporte integrado.

O crescimento da economia agropecuária do Oeste baiano e a consequente demanda de seus produtos agrícolas, tanto para o mercado interno como para o externo, apontam para a necessidade da expansão e da melhoria das vias de escoamento da produção, no sentido de se evitarem possíveis gargalos que impactem, negativamente, a competitividade da região (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES IRRIGANTES DA BAHIA, 214b).

Atualmente, quase toda a produção é transportada pelas rodovias BR 020, no sentido de Brasília e pela BR 242, no sentido de Salvador (BA). Estas rodovias recebem, constantemente, manutenção, em virtude do seu intenso tráfego de caminhões. As lideranças do agronegócio regional, conforme entrevista de campo deste autor (2014), consideram que a logística de transporte é um dos gargalos à competitividade regional. Neste sentido, de acordo com a pesquisa, as principais demandas desse segmento às diversas esferas de governo são:

- a. duplicação do trecho da BR que liga Barreiras a Luiz Eduardo Magalhães;
- b. agilidade na conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL);
- c. melhoramentos e conservação das estradas;
- d. viabilização do transporte hidroviário no rio São Francisco e Rio Grande;
- e. conclusão das obras de ampliação do aeroporto de Barreiras.

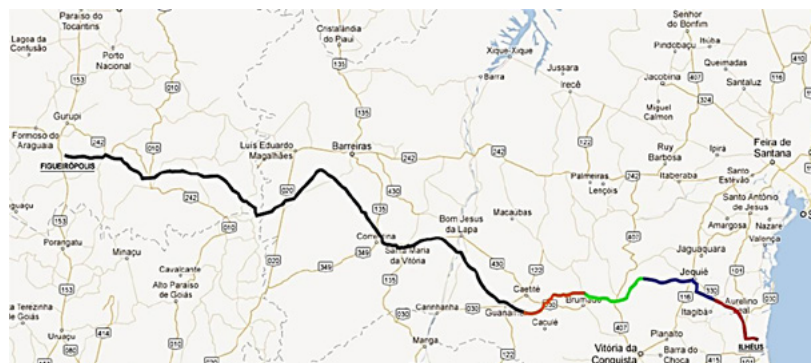
Este crescimento do agronegócio regional tem levado as instituições representativas desse segmento econômico e seus líderes a se mobilizarem para que as obras essenciais, ao movimento da produção, conforme listadas anteriormente, tornem-se realidade. Destaca-se nesta articulação, a liderança da AIBA, principal entidade do agronegócio regional, além da participação de outros órgãos públicos e privados.

A FIOI, com um percurso de 1.527 km (Figura 11), interligará o município de Figueirópolis, no Estado de Tocantins, ao município de Ilhéus, no Estado da Bahia, permitindo, assim, a conexão ferroviária das regiões Norte, Centro-oeste e Nordeste, e beneficiando 80 municípios. No solo baiano, a FIOI passará por 64 municípios, sendo nove na região Oeste: Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério, Jaborandi, Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe. (ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S. A., 2014).

A construção da FIOI decorreu da necessidade de atender as demandas de escoamento da produção de grãos no Oeste baiano e da extração de minérios de ferro, na região de Caetitê. Desta forma, estima-se que haverá um deslocamento de parte da demanda de transporte rodoviário para o ferroviário, na região de abrangência da FIOI.

As construções foram iniciadas em 2010, tendo canteiros de obras (Figura 12), nos municípios de Barra do Rocha, Brumado, Jiquié e Tanhaçu. A dimensão desta obra pode ser medida pelo movimento de materiais que demandará: cerca de dois milhões de dormentes monoblocos de concreto, três milhões de metros cúbicos de brita, além da construção de 06 passagens inferiores, 30 viadutos, 57 pontes, ou seja, serão erguidas 93 obras de arte especiais. (ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S. A., 2014).

Figura 12 – Ferrovia de integração Oeste-Leste (FIOI)



Fonte: VALEC, 2014.

A implantação desta ferrovia de integração contribuirá para:

- a. diminuição dos custos de transportes de produtos destinados ao mercado externo como grãos, minérios e álcool;
- b. redução dos custos de transporte destinados ao comércio interno;
- c. estímulo aos investimentos, produção e modernização do sistema produtivo;
- d. elevação da renda e do emprego regional. (ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S. A., 2014).

Ainda, de acordo com a VALEC (2014), a FIOLE reduzirá, nas regiões circunvizinhas a ela, em 95%, a emissão de gases de efeito estufa, com a substituição do transporte rodoviário pelo ferroviário e, também, a diminuição dos riscos de acidentes, no deslocamento dos produtos.

O presidente da AIBA, Júlio Cezar Busato, em entrevista concedida ao Jornal do São Francisco afirma que “precisamos, urgentemente, melhorar nossa logística com a construção da ferrovia e do Porto Sul, além de melhorar as estradas vicinais e sistemas de armazenamento para que possamos continuar crescendo e criar novos polos de desenvolvimento”. (JORNAL DO SÃO FRANCISCO, 2013).

Ainda, segundo o presidente da AIBA, a FIOLE proporcionará uma redução de cerca de 70% nos custos do transporte dos produtos agrícolas na região, contudo, no próprio processo de construção da obra, já começam a surgir problemas sociais, como a edificação de cidades-alojamento para os trabalhadores da obra para as quais, se não forem adotadas medidas de saneamento básico, saúde e higiene poderão acarretar problemas sociais no entorno das cidades onde se localizarão as obras.

Por outro lado, danos ambientais já ocorreram, devido ao traçado inicial da ferrovia, nos municípios de Barreiras, São Desidério, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe, já que, o trecho da FIOLE, nestas

idades, passará por cavernas que existem nestas localidades e são consideradas bens da União.

A FIOLE no Oeste da Bahia trará benefícios, não apenas para a produção de grãos como soja, milho, farelo de soja, mas, também, para o transporte de outros produtos como fertilizantes, combustíveis, minérios. Pode-se, então, concluir que esta ferrovia de integração:

- a. interferirá na matriz de transporte da região, com a substituição considerável do transporte de carga rodoviário pelo ferroviário;
- b. escoará os produtos destinados à exportação, pois interliga as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, reduzindo os custos de transporte aos portos para embarque de mercadorias ao exterior;
- c. contribuirá para o crescimento do mercado interno, com a redução dos custos dos intercâmbios comerciais regionais.

A Tabela 18 mostra o desempenho dos tipos de transportes a serviço da agropecuária, no período de 1995 a 2006. Nestes 11 anos, houve incremento em todos os tipos de transporte no campo do Oeste da Bahia. Contudo, os instrumentos de transporte de tração animal foram aqueles que apresentaram menor desempenho em relação aos demais, o que revela o caráter parcial da modernização, nesta região baiana. Destaca-se, ainda, neste intervalo de tempo, o uso de caminhões, com expansão de 143,20% e os reboques que alcançaram um crescimento de 97,58%.

Tabela 18 – Meios de transportes utilizados na agropecuária da Região Oeste da Bahia 1995 – 2006

Tipos de meios de transportes	1995	2006	Variação
Caminhões	544	1.323	+ 143,20%
Utilitários	1.323	1.892	+ 43,01%
Reboques	743	1.468	+ 97,58%
De tração animal	3.313	5.631	+ 69,97%

Fonte: IBGE (1995-2006).

Além disso, outros meios de transporte, que caracterizam a modernização das atividades agropecuárias, têm se expandido na região Oeste baiana, como os aviões agrícolas utilizados, principalmente, na aplicação de defensivos. Em 2006, 149 estabelecimentos agropecuários da região Oeste da Bahia utilizaram aeronaves na aplicação de agroquímicos em suas lavouras (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Os investimentos governamentais de grande magnitude, como é o caso da FIOL, visam a solucionar os problemas principais de integração física e escoamento da produção na área dos cerrados. No entanto, dadas as peculiaridades do processo produtivo da agricultura, outros investimentos, além das obras fixas, como os transportes, são necessários à agricultura regional, sendo o financiamento da produção um deles.

OS PROGRAMAS E POLÍTICAS FEDERAIS PARA O CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Diversos programas governamentais em nível nacional foram constituídos, no período correspondente às décadas de 1960 e 1970, visando à inserção dos cerrados da região Centro-Oeste do país, no processo de modernização da agricultura. Foram anos de diversas intervenções do governo federal, em termos de infraestrutura, incentivos fiscais e crédito estatal diferenciado. Desta forma, o capital privado encontrou as condições propícias aos seus investimentos, nesta região.

O Quadro 7 apresenta os principais programas direcionados para o Centro-Oeste e que resultaram em efeitos regionais sobre a dinâmica da agricultura, os fluxos migratórios e o ambiente natural. Os programas agrícolas estimularam fluxos populacionais para esta região que, entretanto, não encontraram oferta de emprego capaz de absorvê-los, pois a agricultura modernizada, monocultora e intensiva

em capital e com uma pecuária extensiva não são grandes geradoras de emprego. Desta forma, surge um excedente de mão-de-obra que se direcionará aos núcleos urbanos. O meio ambiente, por sua vez, sofre os impactos da modernização da agricultura no campo e do alto contingente populacional na esfera urbana (RAMOS, 2007, p.7).

Quadro 7 – Programas especiais para o Centro-Oeste

Programa	Início	Objetivo
Programa Integrado de Colonização (PIC)	1970	Agricultura de subsistência, fixação de migrantes oriundos do Nordeste e Centro-Sul.
Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA)	1971	Colonização e estímulo ao investimento privado na aquisição de terras
Programa de Incentivo Fiscal para a Amazônia Legal	1966	Estimular os investimentos privado via incentivos fiscais.
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)	1975	Estimular o desenvolvimento a partir de polos regionais
Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)	1976	Estimular a agropecuária moderna nos Cerrados.
Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN)	1974	Implantar infra-estrutura, industrialização, rodovias, saneamento, incentivar a pesquisa agropecuária e disponibilizar crédito rural.
Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN)	1976	Expandir as áreas de cultivos de oleaginosas.
Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB)	1975	Integrar a região de Brasília à dinâmica de desenvolvimento.
Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA)	1974	Estimular a colonização particular de colonos e de pequenos agricultores
Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)	1981	Organizar o processo de ocupação de Rondônia e o norte de Mato Grosso.

Fonte: Adaptação do autor, a partir de Ramos e Martha Junior (2010, p. 7).

Este conjunto de intervenções estatais, em nível federal, estimulará a elaboração de programas para a região dos cerrados por parte do governo da Bahia. Assim, inicialmente, em 1977, surge o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado: Região do Além São Francisco.

Os principais programas e políticas estaduais para o Oeste Baiano

O conjunto de políticas e programas governamentais federais direcionados para a região Centro-Oeste do Brasil, inclusive, atingindo a parte Oeste do Estado, despertou a atenção do governo baiano para o potencial econômico dessa região. Neste contexto de isolamento regional, em 1977, implementa-se o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado: Região do Além São Francisco, porém, ainda, com uma visão não integradora, especialmente, da “Região do Além São Francisco”. No entanto, a partir dos programas seguintes, o governo do Estado da Bahia passa a repensar a região Oeste, de acordo com suas características internas, com identidade própria e de pertencimento ao território baiano, inclusive, abandonando a nomenclatura “Além São Francisco”, e consolidando o termo “Oeste da Bahia”.

Entre as intervenções iniciais do governo baiano para a região Oeste, está a criação de 02 unidades do departamento de Estradas e Rodagem da Bahia – DERBA, localizadas em Santa Maria da Vitória, em 1967 e em Barreiras, em 1968. Estas ações visavam à melhoria da infraestrutura viária da região. Além disso, em 1980, é criado o Programa de Ocupação Econômica do Oeste e, em 1987, é elaborado o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano. Estas ações, consubstanciadas nestes programas, visavam proporcionar incentivos necessários ao acesso à terra e aos créditos privilegiados os quais, conjugados aos créditos rurais subsidiados em nível federal, facilitavam o investimento e o custeio produtivo. (RIOS FILHO, 2011, p. 8).

É nesta fase que são constituídas diversas empresas estatais estaduais que irão dar suporte ao processo de modernização da agricultura baiana, entre as quais:


- a. Central de Abastecimento da Bahia S.A. (Ceasa /BA, 1969);
- b. Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB, 1971);
- c. Companhia Baiana de Eletrificação Rural (COBER, 1972);
- d. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater/BA, 1974);
- e. Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA, 1975);
- f. Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (CDVP, 1976);
- g. Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM, 1972);
- h. Nordeste Linhas Aéreas (NLA, 1975); (SANTOS; OLIVEIRA, 1988, p. 67).

Em 1980, é lançado o Programa de Ocupação Econômica do Oeste no qual diagnosticavam-se as potencialidades produtivas do Oeste baiano e a necessidade de se apoiarem iniciativas empresariais na região e criar mecanismos de estímulo ao processo de modernização da agricultura que se iniciava. Assim, incentivos públicos, sistema viário básico e baixo preço das terras foram fatores fundamentais para a inserção e consolidação do novo modelo de produção agrícola moderna e monocultora que contou, ainda, com os investimentos privados das empresas e agricultores individuais que afluíram para a região. Como desdobramento natural dessa dinâmica econômica que se estabelecia, conforme assinalado, ocorre um significativo fluxo de população de vários segmentos sociais que visam a obter trabalho nas diversas atividades atreladas ao novo processo produtivo no campo. (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008, p.5).

Em 1987, o governo estadual desenvolve o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste que visava a proporcionar incentivos para facilitar o acesso à terra e aos créditos rurais com taxas de juros privilegiadas que, combinados com os créditos federais subsidiados dariam o suporte necessário ao investimento e ao custeio da produção moderna em áreas abrangidas pelas ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008, p.5).

Estas facilidades creditícias proporcionadas pelos governos Estadual e Federal e os investimentos oficiais em pesquisas permitiram o plantio de soja em solo ácido, o desenvolvimento de processos de combate às pragas, a intensa mecanização agrícola e o escoamento da produção na nova fronteira agrícola do Estado da Bahia. Neste novo cenário, instalam-se nos cerrados do Estado agroindústrias processadoras de grãos, a exemplo da BUNGE, em Luis Eduardo Magalhães e da Olvebasa, em Barreiras. Além disso, acorreram para a região diversas empresas prestadoras de serviços direcionados ao campo, para fornecer aos agricultores peças e equipamentos rurais e demais serviços especializados. (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008, p.5).

Em 1997, o governo estadual efetiva o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS): Oeste da Bahia, tendo como objetivo principal o estímulo ao crescimento econômico concomitante à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, propõe ações integradas entre instituições públicas e privadas com a colaboração da sociedade civil, como forma de estabelecer instrumentos financiadores, para garantir a competitividade e a sustentabilidade da região Oeste do Estado. Além dessa meta principal, o programa aponta algumas metas específicas de preservação do meio ambiente:

- 
- a. implementar projetos e ações, públicos e privados, que visem ao desenvolvimento permanente do Oeste da Bahia, voltados para a preservação ambiental, e que possibilitem a criação de empregos;
 - b. promover a pesquisa de tecnologias mais limpas e que possibilitem a exploração econômica sustentável dos recursos naturais do Oeste da Bahia;
 - c. estimular a criação de fóruns regionais de desenvolvimento e preservação ambiental, contribuindo para integrar e tornar mais eficaz a utilização dos recursos humanos e materiais da região;
 - d. apoiar as instituições regionais de preservação ambiental, no que se refere ao seu fortalecimento, democratização e melhoria da qualidade de suas ações; (BAHIA, 1997a, p. 187).

O programa estabelece, ainda, metas tecnológicas, de renda e de produtividade, a saber:

- a. promover projetos e ações, públicos e privados que incentivem a inovação tecnológica e o aumento da produtividade regional;
- b. apoiar projetos e ações, públicos e privados que visem a melhorar o nível de qualificação dos recursos humanos e a melhor distribuição da renda com a redução da pobreza e da exclusão social. (BAHIA, 1997a, p. 187).

O PDRS Oeste da Bahia foi mais abrangente nas suas propostas do que os programas anteriores. Incorporou questões contemporâneas relevantes da sociedade baiana e brasileira, como a ambiental, por exemplo. As ações propostas para a região do Oeste da Bahia consideravam a inserção regional na dinâmica produtiva globalizada, na competitividade, no redimensionamento das funções estatais e na prioridade das ações relacionadas ao meio ambiente.

O FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Das atividades econômicas, a agricultura é a que apresenta maior grau de incerteza decorrente do ambiente de risco deste setor. Há os riscos gerais inerentes às atividades produtivas como tecnológicos, institucionais, oscilações de demandas, entre outros; e aqueles decorrentes da especificidade da agricultura, entre os quais o de produção (climáticos e sanitários) e o de preços.

Além disso, há outras especificidades do processo produtivo agrícola, como sua descontinuidade, em decorrência da dependência da natureza. Isto faz com que o tempo produtivo da agricultura seja superior ao tempo de trabalho: o tempo decorrido entre plantio, tratamentos culturais, desenvolvimento da cultura e colheita do produto agrícola é, geralmente, mais longo do que o tempo de trabalho incorrido na sua produção. Desta forma, a disponibilidade de recursos financeiros, ao longo do processo produtivo agrícola, torna-se crucial.

O Quadro 8 sintetiza a estrutura do financiamento da atividade agropecuária no Brasil. Nele, evidencia-se a existência de três tipos de crédito rural:

- a. custeio - destina-se a suprir as necessidades de capital de giro para o desempenho do processo produtivo investimento e comercialização;
- b. investimento - visa a suprir recursos financeiros necessários à aquisição de equipamentos e construção de instalações;
- c. comercialização - está relacionada à política de preços mínimos.

Quanto às fontes de recursos financeiros, elas podem ser de 02 tipos: de baixo custo de captação e de captação de custos normais. Os recursos financeiros de baixo custo de captação decorrem da emissão

de moeda, de parcelas dos depósitos obrigatórios vinculados aos empréstimos para a agropecuária e aqueles transferidos do orçamento do Tesouro Nacional. Já os recursos financeiros de custo de captação normal originam-se de fluxos monetários livres captados pelas instituições financeiras, dos recursos obtidos no exterior, dos oriundos da caderneta de poupança rural, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Programa de Geração de Emprego Rural (Proger-Rural). (BACHA, 2004, p. 31).

Quadro 8 – Sistema Nacional de Crédito Rural

Tipos de crédito rural	Fontes de recursos	Finalidade do crédito
Custeio	Juros controlados e juros livres	Capital de giro
Investimentos	Juros controlados	Instalações e compra de equipamentos
Comercialização	Juros controlados e juros livres	Política de preços mínimos

Fonte: Adaptação do autor a partir de Secretaria de Política Agrícola, (2013, p.32).

Neste contexto, as políticas econômicas governamentais afetam o ambiente agropecuário, em termos genéricos, como as políticas fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas. E, em termos específicos, com as políticas de crédito rural, de garantia de preços mínimos, de seguro rural, de pesquisa e extensão agropecuária, entre outras. (BACHA, 2004, p.33). Nesta seção, será abordada, apenas, a política de crédito rural.

Conforme o Quadro 9, a institucionalização da política de crédito rural no Brasil surge em 1885, com a criação do penhor agrícola, ainda, durante o Império. Contudo, decorridos 52 anos, em 1937, é que o governo, por meio da Lei 492/85, estabelece instrumentos para o direcionamento de recursos financeiros para o campo. Este novo marco legal regulamenta o penhor rural e a cédula pignoratícia, além proporcionar as condições para a criação da CREAL. Mas, é no ano de 1965, que a Lei 4.829/65 cria SNCR.

A institucionalização da CREAL se constituiu na primeira política de consolidação de crédito rural no território nacional. Esta carteira de crédito será operacionalizada pelo Banco do Brasil, enquanto as atividades regionais ficarão sob a responsabilidade do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco de Crédito da Amazônia, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e de outras instituições governamentais estaduais.

Quadro 9 – Política de institucionalização do crédito rural no Brasil

Ano	Instrumentos
1885	Criação do penhor rural
1937	Regulamenta o penhor rural e a cédula pignoratícia e sistematiza a CREAL.
1965	Institui o SNCR

Fonte: Adaptação do autor a partir de Ramos e Martha Junior (2010, p. 14).

É a partir da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, que se constrói uma política efetiva de recursos creditícios ao setor rural. O SNCR tinha como objetivos financiar a produção agrícola, incentivar a modernização do campo com a adoção de insumos modernos, incrementar a formação de capital. Coube ao Conselho Monetário Nacional (CMN), instituição máxima de deliberação do Sistema Financeiro Nacional disciplinar e instituir as normas operacionais do crédito rural, e ao Banco Central (BACEN), o controle e a implementação das políticas. (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010, p.15).

A constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural será o vetor do processo de modernização do campo, integrando, de modo crescente, as atividades agrícolas à dinâmica produtiva da indústria e do setor de serviços. Taxas de juros diferenciadas e créditos financeiros fartos permitiram formar um conjunto de atividades de pesquisa agropecuária, assistência técnica, armazenagem, seguro e, ainda, um elenco de ações interligadas à agroindustrialização das matérias-primas rurais. (BELIK; PAULILIO, 2001, p.99).

A política de crédito rural, implantada a partir de 1965, foi fundamental para o processo de transformação da técnica produtiva dos estabelecimentos rurais, para a elevação da produtividade, estruturação dos complexos agroindustriais e para a integração dos capitais agrários à dinâmica do capital financeiro. (LEITE, 2009, p.55).

Contudo, a política de crédito rural, operacionalizada por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, não ocorreu de forma uniforme, ao longo da sua constituição. É possível distinguir 03 períodos com características distintas das políticas creditícias destinadas ao setor rural.

O Estado como principal financiador: 1960 a 1970

Neste primeiro período de política agrícola, havia, tanto no cenário econômico externo como no interno, uma grande disponibilidade de recursos monetários, ou seja, liquidez no mercado de crédito. Diante desta conjuntura, pode o Brasil adotar uma política de crédito expansiva. (GIORDANO DELGADO, 2009, p. 45).

Emerge, nesta fase, um novo padrão de financiamento agrário caracterizado por taxas de juros subsidiadas, predomínio dos bancos estatais e diretrizes de políticas financeiras direcionando à produção rural.

Esta política monetária expansionista de crédito rural com taxas de juros negativas, segundo determinadas finalidades, com prazos e carências amplas permitiu ao Estado articular os interesses das agroindústrias e, paralelamente, elevar a demanda por insumos modernos, fomentando mercado para a estruturação dos Complexos Agroindustriais. (DELGADO, 1985, p.79).

A redução do papel do Estado como financiador: 1980

Nesta fase, o Estado brasileiro realinha sua política de crédito rural ao novo contexto econômico do país, em decorrência da crise da dívida externa e de seus desdobramentos: dificuldade de acesso ao mercado internacional de crédito, aumento da remessa de juros para o exterior, em decorrência da elevação das taxas de juros internacionais, aceleração da taxa inflacionária e crise institucional-financeira do Estado brasileiro.

Desta forma, a política macroeconômica implementada, neste período, visou a, internamente, tornar possível os pagamentos dos serviços da dívida externa, evitar que a taxa de crescimento dos preços e o agravamento da dívida pública interna levassem a economia brasileira a um estágio de hiperinflação. Assim, optou-se por uma política recessiva da economia conjugada com uma política cambial de desvalorização da moeda nacional.

A política monetária, nesta fase de crise econômica, passa a ser uma política de contração da oferta de moeda, o que aumentou as taxas de juros internas e reduziu a oferta de crédito na economia. Essa diretriz monetária teve consequências imediatas na atividade agrícola. Com isso, tornou-se inviável a continuidade da política de crédito rural subsidiado prevaemente, até então (GIORDANO DELGADO, 2009, p.45).

Estas medidas afetaram, profundamente, o crédito rural. No âmbito da demanda, desestimularam a obtenção de recursos no SNCR com fins especulativos. No âmbito da oferta, eliminou-se, em 1986, a conta movimento do Banco do Brasil.

As novas bases de financiamento da produção agrícola a partir dos anos 1990

A evolução da política de crédito rural no Brasil na década de 1990 em diante, decorreu do contexto econômico mundial com o predomínio das ideias neoliberais. Neste cenário, passa-se a privilegiar as soluções de mercado e a redução das ações do governo na economia. Com isso, estimula-se a criação de mecanismos privados, como a CPR e as operações em bolsas de mercadorias, como foi o caso da poupança rural. (DELGADO, 1985, p. 79).

Os anos de 1990 se iniciam com uma forte redução do crédito rural, em torno de 45% em 1990, em comparação com 1989, segundo Rezende (2003, p.207). As causas dessa redução, conforme este autor, repousaram na inadimplência agrícola, contingenciando a disponibilidade de fundos para novos empréstimos, e no Plano Collor que reduziu os recursos do tesouro e restringiu recursos antes disponíveis para o setor agrícola, como foi o caso da poupança rural. (DELGADO, 1985, p. 80).

Desta forma, essas mudanças no financiamento rural evidenciaram para os setores comerciais e industriais integrados à montante e à jusante da agricultura, a necessidade de criarem instrumentos alternativos de financiamento rural. Contudo, esses novos mecanismos deveriam ser capazes de financiar a produção e a comercialização com uma internalização maior dos segmentos comerciais e industriais, por terem eles maior facilidade de acesso ao mercado financeiro e às bolsas de mercadorias. (PADILHA; MEDEIROS, 2010, p. 1).

Para isso, o governo criou, em 1994 a CPR, mecanismo que garantia os direitos, tanto dos vendedores, no caso os agricultores, quanto dos compradores, caso surgisse inadimplência nas operações. Paralelamente, o governo inseriu a agricultura nos fluxos financeiros internacionais que se dirigiam ao Brasil. Por meio de Resolução do

Banco Central, em 1995, criou a “63 Caipira”, mecanismo que isentava os fluxos dos capitais financeiros destinados à agricultura, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Além dessas medidas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entrou no financiamento do segmento agrícola e agroindustrial, pois havia uma grande disponibilidade de recursos financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). (BELIK; PAULILIO, 2001, p. 110).

O resultado do conjunto dessas medidas governamentais para a agricultura foi o surgimento de fontes alternativas de financiamento rural. (BELIK; PAULILIO, 2001, p. 117). As principais foram:

- a. Compra antecipada:
 - instrumento estruturado pela agroindústria com vistas a obter recursos no exterior, repassando-os aos agricultores, com a aquisição antecipada da sua produção.
- b. Cédula do Produtor Rural:
 - título emitido por cooperativas e produtores agrícolas, viabilizando recursos antecipados para o custeio das atividades do campo;
- c. FINAME Agrícola:
 - mecanismo operacionalizado pelo BNDES com vistas a disponibilização de recursos para investimentos em máquinas e instalações;
- d. Contrato de Investimento Coletivo:
 - visa captar recursos de grupos de investidores que têm como retorno a participação nos lucros decorrentes da engorda do gado e das ocasionais oscilações das cotações do produto;
- e. Pregão Eletrônico:
 - visa estabelecer contato direto entre compradores e vendedores. É operacionalizado via Internet e com uma corretora de valores.

O resultado desse conjunto de ações governamentais, implantada neste período, é o uso crescente de créditos agrícolas de origem privada pelos produtores rurais.

AS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS NA REGIÃO OESTE

Ao se observar a paisagem geográfica da expansão das últimas décadas da produção agrícola nos cerrados, ficam nítidos dois longos eixos que cortam esta região. Um, que se inicia, no Triângulo Mineiro e segue para o Sudoeste de Goiás, prosseguindo para o Mato Grosso no sentido norte, no entorno da BR-113, Cuiabá-Santarém. O outro que parte do Noroeste Mineiro (Unaí/Paracatu), segue pelo entorno de Brasília e passa em direção à região Oeste da Bahia, ao Sul do Maranhão e do Piauí. A disponibilidade de uma infraestrutura de transporte como os dois eixos apontados, foi um dos fatores importantes que contribuíram para a expansão agrícola nesta vasta região. Contudo, as condições naturais, mesmo com todos os avanços das técnicas agrícolas nos cerrados, continuaram a determinar e a condicionar a concentração produtiva em determinadas áreas dos cerrados. Neste território, aplainado pelas políticas governamentais das diversas esferas de poder, o capital avançará, moldando o espaço geográfico aos seus interesses. (DINIZ, 2006, p. 165).

Estes eixos rodoviários serão fundamentais para a nova dinâmica locacional das empresas agroindustriais neste espaço. A atividade agroindustrial pode ser dividida em dois grandes setores: um à montante que compreende as indústrias produtoras de máquinas, equipamentos, insumos agropecuários. O outro à jusante que engloba as indústrias transformadoras e de beneficiamento de produtos agropecuários, entre as quais as indústrias de bens intermediários e de produtos alimentares.

As indústrias de máquinas e equipamentos se localizam em regiões industriais mais avançadas, em decorrência da necessidade de externalidades e complementaridades interindustriais. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2012) apontam que a produção de máquinas agrícolas automotrizes, em 2011, teve a seguinte distribuição locacional: São Paulo produziu 28,5%, Rio Grande do Sul 45,4%, Minas Gerais 4,5% e Paraná 21,6%, ou seja, a produção de máquinas e implementos agrícolas concentrou-se nos Estados mais industrializados da federação.

As empresas de fertilizantes tendem a se instalar em regiões agrícolas dinâmicas ou em locais próximos às fontes de matérias-primas, pois, produzem produtos com maior peso e maiores custos de transporte. Assim, seguem uma orientação locacional direcionada pela proximidade da fonte de matéria-prima ou pela demanda de mercado, considerando a variável custo de transporte.

Já as firmas produtoras de insumos de utilização abrangente e intensivas em tecnologias não se instalam nas regiões agrícolas, pois possuem menor custo de transporte. Neste segmento, enquadram-se os produtos veterinários, herbicidas e defensivos agrícolas, entre outros. (DINIZ, 2006, p.81).

Por sua vez, as indústrias situadas à jusante da agricultura, como as de esmagamento de soja, matadouros-frigoríficos, descaroçamento de algodão, entre outras, preferem instalar-se próximas às regiões produtoras de suas matérias-primas, porque tem sua localização determinada pela redução de peso e pelo volume no processo de produção, induzindo-as ao deslocamento para perto das fontes produtoras. (DINIZ, 2006, p. 170).

Neste sentido, as grandes empresas agroindustriais, como a Cargill, Bunge, Xingu, entre outras, se farão presentes nos cerrados do Oeste baiano. Os sistemas técnicos destas empresas impuseram

uma reorganização do território do Oeste da Bahia, nas suas principais áreas de aptidão produtiva, proporcionando-lhes o controle vantajoso da produção. Os modernos sistemas técnicos agrícolas instituídos pelas agroindústrias tornaram o território mais fluido, em termos de produção granelifera, informações, capital e produtos processados. O complexo sistema das empresas agroindustriais compreende os escritórios que compram a produção, fornecem o crédito e exportam o produto, rede de silos, rede de transportes (caminhões, terminais portuários) e unidades de esmagamento de grãos.

Nesta engenharia empresarial, os escritórios das empresas agroindustriais, na região, tornam-se fundamentais para a regulação dos fluxos de produtos, informações e capitais, entre as diversas representações distribuídas em regiões e países diferentes, são pontos de conexão entre as regiões e o mundo, inserindo-as na dimensão produtiva global. Esta dispersão geográfica permite às agroindustriais concentrarem o controle dos fluxos de grãos, e demonstra o poder dessas empresas para usar a extensão territorial como recurso, instalando seus escritórios, estrategicamente, nos espaços mais rentáveis. (FREDERICO, 2010, p. 115).

As instalações das representações agroindustriais configuraram uma nova dinâmica de relações nas cidades, principalmente, nas menores cidades agrícolas, pois, o processo diretivo empresarial é externo às localidades, o que leva a uma especialização produtiva dos segmentos urbanos. Às empresas não interessam todos os tipos de produtos agrícolas, conseqüentemente, a produção restringe-se àqueles do interesse agroindustrial.

A formatação territorial do campo agrícola do Oeste da Bahia consolidou-se a partir das *tradings* capitalizadas que contribuíram para transformar esta região agrícola, em uma das mais modernas do território nacional. No entanto, elas também controlaram a produção com o fornecimento de sementes e fertilizantes, na compra da produção, no monopólio da armazenagem e no financiamento de crédito aos produtores.

Este controle da produção, no caso da soja, principal cultura da região, se inicia com a importação de fertilizantes usados no processo produtivo da soja, embora essa dependência seja parcial em virtude da BUNGE Fertilizantes e da Galvani, empresas instaladas na região, atenderem a uma parcela da demanda regional. Os fertilizantes são transportados para os cerrados da Bahia, por rodovias a partir dos portos de Ilhéus e Aratu, em Salvador-Bahia. Na fase seguinte, ocorre a produção nas propriedades rurais da região e seu transporte para as *tradings*, onde será armazenada e processada. Isto de uma maneira geral, porque há produtores que possuem estrutura de armazenagem própria para estocar o produto, ou, então, enviá-lo para cooperativas antes do processamento. Nesta situação, a venda às *tradings* pode ser postergada ou evitada. (ILÁRIO, 2011, p. 53).

Quando a soja se encontra nas dependências das agroindústrias, acontece o seu processamento, com a produção do farelo e do óleo degomado. Após esse processo, a soja e os produtos gerados são direcionados ao mercado interno e ao mercado externo. Para o mercado interno a soja, na forma de ração animal, é movimentada por rodovias que suprem toda a cadeia produtiva avícola nordestina, principalmente, os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba e Pernambuco. No âmbito externo, a soja e seus subprodutos são transportados por rodovias aos portos baianos de Aratu e Ilhéus e, a partir daí, para os mercados da Ásia e da Europa. Desta forma, o capital se expande pelo Oeste da Bahia e molda o território aos seus interesses. (ILÁRIO, 2011, p. 53).

A Tabela 19 mostra as maiores empresas agropecuárias no Brasil, em termos de vendas em 2014. Embora predominem as empresas com controle acionário nacional, observa-se a presença de empresas que possuem controle acionário internacional.

Tabela 19 – As 20 principais empresas agropecuárias,
em vendas 2014, instaladas no Brasil

Empresa	Controle	Vendas(em milhões U\$)	Crescimento (%)	Lucro	Rentabilidade
ADM	EUA	5.440,00	-	-	-
Louis Dreyfus	França	4.740,70	34,1	- 59,6	- 10,7
Coamo	Brasil	3.395,80	15,1	145,70	12,1
Frigorífico Minerva	Brasil	1.897,30	2,8	- 110,00	- 28,5
C. Vale	Brasil	1.600,60	11,6	19,1	4,4
Caramuru	Brasil	1.373,30	30,0	10,3	4,0
LAR	Brasil	1.113,40	16,3	16,2	5,9
Cocamar	Brasil	1.075,30	11,6	29,7	10,6
Comigo	Brasil	1.045,10	23,9	93,2	18,4
Cooperativa Agrária	Brasil	995,40	57,4	21,5	5,5
Beta agrícola	Brasil	867,30	16,1	24,1	22,3
Algar Agro	Brasil	813,40	37,4	3,1	1,7
Copacol	Brasil	771,40	10,3	26,4	8,96
Castrolanda	Brasil	750,70	12,1	24,2	10
Integrada	Brasil	745,70	6,5	10,1	6,1
Cooperativa Alfa	Brasil	715,60	10,5	32,2	10,8
Coopavel	Brasil	740,30	7,6	8,6	8,5
Frimesa	Brasil	621,20	19,3	14,1	11,9
LDC Agroindustrial	Brasil	554,60	14,56	- 54,4	- 16,9
Oleoplan	Brasil	535,50	17,0	27,9	19,8

Fonte: (REVISTA EXAME INFO, 2015).

A Tabela 20 demonstra que o setor empresarial (comércio, indústria e serviços), no Oeste da Bahia, expandiu-se de maneira concentrada, nas cidades de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães.

A primeira detém 54,98% das empresas atuantes nos municípios selecionados, enquanto a segunda fica com 35,26%. Já Formosa do Rio Preto participa com 4,45% das empresas e São Desidério com 5,31%. Estes municípios têm se mostrado mais atrativos em termos locais para as empresas. Principalmente, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, com Centros Industriais já estruturados, têm atraído indústrias de esmagamento e refino de soja, como a BUNGE e a Cargill, misturadoras de adubos, indústrias beneficiadoras e de fiação de algodão, indústrias de ração, entre outras.

Tabela 20 – Cadastro geral de empresas dos municípios selecionados do Oeste da Bahia, 2010

	Barreiras	Formosa do Rio preto	Luis Eduardo Magalhães	São Desidério
Número de empresas atuantes	3.683	298	2.362	356
Pessoal ocupado assalariado	21.934	1.825	11.856	3.471
Pessoal ocupado total	26.453	2.095	14.160	3.797
Salário médio mensal (SM)	2,1	2,3	2,1	2,5
Salários e outras remunerações (mil reais)	320.726	25.251	168.438	62.602

Fonte: IBGE (2014).

As indústrias de esmagamento e beneficiamento de soja passaram por uma reestruturação nas últimas décadas, com a concentração do setor em poucas empresas que dominam o mercado, formando mercados oligopolizados. Paralelamente, tem ocorrido um deslocamento das unidades agroindustriais produtoras de óleo e farelo de soja para novas regiões.

Até os anos de 1990, os Estados do Sul do país eram hegemônicos na capacidade de processamento de soja, no território nacional. A partir de então, passam a perder essa condição para a região

Centro-Oeste, com a expansão da capacidade de esmagamento e beneficiamento, principalmente, nos Estados do Mato Grosso, Goiás, Bahia e Piauí. Essa realocação das unidades produtivas ligadas ao complexo soja decorreu, em boa medida, da expansão do cultivo dessa cultura nesta região e em parte do Nordeste. Mostra-se uma forte relação entre a região de produção e as unidades de processamento redirecionadas, em função da diminuição dos custos.

No entanto, observam-se outros fatores condicionantes deste novo arranjo territorial do capital agroindustrial da soja. A Lei Kandir é um deles, ao estimular que o beneficiamento da soja ocorra no âmbito dos limites territoriais estaduais para reduzir os custos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Antes dessa Lei, o imposto pago no deslocamento da mercadoria, de um Estado para outro, transformava-se em crédito tributário e era compensado no ICMS das exportações. No entanto, como as mercadorias exportadas deixaram de pagar ICMS, não havia mais compensação a fazer. (PINAZZA, 2007, p. 76).

A melhoria do transporte rodoviário regional para o escoamento da produção foi outro elemento indutor de localização das plantas agroindustriais. Os investimentos federais em programas como Plano Brasil em Ação e Brasil Empreendedor, no governo de Fernando Henrique Cardoso e o Programa de Aceleração do Crescimento, do governo Luiz Inacio da Silva, ao reduzirem as precárias condições das rodovias, também favoreceram um novo arranjo locacional. E, por fim, o crescimento da avicultura e da suinocultura na região criou a demanda por farelo de soja, constituindo-se em forte estímulo a realocação industrial. Esse conjunto de fatores favoreceu, consideravelmente, o deslocamento das agroindústrias para essa região da Bahia. (ILÁRIO, 2011, p. 74).

Como se observa no Quadro 10, o elenco de fatores assinalados contribuiu para que diversas empresas agroindustriais se localizassem na região.

**Quadro 10 – Principais agroindústrias instaladas
na Região Oeste da Bahia, 2013**

Empresa	Atividade econômica	Município
BUNGE Alimentos S/A	Processamento de soja	Luis Eduardo Magalhães
Cargill Agrícola S/A	Processamento de soja	Barreiras
Frigorífico Regional de Barreiras Ltda	Frigorífico	Barreiras
Mauricéia Alimentos do Nordeste Ltda	Avicultura	Luis Eduardo Magalhães
Ovoeste Agroavícola Ltda	Avicultura	Barreiras
EMAPE	Avicultura	Barreiras
BUNGE Fertilizantes S/A	Fertilizantes	Luis Eduardo Magalhães
Galvani Fertilizantes da Bahia Ltda	Fertilizantes	Luis Eduardo Magalhães
Oeste Fibras Indústria e Comércio Ltda	Algodoeira	Luis Eduardo Magalhães
Serrana Industrial Algodoeira Ltda	Algodoeira	Luis Eduardo Magalhães
Gabel Grupo Algodoeiro Bezerra Lima Ltda	Algodoeira	São Desidério
Algodoeira Diamantina	Algodoeira	São Desidério
Agrícola Xingu S/A	Algodoeira	São Desidério

Fonte: BAHIA (2013).

Como demonstra, ainda, o Quadro 10, nos cerrados do Oeste da Bahia, estão instaladas diversas empresas agroindustriais de alcance não só regional, mas global. Dentre estas, a BUNGE, em Luis Eduardo Magalhães, a Cargill, em Barreiras e a Xingu, em São Desidério. São empresas que se destacam por terem uma relação mais próxima com os produtores da região, em particular com os que cultivam o algodão herbáceo, o milho e a soja. Este vínculo próximo entre *tradings* e produtores, embora essencial nas diversas fases do circuito territorial de produção, cria uma situação de dependência dos produtores frente às agroindústrias. (BAHIA, 2013).

No capítulo a seguir, demonstra-se não só como o capital, desde o início, foi seletivo territorialmente, privilegiando determinados espaços geográficos da região. mas também, essa dinâmica se refletiu nos aspectos sociais do Oeste baiano.

A large yellow number 5 is positioned on the right side of the image, partially overlapping the harvester's grain stream. The background shows a combine harvester's auger pouring a thick stream of golden grain into a field of harvested crops under a clear sky.

5

**SELETIVIDADE
TERRITORIAL
DO CAPITAL
E EXCLUSÃO
SOCIAL**

Este capítulo analisa o modelo seletivo de expansão do capital nos cerrados da Bahia e a dinâmica social dele decorrente.

O processo de seletividade territorial do capital ocorre, quando se privilegiam determinados espaços geográficos capazes de responder, rapidamente, à estruturação de uma atividade econômica, no caso em análise, a agrícola, baseada nas inovações científicas e técnicas, para se ter produção e consumo em termos globais e interligados aos outros setores econômicos. Em decorrência disso, o Oeste da Bahia não se homogeneizou, nem sua agricultura foi atingida, linearmente, pela difusão tecnológica, o que resultou em determinados espaços seletivos com bases técnicas de produção agrícola modernizadas. (ELIAS, 2003, p. 67).

O regime instalado no Brasil em, 1964, levou a região a um período de recessão econômica, porquanto, entre as medidas impostas à região, estava o recolhimento, pelo governo federal, dos barcos que navegavam nas linhas fluviais do São Francisco, que faziam o transporte de pessoas e mercadorias. Essas embarcações foram repassadas à estatal Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE) que se comprometeu a fabricar outros em substituição. No entanto, não produziu o suficiente para atender à demanda local, provocando o colapso dos meios de transporte, já que não havia, ainda, rodovias. Além disso, o governo federal assumiu a administração da hidrelétrica local que, em 02 anos, parou de distribuir energia, inviabilizando e provocando o fechamento das indústrias estabelecidas em Barreiras. Desempregados, os trabalhadores dessas empresas tiveram que emigrar para outros Estados e regiões. Para completar o processo, o governo militar destruiu, parcialmente, as instalações de comunicação do controle aéreo do aeroporto, deixando-o inativo. Desta forma, a recuperação de Barreiras, principal cidade regional, só ocorrerá em 1972, com a instalação do IV BEC, neste município. (COSTA; MONDARDO, 2013, p. 3).

Assim, ao analisar o padrão de crescimento do agronegócio, nos municípios que compõem a região Oeste da Bahia, fica evidente que essa expansão se deu de maneira seletiva no território, porque, dos 24 municípios, apenas 04 (Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério) passaram por um processo mais intenso de modernização de sua agricultura, demonstrando que a agricultura moderna não se expandiu de forma homogênea em todo o território do Oeste da Bahia, mas em determinados espaços.

A seletividade territorial se materializou nas políticas públicas destinadas a proporcionar mais fluidez à região, especialmente, na efetivação de políticas fundiárias, no direcionamento de financiamentos e na construção de infraestrutura rodoviária. Além dessas políticas, houve, também, a necessidade de o Estado adotar medidas complementares, como as políticas de crédito subsidiado de incentivos fiscais. O apoio das políticas governamentais, como o crédito agrícola, contemplou mais os agricultores estabelecidos nestas áreas, uma vez que ficara implícito um projeto de ocupação direcionado, principalmente e inicialmente, para esses espaços, como foi o caso do PRODECER que se estabeleceu no município de Formosa do Rio Preto. (ROCHA, 2010, p.62).

A expansão do capital agrário, nos municípios do Oeste da Bahia, ocorreu a partir da década de 1980, com a expansão do agronegócio, de forma desigual e seletiva. Nesse processo, esses 04 municípios se consolidaram como os espaços mais dinâmicos da região.

Vários fatores, no início do movimento de expansão da agricultura moderna, na década de 1980, contribuíram para a seletividade inicial do capital para determinados sub espaços regionais, como Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério, pois, o município de Luis Eduardo Magalhães (antigo distrito de Mimoso do Oeste) só iria surgir em 2000, depois de desmembrar-se de Barreiras.

A seletividade espacial do município de Barreiras, na reorganização produtiva agrícola do Oeste, decorreu de vários fatores no plano regional: de sua localização em relação às BR 242, que ligam Brasília à região Oeste baiana e à BR 135 que liga Brasília ao Piauí; da sua condição de polo econômico regional, da instalação do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (IV BEC) dos equipamentos de infraestrutura disponíveis, da implantação do PRODECER II (projeto Brasil Central e projeto Ouro Verde) que, embora estabelecido em Formosa do Rio Preto, abrangeu, parcialmente, áreas do município de Barreiras atualmente pertencentes à cidade de Luis Eduardo Magalhães e da constituição do perímetro irrigado Barreiras-São Desidério. (HAESBAERT, 1996, p. 376).

No âmbito da reorganização produtiva da região, as BRs 135 e 242 contribuíram, decisivamente, para a formatação do novo espaço produtivo, não apenas de Barreiras, mas de toda a região Oestina da Bahia. Essas duas rodovias aproximaram, no tempo e no espaço, Barreiras e a região dos grandes mercados de produção e de consumo do país. A localização geográfica dessas BRs, que cruzam o município de Barreiras, tornaram este espaço municipal mais progressista/desenvolvido, inicialmente, em relação aos demais do Oeste da Bahia.

A transferência do IV Batalhão de Engenharia e da Construção de Crateús, Ceará, para Barreiras, em 1972 foi crucial para estabelecer as bases para o posterior crescimento regional e a consolidação de Barreiras como espaço progressista, na nova dinâmica produtiva que estava emergindo. Até então, a inexistência de rodovias era um entrave ao crescimento econômico do município e da região como um todo. Além dos aspectos relacionados à construção da infraestrutura rodoviária necessária ao crescimento e integração da região, a instalação do IV BEC trouxe para Barreiras um contingente de 5.000 pessoas compostas por militares e seus familiares. (COSTA; MONDARDO, 2013, p. 3).

O perímetro irrigado de São Desidério/Barreiras Sul compreende uma área irrigável de 1.718 ha estabelecida nos municípios de Barreiras e São Desidério. Este projeto de irrigação da CODEVASF começou a operar em 1978. Sua infraestrutura abrange 99 km de canais, 155 km de rede viária, 93 km de drenos superficiais e 6 ha de drenos subterrâneos. Nesta área, composta apenas por lotes familiares, são cultivados pastagens, coco e milho que corresponderam, em 2012, a 85% do plantio. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, 2014).

Embora ainda precária, a rede de serviços de Barreiras era, significativamente, superior em relação aos demais municípios da região. A disponibilidade de serviços como hotelaria, telefonia, bancos, ensino e hospitais tornaram-se fatores de atração a uma cidade inserida em uma região que vivenciava a migração de pessoas de outras regiões do país. Os dados do recenseamento geral do Brasil de 1980, para o Estado da Bahia, mostram que dos 1.761 estabelecimentos comerciais da microrregião dos Chapadões do Alto Rio Grande, composta então por 12 municípios, a cidade de Barreiras participava com 507 casas de comércio, ou seja, 28,79%. Em relação ao pessoal ocupado nas atividades comerciais, esta microrregião possuía 3.506 trabalhadores, enquanto Barreiras detinha 1.385, o que representava 39,50% do total regional. Isso comprova a liderança do município de Barreiras, na disponibilização de toda uma infraestrutura de serviços na região. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1995-1996).

O município de Formosa do Rio Preto, distando 1026 km da capital e sendo o município baiano mais longínquo de Salvador, foi constituído, em dezembro de 1961. Sua economia pretérita caracterizava-se pela criação de gado e agricultura de subsistência. Na década de 1980, o cenário econômico e social desse município iria mudar profundamente. (ROCHA, 2010, p. 62).

O fato responsável por estas mudanças foi a implantação, em 1982, do PRODECER II, neste município, com 02 projetos: Ouro Verde e Brasil Central. O primeiro projeto abrangeu uma área de 16.404 ha e assentou 48 famílias, enquanto o Brasil Central foi responsável por fixar 38 famílias em 15.058 ha, em um total de 86 agricultores e suas respectivas famílias, para um investimento de R\$ 67.000.000,00. Os agricultores selecionados eram originários das regiões sul e sudeste do Brasil e já possuíam experiência agrícola. Ressalte-se que este município não fazia parte, inicialmente, das áreas pré-selecionadas para a expansão do PRODECER na Bahia. No entanto, dada a sua vegetação preponderantemente de cerrados, foi escolhido para a implantação desses dois projetos de colonização. (ROCHA, 2010, p.62).

Com a implantação desses projetos e o afluxo de agricultores e técnicos do sul e sudeste do país a economia local sofre transformações, passando de uma agricultura de cultivos de subsistência, em quase sua totalidade, para a produção de *commodities* agrícolas. (ROCHA, 2010, p.62).

Os fluxos migratórios decorrentes da instalação desses projetos deram uma nova configuração espacial e visibilidade ao município. Assim, outros produtores não vinculados ao PRODECER, atraídos pelo potencial agrícola e produtivo, fixaram-se em áreas desse município e, também, em espaços adjacentes. Dessa forma, no período entre 1980 e 1990, Formosa do Rio Preto passou de uma população residente de 11.883 para 15.071, um acréscimo populacional de 6.405 habitantes, representando um incremento de 53,90%, conforme os censos demográficos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1980, 1990, 2000), tendo um efeito multiplicador na população, na área produtiva, no uso de tecnologias modernas, entre outros aspectos.

A Proximidade de São Desidério com o principal polo econômico regional estimulou e foi um motivo de atração para que muitos migrantes, que vieram à região em buscas de terra a preços convidativos, se

estabelecessem neste município. Das cidades circunvizinhas a Barreiras, São Desidério é a que fica mais próxima, 28 km de distância. Isto implica o estreitamento de relações econômicas, sociais e políticas entre esses dois municípios, tornando o custo de oportunidade de localização entre um ou outro município mínimo.

O perímetro irrigado de São Desidério/Barreiras Sul está localizado dentro dos limites territoriais de Barreiras e de São Desidério comprovando aos migrantes da região sul e sudeste, o potencial regional-municipal para a introdução de novas tecnologias agrícolas de irrigação. Esse efeito demonstração foi importante para atrair para o município, inclusive por que ele dispõe de 24 rios perenes, agricultores interessados na implantação, também, de culturas irrigadas. Em 1980, a população de São Desidério era de 14.926 e em 2000 atinge 19.006, um acréscimo populacional de 4.080 pessoas, ou seja, de 27,33%, incremento que demonstra a atração que este município exerceu sobre os fluxos migratórios oriundos do sul e sudeste do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1980).

A Tabela 21 sintetiza as principais causas¹⁰, para a seletividade inicial do capital em 03 (três) municípios da região. Por seu intermédio, é possível perceber que, para os entrevistados, 04 (quatro) causas foram fundamentais para esta localização inicial dos produtores: topografia plana facilitadora da mecanização da produção; índices pluviométricos acompanhados pela regularidade na distribuição das chuvas e qualidade das terras, estas consideradas as principais, sendo relevantes, também, clima, malha rodoviária existente à época, recursos hídricos, razoável estrutura urbana e tecnologia. Outras causas foram mencionadas como o preço das terras, a sua disponibilidade e os custos iniciais baixos. No entanto, essas causas não justificariam a seletividade intrarregional, pois o preço e a disponibilidade das terras, ainda, eram semelhantes, em quase todos os municípios da região, não havendo grandes diferenciais, nem em termos de custos iniciais.

10 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.


Tabela 21 – A seletividade espacial do agronegócio na região dos cerrados do Oeste baiano

Causas da seletividade	%
Topografia plana	18,18
Clima	9,09
Qualidade das terras	12,12
Índice pluviométrico	21,21
Regularidade das chuvas	15,15
Malha rodoviária existente	6,07
Recursos hídricos	3,03
Razoável estrutura urbana	3,03
Tecnologia	3,03
Outras	9,09
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os primeiros migrantes a chegarem ao Oeste baiano, na década de 1980, concentraram-se, inicialmente, nas áreas situadas às margens da Serra Geral próximas aos territórios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério. O município de Luis Eduardo Magalhães só surge em 2000, desmembrado do território de Barreiras. Este espaço geográfico possui bons níveis pluviométricos e maior regularidade de chuvas, entre outros fatores de atração, o que tornou estas terras as mais valorizadas da região. À medida que se avança mais para o leste da região, as áreas são menos valorizadas e predominam a pecuária e a silvicultura. (COSTA; MONDARDO, 2013, p.4).

Pode-se, sinteticamente, considerar que a expansão geográfica da soja pelo território nacional, principalmente, para a região Centro-Oeste, incluindo o Oeste da Bahia, decorreu, além dos fatores locais, de fatores externos e internos. Entre os fatores externos relevantes podem-se assinalar:

- 
- A vertical photograph on the left side of the page shows a combine harvester in a field during sunset. The sky is a mix of green and orange, and the field is golden. The harvester is in the middle ground, moving from left to right.
- a. aumento do consumo mundial de carne – A expansão da produção de soja teve forte estímulo com o crescimento do consumo mundial de carne animal, porque, cerca de 90% de toda a produção de soja é direcionada ao processamento industrial para sua transformação em farelo, para ração animal e óleo;
 - b. globalização dos hábitos de consumo – Nos últimos 50 anos, tem ocorrido, em nível mundial, a padronização dos hábitos alimentares, com destaque para a generalização do consumo de óleos de palma, de girassol e de soja, concomitantemente à expansão global de culturas como arroz, trigo, soja e milho. A soja foi um dos primeiros produtos a ter uma política deliberada de generalização do seu consumo em nível global. Desta forma, cresceu, expressivamente, no mercado mundial, a demanda de soja, tanto para o consumo animal como humano;
 - c. a necessidade japonesa de grãos e farelo de soja – Eram os EUA que abasteciam o Japão com esses produtos, porém, em 1975, restringem suas exportações o que redundava em problemas para o Japão que era dependente dos grãos e farelos norte-americanos. Assim, este país asiático sai em busca de novos fornecedores de soja, para cobrir seu déficit do produto e eliminar a dependência exclusiva do grão dos EUA; e;
 - d. mercado internacional favorável nos anos 1970, devido a perdas nas colheitas da China e da ex-URSS e da pesca de anchova no Peru, atividade para a qual era empregado o farelo de soja na produção de ração para animais domésticos, procedimento que passa a ser adotado, também, pelos fabricantes de rações, a partir de então. (SCHLESINGER, 2006, p.123).

No plano nacional, a produção de soja, até a década de 1980, esteve concentrada nos Estados da região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Entre os fatores internos que contribuíram para esta localização produtiva da soja, inicialmente, estavam:



- a. ecossistema da região sul do país semelhante ao que prevalecia no sul dos EUA, facilitando, portanto, a transferência de tecnologias produtivas e adoção de novos cultivares;
- b. implantação da operação Tatu, no Rio Grande do Sul, no final da década de 1960, disseminando a prática da calagem e da fertilização em solos ácidos e inférteis capazes de aumentar a produtividade e a produção agrícola;
- c. disponibilização de incentivos fiscais aos produtores de trigo, os quais utilizavam, no período seco, as mesmas áreas, mão-de-obra e maquinário agrícola para a produção da soja;
- d. surgimento de agroindústrias processadoras de soja e de um parque de produção industrial de máquinas e implementos agrícolas e insumos;
- e. melhoria do sistema de transporte para deslocamento e escoamento da produção, portos e sistemas de comunicações facilitadores do processo de exportação;
- f. surgimento do sistema cooperativista de apoio às atividades de produção, comercialização e industrialização da soja;
- g. facilidade de mecanização completa do processo produtivo da soja; e
- h. estabelecimento de diversos órgãos de pesquisa agropecuária públicos, em nível federal e estadual. (DALL'AGNOL, 2008, p. 8).

No âmbito dos fatores internos, em nível nacional diretamente estimuladores para a expansão da soja, na região Centro-Oeste, destacam-se:

- a. políticas fiscais disponíveis atrativas e direcionadas ao desbravamento de novas áreas, para a produção agropecuária,



aquisição de máquinas e equipamentos e construção de logística de armazenagem e silos;

- b. o baixo preço da terra, na região, em relação ao valor do solo no sul e sudeste do país;
- c. incentivos governamentais à localização de agroindústrias na região;
- d. desenvolvimento de pesquisas tecnológicas para a produção de soja nos cerrados;
- e. superfície terrestre favorável ao emprego de máquinas e equipamentos modernos;
- f. nível econômico, tecnológico e experiências dos agricultores sulistas que migraram para essa região com a cultura da soja;
- g. disponibilidade de sistemas de transporte para o escoamento da produção agrícola regional;
- h. construção da BR Belém-Brasília e da capital do país;
- i. instalação de agroindústrias produtoras, processadoras de soja e carne na região; e
- j. padrão pluviométrico regional propício às culturas de verão. (DALL´AGNOL, 2008, p. 9).

Contudo, a soja continuou a se expandir pelo território nacional, alcançando o Nordeste: Bahia, Maranhão e Piauí, Estados nos quais a soja reproduz a trajetória ocorrida na região Centro-Oeste, em termos de padrões técnicos de produção, além de outros fatores de atração regional. (DALL´AGNOL, 2008, p. 9).

Este processo de expansão do agronegócio, nos cerrados do Oeste da Bahia, além de territorialmente seletivo, foi socialmente

excludente. Contemplou com as políticas e subsídios governamentais poucos produtores da região e manteve a estrutura fundiária desigual, como demonstra a própria implantação do PRODECER, no Oeste da Bahia com a seletividade dos investimentos governamentais e privados, tendo, como consequência, a crescente desigualdade econômica e social, neste espaço rural.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A concentração fundiária no Brasil, e no Estado da Bahia, tem sua origem na colonização e no processo de ocupação do território nacional. A colonização e a ocupação crescentes do território da Bahia se configuraram como um empreendimento comercial alicerçado na grande propriedade. Além da dimensão econômica, outros fatores contribuíram para a formatação fundiária baiana como os sociais, culturais, históricos e naturais.

De um modo geral, as terras com melhor qualidade, geralmente, têm um melhor aproveitamento agrícola, em termos de produção e produtividade. Além disso, requerem um grau de inversão menor. Já as áreas com qualidade inferior necessitam de uma inversão maior de recursos e maior extensão para desenvolverem a produção, estimulando a concentração da terra. Outros fatores, também, contribuíram para a crescente concentração das propriedades rurais no Estado, como o histórico, por exemplo, neste caso, o regime de sesmarias com a ampla distribuição de terras a poucas pessoas; e os fatores socioculturais como a posse de grandes áreas de terras, mesmo improdutivas, apenas como demonstração de prestígio e poder. (SILVA; MENDES, 1998, p.60).

A constituição, a partir da década de 1970, da nova fronteira agrícola no Oeste da Bahia, com a ruptura do isolamento em que se encontrava este espaço geográfico baiano, tornou-se realidade com a construção das BRs 242 (Barreiras-Salvador) e da BR 020 (Brasília-Fortaleza). Posteriormente, com o crescimento agrícola dinamizado, na década de 1980, ocorreram outras mudanças significativas neste território.

Como se observa, ainda de acordo com a Tabela 22, a região Oeste e os municípios selecionados, antes do advento do processo de modernização agrícola, já apresentavam elevados índices de concentração da propriedade da terra. Embora utilizada na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva, a posse da terra era símbolo de prestígio e poder, mesmo considerando-se seu baixo preço, em relação a outras regiões. Após a introdução da agricultura moderna, os índices de concentração fundiária da região oeste do estado e dos municípios analisados se elevaram, tornando a distribuição fundiária muito mais concentrada, mesmo comparando-a ao Estado como um todo.

Tabela 22 – Gini – concentração fundiária: Bahia, Oeste e municípios selecionados – 1975/2006

Território	1975	1980	1996	2006	Variação % 1975-2006
Bahia	0,795	0,821	0,829	0,803	+ 1,01%
Oeste	0,786	0,833	0,83	0,824	+ 4,83%
Barreiras	0,847	0,946	0,831	0,902	+ 6,49%
Formosa do Rio Preto	0,809	0,870	0,910	0,882	+ 9,02%
Luis Eduardo Magalhães*	-	-	-	0,700	-
São Desidério	0,889	0,965	0,915	0,891	+ 0,22%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de IBGE (1975, 1980, 1995-1996, 2006).

* O município de Luis Eduardo Magalhães só foi criado em 2000.

Ressalte-se que, no âmbito da região, encontram-se preços variados para a terra, atualmente, que se atrelam a fatores como índices pluviométricos, regularidade das chuvas, disponibilidade de mananciais,

entre outros. Aquelas terras que já têm anos de cultivo de grãos e possuem bons índices pluviométricos, distribuição regular das chuvas e disponibilidade de recursos hídricos são as mais valorizadas e alcançam preço em torno de R\$ 21.000,00 o hectare. Já aquelas terras cultivadas, mas com condições pluviométricas e distribuição de chuvas irregulares o preço médio situa-se em R\$ 8.500,00, por hectare. As terras brutas são encontradas, em média, a R\$ 3.500,00 o hectare.¹¹

Um dos fatores da região que atraiu o migrante foi o baixo preço da terra. Na atualidade, cujos dados estão sintetizados na Tabela 23, a maioria dos entrevistados considera que os preços se encontram em níveis médio e alto (72,72%), fato que comprova a valorização que este ativo regional sofreu, ao longo das últimas décadas.

Tabela 23 – Avaliação do preço da terra no Cerrado do Oeste da Bahia

Preço	Respostas	Percentual (%)
Baixo	-	-
Médio	5	45,45
Alto	3	27,27
Não sabe	3	27,27
Total	11	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 24, mostra que para a maioria dos entrevistados (72,73%) há disponibilidade de terras, no Oeste da Bahia, para a expansão produtiva da agricultura. A ocupação inicial dos cerrados da Bahia, conforme assinalado, se deu nas áreas que margeavam a Serra Geral. Por via do desenvolvimento propiciado pelos órgãos competentes e com a adoção dessas novas tecnologias pelos produtores, principalmente, em termos de cultivares adaptados ao solo regional, correção e fertilidade dos solos, foi possível expandir as áreas cultivadas mais para o leste, espaço anteriormente dominado pela pecuária).

¹¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

Tabela 24 – Disponibilidade de terras para a agropecuária na região

Resposta	Há disponibilidade de terras	Percentual (%)
Sim	8	72,73
Não	3	27,27
Não sabe	-	-
Total	11	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estima-se que há a possibilidade de se alcançar o plantio de 5 milhões de ha para diversas culturas de sequeiro e irrigada, nos quais 2,5 milhões destinados às macroculturas (soja, algodão e milho) e o restante para culturas como eucalipto, café, entre outras.

DINÂMICA PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS

Ao longo desta pesquisa, procurou-se apontar os impactos e as transformações econômicas, sociais e ambientais pelos quais esta região passou, entre estes, as modificações na estrutura fundiária regional.

A desigualdade na posse da terra, no Oeste da Bahia, não é um fenômeno isolado, porquanto nacional, e se posta como componente central na história da evolução da ocupação do território nacional e da formação da sociedade brasileira. É emblemática a forma como os recursos naturais são apropriados, em tempos passados, e atuais, no Brasil.

A Tabela 25 aponta, entre outras variáveis, as áreas destinadas aos estabelecimentos rurais. É possível perceber que, dos quatro municípios analisados, para o ano de 2006, Barreiras é o que apresenta a menor área de estabelecimentos com culturas temporárias, como também, o menor número de propriedades rurais produtoras de soja. Quando se considera o número total de estabelecimentos

agrários com culturas temporárias, São Desidério detém o maior número de estabelecimentos, assim como possui a maior área com estabelecimentos agrários.

Tabela 25 – Estabelecimentos rurais e produção de soja: Brasil, Bahia, Oeste da Bahia e municípios selecionados - 2006

Localidade	Números de estabelecimentos rurais	Área dos estabelecimentos rurais (ha)	Números de estabelecimentos rurais com lavouras temporárias	Área dos estabelecimentos rurais com culturas temporárias (ha)	Números de estabelecimentos rurais produtores de soja
Brasil	5.204.130	354.865.534	1.881.325	48.913.424	217.015
Bahia	765.498	27.650.772	450.896	2.984.751	769
Oeste	43.498	6.425.219	25.879	1.306.138	646
Barreiras	1.982	371.017	1.145	129.364	73
Formosa do Rio Preto	1.617	614.318	988	307.830	133
Luis Eduardo Magalhães	342	253.338	249	137.201	135
São Desidério	1.869	843.776	1.211	344.035	126

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de IBGE (1975, 1980, 1995-1996, 2006).

A Tabela 26 permite analisar a evolução do número de estabelecimentos agropecuários, no período de 1985 a 2006, tanto do Estado da Bahia, como dos municípios selecionados. É neste espaço temporal, que a agricultura produtivista se expande e se consolida, na região dos cerrados do Oeste baiano.

**Tabela 26 – Área média (há) dos estabelecimentos agropecuários:
Bahia e municípios selecionados – 1985/2006**

Território	1985	1995	2006	Variação % 1985-2006
Bahia	45,24	42,69	36,12	- 20,16
Barreiras	248,71	330,64	187,87	- 24,46
Formosa do Rio Preto	679,84	735,05	379,91	- 44,12
Luis Eduardo Magalhães	-	-	747,97	-
São Desidério	240,66	451,60	451,46	+ 87,59

Fonte: IBGE (2014).

De 1985 a 2006, a área média dos estabelecimentos agropecuários, na Bahia, teve uma redução de – 20,16%, contrastando com os três municípios Oestinos que tiveram um incremento médio, nas áreas dos seus estabelecimentos agrários, de 6,33%, destacando-se o município de São Desidério que apresentou um crescimento da área média das propriedades rurais de mais de 87,59%.

As Tabelas 27, 28, 29 e 30 apresentam os estratos de áreas dos estabelecimentos agropecuários dos municípios selecionados, os mais dinâmicos do agronegócio regional. Nestas tabelas, fica evidente que as desigualdades da posse da terra, nesta região, continuam a persistir.

A Tabela 27, das áreas dos estabelecimentos agropecuários de Barreiras demonstra que, no período de 1985 a 2006, os estratos de áreas de propriedades rurais com menos de 10 hectares elevaram-se de 0,74% para 0,83%. Aqueles situados entre 10 e menos de 100 há apresentaram um aumento de 3,61% para 5,60%. As propriedades rurais entre 100 e até menos de 1.000 ha passaram de 18,00% para 19,34%, enquanto as de 1.000 ha e mais diminuíram de 77,65% para 74,23%. Ou seja, embora a estrutura da propriedade rural, nesta região, já se encontrasse concentrada, a dinâmica agrícola moderna manteve essa concentração sem oscilações significativas.

Tabela 27 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área Barreiras, Bahia – 1985/2006

Estrato de área	Área (ha) dos estabelecimentos rurais – 1985	Área (ha) dos estabelecimentos rurais – 1995	Área (ha) dos estabelecimentos rurais – 2006
Menos de 10 ha	3.756,00	19.017,10	3.080
De 10 há a menos de 100 ha	18.330,00	124.144,47	20.782
Estrato de área	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 1985	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 1995	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 2006
De 100 há a menos de 1000 ha	91.276,00	438.829,64	71.754
1.000 há e mais	393.766,00	584.571,90	275.399
Total	507.128,00	1.169.143,80	371.015

Fonte: Projeto GeografAR (2013).

No caso do município de Formosa do Rio Preto, a Tabela 28 mostra que o estrato de menos de 10 ha decresceu, no período em análise, de 0,20% para 0,14%. As áreas dos grupos de propriedades localizados com 10 a menos de 100 ha, também, apresentaram elevação de 1,40% para 3,19%. O mesmo desempenho ocorreu no estrato de 100 a menos de 1000 ha, com um aumento de 7,32% para 13,49%. No último estrato de 1000 e mais de ha, ocorreu uma queda de 91,08% para 83,18%.

Tabela 28 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área Formosa do Rio Preto, Bahia – 1985/2006

Estrato de área	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 1985	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 1995	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 2006
Menos de 10 ha	2.237,00	1.239,11	856
De 10 há a menos de 100 ha	15.410,00	13.520,89	19.608

De 100 há a menos de 1000 ha	80.752,00	94.827,37	82.857
1.000 há e mais	1.004.303,00	691.615,00	510.998
Total	1.102.702,00	801.202,37	614.319

Fonte: Projeto GeografAR (2013).

As mudanças na estrutura da propriedade rural de São Desidério não se mostram diferentes das dos demais municípios, como Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto. De acordo com a Tabela 29, as áreas das propriedades agrárias com menos de 10 ha reduziram-se de 0,78% para 0,24%. As situadas entre 10 e menos de 100 ha subiram de 2,67% para 2,71%. Os estabelecimentos rurais de 100 a menos de 1000 ha tiveram um declínio de 9,36% para 8,10%, e os situados entre 1000 e mais ha passaram de 87,19% para 88,95%, tendo aumentado a concentração.

Tabela 29 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área São Desidério – 1985/2006

Estrato de área	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 1985	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 1995	Área (ha) dos estabelecimentos rurais - 2006
Menos de 10 ha	5.861,00	1.239,11	2.017
De 10 há a menos de 100 ha	20.064,00	13.520,89	22.367
De 100 há a menos de 1000 ha	70.323,00	94.827,37	66.767
1.000 há e mais	655.255,00	691.615,00	733.431
Total	751.503,00	801.202,37	824.582

Fonte: Projeto GeografAR (2013).

Os dados da Tabela 30 mostram que o município de Luis Eduardo Magalhães, embora a pesquisa só tenha obtido os números de 2006, acompanha a estrutura de concentração fundiária dos demais municípios analisados. Os estabelecimentos rurais com menos de 10 há detinham 0,07% da área total das unidades agrícolas; os com dimensões de

10 ha a menos de 100 ha representavam 1,66% do geral, aqueles com mais de 100 ha menos de 1.000 ha ficaram com 22,82%, enquanto os com 1000 ha ou mais detinham 75,45% da área geral.

Tabela 30 - Área dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área Luis Eduardo Magalhães - 2006

Estrato de área	Área (ha) dos estabelecimentos rurais – 2006
Menos de 10 ha	170
De 10 há a menos de 100 ha	4.207
De 100 há a menos de 1000 ha	57.804
1.000 há e mais	191.151
Total	253.332

Fonte: Projeto GeografAR (2013).

Desta forma, nos cerrados do Oeste da Bahia, o pacote tecnológico para a expansão da produção de grãos, em particular a soja, e a articulação com o comércio internacional de *commodities* impuseram a esta região, como condição à sua inserção no mercado mundial, a produção em grande escala. Esta produção de grãos como a soja e o milho e a incorporação da moderna produção de algodão implicaram a concentração fundiária regional, conforme apontam as informações das tabelas apresentadas. Pode-se concluir que a produção da soja, do milho e do algodão em grande quantidade mantiveram o processo de desigualdade da propriedade da terra que já caracterizava este espaço geográfico ocupado, ao longo do tempo, por uma pecuária extensiva.

DINÂMICA SOCIAL

O nível de consumo de água encanada relaciona-se, diretamente, com a saúde da população, tendo efeitos positivos na saúde pública, de tal maneira que, quanto mais abrangente a canalização de água, melhor

para o bem estar da população. O abastecimento de água canalizada do Oeste baiano apresenta-se inferior ao percentual do Estado (96,3%) e ao do Brasil (93,5%), ou seja, há, ainda, uma parcela da população desses municípios (19,10%) que necessita de água canalizada. No entanto, o abastecimento médio de água encanada dos municípios citados, de 80,90%, supera o da região nordestina que se situa em 74,90%. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

O consumo de energia elétrica é outro importante indicador do nível de crescimento econômico de uma região, município ou localidade. Os dados constantes na tabela 35 sobre o consumo de energia elétrica global no Brasil, na Bahia, na região Oeste e nos municípios selecionados, revelam que os quatro municípios pesquisados apresentam um acesso médio a este serviço de 95,12% superior ao consumo médio da região Oeste como um todo e inferior, tanto ao consumo do Estado (96,43%), como ao do país (98,73%). Evidencia-se que nos municípios de maior dinamismo do agronegócio o consumo de energia elétrica acompanhou essa expansão. Tanto foi assim, que o consumo médio destes municípios supera o da região em que eles estão inseridos. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

A Tabela 31 apresenta as escalas de acesso aos serviços básicos, em 2010, para o Brasil, a Bahia, o Oeste do Estado e os municípios selecionados. A coleta de lixo, nos quatro municípios relacionados, atinge um nível de 95,51%, superando a coleta média de 87,49%, da região. Oeste, inferior em nível do Estado que é de 98% e do Brasil, de 98,5%. Também, neste indicador, os quatro municípios de maior expansão da agricultura produtivista apresentam os melhores índices de coleta de lixo que no Oeste do Estado. Vale observar que esta coleta se dá, apenas, nas áreas urbanas, com exceção do município de Barreiras, que faz o recolhimento em alguns povoados rurais.

Tabela 31 – Acesso aos serviços básicos – 2010

Serviços básicos	Brasil	Bahia	Oeste	Barreiras	F. do Rio Preto	L. Eduardo Magalhães	S. Desidério
Água encanada	93,5%	96,3%	74,90%	92,32%	73,58%	93,82%	63,90%
Energia elétrica	98,73%	96,43%	92,97%	99,36	90,12%	99,41%	91,60%
Coleta de lixo*	98,5%	98%	87,49%	97,30	92,41%	97,18%	95,14%

Fonte: PNUD (2014).

* Refere-se à coleta urbana, apenas, o município de Barreiras, a partir de 2014, instalou containers para depósito e posterior recolhimento de lixo nos principais povoados rurais.

No que se refere à canalização de água, a Tabela 31 indica que a Bahia tem o melhor índice, superando, inclusive, o Brasil. Os quatro municípios analisados apresentam um índice médio de canalização de água de 80,91%, inferior aos indicadores do Brasil e da Bahia.

Em termos de distribuição de energia elétrica, na mesma Tabela 30, os quatro municípios apresentam um índice de 95,12%, abaixo do Estado e do Brasil. Neste indicador, Luis Eduardo Magalhães tem o melhor acesso à distribuição de energia elétrica.

CADEIA PRODUTIVA REGIONAL

A Tabela 32 apresenta os destinos que a produção de soja dos cerrados da Bahia, na safra 2012/2013 seguiram. Observa-se que a exportação prepondera, embora por pouca margem. Há, na região, atualmente, 07 *tradings* compradoras das quais 02 fazem a moagem dos grãos e todas as 07 concorrem entre si, para a aquisição desse produto. De modo que esta cultura apresenta ótima liquidez.

Tabela 32 – Destino da produção de soja safra 2012/2013, Oeste da Bahia

Destino	Quantidade (t)	%
Exportação	1.577.900	58
Mercado interno	1.650.000	42
Total	3.227.900	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para armazenar toda essa produção, é necessária uma adequada estrutura de armazenagem, necessidade esta, em maior ou menor grau, de todo o espaço geográfico da produção de alimentos, como é o caso dos cerrados da Bahia. Esta necessidade alcança as várias etapas, desde as localidades de produção, passando pelo transporte, ainda não beneficiado do produto, chegando aos estabelecimentos de industrialização e formando os estoques dos atacadistas e varejistas. Além disso, há, ainda, a necessidade de estoques para as mercadorias importadas e exportadas.

Na Tabela 33 pode-se analisar como a rede de armazenagem está distribuída, tanto espacialmente, quanto em termos de capacidade. Observa-se que o município de Luis Eduardo Magalhães, com uma capacidade estática de armazenagem de 1.130.239 toneladas de grãos, representa 30,64% do total da região Oeste. Ainda, entre os municípios selecionados, São Desidério fica com 22,21%, Barreiras com 16,09%, e Formosa do Rio Preto com 9,93%.

Tabela 33 – Distribuição espacial da logística: capacidade estática de armazenagem de grãos - Brasil, Bahia, Oeste da Bahia e municípios selecionados, março 2014

Território	Convencional		Granel		Total	
	Quantidade	Capacidade(t)	Quantidade	Capacidade(t)	Quantidade	Capacidade(t)
Brasil	5.825	21.490.178	10.433	116.550.287	17.379	146.152.453
Bahia	346	869.239	289	3.162.385	635	4.031.624

Oeste	198	549.836	283	3.139.272	483	3.689.108
Barreiras	41	91.788	51	501.709	92	593.497
Formosa do Rio Preto	22	56.297	25	309.896	47	366.193
Luis Eduardo Magalhães	42	178.174	58	952.065	100	1.130.239
São Desidério	57	118.774	89	700.672	146	819.446

Fonte: Adaptado a partir de CONAB (2014).

Samuel Frederico (2009) assinala que uma rede de armazenagem é essencial no processo de produção agrícola devido a vários fatores, a saber:

- a. no plano da regulação de estoques, funciona para equalizar a sazonalidade da produção com o consumo contínuo do produto; e na normalização do equilíbrio de mercado interanual afetado por intempéries climáticas ou oscilações negativas de preços;
- b. no plano estratégico, os estoques são formados visando a suprir o abastecimento de grãos em períodos bélicos e, politicamente, nas relações entre Estados nacionais; e para suprir o abastecimento da população em épocas de quebra de safra e, ainda, para estocar o excedente agrícola não exportado. (FREDERICO, 2009).

Em termos de estrutura de regulação de estoques no Oeste baiano, a capacidade estática desempenha um fator importante, pois, ela se constitui no volume interno disponível de armazenagem que não sofre variação, podendo ser medida em termos de metros cúbicos ou toneladas. Nesta capacidade de armazenagem, diferenciam-se os armazéns convencionais dos armazéns graneleiros. Os armazéns convencionais destinam-se à estocagem de produtos ensacados, têm uma estrutura horizontal e forma de retângulo e não

possuem mecanização de carga e descarga de grãos. Por sua vez, os armazéns graneleiros são estruturas mais avançadas e complexas que possuem em suas instalações moega, máquinas de limpeza, sistema de aeração, secadores e elevadores, o que lhes permite limpeza mais apurada, classificação e conservação dos grãos.

A rede de armazenagem tornar-se crucial para o crescimento do circuito produtivo de uma região de vasta extensão territorial, como o Oeste da Bahia. Nesta região, o crescimento da produção agrícola não se fez acompanhar por uma oferta de um sistema de armazenagem proporcional a esta dinâmica produtiva. Segundo o presidente da AIBA, Julio Cezar Busato, a capacidade geral de armazenamento do Oeste da Bahia, para a safra 2013/2014, está abaixo do nível ideal, se comparada à produção da safra 2013/2014, no Oeste da Bahia que, segundo o presidente da AIBA, alcançou 7,5 milhões de toneladas, para uma capacidade de armazenagem estática convencional e a granel de 3,7 milhões, aproximadamente, o que aponta para uma situação deficitária, e preocupante, de armazenamento, considerado um fator fundamental nos circuitos geográficos da produção de alimento herbáceo, milho e soja, nesta região.

Além do desequilíbrio entre oferta e demanda regional de armazenagem, a distribuição espacial da capacidade de armazenamento não se concretizou de maneira uniforme. A organização da rede de armazenagem, no Oeste da Bahia, na dinâmica de crescimento da produção agrícola, nas últimas décadas, se deu de forma seletiva em relação ao acesso e desigual no tocante ao espaço geográfico. O município de Luis Eduardo Magalhães concentra 30,64% da oferta de armazenagem da região, seguido por São Desidério com 22,21%, Barreiras 16,09% e Formosa do Rio Preto com 9,93%. Estes quatro municípios concentram 78,87% da capacidade de armazenagem regional.

No próprio espaço territorial dos municípios, uma parcela menor dos armazéns se localiza dentro das propriedades rurais e, uma parcela maior, nas margens das principais rodovias que cortam a região. A preferência pela construção de armazéns dentro da propriedade ou próxima a ela (muitas vezes em associação de 03 ou mais produtores que utilizam a estrutura em comum) decorre da capacidade econômica e financeira do produtor e da importância econômica da armazenagem, na propriedade rural, ou em seu entorno, uma vez que permite:

- a. comercialização da produção agrícola, conforme o melhor momento e a melhor opção do mercado comprador;
- b. eliminação de ônus financeiros referentes a taxas de classificação de grãos;
- c. minimização de custos decorrentes de diárias de permanência em filas para descarga e fretes;
- d. redução das perdas quantitativas e qualitativas de conservação da qualidade inicial do produto;
- e. possibilidade de uma melhor negociação dos fretes com as transportadoras;
- f. receitas extras relativas ao beneficiamento e à comercialização dos subprodutos com cascas, impurezas, entre outros;
- g. realização de serviços a terceiros, entre os quais armazenagem temporária e secagem;
- h. valorização da propriedade rural, em decorrência da estrutura de armazenagem;
- i. grãos de melhor qualidade, o que valoriza a saca do produto.

(FREDERICO, 2009, p.78).

Sua localização nas margens das rodovias permite às *tradings*¹² coletar e concentrar os estoques e facilitar o escoamento posterior da produção. Desta forma, a localização da estrutura de armazenagem se constitui em fator estratégico, tanto para o produtor, como para as *tradings*.

Além disso, o acesso à rede de armazenagem é desigual, porquanto uma parcela pequena de grandes empresas, as *tradings* que atuam na região, como a Cargill, a Bunge e a Agrícola Xingu, controla o sistema de armazenamento.

Já no início da década de 1990, as principais *tradings* começaram a realizar grandes investimentos, principalmente nas regiões de fronteira agrícola, para ter acesso privilegiado e seguro aos grãos. As *tradings*, altamente capitalizadas, imprimiram, também, no campo do sistema de armazenagem, as características da modernização da agricultura nos cerrados da Bahia, já que, além da armazenagem, elas passaram a controlar a produção no fornecimento de fertilizantes e sementes, na compra da produção e nos financiamentos disponibilizados aos agricultores. Elas foram moldando o espaço produtivo e geográfico regional.

Além da logística de armazenagem de apoio à produção regional, há um outro componente essencial no processo produtivo da agricultura produtivista, com elevados níveis de produtividades, como a implantada nos cerrados da Bahia, o agrotóxico, componente necessário, mas maléfico, devido aos efeitos ambientais e sociais que acarreta o uso desse agroquímico, o que causa preocupação e exige contínua regulação por parte da sociedade. (OLIMPIO, 2004, p. 78).

Os agrotóxicos, ou defensivos agrícolas ou pesticidas ou, ainda, agroquímicos têm como finalidade manter o controle de organismos vivos indesejáveis à conservação e reprodução de outros seres vivos, do meio ambiente ou de produtos.

¹² Empresa comercial que faz a intermediação entre empresas fabricantes e compradoras, em uma transação mercantil de exportação ou importação

Alguns diferentes modos de ação do agrotóxico:

- a. contra plantas: herbicidas;
- b. contra insetos: inseticida;
- c. contra fungo: fungicida;
- d. contra microrganismo do solo: nematoide;
- e. contra moluscos: moluscicidas. (OLIMPIO, 2004, p. 78).

Estes diferentes modos de ação do agrotóxico fazem com que haja uma grande diversidade no uso desse produto. O Brasil alcançou em 2008, a posição de maior consumidor de agroquímicos do mundo. Essa difusão generalizada de substâncias agroquímicas, no Brasil, representa um dos mais importantes problemas da preservação da qualidade do meio ambiente, pois são lançadas quantidades crescentes dessas substâncias no meio ambiente. (BRASIL, 2013).

Nos cerrados da Bahia, em virtude da predominância da agricultura moderna, intensiva em componentes agroquímicos, há diversas empresas autorizadas a comercializar e distribuir agroquímicos, como se observa na Tabela 34.

Tabela 34 – Distribuição da logística: empresas autorizadas a comercializar e a distribuir agroquímicos no Oeste da Bahia – 2014

Municípios	Empresas autorizadas a comercializar agroquímicos	Distribuição espacial %
Barreiras	7	19,44
Formosa do Rio Preto	-	-
Luis Eduardo Magalhães	25	69,44
São Desidério	4	11,12
Total região Oeste	36	100%

Fonte: Brasil (2015).

Há 36 empresas atuando neste ramo de atividade, todas elas concentradas nos 04 municípios mais dinâmicos do agronegócio regional. Luis Eduardo Magalhães se sobressai, com 69,44% dessas empresas instaladas em seu território. No campo oposto, encontra-se Formosa do Rio Preto, que não possui empresa alguma desse ramo de negócios.

CONCENTRAÇÃO DA RENDA

A evolução da desigualdade de renda, no Oeste da Bahia e nos municípios em análise, evidencia outras nuances, quando se mostra que parte da renda domiciliar geral é apropriada por determinados estratos da população, conforme Tabelas 35 e 36.

A Tabela 35 indica que, em termos de parte da renda agregada apropriada pelos estratos no Oeste da Bahia, em 1991, a participação dos 20% mais ricos correspondia a 58,74% da renda total, parcela superior aos 80% mais pobres que era de 41,26%. No ano de 2000, essa relação se altera. A parcela apropriada pelos 20% mais ricos sobe para 62,87%, enquanto aquela destinada aos 80% mais pobres se reduz a 37,26%.

Os dados da Tabela 35 apontam que, no município de Barreiras, em 1991, a parcela da população mais rica se apropriou de 65,08% da renda total e os 80% mais pobres ficaram com 34,92%. De acordo, ainda, com a Tabela, os 20% mais ricos, em 1991, em Formosa do Rio Preto, ficaram com 78,17% da renda total, enquanto os 80% mais pobres detiveram 21,88%. Em São Desidério, no ano de 1991, os 20% mais ricos retiveram 62,48% da renda total, enquanto para os 80% mais pobres sobraram 37,52%. Nesta mesma Tabela, observa-se, ainda, que no município de Luis Eduardo Magalhães, na época distrito Mimoso do Oeste, os 20% mais ricos ficaram com 75,21% da renda geral, enquanto os 80% mais pobres retiveram 24,79% dos rendimentos. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

Assim, no período em análise, Formosa do Rio Preto, entre os municípios selecionados, foi o que apresentou o maior percentual de renda pelo estrato dos 20% mais ricos e o menor percentual de apropriação pelos 20% mais pobres, vindo, em seguida, Luis Eduardo Magalhães, tanto no que se refere aos 20% mais ricos, como aos 20% mais pobres, em termos de apropriação de renda.

Tabela 35 – Percentual da renda apropriada por estrato da população no Oeste da Bahia e municípios selecionados – 1991

Estratos	Oeste	Barreiras	Formosa do Rio Preto	Luis Eduardo Magalhães *	São Desidério
20% mais pobres	3,82%	2,76%	1,16%	1,49%	2,64%
40% mais pobres	11,14%	8,76%	4,50%	5,26%	8,47%
60% mais pobres	22,79%	18,43%	10,61%	12,67%	18,62%
80% mais pobres	41,26%	34,92%	21,88%	24,79%	37,52%
20% mais ricos	58,74%	65,08%	78,17%	75,21%	62,48%

Fonte: PNUD (2014).

* Em 1991, não existia, ainda, o município de Luis Eduardo Magalhães. Os dados analisados pelo PNUD devem se referir ao antigo Distrito de Mimoso do Oeste que deu origem ao município.

Já os dados da Tabela 36 apontam que, no município de Barreiras, em 2000, a parcela dos 20% mais ricos da população se apropriou de 66,44% da renda total e os 20% mais pobres ficaram com 2,50%. De acordo, ainda, com a Tabela, os 20% mais ricos, em 2000, em Formosa do Rio Preto ficaram com 81,76% da renda total, enquanto os 20% mais pobres detiveram 0,06%.

Conforme números da Tabela 36, em São Desidério, no ano de 2000, os 20% mais ricos retiveram 56,47% da renda total, enquanto para os 20% mais pobres sobraram 1,03%. No caso de Luis Eduardo Magalhães, em 2000, os 20% mais ricos ficaram com 67,46% da renda e os 20% mais pobres detiveram 3,19% da renda geral do município.

Tabela 36 – Percentual de renda apropriada por estrato da população no Oeste da Bahia e municípios selecionados – 2000

Estratos	Oeste	Barreiras	Formosa do Rio Preto	Luis Eduardo Magalhães	São Desidério
20% mais pobres	1,17%	2,50%	0,06%	3,19%	1,03%
40% mais pobres	6,63%	8,24%	2,76%	9,20%	7,94%
60% mais pobres	17,54%	17,65%	8,53%	17,81%	21,04%
80% mais pobres	37,26%	33,56%	18,24%	32,54%	43,53%
20% mais ricos	62,87%	66,44%	81,76%	67,46%	56,47%

Fonte: PNUD (2014).

Da análise das Tabelas 35 e 36, observa-se que, nos anos de 1991 e 2000, houve uma concentração da apropriação da renda, da região, em benefício da parcela mais rica da população, ou seja, os 20% mais ricos, que aumentaram a sua participação de 58,74% para 62,87%. Além disso, evidencia-se a enorme diferença de apropriação da renda entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, privilegiando este último estrato. Destoa dessa evolução o município de São Desidério, conforme mostrado. No entanto, quando se detém nos 20% mais pobres, há, também, uma redução de participação da renda de 2,64%, em 1991 para 1,03% em 2000.

A Tabela 37 indica como foi apropriada a renda nos municípios selecionados e na região Oeste para o ano de 2010. Ela demonstra que a estrutura de apropriação da renda, nestes municípios, continuou concentrada, principalmente, no estrato dos 20% mais ricos da população que retiveram, em média, 61,54% da renda total, superior ao da região Oeste onde este mesmo estrato da população deteve 57,64%.

Tabela 37 – Percentual de renda apropriada por estrato da população no Oeste da Bahia e municípios selecionados – 2010

Estratos	Oeste	Barreiras	Formosa do Rio Preto	Luis Eduardo Magalhães	São Desidério
20% mais pobres	1,86%	3,22%	1,02%	2,00%	1,03%
40% mais pobres	8,06%	10,20%	6,35%	8,96%	7,16%
60% mais pobres	20,73%	21,19%	18,41%	18,70%	20,19%
80% mais pobres	42,30%	39,21%	38,72%	34,48%	41,42%
20% mais ricos	57,64%	60,79%	61,28%	65,52%	58,58%

Fonte: PNUD (2014).

Quando se compara um período maior de tempo, como 1991 a 2010, os dados da evolução da apropriação da renda sofrem alterações. Na região Oeste como um todo, de 1991 a 2010, a parcela de renda dos 20% mais ricos passou de 58,74% para 57,64%, mantendo-se, praticamente, estável. No segmento dos 80% mais pobres há, também, uma certa estabilidade nos números, que passaram de 41,26% para 42,30. Já a apropriação dos 20% mais pobres teve uma queda no período analisado de 3,82% para 1,86%, ou seja, perdeu 51,31% da parcela de renda.

Em Barreiras, a apropriação da parcela dos 20% mais ricos, no período de 1991 a 2010, teve uma redução de 65,08% para 60,79% e os 80% mais pobres tiveram um acréscimo de 34,92% para 39,21%. O segmento dos 20% mais pobres passou de 2,76% para 3,22%. As alterações nos dois estratos opostos da população, em termos de apropriação de renda, demonstram que eles tiveram desempenho opostos, no período, com a perda de participação na renda dos 20% mais ricos e aumento na participação dos 20% mais pobres.

O município de Formosa do Rio Preto apresentou para a parcela dos 20% mais ricos uma apropriação de 78,17%, em 1991, e 61,28% em 2010, enquanto a parte dos 80% mais pobres cresceu de 21,88% para 38,72%.

Desta forma, as informações constantes nas três Tabelas (35, 36 e 37) permitem algumas constatações. A parcela dos 20% mais ricos do Oeste da Bahia, no período de 1991 a 2010, teve reduzida sua parcela na apropriação da renda em 1,87%. Nos municípios selecionados, por sua vez, ocorreu uma redução média do estrato dos 20% mais ricos de 12,39%, mostrando que, neste aspecto, eles acompanharam o desempenho do Oeste baiano. No estrato inferior dos 20% mais pobres, houve um achatamento da parcela de renda apropriada por este segmento no Oeste, com redução de - 51,31%. Neste mesmo segmento, nos municípios selecionados, houve uma diminuição da parcela dos mais pobres de - 9,45%, na apropriação da renda neste segmento da população, embora tenha ocorrido aumento na participação da renda em Barreiras e Luis Eduardo Magalhães.

Em síntese, pode-se concluir, com base nas Tabelas 35, 36 e 37, que o caráter do processo de modernização da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia manteve o caráter excludente, no que diz respeito à participação na renda, com pequenas alterações, conforme demonstra a evolução da apropriação da renda por segmentos da população.

A Tabela 38 apresenta os valores dos índices de Gini para a Bahia, a região Oeste e os municípios selecionados, em 1991, 2000 e 2010. O índice de Gini varia de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais concentrada for a renda na localidade, na região ou na sociedade, mais próximo de 1 (um) estará este índice. (ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009, p. 70).

Observa-se que, neste espaço temporal, houve evolução positiva, ou seja, redução da concentração da renda na Bahia e nos municípios selecionados, sobressaindo, neste aspecto, os municípios de Formosa do Rio Preto (- 18,92%) e Luis Eduardo Magalhães

(- 12,68%). No entanto, a região Oeste da Bahia, neste mesmo período, teve um desempenho oposto aos demais, com o índice de Gini elevando-se em 3,70%. Para o ano de 2010, tanto a Bahia como a região Oeste e os municípios selecionados apresentaram índices de Gini classificado na escala de concentração média a forte que compreende a faixa que se enquadra entre 0,501 a 0,700. (CÂMARA, 1949 apud ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009, p. 70).

Tabela 38 – Índice de Gini: Evolução da renda, Bahia, Oeste do Estado e municípios selecionados – 1991, 2000, 2010

Anos	Bahia	Oeste	Barreiras	Formosa do Rio Preto	Luis Eduardo Magalhães	São Desidério
1991	0,67	0,54	0,60	0,74	0,71	0,59
2000	0,67	0,58	0,62	0,80	0,63	0,55
2010	0,63	0,56	0,56	0,60	0,62	0,57
Variação % 1991-2010	- 5,97	+ 3,70	- 6,67	- 18,92	- 12,68	- 3,39
Evolução	Positiva	Negativa	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva

Fonte: Adaptado a partir de PNUD (2014).

A Tabela 39 indica a participação relativa da população extremamente pobre no Brasil, na Bahia, no Oeste do Estado e nos municípios selecionados, para os anos de 1991, 2000 e 2010. Consideraram-se extremamente pobres aquelas pessoas que vivem com uma renda per capita familiar de até um quarto do salário mínimo PNUD (2004, p. 15). Observe-se nesta Tabela, que houve, no período analisado, evolução positiva neste indicador nos níveis nacional, estadual, regional e municipal. O município de Formosa do Rio Preto alcançou o maior índice de redução da pobreza – 27,09%, seguido por São Desidério, com um declínio de – 26,84%. Por outro lado, o Estado da Bahia teve o menor desempenho com um decréscimo na população dos extremamente pobres de apenas -5,17%.

Tabela 39 – Porcentagem de pessoas extremamente pobres: Brasil, Bahia, Oeste da Bahia e municípios selecionados - 1991, 2000, 2010

Anos	Brasil %	Bahia %	Oeste %	Barreiras %	Formosa do Rio Preto %	Luis E. Magalhães %	São Desidério %
1991	23,39	38,96	49,85	20,63	57,30	17,45	52,60
2000	16,75	25,68	40,50	12,95	44,85	4,04	34,86
2010	9,26	13,79	25,67	5,52	30,21	2,92	25,76
Varição 1991-2010	- 14,13	- 5,17	24,18	-15,11	-27,09	- 14,53	-26,84
Evolução	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva

Fonte: Adaptado a partir de PNUD (2014).

A Tabela 40 mostra a relativa participação das pessoas consideradas pobres no Brasil, na região Oeste do Estado e nos municípios objeto de análise. Classificam-se como pobres aquelas pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo mensal *per capita* familiar PNUD (2004, p. 15). A Bahia foi o que apresentou o melhor desempenho no período, com uma redução de – 36,54% dos considerados pobres; em seguida, aparece o município de Formosa do Rio Preto com uma diminuição de – 34,90%, da população pobre.

Tabela 40 – Porcentagem de pessoas pobres: Brasil, Bahia, Oeste da Bahia e municípios selecionados – 1991, 2000, 2010

Anos	Brasil	Bahia	Oeste	Barreiras	Formosa do Rio Preto	Luis Eduardo Magalhães	São Desidério
1991	45,78%	65,26%	73,46%	47,64%	77,86%	40,52%	75,96%
2000	35,16%	49,72%	63,60%	33,91%	70,99%	17,28%	60,62%
2010	19,88%	28,72%	42,18%	16,27%	42,96%	10,52%	40,12%
Varição 1991-2010	-25,90%	-36,54%	31,28%	-31,37%	-34,90%	-30,00%	-36,84%
Evolução	Positiva	Positiva	Positivo	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva

Fonte: Adaptado a partir de PNUD (2014).

De acordo, ainda, com as Tabelas 39 e 40 os indicadores de pessoas pobres e extremamente pobres, tanto no Brasil quanto na região Oeste da Bahia e nos municípios selecionados apresentaram de 1991 a 2010 evoluções positivas, uma vez que houve redução da parcela da população pobre e extremamente pobre dessas localidades. Como demonstra a Tabela 39, o percentual de pessoas pobres diminuiu em todo o território nacional e não só no Oeste da Bahia e nos municípios selecionados, refletindo a efetivação de diversas políticas de caráter social pelo governo federal, de forma que a região Oeste da Bahia e estes municípios acompanharam o desempenho do restante do país, não sendo, portanto, a melhoria desses indicadores resultado da dinâmica interna regional.

Na seção que se segue, serão evidenciadas as transformações que ocorreram nas relações de trabalho, nos cerrados do Oeste da Bahia, a partir da inserção do agronegócio, nesta região.

O TRABALHO NO AGRONEGÓCIO REGIONAL

No ambiente agrário modernizado há uma ampla variedade de atividades que decorrem do grau de complexidade do processo de produção e da interrelação crescente entre investimentos agroindustriais e investimentos financeiros. As formas que assumem os novos gerenciamentos do processo de produção, acompanhados da ampliação do setor de serviços, implicou o surgimento de um trabalhador precarizado, produto das transformações no mundo do trabalho, nos últimos decênios. As novas categorias do trabalho como o em domicílio, o temporário, part time, entre outros, também chegam ao campo modernizado. (MENDONÇA, 2006, p. 163).

Neste novo ambiente do capitalismo brasileiro, no lado da oferta, o trabalhador teve que se readaptar às modernas técnicas

de organização, de produção e de gestão da dinâmica produtiva, o que acarretou transformações no mercado de trabalho, do lado da procura se passou a demandar mão-de-obra qualificada e capaz de assimilar, rapidamente, as inovações. Estas modificações, reduzindo custos e ampliando a exploração sobre a mão-de-obra, asseguraram a competitividade empresarial do setor. (MENDONÇA, 2006, p. 305).

A estrutura jurídica e política do Estado facilitou a ofensiva do capital sobre o trabalho e os agricultores nativos dos cerrados do oeste baiano. A grilagem, a violência tolerada pelo Estado, foram mecanismos que empurraram parte da população rural para as áreas urbanas dos principais municípios regionais. A questão da grilagem nos cerrados do Oeste da Bahia emerge, na década de 1970, com a chegada do fluxo de sulistas a esta região, quando os primeiros projetos com recursos da SUDENE são instalados. Naquela década, eram comuns os assassinatos, em decorrência do conflito pela posse da terra,

A história de conflitos pela posse das terras da Estrondo passa de 35 anos e inicia quando o empresário gaúcho, radicado no Rio de Janeiro, Ronald Levinshon, ex-presidente da Caderneta de Poupança e Crédito Imobiliário Delfin, compra uma grande porção de terras e, segundo dizem, adquire títulos de posse de vários brejeiros. Os herdeiros desses brejeiros nativos contestam hoje a compra, a ponto do Conselho Nacional de Justiça intervir no embate judicial, determinando, através da Corregedoria de Comarcas do Interior, do Tribunal de Justiça, que seja congelada a matrícula de número 736, originária da Comarca de Santa Rita de Cássia, num total de 405 mil hectares. Com a matrícula congelada, o Cartório onde está alojada, hoje, a 736, o de Formosa do Rio Preto, tem vedada qualquer tipo de averbação ou venda no amplo território. Há algum tempo, cerca de 10 anos, aconteceram conflitos graves na gleba, com morte de pistoleiros fortemente armados pertencentes aos dois principais grupos em conflito. Mais recentemente, a área que hoje tem 100 mil hectares desmatados e em franca produção foi vendida a um grupo econômico do Mato Grosso, que pesquisando os sérios obstáculos jurídicos na posse da área acabou desistindo do negócio. Foi então, em 2011, que Valter Horita, o maior

empresário do ramo na Região, adquiriu a gleba para expandir a sua área de plantio. (CONFLITO..., 2014, p. 9).

Nesta dinâmica que assumiu a agricultura no Oeste baiano, os trabalhadores rurais sem terra e sem posses vão engrossar a população urbana em condições sub humanas, mas, continuarão a prover as necessidades das empresas agrícolas e agroindustriais da região, com mão-de-obra de baixo custo no campo (trabalhadores temporários) e, também, com trabalhadores informais, instáveis, domiciliares, constituindo um exército industrial de reserva de mão-de-obra.

Estes trabalhadores, excluídos dos benefícios da expansão produtiva do campo serão responsabilizados, pela elite dominante, por mazelas urbanas sociais e morais que passaram a assolar o ambiente urbano das cidades do agronegócio do Oeste da Bahia.

Nesse sentido, as condições de precarização do trabalho nos cerrados do Oeste da Bahia não são diferentes daquelas de outras fronteiras agrícolas. Nesta área, de igual modo, são constatadas, em apurações do Ministério do Trabalho e Emprego, diversas ocorrências de trabalho análogo à escravidão que, inclusive, são divulgadas por alguns meios de comunicação locais. Os postos de trabalho que surgem da crescente produção agrícola dos cerrados do Oeste da Bahia se restringem, em sua maioria, àquelas atividades que as modernas máquinas agrícolas, ainda, não conseguem realizar, geralmente, tarefas extenuantes realizadas de forma disciplinada, sob a supervisão de prepostos da propriedade rural e distante dos seus locais de moradia, o que faz com que permaneçam nas fazendas durante dias ou meses, em alojamentos, muitas vezes, precários. (PROJETO GeograFAR, 2013).

Na Tabela 41 é possível observar as ocorrências dos resgates de trabalhadores que trabalhavam em condições análogas a de escravo na região Oeste do Estado e nos municípios selecionados. No período de 9 anos, 2004 a 2012, a região Oeste da Bahia teve o domínio quase

total das ocorrências e dos resgates de trabalhadores em condições sub humanas. Nos anos de 2004, 2005, 2007, 2008 e 2012, a região Oeste foi responsável por 100% dessas situações. Mesmo em outros anos, a participação do Oeste baiano foi significativa: 2006 (90,98%), 2009 (75,44%), 2010 (83,17%) e 2011 (57,7).

Tabela 41 – Trabalhadores resgatados da condição de trabalho análogo a de escravo, Bahia, Oeste da Bahia e municípios selecionados – 2004/2012

Municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bahia	150	312	665	175	106	285	101	149	52
Oeste da Bahia	150	312	605	175	106	215	84	86	52
Barreiras	-	67	232	82	-	-	40	21	-
Formosa do Rio Preto	39	91	51	-	10	5	-	-	33
Luis Eduardo Magalhães	-	6	-	-	-	-	44	4	-
São Desidério	-	35	18	78	19	14	-	-	19
Total(municípios selecionados)	39	199	301	160	29	19	84	25	52

Fonte: Projeto Geogra FAR (2013).

Desta forma, o capital, na sua ofensiva, não mede consequências para se apropriar e ampliar a mais-valia essencial à sua reprodução ampliada, recorrendo, inclusive, a métodos pouco civilizados e, muitas vezes, ao trabalho análogo ao escravo, o que não difere muito do que ocorreu com o processo de acumulação primitiva de capital.

Conforme Tabela 42, a maioria dos entrevistados (90,91%) considerou que houve mudanças na organização regional do trabalho. Dessa percentual de pesquisados, 30% afirmaram que ocorreu melhoria na qualificação da mão-de-obra; já para 15% as transformações aconteceram, principalmente, no uso intensivo da mecanização produtiva, enquanto outros 15% disseram que houve melhoria nas condições de trabalho. Outros fatores, ainda, foram citados como melhoria das

relações empregador-empregado (5%), terceirização de serviços (5%), geração de mais emprego (5%), melhoria nos níveis salariais (5%), formalização das relações de trabalho/carteira assinada (5%), diminuição do trabalho análogo à escravidão (5%), maior fiscalização do Ministério do Trabalho (5%); 5% não opinaram.¹³

Tabela 42 – Mudanças na organização do trabalho

Respostas	Valor absoluto	Percentual (%)
Sim	10	90,91
Não	-	-
Não sabe	1	9,09
Total	11	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se pelo resultado apontado que a questão do trabalho análogo à escravidão foi uma questão pontuada por, apenas, 5% dos entrevistados. Os dados oficiais levantados evidenciam este tipo de ocorrência na região, mas não concluem que ocorreram em unidades produtivas diretamente atreladas ao agronegócio regional. Por outro lado, a maioria das respostas pontuam variáveis positivas para o trabalhador, com exceção do trabalho análogo à escravidão, mesmo assim, ponderam sua diminuição.

MIGRAÇÃO

A corrente migratória sulista avançou sobre o território brasileiro, acompanhando as áreas de produção agropecuária em expansão e continuou ultrapassando fronteiras internacionais, em direção aos territórios de países vizinhos como Argentina, Bolívia, Paraguai e

¹³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em 2014.

Uruguai. Nestes países, o migrante do Sul do Brasil dedicou-se a atividades rurais, principalmente, a cultura da soja, com bases técnicas modernas. (ALVES, 2006, p.122).

Neste movimento migratório, uma característica marcante é a preservação e difusão das manifestações étnico-culturais do Sul do país. Assim, difundem os costumes alimentares da região de origem, o pioneirismo no desbravamento dos cerrados e o seu papel na modernização da agricultura e o caráter positivo do trabalho. (ALVES, 2006, p.122).

A difusão pelos sulistas do seu pioneirismo deve ser considerada em termos relativos. Primeiro, porque eles não estavam ocupando “espaços vazios” que só eles sabiam transformar em produtivas; segundo, porque a modernização agrícola promovida não se adaptou às preocupações modernas, em termos de danos ambientais. E terceiro, difundiram práticas e morais conservadoras, em relação à cultura local. (HAESBAERT, 1996, p. 392).

Este movimento migratório sulista vai ter suas origens nos imigrantes alemães que desembarcaram no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos da independência nacional. Neste afluxo de estrangeiros, o Estado teve papel decisivo no seu direcionamento para a região Sul, pois o governo brasileiro tinha claros dois objetivos a alcançar: que o processo de colonização garantisse a ocupação e manutenção do território nacional e, também, que a reunião do contingente de pessoas se voltasse para a implementação dos projetos de colonização para a produção agrícola de alimentos destinados ao mercado interno. (ALVES, 2006, p.122).

Estes projetos alicerçavam-se na pequena propriedade rural a ser ocupada por agricultores imigrantes que já se enquadravam nesta situação, desde os seus países de origem. Assim, a efetivação dos objetivos governamentais tornou-se mais fácil, dada a profunda ligação do imigrante com a terra. Neste processo, a dimensão dos lotes concedidos,

que oscilavam de 25 a 30 hectares, em terrenos de relevos irregulares, não atendia às necessidades das famílias imigrantes, já que as técnicas utilizadas por eles, que limitavam o uso mais prolongado do solo, exigiam maiores extensões de terra. Ao mesmo tempo, o crescimento demográfico resultante das elevadas taxas de natalidade das famílias desses agricultores exercia uma forte pressão por terras e uma crescente repartição da propriedade agrária familiar. (ALVES, 2006, p.123).

Este processo de rápida divisão da propriedade familiar, inviabilizando a incorporação de novos componentes da família de colonos, provocou a expansão da fronteira agrícola, na direção das terras devolutas do Rio Grande do Sul e em seguida, para outros Estados da região Sul, como Santa Catarina e Paraná, em busca da ocupação de novas terras, movimento que continuou cortando fronteiras regionais, principalmente, na década de 1970, quando se intensifica o fluxo de sulistas, em direção aos projetos de colonização na Amazônia Legal patrocinado pelos governos ditatoriais. (ALVES, 2006, p.125).

A política de migração de sulistas para a ocupação de áreas a serem colonizadas foi delineada e implantada já no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e prosseguiu, durante o regime civil-militar (1964-1985), direcionando os fluxos migratórios para as terras da Amazônia. Particularmente, no período militar, a migração dos sulistas tornou-se possível, em decorrência da efetivação articulada de dois elencos de diretrizes, a saber:

- a. a incorporação de novas áreas em outras regiões do país mantinha o caráter agrário exportador. As novas áreas incorporadas no interior do país destinavam-se à utilização capitalista, sendo priorizadas as terras da floresta amazônica e dos cerrados. Para facilitar a incorporação dessas novas terras à moderna agricultura capitalista, foi preciso retirar do caminho aqueles que a dificultassem como, indígenas e camponeses. Para isso, fez-se necessária a legitimação da violência contra eles, no campo;

- b. implantação de mecanismos facilitadores da concentração da propriedade fundiária, nas terras antigas e a ocupação, no Rio Grande do Sul, em particular, a sua região Noroeste. Para isso, é reestruturado todo o espaço produtivo da região Sul para adaptá-lo à agricultura moderna nascente, baseada na grande propriedade e voltada para o mercado. Como resultado, a agricultura granelífera ocupará extensas áreas produtivas, antes trabalhadas pela agricultura camponesa.

Tinha-se como metas simultâneas abrir espaços para serem ocupados pelas grandes propriedades em bases técnicas modernas e transferir população para os novos espaços, a Amazônia e os Cerrados.

Na transferência de agricultores da região Sul para as novas fronteiras, o público e o privado convergiram. As políticas públicas caminharam no sentido de induzir o pequeno produtor a vender sua propriedade rural, com a difusão de um discurso oficial direcionado à população sulista, visando a convencê-la dos benefícios da migração para novas áreas, a estimular a criação de cooperativas agrícolas, a facilitar o acesso a terras de baixo preço nas áreas colonizáveis, a créditos agrícolas e financiamentos rurais, inclusive para a compra de lotes agrícolas e terrenos para a construção de casas nas agrovilas. O capital privado, por sua vez, além disso, tinha o lucro com a venda de lotes para os agricultores nos projetos de colonização e formava reservas de mão-de-obra. (ALVES, 2006, p.129).

O movimento da corrente migratória sulista continuou em direção, agora, ao Nordeste, aos cerrados do Oeste da Bahia. Os primeiros sulistas chegaram a esta região na década de 1970, mudando, radicalmente, o modo de produzir da agricultura do Oeste baiano, com a introdução de novas técnicas produtivas modernas, principalmente, na produção de grãos, em especial, a soja, além de dinamizar o comércio regional de insumos agrícolas e equipamentos. (ALVES, 2006, p.133).

Os fluxos populacionais e o dinamismo produtivista da moderna agricultura tiveram forte impacto na dinâmica populacional, como mostra a Tabela 43, onde é possível ver o crescimento geométrico populacional, da década de 1970 até 2010, tanto em termos do Brasil, da Bahia, do Oeste da Bahia, como também, daqueles municípios em que o agronegócio mais avançou.

Tabela 43 – Dinâmica populacional: população residente nos municípios selecionados – 1970/ 2010

Município	1970	1980	1991	2000	2010	Média geométrica decenal
Brasil	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.725.799	15,08%
Bahia	7.583.140	9.597.393	11.855.157	13.066.910	14.016.906	13,07%
Oeste da Bahia	271.204	336.816	438.953	496.048	579.253	16,39%
Barreiras	20.864	41.454	92.640	131.849	137.427	45,79%
Formosa do Rio Preto	8.979	11.883	15.418	18.288	22.528	20,20%
Luis Eduardo Magalhães	-	-	-	: 20.169	60.105	72,63% *
São Desidério	12.790	14.926	18.977	19.006	27.659	16,68%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010d).

* O município de Luis Eduardo Magalhães foi criado, apenas, em 2000.

É possível perceber que os municípios assinalados do Oeste baiano tiveram, nas décadas em análise, percentuais de incremento médio decenal da população superior ao da região Oeste, do conjunto do Estado baiano e do Brasil.

Neste crescimento populacional significativo, estiveram e estão presentes, de maneira marcante, os migrantes das regiões Sul e Sudestes do país, conforme atesta a Tabela 44. Ressalte-se que este contingente demográfico, em quase sua totalidade, desembarcou na região

no transcurso da década de 1970, quando a população local era bem menor, demonstrando quanto foi significativo na dinâmica demográfica regional da época. Além disso, o contorno político-administrativo era outro, não existia, ainda, o município de Luis Eduardo Magalhães. Este município concentra 14,61% de sua população originária das regiões Sul e Sudeste, percentual três vezes maior do que o segundo município, Barreiras que detém 4,46% de seus habitantes de origem do Sul ou Sudeste do Brasil, enquanto São Desidério participa com 3,94% e Formosa do Rio Preto tem 2,43% de pessoas de origem dessas duas regiões.

Tabela 44 – População residente por local de nascimento: municípios selecionados, 2010

Origem de nascimento	Barreiras	%	Formosa do Rio Preto	%	Luis Eduardo Magalhães	%	São Desidério	%
Brasil sem especificação	897	0,65	61	0,27	941	1,57	121	0,44
Estrangeiro	88	0,06	35	0,16	65	0,11	24	0,09
Centro-oeste	4.412	3,21	546	2,42	2.685	4,47	889	3,21
Nordeste	125.435	91,2	21.074	93,55	46.405	77,2	25.416	91,8
Norte	466	0,34	263	1,17	1.231	2,05	118	0,43
Sudeste	3.307	2,41	98	0,44	2.468	4,11	380	1,37
Sul	2.823	2,05	449	1,99	6.310	10,5	712	2,57
Total	137.427	100	22.528	100	60.105	100	27.659	100

Fonte: IBGE (2010d).

A constituição seletiva do espaço produtivo do Oeste da Bahia deve ser considerada e compreendida a partir da confluência articulativa capitalista do território nacional com a macro estrutura do capitalismo mundial. Pode-se observar que a nova dinâmica produtiva do oeste da Bahia teve e tem seus fluxos de comandos a partir do exterior como as políticas determinadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), os investimentos externos PRODECER, política de preços (bolsa de Chicago) e o circuito comercial da soja, principal cultura da região. (HAESBAERT, 1996, p. 376).

A partir dessa nova rede em nível mundial, estruturou-se, no Oeste da Bahia, um novo espaço econômico e social. Conforme assinala Haesbaert (1996, p. 382), isto fica muito nítido, nas transformações que ocorreram na divisão territorial do trabalho. Antes do fluxo migratório sulista e da conseqüente modernização agrícola regional, este espaço encontrava-se dividido entre os “Gerais e o Vale do São Francisco (Sertão). O Vale do São Francisco (Sertão) se constituía um espaço relativamente dinâmico, enquanto os Gerais era o vazio, o isolamento. Com o novo processo econômico e social, os Gerais se tornaram o espaço de dinamismo econômico e, também, das mais profundas desigualdades sociais e o Vale do São Francisco conserva, em grande parte, a estrutura social e espacial pretérita.

Antes da década de 1970 os fluxos concentravam-se em torno dos grandes rios. Atualmente, os níveis dos mananciais decrescem constantemente e vão sendo absorvidos pelos grandes projetos de irrigação com pivôs centrais da agricultura produtivista regional. Hoje, os fluxos se aglutinam no entorno das BRs 242 e 020 na sua parte produtiva dos cerrados, onde a rede viária tornou-se mais concentrada, em relação aos espaços das caatingas. (HAESBAERT, 1996, p. 383).

O próximo capítulo apresenta as conclusões desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de estudo de caso se dedicou a investigar o processo de modernização da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia, tendo como recorte espacial os municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério, por se tratarem de municípios onde o agronegócio se expandiu mais intensamente, na região.

O interesse em investigar a modernização da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia nos direcionou à metodologia do Estudo de Caso, pois é uma metodologia que permite utilizar tanto dados de natureza qualitativa como de natureza quantitativa. Ao se trabalhar, ao mesmo tempo, com as variáveis qualitativas e quantitativas, ordena-se a observação empírica obtida, para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa.

No transcurso desse trabalho, tendo como parâmetro inicial a questão agrária, tratou-se de analisar e caracterizar a evolução da agricultura dos cerrados do Oeste baiano de modo amplo e, ao mesmo tempo, tomando como espaço preferencial de estudo os municípios regionais mais relevantes, em termos de agronegócio.

Os municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério foram selecionados como unidade-caso, por terem sido os subespaços onde o processo de modernização conservadora da agricultura foi mais intenso, desde o seu início, embora Luis Eduardo Magalhães só tenha se tornado município, desmembrando-se de Barreiras, em 2000, tornando, portanto, mais evidentes as características e contradições desse novo processo produtivo regional.

Nesta dinâmica produtiva, as transformações do sistema de produção regional foram profundas, como evidencia o crescimento do

número de tratores de 1995 a 2006, nos municípios selecionados, que se expandiram em média 59,79%. Ressalte-se que, neste cálculo, não se inclui o maquinário transferido para Luis Eduardo Magalhães, com a criação deste município. Os meios de transporte utilizados na agricultura do Oeste da Bahia, também, tiveram crescimento significativo, inclusive, os de tração animal, o que mostrou o caráter contraditório do processo agrícola instalado no Oeste da Bahia. Estas transformações no sistema produtivo da região Oeste, especialmente, nos cerrados, expandiram, ainda, a área irrigada destinada à agricultura que, em 2010, já representava mais de um terço da área irrigada do Estado da Bahia.

Este processo modernizante deu-se, seletivamente, no espaço geográfico regional, pois, dos 24 municípios pertencentes à região Oestina da Bahia, o volume de crédito agrícola e o apoio das políticas governamentais foram, preferencialmente, direcionados aos agricultores estabelecidos no espaço territorial de cinco municípios que contaram com um processo definido de ocupação dos seus cerrados com a agricultura moderna (Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério). Quanto aos demais produtores situados fora desses territórios, que lidavam com sistemas de produção e de lavouras para a subsistência, os mecanismos de acesso às facilidades creditícias, a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos foram restritos.

Além disso, as condições édafo-climáticas desses municípios, conforme atestam os resultados da pesquisa de campo, eram mais favoráveis ao tipo de agricultura que iria se implantar, pois, nestes municípios, principalmente, Barreiras que era e é o polo regional, encontravam-se, embora parcialmente, as principais estruturas de suporte, como bancos, estradas, estação de pesquisa, escritórios de assistência técnica, escola agropecuária, armazéns, necessárias à efetivação das ações políticas para a expansão do agronegócio.

Com o advento da onda neoliberal, nos anos de 1990, a gestão pública sofre mudanças. Reduz-se a intervenção do Estado nas políticas destinadas à agricultura, sendo substituídas por intervenções de empresas privadas nacionais, multinacionais e cooperativas agroindustriais associadas ao agronegócio.

Esta nova dinâmica produtiva que se instalou na região foi seletiva na produção ao privilegiar as culturas destinadas ao mercado externo como a soja, pois, a produção agrícola dos cerrados do Oeste da Bahia se pautou, nas últimas 03 (três) décadas, pela lógica produtiva do agronegócio, ou seja, direcionando seus esforços para a produção de commodities. Neste sentido, a produção de gêneros alimentícios destinados ao abastecimento regional, como a mandioca, perdeu relevância na agricultura local.

O modelo de crescimento econômico que se implantou teve como objetivo, quase exclusivo, a modernização das grandes propriedades rurais, contemplando poucos produtores. Os recursos do crédito rural, no período em análise, estavam bastante concentrados nos grandes estabelecimentos rurais, principalmente, naqueles que tinham culturas destinadas à exportação e eram tecnificados. Os bancos preferiam alocar os recursos disponíveis para o crédito rural aos grandes proprietários cujo risco era menor, devido à posse da terra servir como garantia de liquidação da operação. Desta maneira, excluiu-se grande parcela de pequenos produtores rurais dos créditos rurais fartos e diferenciados.

Além de seletivo na produção e nos produtores beneficiados, foi um processo violento, pouco civilizado, principalmente, nos anos iniciais, quando a forma de apropriação territorial, na sua maioria, se deu, em certa medida, pela grilagem de terras, ou seja, a apropriação ilegal de terras públicas ou privadas, sem se ter o direito legal sobre elas. Tais apropriações eram certificadas pela execução das políticas públicas de regularização fundiária que mantinham a estrutura de propriedade da terra profundamente desigual, como se evidencia

pelos elevados índices de Gini, nos municípios da região e amparada pelo aparato repressivo do Estado.

E esta dinâmica, modernizante e desigual socialmente, como demonstrou o índice de Gini para a concentração fundiária que, no período de 1975 a 2006, para os municípios selecionados, teve seu valor médio de concentração situado acima do verificado na Bahia, no mesmo período, evidenciando concentração forte e muito forte da propriedade fundiária. A desigualdade, também, se materializa no nível de acesso aos serviços básicos como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, em 2010, todos inferiores aos constatados na Bahia e no Brasil, neste mesmo ano. Confirma-se, ainda, este processo de exclusão social, quando se compara o percentual de pessoas pobres no Brasil, na Bahia e nos municípios selecionados no intervalo temporal de 1991 a 2010. É possível perceber que, neste período de tempo, o percentual de indivíduos pobres nos municípios selecionados foi maior do que na Bahia e no Brasil.

Na configuração deste novo espaço de crescimento econômico e expansão do capital, a pesquisa demonstra que o Estado teve papel fundamental na sua formatação geográfica, social, econômica e ambiental. A articulação das diversas políticas públicas de pesquisa, extensão rural, ensino, crédito rural, infraestrutura, a partir dos anos de 1980, centravam-se no objetivo de modernização desse espaço rural.

Para isso, o Sistema Nacional de Crédito Rural foi o instrumento principal da modernização da agricultura, também, nas áreas dos cerrados do Oeste da Bahia. Com o crescimento da oferta de crédito para o campo, o mesmo é direcionado, seletivamente, para a compra de máquinas, tratores, implementos agrícolas e insumos rurais e com prioridade para os grandes produtores rurais e as lavouras dos produtos destinados ao mercado externo.

Neste contexto de modernização da base técnica e busca contínua do aumento da produtividade, possibilitando crescente acumulação de capital, a difusão tecnológica foi fundamental, como demonstrou a pesquisa de campo. A sustentação do processo de modernização dos cerrados da Bahia esteve atrelada às políticas de difusão do conhecimento. Neste aspecto, as entidades públicas e privadas orientadas para a pesquisa, assistência técnica e valorização do processo educacional à agricultura foram essenciais na consolidação do agronegócio regional.

Disseminaram-se, na região, os resultados das pesquisas públicas para a agricultura e se expandiram os trabalhos de extensão rural, embora de forma desigual, para atender, principalmente, os grandes produtores. Esta evolução regional teve como resultado os ganhos de produção e de produtividade nas principais culturas, ao longo dos últimos 30 anos.

Nesta nova dinâmica produtiva dos cerrados do Oeste da Bahia, diversos objetivos foram alcançados. A produção agrícola nos moldes tradicionais, realizada nos vales, perdeu importância para outra intensiva em capital e em bases técnicas modernas nos Gerais (cerrados). Este modelo de desenvolvimento rural não contemplou as demandas dos pequenos produtores rurais. Os problemas rurais vivenciados por eles decorriam de um sistema de produção tradicional, em áreas pequenas, com a produção destinada à subsistência e aos mercados locais. Essa parcela considerável de pequenos produtores não possuía garantias suficientes (como vastas extensões de terras) e não dispunha de outros instrumentos que facilitassem a obtenção do crédito rural e, consequentemente, a assistência das políticas de pesquisa e extensão rural.

Neste novo cenário produtivo, as externalidades negativas ao meio ambiente decorrentes dessa modernização do campo, implicaram o aumento das despesas públicas para tornar ameno, se isso é possível, os custos ecológicos crescentes. As transformações do bioma cerrado do Oeste baiano que ocorreram nas últimas 03 (três) décadas,

decorrentes do desmatamento, da monocultura e do uso excessivo dos recursos hídricos para a produção de *commodities* agrícolas, em especial a macrocultura da soja, fragilizaram os cerrados do Oeste baiano.

Assim, diante do exposto, esta pesquisa teve como objeto de estudo a modernização conservadora do Oeste da Bahia e as implicações do modelo de desenvolvimento agrícola instalado nessa região, em uma perspectiva de análise mais ampla dos fenômenos observados. Foram várias as dificuldades para se entender determinadas situações de causa e efeito e estabelecer, de maneira articulada, as informações de caráter econômico, geográfico, social e tecnológico, entre outras, para conseguir alcançar o objetivo geral da pesquisa.

Assim, acredita-se que a abordagem deste trabalho poderá servir de subsídios para outras pesquisas futuras, em desenvolvimento regional e urbano, como para áreas afins. Estudos sobre temas abrangentes de desenvolvimento rural de regiões e investigações de relações setoriais da agricultura e suas relações intersetoriais podem contribuir para enriquecer esta linha de pesquisa acadêmica. Recomenda-se, portanto, desenvolverem-se estudos que versem sobre o espaço produtivo da região dos Vales, investigar a dinâmica de transformação da base técnica da agricultura, em outros municípios do Oeste da Bahia, e intensificar pesquisas acerca das políticas estaduais recentes direcionadas a esta região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A dualização como caminho para a agricultura sustentável.** Revista de estudos econômicos. São Paulo, v. 24, n. esp., p. 157-182, 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 111-124.

ABRAMOVAY, Ricardo. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, Pedro M. (Org.). **Economia brasileira: perspectivas de desenvolvimento.** São Paulo: CAVC, 2005. p. 355-375.

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA. Disponível em: <www.adab.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Estudo traça o perfil do mercado de agrotóxicos no Brasil.** Brasília: ANVISA, 2011. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2011.

AGUIAR, Ronaldo Conde de. **Abriendo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil.** São Paulo: Pólis, Brasília: CNPq, 1986.

ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Olivera. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil.** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, Viçosa, v. 4, n. 7, p. 1-27, jul./dez. 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio.** 2006. 305 f. Tese (Doutorado)- Geografia Humana, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2006.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e apropriação capitalista.** Revista CES, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em: http://www.web2.cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.

ARACRI, Luis Angelo dos Santos; AMARAL, Gabriela Montesse de Oliveira; LOURENÇO, Taiana Ciscotto Martins. **A expansão do cultivo da soja e as transformações do espaço agrário no cerrado mineiro.** Revista de Geografia – PPGE. Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-9, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Disponível em: <http://www.abag.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Anuário da região Oeste da Bahia safra 2011/2012**. Barreiras: AIBA, 2011/2012. 31 p. Disponível em: <http://aiba.org.br/anuario/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Anuário da região Oeste da Bahia safra 2010/2011**. Barreiras: AIBA, 2010/2011. Disponível em: <http://aiba.org.br/anuario/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Anuário da região Oeste da Bahia safra 2012/2013**. Barreiras: AIBA, 2012/2013a. 68 p. Disponível em: <http://aiba.org.br/anuario/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Anuário da região Oeste da Bahia safra 2013/2014**. Barreiras: AIBA, 2013/2014a. 112 p. Disponível em: <http://aiba.org.br/anuario/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Sementes para cresce**. In: **Anuário da região Oeste da Bahia safra 2012/2013**. Barreiras: AIBA, 2012/2013, Disponível em: <http://www.aiba.org.br/anuario/>. Acesso em: 25 jan. 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES IRRIGANTES DA BAHIA. **A industrialização de fontes de matéria-prima agropecuária está na pauta de demanda dos produtores e da sociedade para o desenvolvimento da região**. Anuário da região Oeste da Bahia safra 2013/2014. Barreiras: AIBA, 2013/2014b. 38 p. Disponível em: <http://www.aiba.org.br/anuario/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Anuário da indústria automobilística brasileira 2012**. São Paulo: ANFAVEA, 2012. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS. **Estatísticas: indicadores**. São Paulo: ANDA, 2013. Disponível em: <http://www.anda.org.br/index.php?mpg=03.00.00>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS Oeste da Bahia**. Salvador: CAR, 1997a. 265 p.

BAHIA: Portal do Agronegócio. **A Integração avícola no Oeste da Bahia**. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/a-integracao-avicola-no-oeste-da-bahia-22986>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Superintendência de Política do Agronegócio – SPA. **Agronegócio baiano Informe Conjuntural**. Salvador: SEAGRI, 2007. 31 p.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA. **Legislação**. Salvador: SEMA, 2014. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2014.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Anuário Estatístico da Bahia 2003**. Salvador: SEI, 2003b. Disponível em: http://www.sei.bahia.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid. Acesso em: 10 jun. 2013.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000**. 2v. (Estudos e Pesquisas). 447 p. Salvador: SEI, 2003a.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Estatística dos municípios baianos, 2012**. Salvador: SEI, 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2013.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Anuário Estatístico da Bahia 2008**. Salvador: SEI, 2008. Disponível em: http://www.sei.bahia.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid. Acesso em: 20 jun. 2013.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Tipologia climática dos municípios da Bahia**. Salvador: SEI, 1997b. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=t798tmp.volta. Acesso em: 15 nov. 2013.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Documento básico do projeto pólos de desenvolvimento integrado do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 1998. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/rede_irrigacao/Docs/Documento%20Basico%20do%20Proj%20Polos%20de%20Desenv%20Integrado%20do%20NE.PDF. Acesso em: 22 dez. 2013.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Polos de desenvolvimento integrado**. Fortaleza: BNB, 2014. Disponível em: <http://www.banconordeste.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Produção e área colhida de soja no Nordeste**. ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Fortaleza: BNB, 2011. Ano 5, n. 13, 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Utilização de máquinas e implementos agrícolas nos estabelecimentos rurais do Nordeste. **ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste**, Fortaleza, Ano 4, n. 9, 2010.

BELIK, Walter. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: EMBRAPA, 2007. p.141-171.

BELIK, Walter. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia alimentar no Brasil**. 1999. 136 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: Leite, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 97-122.

BESKOW, Paulo Roberto. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Carlos, n. 12, p. 56-79, abr., 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Um território indiferenciado dos seretões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827)**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 58.380, de 10 de maio de 1966**. Aprova o Regulamento da Lei que institucionaliza o Crédito Rural. Diário Oficial da União, Brasília, 10 maio 1966. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/legislacao/112171/decreto-58380-66. Acesso em: 4 mar. 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Diário Oficial da União. Brasília, 05 nov. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4829.htm. Acesso em: 4 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento. Brasília: MAPA, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br?vegetal/agrotoxicos>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O bioma cerrado**. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/bioma/cerrado>. Acesso em: 23 jan. 2015.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARVALHO, Abdias Vilar de. Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial. In: ARAUJO, Brás José de (Coord.). **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 161-180.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Relatório PIB Agro-Brasil 2014**. Viçosa: CEPEA, 2015. 17 p. Disponível em: <http://www.cepea.esalque.usp.br/pib/>. Acesso em: 02 jun. 2015.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Brasília: CODEVASF, 2014. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetro-irrigacao/polos-de-desenvolvimento-1/barreiras>. Acesso em: 15 dez. 2014.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS**: Oeste da Bahia. Salvador: CAR, 1997. 265 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos, safra 2013/2014**, terceiro levantamento. Brasília: CONAB, 2014. v. 1, p. 1-7, dez. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Capacidade estática de armazenagem**. Disponível em: www.sisdep.conab.gov.br/capacidadeestatica/. Acesso em: 01 maio 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Levantamento de safra, 2015**. Brasília: CONAB, 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&>. Acesso em: 01 maio 2015.

CONTINI, Elísio. et al. Projeções do agronegócio no Brasil e no mundo. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, Ano 15, n. 1, jan./fev. 2006, p. 45-56.

COSTA, Diandra Hoffman; MONDARDO, Marcos Leandro. A modernização da agricultura no oeste baiano: migração sulista e novas territorialidades. **Revista Geonorte**, Goiânia, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 1371-1385, 2013.

DALL' AGNOL, Amélio. **Soja: o fenômeno brasileiro**. Londrina: EMBRAPA, 2008.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOURD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Cap. 2. p. 51-90.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – ABRA, Campinas, ed. espec., p. 61-68, jul. 2013.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Estimativa mundial da safra de soja 2012/2013**. [Brasília]: USDA, 2013. Disponível em: <http://www.usdabrasil.org.br/portugues/>. Acesso em: 20 dez. 2013.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. **O grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. 2006. 231 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2006.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov. 2011.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: EDUSP, 2003. 400 p.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007. Belém. Anais... Belém: EAPPUR, 2007. p. 1-19.

EMBRAPA Cerrados. **Apresentação**. Planaltina-DF: CPAC, 5 jun. 2012. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/unidade/apresentacao/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Brasília: EMBRAPA, 2014. Disponível em: <http://www.embrapa.br/quem-somos>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ENGENHARIA, Construções e Ferrovias. **Ferrovia de integração Oeste-Leste**. Brasília: VALEC, c2012. Disponível em: http://www.valec.gov.br/acoes_programas/FerroviadeintegracaoOesteleste.php. Acesso em: 30 nov. 2014.

FERNANDES, José Ivan Caetano. **A soja na Bahia: desafios e estratégias competitivas no agribusiness**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

FONTES, Ednice de Oliveira. *et al.* **Potencialidades do sistema físico ambiental do território da soja e do algodão, extremo oeste da Bahia - Brasil**. Revista Geonorte, Edição Especial, v. 2, n. 4, p. 607-621, 2012. Fortaleza: BNB, 2014. Disponível em: <http://www.banconordeste.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2014.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenagem de grãos.** São Paulo: Annablume, 2010. 259 p.

FURTADO, Celso. **A nova economia política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 136 p.

FURTADO, Celso. **Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica.** Revista de Economia Política. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-49, jan./mar. 1981.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 261p.

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 171-180.

GERMER, Claus. **O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza.** Revista Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 41-55, jul/dez. 2007a.

GERMER, Claus. **Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos de 1990.** Revista Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 309-340, jul/dez. 2007b.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** São Paulo: Atlas, 2002. 4. ed. 221p.

GIORDANO DELGADO, Nelson. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto de poder com os donos da terra.** Revista Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Campinas, Edição Especial, p. 61-68, jul. 2013.

GIORDANO DELGADO, Nelson. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sergio Pereira (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p.17-54

GOLDBERG, Ray A. **Agribusiness coordination.** Boston: Harvard University, 1968.

GONÇALVES, José S. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira.** São Paulo: Secretaria de agricultura e Abastecimento de São Paulo, 1999. 373 p.

GONZALES, Bernardo Celso de Rezende; COSTA, Sílvia Maria Almeida Lima. **Agricultura brasileira: modernização e desempenho. Teoria e Evidência Econômica,** Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 7-35, maio 1998.

GOODMAN, David; SORI, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias.** Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 4. ed. São Paulo, [Brasiliense], 1988.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 281-304.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Fulgor, 1964, 196p.

HAESBAERT, Rogerio. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Brasil, questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 367-418.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 251p. (Coleção Geografias e adjacências).

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. **Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

IGLECIAS, Wagner. **O agronegócio brasileiro, ação coletiva e formas de atuação política: o caso das batalhas do algodão e do açúcar na OMC**. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31., 2007, Caxambu. Anais. Caxambu, 2007.

ILARIO, Clayton Gomes. **Região agrícola competitiva e logística no oeste baiano**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**: pesquisa básica de 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário Bahia 1983**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. [S./l.]: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. 443 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica, 7). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44. Acesso em: 20 abr. 2010. Acesso em: 19 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da pecuária municipal – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2010/default.shtm>. Acesso em: 19 abr. 2011c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=1&codunit=256&z=t&o=4l>. Acesso em: 13 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA**. Região extremo oeste da Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=1&codunit=256&z=t&o=4l>. Acesso em: 13 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros**. [S./l.]: IBGE, 2010a. Disponí-

vel em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa 2011/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa%202011/default.shtm). Acesso em: 19 abr. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação do plano nacional de educação 2001-2008:** níveis de ensino. v. 1, Brasília: MEC, 2009. 308 p. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/volume1.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

INTINI, João Marcelo; FERNANDES, Uelton Francisco. **Bancada ruralista: a face política do agronegócio.** Revista Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Campinas, Edição Especial, p. 87-96, julho, 2013.

JORNAL DO SÃO FRANCISCO. **Para a fiol entrar nos trilhos.** Barreiras, Edição 128, p. 16, 1-15, maio, 2013. Disponível em: <http://www.jornaldosao-francisco.com.br>. Acesso em: 04 mai. 2015.

JORNAL O EXPRESSO. **Conflito pela posse das terras da Fazenda Estrondo recrudescer.** Bahia, Edição 69, 30 jul. 2014. Disponível em: www.jornaloe-xpresso.wordpress.com. Acesso em: 21 set. 2014.

KAGEYAMA, Angela. **A questão agrária brasileira: interpretações clássicas.** Revista Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Campinas, v. 23, n. 3, p. 5-16, set/dez. 1993.

KULESKA, W. A. **Reforma agrária e educação ambiental.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 89, n. 222, p. 295-311, maio/ago. 2008.

LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 256 p.

LIMA, Leonardo Dias; MONTE, Kerlen Andrade; MILITÃO, Vivianne Benevides. **Nordeste em mapas 2012.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/busca?b=ad&id=1069&biblioteca=-vazio&busca=autoria:%22MONTE,%20K.%20A.%20do%22&qFacets=autoria:%22MONTE,%20K.%20A.%20do%22&sort=&pagina=1>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MARCATTO, Celso. **Cartilha agricultura sustentável:** alguns conceitos e princípios. 13 p. [S.l.]: Rede Ambiente, 2013. Disponível em: http://www.redeambiente.org.br/Artigos.asp?id_dir=6. Acesso em: 5 mar. 2013.

MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura da produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés/Hucitec, 1987. p. 19-39.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **A luta pela terra no Brasil e o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra.** [S.l.]: Planalto, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MENDONÇA, Gismália Marcelino. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos.** 2. ed. Salvador: UNIFACS, 2011. 80 p.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento -1964-1990. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 5.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MULLER, Geraldo. **Cem anos de República:** notas sobre as transformações estruturais no campo. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 3, n. 7, set./dez., 1989b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec/Educ, 1989a.

MULLER, Geraldo. São Paulo - núcleo da produção agrária moderna. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 261-280.

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural.** Boletim Eletrônico do DESCER - Departamento de Estudo Sócio-Econômicos Rurais, n. 157, p. 5-17, mar. 2007. Disponível em: http://www.deser.org.br/documentos/boletim_completo/Boletim157.pdf. Acesso em: 02 maio 2015.

OLIMPIO, José Adauto. **A agricultura comercial e suas consequências sobre o ambiente nos municípios de Palmeira do Piauí e Currais.** 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Brasília: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org.br>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PADILHA, Wilian; MEDEIROS, Marlon Clóvis. **As mudanças recentes no crédito rural e a dinâmica regional da agricultura brasileira.** In: ENCON-

TRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. Anais ... p. 1-11. Disponível em: [http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/download\(2352\).PDF](http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/download(2352).PDF). Acesso em: 23 ago. 2015.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Ministério da Educação e Cultura, 1957. 119 p. (Textos Brasileiros de Economia, 1).

PAIVA, Ruy Miller. **Bases de uma política para a melhoria técnica da agricultura brasileira**. Revista Brasileira de Economia, v. 21, n. 2, p. 5-38. 1967.

PENSA. CENTRO DE CONHECIMENTO DO AGRONEGÓCIO. Disponível em: <http://www.pensa.org.br>. Acesso em: 11 nov. 2013.

PEREIRA, Luiz Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 9.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, 191p.

PINAZZA, Luiz Antonio (Org.). **Cadeia produtiva da soja**. Brasília: IICA/MAPA/SPA, 2007. 116 p. (Agronegócios, 2).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. 368 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil 2013**. Brasília: PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 21 ago. 2014.

PROJETO GeograFAR. **Base de Dados sobre Trabalho Escravo**. Salvador: Geografar, 2013. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?pag=db-trabalho-escravo>. Acesso em: 30 dez. 2013.

RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, Pedro et al. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007. Cap. 1, p. 18-52. (Nead Estudos, 15).

RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina: EMBRAPA, 2010. (Documentos, 292).

RANGEL, Ignacio. **A história da dualidade brasileira**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, out-dez, 1981.

RANGEL, Ignacio. Prefácio. In: SILVA, José Graziano da (Org.). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 266 p.

REVISTA EXAME INFO. **As melhores empresas agropecuárias do Brasil em 2014**. 2015. Disponível em: <http://www.exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2014>. Acesso em 19 ago. 2015.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ IPEA, 2003. 246p.

RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. **A reestruturação produtiva agropecuária na região Oeste da Bahia e a produção espacial da cidade do campo de Luis Eduardo Magalhães – BA**. In: SEMINARIO URBANISMO NA BAHIA, 11., 2011. Salvador. **Anais** ... Salvador, 2011, p.1-20.

ROCHA, B. N. **A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT**. 2010. 236 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SALOMÃO, Alexa; SEIBEL, Felipe. **Os 10 novos pólos do agronegócio**. Revista Exame.com, 08 ago. 2005. Disponível em: www.exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/849/noticias/os-10-novos-polos-do-agronegocio-m0080017. Acesso em: 10 jun.2013.

SANCHES, Cristina Argiles. **Desenvolvimento regional a partir de clusters produtivos: o caso da agroindústria da soja no Oeste da Bahia**. 2008, 183 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2008.

SANDRONI, Paulo. A questão agrária e o socialismo: notas sobre problemas econômicos e políticos. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS FILHO, Antonio Muniz dos; RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. **A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luis Eduardo Magalhães - BA**. Revista Pegada. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-15, dez. 2008.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital**. Revista IDeAS. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan./jun. 2008.

SANTOS, Reginaldo Souza; OLIVEIRA, José Carlos de. **Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80)**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 52-74, abr./jun. 1988.

SCHLESINGER, Sergio. **O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente**. Rio de Janeiro: FASE, 2006. 76 p.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; NASCIMENTO, Luciano Bonfim do. **As redes políticas do agronegócio da soja: interesse, estratégia e resistências**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. **Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia**. Revista Bahia Agrícola, Bahia, v. 2 n. 3, nov. 1998. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/socioeconomia/V2N3.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 163 - 170.

SILVA, José Graziano. **O progresso técnico na agricultura**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v. 7, n. 1/3, p. 13-46, jan./dez. 1990.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981a.

SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981b. 210 p. (Economia e planejamento. Teses e pesquisas).

SILVA, Ricardo Oliveira da. **Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães**: um debate interpretativo sobre a questão agrária nos anos 1960. Revista cadernos de história, Ouro Preto, v. 4, n. 2, ano 2, p. 120-129, [2007]. Disponível em: <http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/48-91-1-SM.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

STÉDILE, João Pedro. Uma interpretação da questão agrária brasileira. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 17-31.

STÉDILE, João Pedro; SERGIO, Frei. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993. 118 p.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto GeograFAR**. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/>. Acesso em: 22 set. 2014.

VEIGA, José Eli da. **Diretrizes para uma nova política agrária**. In: SISNANDO, Pedro *et al.* (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**.

Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p 19-36.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do Agrorreformismo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 81-110.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Transformação histórica e padrões tecnológicos na agricultura brasileira. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: EMBRAPA, 2014. p. 395-421.

WESZ JÚNIOR, Valdemar João. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. 141 p. (Sociedade e Economia do Agronegócio, 4).

ZYLBERSZTAIN, Decio; NEVES, Marcos Fava (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira. 2000.

SOBRE O AUTOR

Carlos Alberto Leitão Ferraz

Professor de Economia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IX, Barreiras, Bahia, desde o ano de 1997, doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS, mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília (UNB) e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com interesse nos seguintes temas: agronegócio, meio ambiente, desenvolvimento regional e política de preços.

www.PIMENTACULTURAL.com

**A MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA
DA AGRICULTURA
NOS CERRADOS
DO OESTE DA BAHIA**